

ANA PAULA PIRES
RITA NUNES
SÉRGIO REZENDES
COORDENAÇÃO

A GRANDE GUERRA E OS AÇORES

DA ESTRATÉGIA NAVAL
À PNEUMÓNICA

FICHA TÉCNICA

Título: A Grande Guerra e os Açores: da estratégia naval à Pneumónica

Coordenação: Ana Paula Pires
Rita Nunes
Sérgio Rezendes

Edição: © Letras Lavadas edições
Ponta Delgada, outubro de 2019

Imagem da Capa: Augusto Cabral, *Revista Micaelense*, 1918

Capa: Jaime Serra | Nova Gráfica, Lda.

Paginação: Emanuel Rodrigues | Nova Gráfica, Lda.

Execução Gráfica: Nova Gráfica, Lda.

Depósito Legal: 461518/19

ISBN: 978-989-735-229-4

PUBLIÇOR - Publicações e Publicidade, Lda.
Rua da Praia dos Santos n.º 10 - S. Roque
9500-706 Ponta Delgada
Telefone 296 630 080 | Fax 296 630 089
E-mail: publicor@publicor.pt | www.publicor.pt

© Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização expressa do autor e editor.



"Perspectiva popular do açambarcamento de bens essenciais nos Açores, 1918."
Augusto Cabral, Revista Micaelense, 1919

Índice

Prefácio.....	9
Ana Paula Pires	
Albertino Monteiro, A gripe de 1918 no concelho de Ponta Delgada.....	13
Carlos Alves Lopes, A Evolução Tecnológica Naval e o Impacto na Grande Guerra.....	27
Carlos Lobão, Uma gripe de longe e de perto: a Horta e “gripe espanhola” de 1918-1919.....	51
Carlos Manuel Baptista Valentim, Augusto Eduardo Neuparth (1859-1925). A ação de um oficial da Marinha na Grande Guerra.....	63
José António Rodrigues Pereira, A Marinha na Grande Guerra.....	77
José Pedro Reis, O Abastecimento e condicionamento alimentar nos Açores na 1ª Guerra Mundial.....	91
José Raimundo Noras, Salvar a República: entre idealismos e pragmatismos os 62 dias do “governo Relvas” em 1919.....	105
Luís M. Vieira de Andrade, Os Açores e a 1ª Guerra Mundial: algumas reflexões.....	119
Noémia Novais, A Guerra na Imprensa: A retórica instável de o Açoriano Oriental. A Ação da censura e da propaganda.....	131
Rodrigo Martins, Alberto d’Assumpção: Memórias de um Marinheiro Mercante na Primeira Guerra Mundial.....	147
Rui M. C. Suzano, H1N1 ou H1N5: o vírus <i>Influenza</i> ontem e hoje.....	163
Sérgio Rezendes, Os Açores, a 1.ª Guerra Mundial e a República Portuguesa no contexto internacional.....	173
Sérgio Rezendes, O impacto da Gripe Espanhola nos Açores: do combate arquipelágico ao rescaldo em Ponta Delgada.....	185

Sérgio Rezendes, Inquietações, temores e incertezas: o impacto da Guerra Submarina nos Açores.	209
Susan Burkat Trubey, Os Americanos, os Açores e a Primeira Guerra Mundial: A História de um homem.	227
Susan Burkat Trubey, Fora de combate mas ainda em perigo: As baixas americanas nos Açores durante a Primeira Guerra Mundial.	235
Rita Nunes, A importância do Desporto na Grande Guerra (1914/1919).	251

Prefácio

A Grande Guerra foi a maior operação militar no exterior em que participaram tropas portuguesas durante a primeira metade do século XX. Portugal foi o único país envolvido no conflito que, entre 1914 e 1916, conseguiu manter uma posição de neutralidade não declarada na Europa e travar, simultaneamente, uma guerra em África contra a Alemanha.

No final de 1914 os Açores tinham esboçado uma tímida tentativa de mobilização militar, rapidamente, travada por falta de fundos, de quartéis, de equipamentos; o Ministério da Guerra não previa o envio de tropas expedicionárias para as Ilhas. O território português e o Atlântico em particular ganharam importância, à medida que esta rede de comunicações via cabo submarino britânica se complexificou. Neste contexto, os Açores surgiam como um ponto de apoio intermédio entre a Europa e a América. A internacionalização do arquipélago surgira, justamente, após a ligação do arquipélago à rede mundial de comunicações por cabo.

Portugal acabaria por entrar em Guerra a 9 de março de 1916, na sequência da declaração de guerra que a Alemanha lhe dirigiu em resposta ao aprisionamento de navios alemães e austríacos surtos em portos portugueses. Na sequência desta declaração de guerra passariam a estar concentrados, no forte de São João Baptista, na ilha Terceira, todos os alemães residentes em território nacional, com idades compreendidas entre os 16 e os 45 anos de idade. Mas seria o ataque à cidade do Funchal, em dezembro de 1916, quem colocaria, na ordem do dia, novamente, todos os receios que o Ministério da Guerra vinha apresentando desde 1914: as ilhas eram alvos muito apetecíveis à marinha alemã e não se encontravam devidamente defendidas apesar do parco, antiquado material de guerra entretanto recebido.

A escassez de produtos alimentares tornara-se uma constante, ao longo de todo este período, exportando-se bens de primeira necessidade (cereais, carne) para o continente, em detrimento dos residentes no arquipélago. A guerra submarina tinha afastado as embarcações, originando a subida dos preços dos fretes e dos seguros de guerra, tornando escassa a existência de

fósforos, tecidos ou moeda miúda. Tabelaram-se géneros e perseguiram-se açambarcadores.

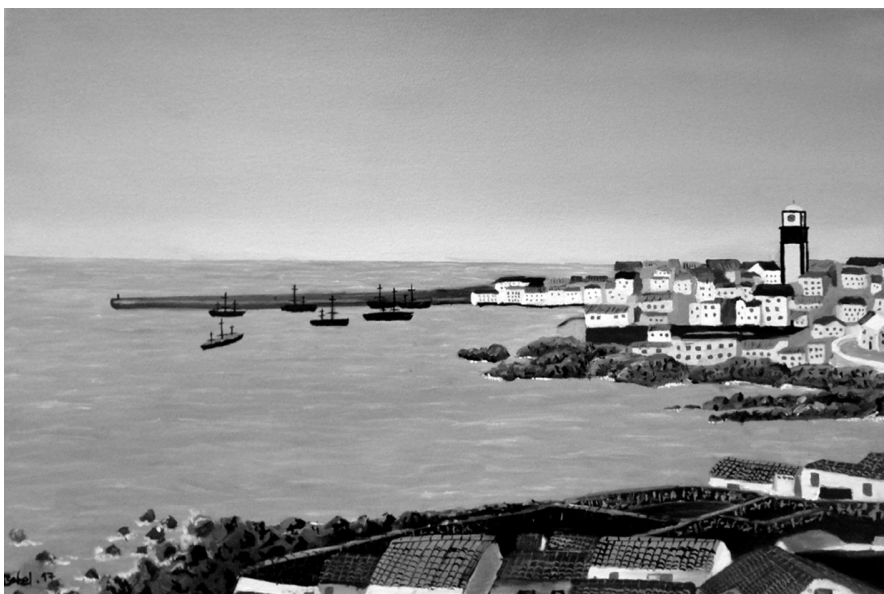
Os textos que agora se publicam analisam a relação do Atlântico, com particular ênfase nos Açores, no complexo apoio logístico aos beligerantes, independentemente de o palco de guerra ser europeu ou colonial, bem como as múltiplas dinâmicas envolvidas, fossem elas de natureza política, económica, ideológica ou geográfica. De igual modo procuram, ainda, sublinhar os impactos provocados pela gripe pneumónica e valorizar e dignificar não só a memória dos atuantes como o Património material, e imaterial, bem como a criação de uma base naval norte-americana nos Açores.

Julho de 2019,

Ana Paula Pires
Rita Nunes
Sérgio Rezendes



Ponta Delgada, 1917, Matilde Lopes (2017), acrílico sobre tela, 40 x 60 cm.



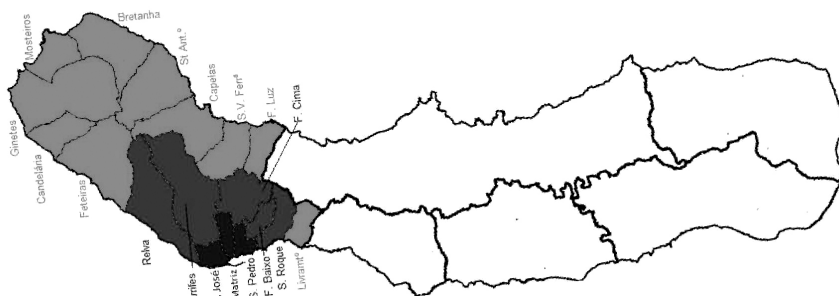
Vista de Ponta Delgada, 1917, Isabel Andrade (2017), acrílico sobre tela, 40 x 60 cm.

A gripe de 1918 no concelho de Ponta Delgada

ALBERTINO MONTEIRO

A presente comunicação tem como objeto a disseminação à escala local (concelho de Ponta Delgada) da pandemia da gripe de 1918, no contexto das crises de mortalidade aqui ocorridas no 1.º quartel do séc. XX.

Divisão administrativa (freguesias) do concelho de P. Delgada



O concelho de Ponta Delgada obedecia, na época, a uma divisão administrativa (por freguesias) idêntica à atual, com algumas exceções (ver mapa) e revelava-se heterogéneo relativamente à incidência da mortalidade, refletindo condições materiais e culturais de existência assaz diferenciadas, com discrepâncias acentuadas a nível de alguns indicadores. Optámos, para efeitos de análise, por agrupar as freguesias em três zonas distintas: espaço urbano, espaço suburbano e espaço rural.¹ O enquadramento cronológico em que nos movemos corresponde a uma época de grandes convulsões e transformações, tão conturbada quanto eivada de significativa riqueza

¹ Espaço urbano - freguesias citadinas de S. José, Matriz e S. Pedro; espaço suburbano - freguesias de Relva, Arrifes, Fajã de Cima, Fajã de Baixo e S. Roque; espaço rural - restantes freguesias.

histórica e marcada, para o caso que aqui nos interessa, por vários picos de mortalidade, com reflexos na dinâmica populacional.

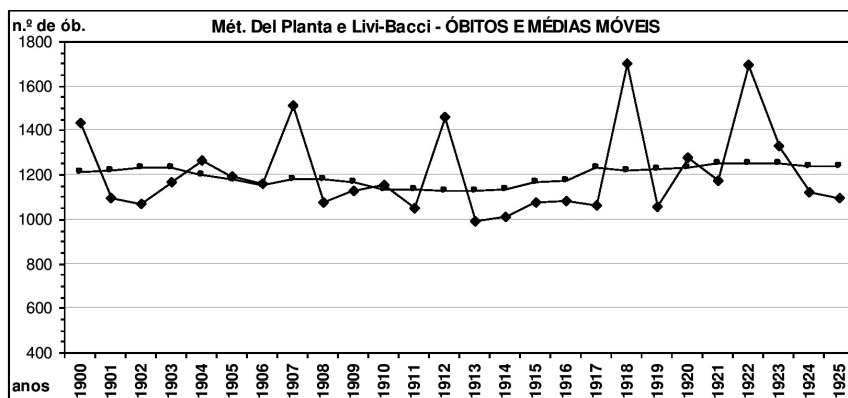
A população deste concelho rondava, nas primeiras décadas do séc. XX, os 50.000 habitantes, apresentando uma quebra entre 1900 e 1920, passando de 52.120 em 1900 para 50.063 em 1911 e 47.039 em 1920, refletindo alguns picos de mortalidade ocorridos no período, destacando-se desde logo o contributo da gripe pneumónica para a descida registada na 2.ª década do século.²

Crises de mortalidade entre 1900 e 1925

Das metodologias que têm sido propostas para avaliar as crises de mortalidade, a que se nos afigura mais adequada ao contexto em causa é a proposta por Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci, baseado numa lógica de médias móveis,³ que dá um panorama de mortalidade normal, alheio a oscilações pontuais. É então calculada, para cada ano, a percentagem do desvio do valor absoluto em relação à média-móvel respetiva.⁴

Podemos verificar (gráfico 1) a existência de 5 picos de mortalidade neste período: 1900, 1907, 1912, 1918 e 1922.

Gráfico 1



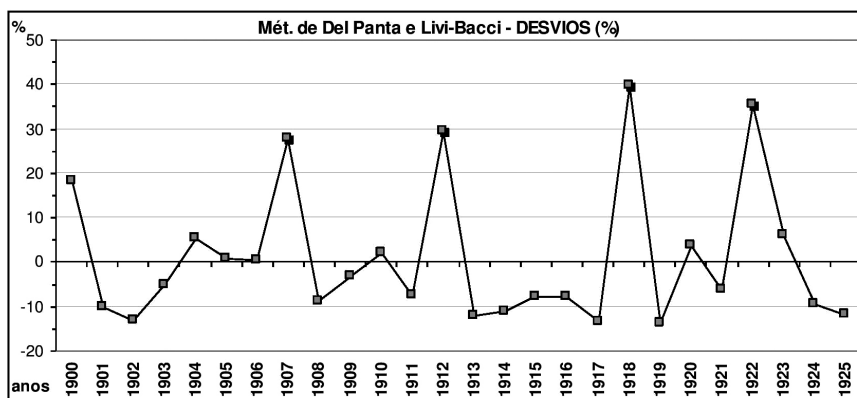
² A Taxa de Crescimento Anual Médio foi de -0,37% entre 1900 e 1911 e de -0,69% entre 1911 e 1920.

³ O número de óbitos do ano é reportado à média móvel de 11 anos, incluindo o próprio e os dez anos enquadrantes (5 antes e 5 depois), dos quais são excluídos os quatro valores extremos (2 mais altos e 2 mais baixos)

⁴ José João M. Maia, *Flutuações e Declínio da Mortalidade na cidade do Porto (1870-1902)* (Porto: Lusolivre, 1994), 52

Existem anos em que a percentagem do desvio dos valores absolutos em relação às médias móveis é bastante significativa, sendo eles, por ordem decrescente: 1918 (39,9 %), 1922 (35,4 %), 1912 (29,6 %), 1907 (27,8 %) e 1900 (18,3 %).

Gráfico 2



A pandemia de 1918

“[...] A aparição repentina e multifocal da epidemia fez com que durante séculos se pensasse que era consequência da influência dos astros, daí o nome de «influenza» por que também é conhecida [...]”⁵.

Em 1918, como corolário fatal da Grande Guerra, foi o mundo varrido por uma pandemia de gripe de efeitos devastadores, conhecida, erradamente, por “gripe espanhola”⁶. Segundo José González Nuñez, nenhum outro fenómeno provocou tantas vítimas em tão pouco tempo, cifrando-se o seu número entre 20 e 50 milhões de pessoas,⁷ sendo quase certo que terão perecido pelo menos 30 milhões⁸.

⁵ Beatriz Echeverry Dávila, *La Gripe Española – la pandemia de 1918-1919* (Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1993), 4.

⁶ a denominação será devida ao interesse de franceses, ingleses e alemães em desviar as atenções para um país neutro e também à ampla divulgação do fenómeno feita pela imprensa espanhola, ao contrário do que aconteceu com os países envolvidos diretamente na guerra, em que havia um controlo apertado dos fluxos de informação

⁷ José González Nuñez, *La verdadera historia de la Gripe del 18* (7/02/2018, disponível em https://www.hoyesarte.com/literatura/ciencia/la-verdadera-historia-de-la-gripe-del-18_250690/)

⁸ Alfred W. Crosby, *America's Forgotten Pandemic – the influenza of 1918* (New York, Cambridge University Press, 2003, 2ª ed.),

Ponta Delgada, num ponto de cruzamento de rotas marítimas intercontinentais, nomeadamente entre Europa e América, onde tocavam navios de muitas procedências, dificilmente poderia escapar à ação nefasta de uma pandemia com a virulência e difusibilidade revelada pela “influenza” de 1918, que aqui se propagou no último trimestre do ano e em cerca de um mês e meio fez a grande maioria das vítimas.

A primeira vaga de gripe que se disseminou na Primavera de 1918 pelo mundo causou apreensão e receio de que atingisse a ilha, dadas as comunicações frequentes via marítima com o exterior. Havendo em algumas pessoas uma noção mais ou menos clara dos riscos que se corriam e das não muito eficazes condições de defesa perante tal inimigo, apelava-se às autoridades para que tomassem as medidas necessárias em relação aos navios procedentes de Lisboa, onde grassava a pandemia. Receava-se que os passageiros vindos de lá pudessem contaminar a cidade, uma vez que o posto de desinfecção existente não se situava no porto, o que obrigava as pessoas a passar por parte da zona urbana.⁹ Mas nesta primeira vaga, o concelho e a ilha, pode dizer-se, escaparam à desgraça.

No outono do mesmo ano, quando novamente a pandemia espalhava a morte por todo o globo, o concelho (como a ilha e a região) foram então atacados com grande intensidade pela gripe infecciosa, cuja “[...] difusão foi brusca e rápida, atingindo o “acmé” em novembro, atacando de preferência as classes pobres, o sexo masculino, os indivíduos de 20 a 40 anos, os trabalhadores do campo e operários, ceifando tuberculosos, cardiopatas, diabéticos, albuminúricos, nefríticos, depauperadas por doenças orgânicas e as grávidas [...]”¹⁰.

Sobre como entrou esta segunda onda epidémica em Ponta Delgada, alguns escritos da imprensa, corroborados pelos registos de óbitos, não deixam dúvidas. O vírus foi introduzido por tripulantes de um navio japonês que aqui chegou em setembro, procedente de Bordéus e no qual, segundo as notícias, de cerca de 60 tripulantes, 35 chegaram infetados. A mando do Guarda-mor Chefe de saúde foram internados de imediato no hospital de isolamento, o qual não tinha capacidade para acolher simultaneamente mais de 15 doentes. Houve por isso algumas dificuldades no internamento, como teria havido no transporte dos doentes e não só, não fosse o auxílio de médicos, enfermeiros e viaturas da base norte-americana estabelecida nesta cidade. Entre os dias 15 e 21 de setembro faleceram cinco destes japoneses, que terão sido então as primeiras vítimas a sucumbir em Ponta Delgada,

⁹ Jornal *Açoriano Oriental*, n.º 4337, 29 de junho de 1918.

¹⁰ *Relatório do Subdelegado de saúde (1918)*, jornal *Diário dos Açores*, n.º 8261, 07 de Agosto de 1919.

embora tendo trazido a enfermidade doutro lugar bem distante. Os restantes regressaram a bordo depois de tratados e curados e de se ter procedido à desinfeção do navio¹¹.

Pela mesma altura chegaram também navios de guerra americanos em que parte das tripulações vinha atacada pela gripe, sendo alguns internados no hospital da base americana e outros tratados a bordo, tendo ocorrido também entre estes alguns óbitos, embora em menor número¹².

Eis a porta de entrada da terrível moléstia – o porto. O problema do porto e das condições que possuía para defender a população de ataques desta dimensão fez correr alguma tinta e deu azo a alguma polémica entre os que punham em causa a sua eficácia e os que afirmavam estar ele dotado das condições necessárias. Esta questão assumiu nesta altura especial acuidade pois foi por aí que entrou o vírus e por isso alguns duvidaram que os recursos materiais e humanos existentes fossem suficientes para obstar à entrada de doenças desta natureza, face à alegada permissividade dos regulamentos internacionais de sanidade marítima¹³.

No entanto, a entidade com responsabilidade na matéria, o Diretor dos Serviços Sanitários Marítimos (Dr. António da Silva Cabral), quanto ao hospital de isolamento e meios de defesa sanitária, afirma que “[...] *felizmente estamos dotados dos precisos meios preconizados pela ciência, e que o nosso hospital de isolamento rivaliza, dentro das suas proporções, com os melhores similares estrangeiros [...], adiantando ainda que [...] dispomos de tudo quanto é necessário para combater e evitar o contágio de qualquer epidemia, cuja profilaxia seja conhecida [...]*”¹⁴.

Seja como for, os receios antes demonstrados revelaram-se por demais fundados e a “influenza”, com a explosividade que lhe era característica, tomou de assalto o concelho e a ilha, semeando copiosamente a infeção e com ela o pânico e a morte.

A freguesia de S. José, a mais populosa da cidade e do concelho e aquela em que estavam implantados o hospital de isolamento e o hospital da base naval norte-americana, onde estiveram internados os marinheiros japoneses e americanos, foi naturalmente o ponto de onde irradiou a epidemia para o resto da ilha. Antes do fim do mês de outubro, a epidemia grassava “[...] *a valer por todas as vilas e aldeias limítrofes, começando por atacar os médicos e*

¹¹ Jornal *Açoriano Oriental*, n.º 8017, 21 de setembro de 1918; Jornal *Diário dos Açores*, n.º 8052, 16 de novembro de 1918 e n.º 8055, 20 de novembro de 1918; “Relatório do Subdelegado de saúde (1918)”, cit.; Registo Civil de P. Delgada, Registos de óbitos, livro n.º 1 – 1918, fls. 159v-161, 163v, 164.

¹² Jornal *Açoriano Oriental*, n.º 8029, 07 de outubro de 1918.

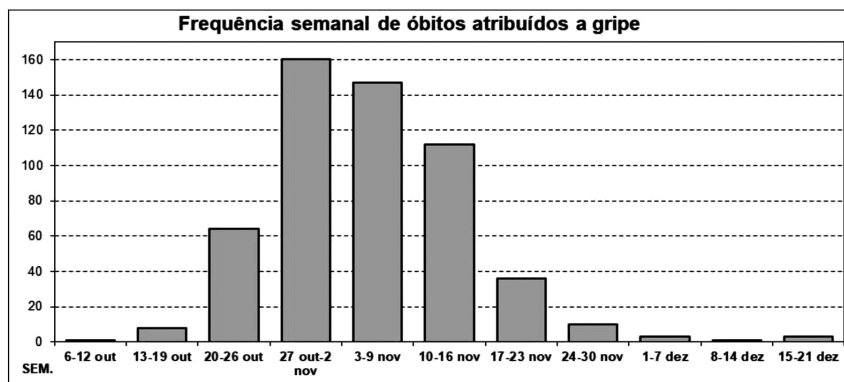
¹³ Jornal *Diário dos Açores*, n.º 8052, 16 de novembro de 1918.

¹⁴ Jornal *Diário dos Açores*, n.º 8055, 20 de novembro de 1918.

*enfermeiros e alastrando em seguida a uma grande parte da população dessas comunidades [...]*¹⁵ A sua vida quotidiana foi por algum tempo perturbada pela infeção, que fez cair de cama uma boa parte das pessoas, afastando-as das suas ocupações. Houve mesmo casas comerciais e outras empresas que fecharam as suas portas em virtude de a maioria dos seus funcionários terem sido atingidos pela gripe. O próprio jornal *Diário dos Açores*, por exemplo, viu-se obrigado a interromper a sua publicação por alguns dias em virtude desta situação.¹⁶

Geograficamente, as primeiras freguesias em que a frequência de óbitos se torna mais intensa são, como seria de esperar, as freguesias urbanas, nas quais começa a haver vários óbitos por dia a partir do dia 20 de outubro. Estas freguesias, bem como as de Arrifes e Relva, limítrofes da cidade e cujas condições sanitárias eram em geral mais precárias do que em muitas outras, apresentam o primeiro assento de óbito com gripe como causa identificada antes de todas as outras.

Gráfico 3



Analisando o gráfico da frequência semanal de óbitos registados com gripe como causa, constatamos que na penúltima semana de outubro o número é já bastante elevado comparativamente às anteriores (64), mas o ponto alto da mortalidade em consequência da gripe dá-se na semana 27 out.-02 nov. (160), isto é, pouco mais de um mês após a ocorrência dos primeiros óbitos provocados por esta vaga – os dos tripulantes japoneses. Declina depois progressiva mas lentamente nas duas semanas seguintes (147 e 112), apresentando uma baixa notória à medida que nos aproximamos do final de novembro.

¹⁵ Jornal *Açoriano Oriental*, n.º 4353, 26 de outubro de 1918.

¹⁶ Jornal *Diário dos Açores*, n.º 8029, 07 de outubro de 1918.

O declínio da epidemia dá-se primeiro também nas freguesias da cidade, conforme foi possível concluir dos registos de óbito, corroborados por informações da imprensa local. Aqui, a intensidade dos óbitos começa a diminuir nos princípios do mês de novembro, altura em que o estado sanitário da cidade tende a normalizar-se, com a gripe em manifesta decadência e, em meados de novembro, a intensidade de decessos atribuídos à gripe quebra definitivamente.

No início de dezembro a epidemia começa a dar-se por extinta em alguns locais e inclusivamente um grupo de soldados da companhia de saúde que vinha prestar serviço de enfermagem a S. Miguel foi reencaminhado para os distritos de Angra e Horta, por o estado sanitário do distrito ter melhorado muito e aquele grupo ser mais necessário naquelas ilhas. Ainda antes do Natal a epidemia estava a dar-se por extinta em toda a ilha de S. Miguel, estimando-se na altura o número de vítimas num valor entre 2 e 3 milhares¹⁷.

Como balanço global a nível do concelho, segundo o relatório do Subdelegado de Saúde, calcula-se que terão sido contaminadas perto de 17 000 pessoas (cerca de um terço da população)¹⁸, das quais terão falecido cerca de oito centenas¹⁹, cifrando-se a letalidade (óbitos/contaminados) em cerca de 5 %.

Fazendo uma diferenciação geográfica da intensidade da epidemia²⁰ e seguindo a divisão anteriormente definida, os dados disponíveis, resumidos no gráfico 4, mostram que a zona mais atingida pela epidemia foi a zona suburbana (25,7‰), situação em consonância com o facto de haver aqui freguesias cujo estado sanitário era tradicionalmente mais precário, o que as tornou mais vulneráveis à incursão epidémica.

Nas zonas urbanas e rural a taxa atinge valores idênticos (16,4‰ e 15,8‰), embora naquela haja uma discrepância entre sexos muito maior do que nesta, em que os valores são muito aproximados entre homens e mulheres, talvez resultado, relativamente à população feminina, de uma maior proteção na área urbana e maior exposição ao risco nas zonas rurais. A taxa referente à globalidade do concelho apresenta um valor de 18,6 ‰. A intensidade da epidemia pode ser mais ou menos forte também “[...]”

¹⁷ *Jornal Diário dos Açores*, n.º 8069, 06 de dezembro de 1918, n.º 8072, 09 de dezembro de 1918 e n.º 8082, 21 de dezembro de 1918.

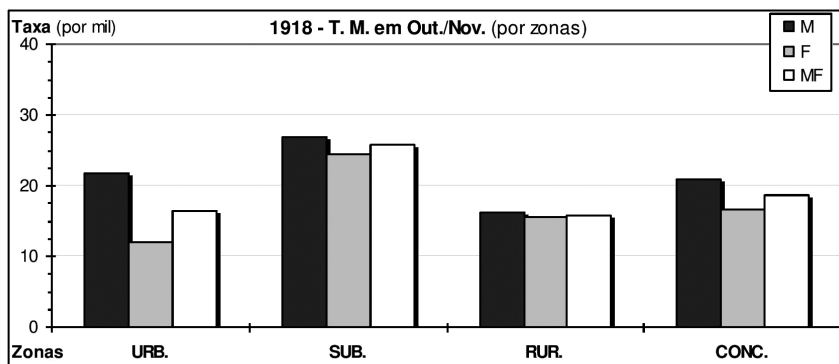
¹⁸ “Relatório do subdelegado de saúde (1918)”, cit.

¹⁹ Nem todos os assentos de óbitos mencionam a causa da morte, sendo por isso impossível saber ao certo o grau de letalidade que a pandemia atingiu no concelho. O subdelegado de saúde, no relatório citado, refere uma cifra de 727 decessos causados pela epidemia, acrescentando aos ocorridos com gripe como causa identificada no último trimestre a diferença em óbitos com causa desconhecida relativamente a igual período do ano anterior.

²⁰ O indicador usado é a Taxa de Mortalidade com base nos óbitos cujo registo refere a gripe como causa nos meses de outubro e novembro.

conforme a ignorância do povo, os cuidados ou descuidos e sobretudo conforme a falta de recursos, agasalhos, dieta, alimentos [...]”²¹

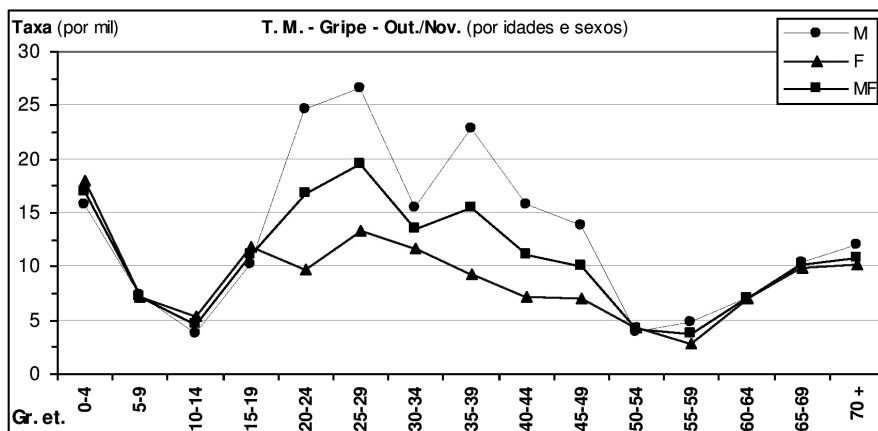
Gráfico 4



No que respeita à estrutura populacional, a conclusão genérica a retirar desde logo, partindo da análise estatística é que, tanto em termos de diferenciação por idades como por sexos o comportamento do fenómeno diferiu bastante, como se pode constatar no gráfico, e de acordo com a afirmação do subdelegado de saúde, no relatório já citado, segundo o qual a epidemia atingiu preferentemente o sexo masculino e os indivíduos entre os 20 e os 40 anos.

O grupo 0-4 anos apresenta uma taxa bastante elevada dentro do conjunto, com um valor próximo de 17‰ (24,5 % dos óbitos deste grupo são de crianças com menos de 1 ano de idade). A taxa baixa em seguida com o aumento da idade até aos 15 anos (4,6‰), tendo a partir desta uma subida acentuada até ao grupo 25-29 anos, aquele que apresenta uma taxa mais elevada, cifrando-se em 19,5‰. Há uma quebra no grupo 30-34 (13,5‰) a que se segue uma elevação, menos vincada, no seguinte (15,4‰), sendo os grupos seguintes menos afetados, numa descida progressiva até aos 55-59 anos (3,7‰). A partir daqui dá-se um novo aumento da taxa à medida que a idade avança, tendo o grupo de idade igual ou superior a setenta um valor próximo de 11‰. A curva apresenta aproximadamente uma configuração em W. Estamos pois perante uma situação em que foram mais afetados, por um lado os grupos de indivíduos em princípio mais robustos fisicamente (20 a 40 anos) e por outro também aqueles que à partida são mais débeis e por isso mais suscetíveis.

²¹ Jornal *Diário dos Açores*, n.º 8045, 08 de novembro de 1918.

Gráfico 5²²

Considerando a diferenciação por sexos, salienta-se desde logo que a evolução das duas curvas é bastante divergente em certas idades, nomeadamente entre 20 e 50 anos. Até à idade de 19 anos, os valores da taxa são muito próximos, com a particularidade de a curva deste último apresentar o seu valor mais elevado de todas as idades, distintamente, no grupo 0–4 anos. A mesma proximidade de valores se regista nos grupos etários a partir dos 50 anos. Podemos então concluir que nos grupos de idade mais baixa (menores de 20 anos) e mais alta (maiores de 50 anos) os indivíduos do sexo masculino e os do sexo feminino foram atingidos com idêntica intensidade.

A diferenciação a este nível acontece, bastante forte, nos grupos intermédios, entre os 20 e os 40 anos. Embora haja também uma elevação da curva relativa ao sexo feminino no grupo 25-29 anos, ela é muito mais esbatida do que na curva referente ao sexo masculino (13,4‰ e 26,6‰), atingindo esta última aqui o seu ponto máximo. Segue-se uma quebra acentuada no grupo 30-34 (15,5‰), subindo outra vez bruscamente no seguinte (22,8‰), para depois descer progressivamente até à idade de 50–54 anos (3,9‰), em que quase coincide com a taxa do sexo feminino. Esta apresenta uma descida gradual entre as idades de 30 e 59 anos (de 13,4‰ para 2,9‰).

O comportamento da mortalidade nos dois sexos separados mostra, pois, que no grupo funcional dos “ativos” houve grandes diferenças na intensidade com que um e outro foram atingidos pela epidemia, com grande desvantagem para os homens. Também em termos de estrutura etária houve

²² A taxa foi calculada reportando os óbitos atribuídos à gripe em cada grupo etário à população média dos grupos respetivos no ano em causa

diferenças significativas, sendo mais atingidos os indivíduos com idades entre 20 e 40 anos, bem como os que tinham menos de 5 ou mais de 70.

Em termos de estrutura socioeconómica, aqueles que mais sofreram os efeitos da epidemia, como era comum acontecer em situações do género, foram as classes mais desfavorecidas, como salienta o Dr. Mont'Alverne de Sequeira no relatório já referido. São frequentes as informações que denotam a situação especialmente precária em que as famílias de poucos recursos, bastante numerosas, vivem e lutam contra o terrível inimigo. “[...] *Sem recursos para medicamentos, visitas medicas, enfermagem e para seu sustento conveniente, o desconhecimento em que ficassem essas miseráveis residências não seria apenas um crime moral; o seu abandono tornar-se-ia um dos perigos da grassante epidemia, intensificando-a.* [...]”²³.

Este problema atingia tais proporções que suscitou diversas medidas oficiais no sentido de procurar minimizar as dificuldades, bem como uma onda de solidariedade que envolvia vários sectores da sociedade. Prova disto é a criação de uma Comissão Central de Assistência Sanitária às Famílias Pobres, dependente do Alto Comissariado da República para os Açores, com a missão de coordenar todos os esforços de entidades coletivas e particulares tendentes a minimizar o sofrimento dos mais carenciados. As verbas com que esta comissão ia ser dotada para o desempenho da sua missão, além do subsídio esperado do governo, eram provenientes de uma subscrição com o objetivo de angariar fundos para obstar às carências dos necessitados, procurando evitar na medida do possível o “[...] *desumano abandono a que inevitavelmente tanta gente tinha de ficar entregue, pela mingua ou ausência absoluta de recursos e pelo desconhecimento do seu misero estado* [...]”.²⁴ Um exemplo da ação desta comissão é a distribuição aos necessitados de vales para aquisição de leite destinado à alimentação dos doentes, sendo os comerciantes obrigados a fornecer este género em troca dos referidos vales, conforme portaria do Alto-comissário da República.²⁵ Saliente-se ainda a este propósito que, por ordem do Governador Civil de Ponta Delgada, foi proibido o fabrico de queijo com leite de vaca, necessário à alimentação dos doentes.²⁶

Por outro lado, dentro da sociedade civil, quer empresas, quer particulares, prestaram um contributo importante no sentido de limitar os efeitos da epidemia: muitas senhoras que se dedicaram à confeção de agasalhos para os doentes pobres; particulares que, além de dinheiro para a subscrição, ofereceram artigos diversos, como chá, roupas, cobertores, lençóis,

²³ Jornal *Diário dos Açores*, n.º 8039, 18 de outubro de 1918.

²⁴ Jornal *Diário dos Açores*, n.º 8041, 04 de novembro de 1918.

²⁵ *Portaria do Alto Comissariado da República nos Açores*, Ponta Delgada, 30 de outubro de 1918.

²⁶ *Editais do Governo Civil de Ponta Delgada*, 29 de outubro de 1918.

colchões, etc.; proprietários de automóveis que se colocaram à disposição da comissão para transporte de pessoal médico; empresas que baixaram o preço de certos produtos, como álcool ou tecidos, para facilitar a sua aquisição e ofereceram mesmo certas quantidades à Comissão para cedência aos pobres. Neste contexto, o comandante da Base Naval Americana em Ponta Delgada, Almirante Dunn desempenhou um papel muito importante no auxílio tão necessitado nesses momentos difíceis da vida da comunidade: a oferta de gasolina e petróleo, de medicamentos, de dinheiro, de tecidos, a cedência de um rebocador para transportar de Lisboa medicamentos, de que havia grande carência, entre outras ações, granjearam-lhe grande admiração, simpatia e profundo reconhecimento por parte de toda a sociedade de Ponta Delgada e da ilha²⁷.

Sendo embora um assunto de grande interesse, não cabe nesta comunicação abordar com profundidade aquilo que foi feito para debelar a epidemia de gripe ou limitar os seus efeitos. Apenas apresentámos alguns aspetos da mobilização da sociedade perante a adversidade que se abateu sobre ela e que, se por um lado permitem pensar que a dimensão da catástrofe teria sido mais ampla não fosse a solidariedade de muitos, por outro, pela intensidade dos esforços envolvidos, nos podem dar uma ideia da virulência com que a epidemia de gripe atingiu o concelho de P. Delgada, como por certo o resto da ilha. Ela dizimou preferencialmente os estratos mais desfavorecidos e os homens com idades entre os 20 e os 40 anos, numa ação em que “[...] à brutalidade da invasão quase explosiva, tem de se ajuntar a surpresa dolorosa, que depressa descambou em verdadeiro pânico [...]”²⁸.

A tragédia, aqui como pelo mundo, foi feita de muitos dramas individuais e familiares cujo sofrimento não podemos quantificar, mas pelos assentos de óbitos, através das ligações de parentesco, podemos fazer uma vaga ideia do drama que trespassou muitos lares, alguns dos quais viram desaparecer em poucos dias marido e esposa, pai e filho, irmãos.

FONTES:

Ministério dos Negócios da Fazenda, *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de dezembro de 1900*, (Lisboa, Imprensa Nacional, 1901);

Ministério das Finanças, *Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1911* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1913);

Ministério das Finanças – Direcção-Geral de Estatística, *Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1920* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1925);

²⁷ Jornal *Açoriano Oriental*, n.º 4354, 02 de novembro de 1918; Jornal *Diário dos Açores*, n.ºs 8042, 8043, 8046, 8051, 8055, 8059, 05 a 25 de novembro de 1918.

²⁸ Relatório Anual do Subdelegado de Saúde (1918), cit.

Arq. da Conservatória do Registo Civil de Ponta Delgada, Livros de Óbitos do Registo Civil: 1918-1, 1918-2, 1918-3, 1919-1.

Biblioteca Pública e Arquivo de P. Delgada - jornais:

Açoriano Oriental, n.º 4337, 29 de junho de 1918.
n.º 4353, 26 de outubro de 1918.
n.º 4354, 02 de novembro de 1918.
Diário dos Açores, n.º 8017, 21 de setembro de 1918.
n.º 8029, 07 de outubro de 1918.
n.º 8039, 18 de outubro de 1918.
n.ºs 8041, 8042, 8043, 8045, 8046, 8051, 8052, 8055,
8059, 04 a 25 de novembro de 1918.
n.º 8069, 06 de dezembro de 1918.
n.º 8072, 09 de dezembro de 1918.
n.º 8082, 21 de dezembro de 1918.
n.º 8261, 07 de agosto de 1919.
n.º 8262, 08 de agosto de 1919.

BIBLIOGRAFIA:

CROSBY, Alfred W., *America's Forgotten Pandemic – the influenza of 1918*, New York, Cambridge University Press, 2003, 2ª ed.

DÁVILA, Beatriz Echeverry, *La Gripe Española – la pandemia de 1918-1919*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1993.

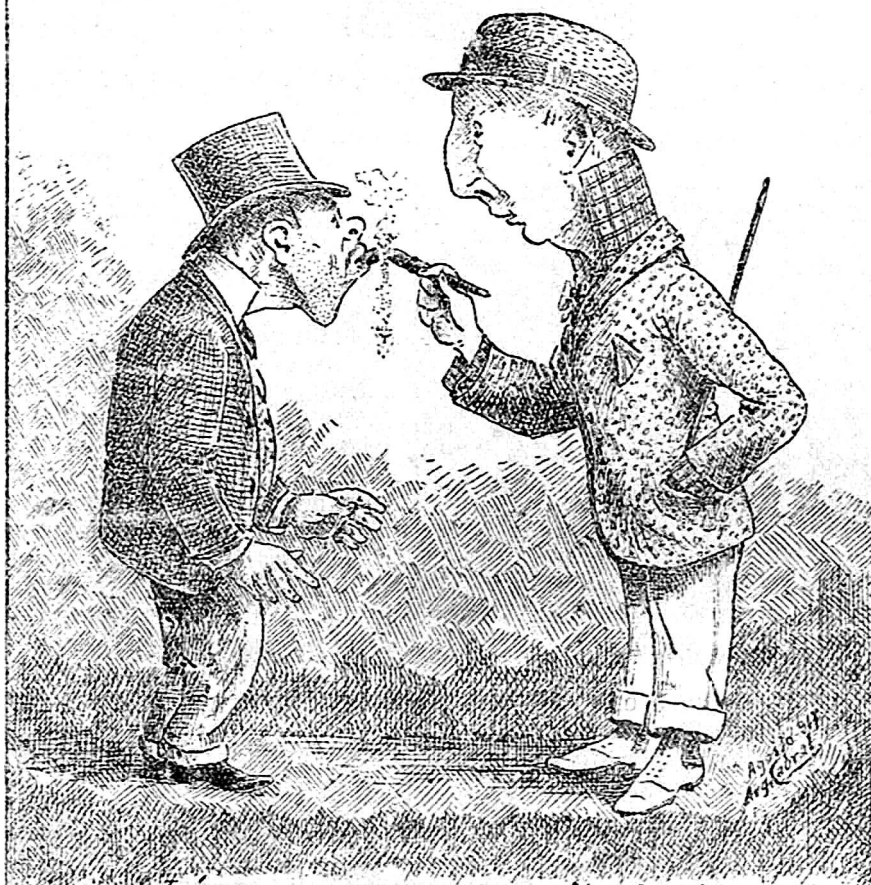
MAIA, José João M., *Flutuações e Declínio da Mortalidade na cidade do Porto 1870-1902*, Porto, Lusolivre, 1994.

NUÑEZ, José González, *La verdadera historia de la Gripe del 18* (consultado em 7/02/2018, disponível em https://www.hoyesarte.com/literatura/ciencia/la-verdadera-historia-de-la-gripe-del-18_250690/).

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX – Unidade, Permanência e Diversidade* (Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991).

Falla de phosphoros!

(Preocupação dolorosa...):-



— Lá se me vae a preciosissima cin-
za do meu incomparavel havano !!!
Um cataclismo, nada mais!
Isto, só com um submarino!

A Evolução Tecnológica e o Impacto na Grande Guerra Um contributo para uma outra visão sobre o poder naval.

CARLOS ALVES LOPES²⁹

Introdução

O Mar foi e será sempre uma arena de disputa de poder entre nações pela importância das suas vias comerciais, assim como para a atividade piscatória ou extrativa de matérias-primas.

Como tal, historicamente as guerras navais tiveram como objetivo central a obtenção do controlo do mar, ou a negação do mesmo ao inimigo, conseguindo-se este objetivo através de batalhas de destruição ou de bloqueios³⁰. Ao encontro desta ideia, no final do século XIX a teoria estratégica de Alfred Mahan³¹ levou a uma corrida internacional ao armamento para a obtenção de supremacias navais, que garantisse a obtenção desse tal poder naval efetivo em cada combate. No entanto, é reconhecido que o poder naval foi obtido múltiplas vezes por forças navais não dominantes, sempre que estas tiveram a possibilidade de superar pontualmente a superioridade numérica, ou tecnológica do inimigo.

Concorrentemente à consolidação da doutrina de Alfred Mahan encontramos uma evolução da tecnologia naval, brindada com a introdução da propulsão mecânica e novas armas, mas onde pouco se observou na

²⁹ Doutor em História Naval Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. É Investigador do Centro de Investigação Naval da Escola Naval (CINAV-EN), Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa (IHC/FCSH-UNL) e Auditor de Defesa Nacional pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN). E-mail: calopes@fcsn.unl.pt

³⁰ Consideramos neste contexto o bloqueio como uma estratégia de combate efetivo, seja este próximo ou distante, sendo ainda reconhecido como uma forma de desgaste sobre o comércio marítimo com implicações directas sobre a capacidade industrial e a qualidade de vida dos civis do beligerante inimigo a longo prazo.

³¹ Alfred Thayer Mahan (1840-1912), historiador norte-americano do final do século XIX, contemporâneo de Julian Corbett. Oficial de Marinha dos Estados Unidos notificou-se em textos de estratégia naval. Desenvolveu uma teoria sobre supremacia naval que influenciou uma corrida ao armamento. A sua principal obra sobre história e estratégia naval foi *The Influence of Seapower on History, 1660-1783*.

evolução de conceitos tático-navais. Será só depois da Grande Guerra que efetivamente se viria a verificar uma renovação de conceitos de combate naval, em especial durante o período de paz até à deflagração da 2ª Guerra Mundial, com o desenvolvimento de meios aeronavais e os primeiros sistemas eletrónicos para controlo de tiro e de radar.

Assim, é reconhecido que a aceleração tecnológica foi influenciada pelo impacto da guerra, mas essa evolução nem sempre foi uma consequência direta do avanço tecnológico. Em muito se deveu à capacidade adaptativa do ser humano para se encontrar novas soluções, ou para se readaptar as existentes às necessidades imediatas.

A evolução tecnológica e a marinha de guerra

O contributo da tecnologia para o desenvolvimento da força de combate naval e as vantagens que desta se retirou, dependeu totalmente da capacidade intelectual para inovar a partir dessas mesmas tecnologias. Neste contexto e como ponto de partida para a análise dessa evolução no período entre 1850 e 1920, considerámos a construção do *USS Monitor*, em 1851, e o desenvolvimento o *HMS Dreadnought*, em 1907, como pontos de referência.

Ao longo do período, para além da evolução do armamento foi observado em paralelo uma evolução no desenho naval, uma espécie de evolução estética que hoje nos permite facilmente distinguir pela silhueta a contemporaneidade das unidades navais: os mastros foram desaparecendo, as proas foram alterando a sua forma hidrodinâmica de convexa para côncava, a artilharia foi se deslocando da sua posição nas amoradas para o convés e o número de peças nos navios foi diminuindo, numa relação entre resistência de materiais e deslocação do centro de gravidade dessas mesmas estruturas.

Por outro lado a evolução naval caracterizou-se por uma introdução sucessiva de avanços tecnológicos singulares, ou pela integração conjugada dos mesmos, como por exemplo: eletricidade, TSF ou o vapor, que ofereceram novas capacidades às unidades navais e que viriam a permitir o progresso de novas táticas de combate naval.

Não é evidente que tenha existido um investimento direto das marinhas de guerra nacionais na pesquisa de novas tecnologias para aplicação militar, mas sim a adaptação de tecnologias já testadas, e utilizadas em outros campos industriais ou de serviços, as quais readaptadas contribuíram para o enriquecimento da capacidade de combate³². Assim, consideramos que quando é referida a importância dos princípios doutrinários de Alfred Mahan,

³² Definimos *combate* como uma situação de recontro directo com uma duração significativa e em que ambas as forças exercem o seu poder de ataque e de defesa.

ou também de Julian Corbett³³, estes devem ser considerados no âmbito da influência que os mesmos tiveram no aumento do número de unidades navais e na concentração em unidades pesadas: couraçados e cruzadores, ou seja como influenciaram a estratégia naval e não o combate naval tático³⁴.

Marcos da Evolução Tecnológica Naval (1850-1920)

Evolução Naval ³⁵	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Forças Aeronavais						HMS Furius 1918-1932 (1910)
Sistemas de Controlo de Tiro					HMS Dreadnought 1907-1914 (1900)	
Combate em Alto- -mar				TSF 1896-1900 (1890)		
Dependência de Combustível			USS Despatch 1873-1889 (1870)			
Artilharia Longo Alcance		USS Monitor 1860-1963 (1860)				
Liberdade de Manobra	HMS Pareil 1851-1854 (1850)					

Estes historiadores navais desenvolveram o conceito estratégico de *força de combate* baseado na obtenção de supremacia naval, a qual se caracterizava por uma capacidade de ataque e de defesa. Derivado deste conceito surgiu o desenvolvimento estratégico de *força de ataque*, com a

³³ Julian Stafford Corbett (1854-1922), historiador britânico do final do século XIX, especializado em história e estratégia naval. Um dos seus principais trabalhos foi a publicação de *Some Principles of Maritime Strategy*. Amigo pessoal do Almirante John Fisher influenciou a reforma naval preconizada por este no início da Grande Guerra. Mais tarde foi escolhido para escrever a história naval oficial britânica da Grande Guerra.

³⁴ Karl Lautenschläger, *Technology and the Evolution of Naval Warfare, 1851-2001*, Washington, National Academy Press, 1984, p.13.

³⁵ A força defensiva é caracterizada por poucos meios ofensivos, mas com capacidade de dissuasão em zonas específicas (ex. utilização de minas) e capacidade de protecção de portos e comércio marítimo.

função e capacidade de ataque, de assalto, ou de surpresa sobre o inimigo e com poucos meios de defesa.

Este conceito de *força de ataque* acompanhou a doutrina de combate da força submarina alemã durante a Grande Guerra, moldada com o objetivo principal de destruir o comércio marítimo inimigo, caracterizado por alvos desarmados ou de fraca capacidade defensiva³⁶. Esta doutrina aplicada à força submarina alemã, enquanto *força de combate*, reflectiu a ideia de *força proporcionada* nas funções e missões que lhe foram especificamente atribuídas, não pelo número de unidades disponíveis e muito menos por integrar couraçados, mas pelos resultados da acção individual das unidades submersíveis alemãs.

Mas se por um lado a especificidade da arma submarina caracterizou a capacidade naval alemã na Grande Guerra, outros factores levaram à evolução das características do combate naval no início do século XX. As novas tecnologias disponibilizadas em navios de guerra possibilitaram o aumento da capacidade de fogo e isto permitiu alterações nas táticas navais.

A liberdade de manobra e o combustível

Entre o início do século XVII e o final do século XVIII, cerca de 200 anos, não se verificaram alterações relevantes nos métodos e materiais de construção naval, mas após a data da introdução do vapor no século XIX verificou-se uma evolução galopante de década em década.

Os navios motorizados acabaram por se libertar da dependência da força do vento para os seus movimentos táticos e posteriormente para os movimentos estratégicos, mas em contrapartida ficaram dependentes de um abastecimento regular de combustível, questão inexistente anteriormente e que transformou a logística naval num problema de primeira ordem nos teatros de guerra longínquos, a partir da década de 70 do século XIX, ultrapassando o esforço de abastecimento de munições, mantimentos e peças que se verificava até à data.

A utilização de combustíveis e a necessidade de reabastecimento, para a propulsão dos navios a vapor introduziu duas novas questões em si relacionadas: a alteração da mobilidade tática e da mobilidade estratégica. A mobilidade tática reflectiu alteração dos parâmetros de velocidade e de manobra, alteração de direção sem perda de velocidade, e a mobilidade estratégica introduziu a necessidade de revisão do distanciamento das estações navais, preocupações sobre o raio de acção e o tempo operacional

³⁶ A força defensiva é caracterizada por poucos meios ofensivos, mas com capacidade de dissuasão em zonas específicas (ex. utilização de minas) e capacidade de protecção de portos e comércio marítimo.

dos navios, ou seja introduziu a questão da autonomia de um navio. De facto houve um aumento da mobilidade tática, mas em detrimento da mobilidade estratégica, já que o consumo de combustível e o espaço de armazenamento necessário para o mesmo influenciaram a arquitetura naval.

Durante o período de passagem da vela ao vapor existiram opções mistas, como a utilização de motores a vapor para manobras táticas e a manutenção de velas para as deslocações estratégicas, mas a evolução da máquina a vapor de expansão e a posterior introdução de turbinas, fizeram ultrapassar o ponto crítico de vantagem de utilização do vento e erradicaram-no na utilização em navios de guerra.

A relevância da distribuição geográfica de pontos de abastecimento de combustíveis líquidos e sólidos nas suas áreas de operação, implicou a localização de estações navais distantes, o que influenciou em parte a Alemanha, França, Bélgica, Holanda e também para os Estados Unidos da América, numa corrida por novas localizações de estações navais em África e na Ásia.

A tecnologia do vapor já não era uma tecnologia nova quando foi aplicada aos navios de guerra. Era conhecido o seu emprego em fábricas pelo menos desde 1725 e a sua utilização com grande sucesso em navios civis movidos a pás laterais³⁷, como o *SS Great-Western* em 1847, à data o maior navio de passageiros do Mundo e que veio mais tarde a servir como navio de transporte de tropas durante a Guerra da Crimeia (1853-1856).

No entanto, a solução técnica encontrada com a utilização de uma roda de pás para a transmissão do movimento e instalada lateralmente ou à ré, fragilizava as unidades navais em combate, uma das razões que levou ao atraso da generalização do vapor em navios de guerra. Será só com a introdução do veio de transmissão associado a uma hélice, que permitiu que se colocasse o sistema de propulsão para abaixo da linha de água, protegendo-o do fogo inimigo e assim se generaliza-se a utilização da propulsão mecânica em navios de combate.

Esse momento de maturidade do sistema a vapor para a utilização militar terá sido encontrado com a introdução deste sistema no *HMS Pareil*, em 1851, e a partir de 1855 em todos os novos navios produzidos para a marinha de guerra britânica, o que despoletou uma dinâmica de transformação da propulsão noutras marinhas e o início de uma conversão rápida das frotas militares.

³⁷ Associação Marítima e Colonial (dir), *Annaes Marítimos e Coloniais*, Quarta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 82. A título de exemplo referimos o *SS Great-Western* (1838-1847), um navio de passageiros em madeira, com uma pequena caldeira a vapor que exercia uma tracção sobre uma roda de pás lateral, ou roda de água, o qual efectuava a travessia regular do Oceano Atlântico (Estados Unidos – Inglaterra) é data da introdução do vapor em navios de guerra.

Mas a introdução do vapor ao proporcionar uma alteração da capacidade de manobra, não alterou as formações lineares de combate que se mantiveram por muitos anos face à dificuldade do cálculo de tiro em rotas de curso variável. Também a necessidade de uma reestruturação da logística dos pontos de abastecimento, levou que durante algumas décadas a mobilidade estratégica das esquadras ficasse ainda independente do vento, mantendo um período de transição.

Em Portugal o vapor foi introduzido em navios comerciais em 1820, primeiro no vapor *Conde de Palmela*, seguido por outros, e a aquisição do primeiro rebocador para manobra no Tejo³⁸, *Subtil* em 1825. Durante a Guerra Civil (1828-1834) na Batalha do Cabo de São Vicente (1832) foi empregue na força naval liberal o *HMS Galatea (vapor)* comandado pelo britânico Charles Napier que demonstrou a vantagem do vapor para manobra tática. O primeiro navio a vapor da Armada construído no Arsenal de Lisboa foi a escuna *Barão de Lazarim*³⁹ em 1861, equipado já com veio e hélice seguindo a arquitetura moderna do *HMS Pareil* produzida seis anos antes pela Royal Navy.

Os novos armamentos

A época em análise foi uma época em que se verificou uma rápida substituição dos materiais de construção em navios de guerra, de madeira para ferro e de ferro para aço, em consequência da evolução da artilharia e não por razões estruturais de construção ligadas com à introdução da propulsão a vapor, mesmo existindo uma coincidência de datas e também fatores que mutuamente se influenciaram.

Existem múltiplas referências à introdução de blindagem em navios de madeira em consequência do sucesso do *USS Monitor* (1862), ou à utilização de munições explosivas, e que tais circunstâncias terão dado o mote para tornar a construção de navios de guerra em madeira como ultrapassada. No entanto, se se observar com atenção as ações navais durante a Guerra Civil Americana (1861-1865) verifica-se que as canhoneiras blindadas eram pequenos navios costeiros, embarcações fluviais sem capacidade de navegação em alto-mar, e também que a utilização de munições explosivas há muito que existia. O que se pode referir é que os navios construídos em madeira de carvalho eram relativamente resistentes ao tiro para a artilharia de alma e que a evolução das peças de fogo iria alterar esta realidade.

³⁸ António Estácio dos Reis, *Gaspar José Marques e a Máquina a Vapor: sua introdução em Portugal e no Brasil, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006, pp.161-5.*

³⁹ Idem, pp. 275-7. Após a construção da escuna a vapor BARÃO LAZARIM, o Arsenal de Lisboa só voltou a construir um vapor cerca de 30 anos mais tarde, a corveta BARTOLOMEU DIAS.

Houve uma verdadeira evolução tecnológica na artilharia naval ligada ao desenvolvimento metalúrgico, que capacitou a produção de artilharia naval de alma estriada. Este facto implicou um aumento da velocidade do projétil, complementado com um aumento da capacidade energética dos novos explosivos químicos sobre a capacidade energética da pólvora negra. Esta nova artilharia de alma estriada viria a apresentar um maior alcance, uma maior precisão e uma maior penetração em relação à artilharia naval de alma lisa até então existente⁴⁰.

Em consequência do novo poder de penetração da artilharia, foi experimentada pela primeira vez a utilização de placas de ferro de forma extensiva pelos franceses, na proteção das baterias flutuantes no cerco a Sebastopol. Os franceses que foram aliados dos britânicos nesse conflito, reconheceram o efeito das placas metálicas com proteção e passaram a colocar placas metálicas nos seus navios a partir de 1857. Assim poderá ser mais assertivo considerar que a experiência da Guerra da Crimeia terá dado o mote para a utilização de placas metálicas para proteção de navios, já que a solução americana utilizada no *USS Monitor* (1862) não foi totalmente novidade.

Essa evolução da metalurgia permitiu também a construção de armas estriadas de grande dimensão, capazes de resistirem a maiores pressões internas e com a utilização das almas estriadas passou a ser possível disparar projéteis cilíndricos que apresentavam uma massa três vezes superior à dos projéteis esféricos de igual calibre.

A rotação impressa pelas estrias veio dar ao projétil a estabilidade necessária no voo e com a maior massa e velocidade associadas, capacitou o projétil com uma força de impacto e penetração que tornou obsoleta a construção em madeira, mas também viria a trazer um alcance efetivo de combate naval superior, uma alteração dos 600 metros para um novo alcance entre 1.500 a 2.000 metros, mas ainda inferior ao limite do horizonte visual.

Como em qualquer vantagem tática relacionada com a evolução tecnológica, esta foi de pouca dura e rapidamente se chegou a um novo ponto de equilíbrio entre a capacidade de penetração das novas armas de alma estriada e uma nova capacidade de defesa das placas metálicas nas estruturas dos navios, algo equivalente a um novo ponto de equilíbrio entre as armas de alma lisa em relação à capacidade de defesa das amoradas dos navios de madeira.

O que se alterou radicalmente foi o alcance efetivo da mesma e o aumento da blindagem dos novos navios (protegidos ou blindados), o que se converteu na prática por um aumento da distância tática de combate. Esta evolução da artilharia naval levou igualmente a uma progressiva redução

⁴⁰ Esta alteração tecnológica teve impacto no cerco naval de Sebastopol, durante a Guerra da Crimeia (1853-1856).

do número de armas a bordo, com o aumento progressivo do calibre das mesmas, à subida da posição das armas das amoradas em direção ao convés e um aumento progressivo das blindagens dos navios pela adição de placas metálicas, primeiro de ferro, depois de ferro e de aço e por fim numa utilização plena do aço na construção naval. Foi uma evolução que levou à especialização das unidades navais enquanto plataformas de tiro.

No entanto, outro tipo de arma evoluiu no período em análise: a mina naval, inicialmente conhecida por torpedo, nome que veio a batizar e a caracterizar a diferenciação com a artilharia. Essa nova arma viria a ter dois ramos evolutivos, o *torpedo móvel*, hoje conhecida simplesmente por *torpedo* e o *torpedo fixo*, hoje conhecido simplesmente como *mina*.

A rápida evolução do torpedo móvel permitiu que pequenas unidades navais viessem a adquirir um potencial ofensivo capaz de destruir unidades de grande tonelagem e com isso obrigaram a repensar a nível tático o equilíbrio das formações de combate.

Os primeiros torpedos movidos a ar comprimido⁴¹ datam de 1866 e já em 1877, com a introdução do giroscópio e de múltiplas câmaras-de-ar comprimido, os torpedos tomaram a capacidade para alcançar 800m a uma velocidade de 18 nós. À data da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), esses mesmos engenhos começavam a ser equipados com propulsão de gás quente, que permitiu um aumento notável no seu alcance e velocidade. Enquanto os torpedos a gás frio alcançavam 800m a 30 nós, com o gás quente estes alcançavam distâncias de 2.000m a 34 nós, ou 4.400m a 28 nós.

Por volta da 1909, o torpedo britânico Whitehead⁴² Modelo MK VII 18 inch (17,7 inch verdadeiros) conseguia resultados como 3.500m a 45 nós, ou 5.000m a 35 nós e a partir de 1912 os torpedos equipados com modelos de giroscópio mais evoluídos conseguiam alcançar uma excecional estabilidade de navegação⁴³. Em 1914 os torpedos da Whitehead fabricados em Weymouth, os Mark II de 21 inch, registavam um alcance de 10.000m a uma velocidade de 28 nós⁴⁴.

Dentro da corrida ao armamento, os alemães foram igualmente desenvolvendo os seus modelos de torpedo (Tipo G), com numa mediada

⁴¹ Os torpedos Whitehead de 16 inch produzidos na Grã-Bretanha em 1872, conseguiam um alcance de 1.000m a uma velocidade de 7 nós ou 300m a 12 nós.

⁴² Por volta de 1880 a *Whitehead Torpedoes* tinha alcançado o número de 1.500 torpedos vendidos, encontrando-se entre os seus compradores Portugal com 50 torpedos. (*San Francisco Maritime National Park Association*, <http://www.maritime.org/doc/jolie/part1.htm> (acesso em 2016/08/02).

⁴³ A Armada Portuguesa esteve equipada com torpedos de 18" em contratorpedeiros e submersíveis, e 14" em torpedeiros.

⁴⁴ Spencer C. Tucker, *Instruments of War: Weapons and Technologies that have changed history*, Santa-Barbara-California, ABC-CLIO, LLC, 2015, p.125.

standard de 500mm (19.7 inch), que a partir de 1911 já registavam um alcance de 5.000m a 27 nós e com uma carga explosiva duas vezes superior ao seu equivalente britânico de 18 inch⁴⁵.

A evolução em alcance até 10.000m levou a que as grandes unidades navais como os cruzadores e os couraçados também viessem a incorporar tubos de lançamento de torpedos, reforçando as suas zonas de fogo efetivo.

A questão da definição dos alcances dos torpedos foi uma questão interessante e debatida no Almirantado Britânico. Em acordo com as táticas navais da época foi inicialmente ponderada a hipótese dos torpedos serem fabricados com três distâncias de ajustamento: curto, longo e extremo, mas optou-se por questões práticas a opção de apenas um ajustamento duplo: curto e longo. Assim, durante a Grande Guerra as armas fabricadas seguiam como especificações técnicas ideais a utilização de: 4.500m a 45 nós (curto alcance) e 10.000m a 30 nós (longo alcance), já que 4.500m era considerado pelo Almirantado Britânico como a distância natural de combate em velocidade para os contratorpedeiros na Royal Navy e o ajustamento de longo alcance apenas para os 6.000m por ser considerado como um alcance médio da artilharia defensiva a curto alcance nas grandes unidades navais⁴⁶.

O combate e os sistemas integrados de tiro

Entre 1895 e 1900, um outro conjunto de inovações tecnológicas melhorou a capacidade de combate em esquadra, criando forças operacionais verdadeiramente oceânicas. Como marco pode ser referenciada a introdução das transmissões sem fios nos navios (TSF), que permitiu expandir a capacidade de comunicação para além da linha de visão direta, facultando ao comando a capacidade de dar ordens a unidades dispersas e fora do seu contacto visual, o que desenvolveu a capacidade de reconhecimento em tempo real para lá do horizonte geográfico e permitiu manobras estratégicas fora das zonas litorais.

Em 1897 as experiências italianas entre o cruzador *San Martino* e o porto de La Spezia deram início à fase de progressiva instalação de sistemas TSF nas marinhas mundiais, com base nos sistemas de comunicação Marconi. Em junho de 1899 deram início as experiências em França, seguidas em julho na Grã-Bretanha e em novembro do mesmo ano nos Estados Unidos. Em 1902 a Holanda instalou os novos sistemas de comunicação e a Grécia⁴⁷ em

⁴⁵ Epstein, Katherine C. Epstein, *Torpedo: Inventing the Military-Industrial Complex in the United States and Great Britain*, London, Harvard University Press, 2014, pp.195-6.

⁴⁶ Idem, pp.195-06.

⁴⁷ R. J. Eassom, *HF Transmitters and Recenders for Naval Radio*, GEC-Marconi Communications Ltd., 100 years of radio, Conference Publication 441, IEE, 1995, p.62.

1912. Em Portugal as primeiras experiências na Armada datam de 1902, entre o cruzador *D. Carlos* e a cidadela de Cascais⁴⁸, tendo sido adotada a instalação nos navios da Armada⁴⁹ a partir de 1909.

A primeira utilização operacional em teatro de guerra com TSF naval data de 1900, entre os navios *HMS Forte*, *Thetis* e *Magicienne*, com a estação terrestre de Durban e Delagoa Bay⁵⁰, durante a 2ª Guerra Boer (1899-1902).

Por volta de 1916 os transmissores sem fios Marconi equipados com antenas de anel Bellini-Tosi⁵¹ ganharam a capacidade de escuta direcional, abrindo um novo método de escuta que passou a permitir determinar a posição no mar de emissores inimigos. Nos finais de 1918 os sistemas TSF, telegrafia e som, alcançaram um elevado grau de desenvolvimento técnico e a sua utilização naval e marítima tinha-se generalizado⁵².

Esta capacidade de comunicação veio dar à classe de cruzadores a possibilidade de se tornarem verdadeiras unidades de reconhecimento, suportados por uma maior eficiência dos motores e de resistência da sua estrutura em aço que lhes deu a velocidade associada a leveza, os fatores necessários para que estes se tornassem verdadeiros cavalos de batalha.

O grande alcance de tiro das peças estriadas, associado às munições de pólvora química foi acompanhado pela introdução do controlo telemétrico de tiro, uma outra evolução tecnológica que transformou a capacidade de combate dos couraçados, ao permitir ultrapassar a limitação da capacidade do olho humano para apontar uma arma a mais de 2.000 metros⁵³, limitação que anteriormente não se verificava enquanto o alcance efetivo da artilharia rondava os 1.500 metros.

A introdução da telemetria na Royal Navy em 1880, permitiu-lhes uma vantagem de um alcance útil de 3.000 metros⁵⁴, sendo que em 1904 já era possível à Royal Navy apontar com eficiência sobre alvos a uma distância entre os 6.000m e 7.000m, o que foi seguido de perto pelas marinhas concorrentes

⁴⁸ Moura da Fonseca, *As Comunicações Navais e a TSF na Armada: subsídio para a sua história (1900-1985)*, Lisboa, Edições Culturais da Armada, 1988, p.84.

⁴⁹ Idem, p.84. O cruzador São Gabriel foi o primeiro navio a ter instalado um sistema TSF operacional e com guarnição especializada. O aparelho tinha um alcance de 400 km, tendo nos testes alcançado 1.300km numa das comunicações.

⁵⁰ Nigel West, *Historical Dictionary of Signals Intelligence*, Plymouth (UK), The Scarecrow Press Inc, 2012.

⁵¹ Em 1907 os engenheiros Ettore Bellini e Alessandro Tosi descobriram uma forma de detector a direcção das ondas electromagnéticas através de um tipo próprio de antena.

⁵² R. J. Eassom, *HF Transmitters and Recenders for Naval Radio*, GEC-Marconi Communications Ltd., 100 years of radio, Conference Publication 441, IEE. 1995, p.63.

⁵³ Karl Lautenschläger, *Technology and the Evolution of Naval Warfare, 1851-2001*, Washington, National Academy Press, 1984, p.20.

⁵⁴ John Brooks, *Dreadnought Gunnery and the Battle of Jutland: The question of fire control*, London, Routledge, 2005, p.38.

e aliadas. A evolução dos telémetros viria a permitir um alcance de tiro eficaz entre 10.000m e 14.000m durante a Grande Guerra, mas em consequência desse enorme alcance de tiro viriam a surgir novos problemas técnicos que levaram ao estudo de métodos de aquisição de alvos e de controlo de tiro.

Com novas capacidades de tiro e de comunicação, os navios enquanto plataformas de suporte de baterias tornaram-se cada vez maiores, mais robustos, mais blindados e capazes de operar em várias condições atmosféricas em alto-mar, ultrapassando as limitações que levaram a que quase todos os confrontos navais, antes do século XX, tivessem lugar com terra à vista e em situações de mar calmo. É de referir que a própria arquitetura naval por necessidades materiais, ou de distribuição de peso face ao centro de gravidade e linha de flutuação, colocava as peças de artilharia nas amoradas o que não permitia fazer fogo em mar revolto, pela simples necessidade de manter as portadas fechadas devido à ondulação.

Se por um lado o desenho dos navios acompanhou a rigidez e resistência dos materiais utilizados, a introdução de blindagem alterou a posição do centro de gravidade o que também contribuiu para possibilitar o elevar da posição da colocação das peças em relação à linha de água, aumentando a capacidade de combate oceânica em condições atmosféricas mais adversas.

A artilharia de tiro rápido⁵⁵ veio completar as inovações tecnológicas introduzidas no final do século XIX, com a introdução de culatras de abertura rápida (1866), carregadores de munições (1877), sistemas hidráulicos de amortecimento de recuo das peças montadas em reparos fixos (1881) e com a pólvora química sem fumo (1886).

Em especial para as peças de calibre médio e de tiro rápido, entre 110mm e 200mm (5 a 8 inch), desenvolveu-se a tática de produzir uma chuva de balas explosivas sobre os navios inimigos, enquanto para as armas de calibre mais pesado se apostou em táticas para produzir furos na armadura do navio. Isto reflete a situação de até ao início do século XX as peças colocadas a bordo dos navios serem colocadas sem proteção, ou com fraca proteção para os artilheiros, tendo esta tática de tiro o objetivo de reduzir a capacidade de tiro inimigo. Refira-se que as armas de calibre ligeiro e de tiro rápido, aquelas que apresentavam um calibre menor 110mm (abaixo de 4 inch), eram essencialmente vocacionadas para uma defesa contra os torpedeiros e mais tarde contra os submersíveis à superfície. As de menor calibre e as metralhadoras eram ainda utilizadas para tiro direto sobre os torpedos que se aproximava.

⁵⁵ A partir de 1890 e até ao aparecimento do *HMS DREADNOUGHT* (1907), a artilharia instalada nos couraçados era composta por peças pesadas e médias e ligeiras, sendo só depois da construção deste que começou a ser ponderada uma distribuição de poder de fogo defensivo entre couraçados e cruzadores.

Com o aumento do alcance efetivo de tiro das peças de artilharia no final do século XIX, a questão do campo de visão tornou-se premente, acrescido com o aumento do alcance dos torpedos móveis. Pequenos navios: submersíveis, torpedeiros e contratorpedeiros tinham a capacidade de afundarem um couraçado, mas a utilização dos seus torpedos obrigava a um lançamento a curta distância de tiro, o que os colocava sempre à distância das armas ligeiras de tiro rápido do inimigo. Sendo os torpedeiros e os contratorpedeiros, e posteriormente os submersíveis, uma ameaça real, isto levou a que as grandes unidades nunca chegassem a abandonar na totalidade as suas armas defensivas de tiro rápido, mas também que estes progressivamente fossem cada vez menos utilizados em águas costeiras, onde os torpedeiros e submersíveis emboscados tinham autonomia e vantagem tática.

A evolução das armas de artilharia pesada, a diminuição do número de armas e a concentração num só calibre antes do início da Grande Guerra, levou a que as duas potências rivais, Grã-Bretanha e Alemanha, vissem a desenvolver sistemas de controlo de tiro, primeiro com a integração das armas do navio e por último a integração de tiro entre vários navios.

Se bem que já existisse uma preocupação por parte do Almirantado Britânico em modelar novas formas de poder de fogo⁵⁶ desde 1905, mesmo antes da construção do *HMS Dreadnought*, a integração do controlo de tiro veio dar aos couraçados em esquadra uma força suplementar de tiro, que lhes permitiu alcançar com eficácia distâncias de tiro que os pré-dreadnought não conseguiam por falta desse mesmo controlo⁵⁷. Esta diferença de capacidade tática de tiro teve relevância no confronto naval entre navios russos e japoneses na Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905.

A evolução do controlo de tiro vira a permitir que os contratorpedeiros que acompanhavam as esquadras se convertessem também em plataformas de tiro fisicamente separadas dos cruzadores e dos couraçados, numa delegação em cascata de observação e execução de tiro, executando um papel defensivo ou ofensivo na linha de combate, dependendo da situação. À data do início da Grande Guerra eram dominantes duas doutrinas de combate: a britânica, posteriormente também assumida pelos americanos, onde os contratorpedeiros tinham uma função defensiva e a alemã e francesa onde os contratorpedeiros tinham uma função ofensiva com lançamento de torpedos, sendo que as suas missões secundárias o inverso.

⁵⁶ John Brooks, *Dreadnought Gunnery and the Battle of Jutland: The question of fire control*, London, Routledge, 2005, p.43. Pelo menos desde 1905 que o ainda Capitão John Rushworth Jellicoe reconhecia que era necessário evoluir para sistemas de tiro melhorados que permitissem aumentar a cadência da tiro em salva nos couraçados (Brooks, 2005:43)

⁵⁷ Karl Lautenschläger, *Technology and the Evolution of Naval Warfare, 1851-2001*, Washington, National Academy Press, 1984, p.28.

As doutrinas de tiro resultantes da disponibilidade dos sistemas de controlo de tiro só tiveram aplicação prática devido ao desenvolvimento da TSF, que permitiu aos cruzadores enquanto plataformas de artilharia avançada comunicassem a posição das forças inimigas e mantivessem um fluxo contínuo de informação entre os cruzadores e o couraçado com o comando central de tiro da esquadra. Anteriormente a comunicação era apenas possível através de uma linha contínua de campos de visão, com uma sucessiva retransmissão de informação sempre entre campos de visão, que não só era muito mais lenta levando muitos minutos entre navios, como isso implicava um nível superior de progressão de erro, sendo um exemplo desses erros e omissões na transmissão de mensagens em teatro de operações o que se passou ao nível da esquadra britânica durante a Batalha da Jutlândia, mesmo utilizando TSF⁵⁸.

Não foi só o desenvolvimento metalúrgico que possibilitou a construção de navios maiores, tipo dreadnought, mas também a introdução de outros fatores como a eletricidade que permitiu a integração dos sistemas de tiro dentro de um mesmo navio e a interligação de todas as baterias a bordo, ou seja fazê-las funcionarem com uma só bateria, o que não acontecia nos pré-dreadnought onde as armas faziam tiro de forma independente.

Outra vantagem associada ao controlo de tiro centralizado verificou-se a partir de 1911, com a utilização dos sistemas diretores de tiro telemétrico suportados por apontadores de distância óticos de 2,75m (9ft) de diâmetro⁵⁹, colocados nos pontos mais altos dos navios, para marcarem a localização do embate do tiro e por ligação elétrica ao posto de controlo tiro transferir indicações sobre as correções de tiro a efetuar.

Quando teve início a Grande Guerra a Royal Navy ainda estudava a integração dos vários tipos de navios na Grand Fleet, considerando desde 1913 que aos cruzadores ligeiros (rápidos) e aos contratorpedeiros caberia a missão de impedir que o inimigo chegasse à distância curta de tiro de torpedo e que simultaneamente servissem como observadores no sistema integrado de tiro, onde no centro da esquadra os couraçados e os cruzadores pesados abria fogo aos opositores⁶⁰. Em 1913 não existia uma tática definida contra submarinos na Grand Fleet, já que era considerado que a diferença de velocidade impediria que os submarinos conseguissem atacar uma esquadra, ficando o estudo da ameaça de ataque de torpedos de longo alcance apenas confinada a ataques provenientes de navios de superfície.

⁵⁸ John Brooks, *The Battle of Jutland*, Cambridge, Cambridge University Press. 2016, p.494.

⁵⁹ John Brooks, *Dreadnought Gunnery and the Battle of Jutland: The question of fire control*, London, Routledge, 2005, p.48. Houve a necessidade de evoluir para telémetros de 4.60m (15ft) de diâmetro para se conseguir um controlo de tiro eficaz a 13.000m.

⁶⁰ Nicholas A. Lambert, *Sir John Fisher's Naval Revolution*, US Columbia, University of South Carolina Press, 1999, p.216.

Mas os inovadores sistemas de controlo de tiro também apresentavam dificuldades operacionais. Em primeiro lugar existia a possibilidade de existir erro na observação da coluna de água do embate do tiro, o que poderia levantar erros nas correções introduzidas. Em segundo lugar as armas pesadas só eram disparadas quando a elevação perviamente fixada se encontrava corretamente apontada para o alvo, o que só se verifica ciclicamente durante alguns segundos por causa do balanço longitudinal e transversal do navio, levando à necessidade de um posicionamento correto no momento do tiro e consequentemente à redução da cadência de tiro. Em terceiro lugar havia que considerar o tempo que uma bala levava a viajar até ao alvo, o tempo que o observador levava a comunicar os dados dos disparos ao controlador do tiro e deste aos artilheiros, mais uma demora que também contribuía para a redução da cadência de tiro. A inexactidão e a lentidão dos tiros de correção levava a que demorasse a aparecer resultados e eram necessárias tantas mais correções de tiro quanto mais o alvo se encontrava fora de observação ótica direta⁶¹.

Entretanto os cruzadores também foram perdendo a sua função de predadores dos oceanos contra o comércio marítimo com o aparecimento da nova arma submarina, mas esta arma não teve a capacidade de ameaçar as forças navais em esquadra e até dificuldade em atacar as formações de comboios navais escoltados, sendo a sua grande eficiência foi encontrada em situações de emboscada em zonas costeiras, junto a arquipélagos ou em estreitos. Esta situação converteu inicialmente os submersíveis numa arma defensiva e no máximo numa força de desgaste contra navios de guerra inimigos. Só posteriormente se revelou como uma arma muito efetiva contra o comércio marítimo inimigo.

Com as grandes unidades britânicas e alemãs cingidas aos portos após a Batalha da Jutlândia por diversas razões, foram os contratorpedeiros as unidades principais na luta antissubmarina com a capacidade de neutralizar, ou afundar um submersível que se encontrasse à superfície, com o seu tiro rápido do armamento principal ou mais tarde com cargas de profundidade.

A consubstanciar o resultado da evolução tecnológica no período em análise, o relatório naval britânico de 1936, *Progress in Naval Gunnery 1914-1936*⁶², fornece um conjunto de informações que espelha as dificuldades encontradas durante a Grande Guerra apesar da intensa alteração tecnológica.

Em 1914 os couraçados britânicos estavam equipados com sistema de controlo de tiro que lhes davam a necessária confiança para desafiar os navios

⁶¹ Jon Tetsuro Sumida, *A Matter of Time: The Royal Navy and the Tactics of Decisive Battle 1912-1916*, The Journal of Military History, Volume 67, Number 1, pp. 85-163, January 2003, p.115.

⁶² Conforme C.B 3001/1914-36, *Training and Staff Duties Division*, Naval Staff, Admiralty, S. W. December 1936.

alemães. No entanto, foi verificando que a utilização dos sistemas de controlo de tiro não era eficaz em condições de baixa visibilidade, como aconteceu na Batalha de Heligoland em 28 de agosto de 1914, ou em condições de tiro a longas distâncias em que os inimigos tomavam movimentos defensivos ziguezagueando, como aconteceu na Batalha de Falkland em 8 de dezembro de 1914.

Foi verificado que o sistema de controlo de tiro dependia muito mais da qualidade do observador de tiro do que da eficiência do telémetro, que em combate a observação de tiro (*spotting*) era extremamente difícil, os tiros longos raramente eram observados o que implicava que a correção de tiro fosse efetuada apenas pelos tiros curtos. Outra lição adquirida relacionou-se com a dificuldade de obtenção de uma alta cadência de tiro, devido à impossibilidade de se efetuar um cálculo rápido das variações de distância, acabando quase sempre por se optar por um ajuste individual da distância de tiro por bataria.

Em resultado da Batalha de Dogger Bank em 24 de janeiro de 1915, foi dada atenção à possibilidade de executar tiro aos pares, uma concentração de tiro sobre navios inimigos, uma vez que a Grand Fleet tendia a ser superior numericamente nos encontros com a High Sea Fleet, mas desde que nenhum navio inimigo ficasse fora de tiro. Este tipo de concentração de tiro apresentava dificuldades ligadas com questões de eficiência das comunicações TSF e visuais, dada a rigorosa disciplina de tiro necessária para se obter qualquer sucesso.

Na Batalha da Jutlândia em 31 de maio de 1916, em que teve lugar um combate em linha, foi verificado que mesmo assim o cálculo de tiro era imensamente mais difícil do que em exercícios navais. Em condições de combate severo e com navios de grande capacidade de manobra o sistema de controlo de tiro não era eficiente por ser lento e porque limitava a utilização de tiro de oportunidade em combate, o que levou a reformas na doutrina britânica de tiro após esta batalha.

Na Batalha de Heligoland em 17 de novembro de 1917, onde houve uma intensa utilização de cortinas de fumo os tiros longos quase nunca foram observados e não era possível distinguir entre o resultado das explosões de munições tipo HE que atingiam o inimigo e os clarões do fogo das armas inimigas, face ao qual a regulação de tiro foi mais uma vez efetuada pelos tiros curtos. A isto acrescia a dificuldade de distinguir a direcção do navio inimigo por causa das cortinas de fumo, do fumo dos disparos e face ao movimento ziguezagueante.

Por último, será ainda importante referir as ações noturnas onde existia o problema de localização e identificação do alvo, considerando o curto período de tempo em que normalmente existia no contacto visual e a curta distância a que estes combates aconteciam. Em 1914 na Royal Navy

a utilização de holofotes (searchlights) não era ainda treinada e não estava generalizada a distribuição de iluminantes (verylights ou star shell). Neste campo os alemães estavam mais evoluídos e melhor treinados para combater à noite, dando-lhes uma vantagem tecnológica em combate noturno.

A visibilidade e a camuflagem

No mar ao contrário do que se experimenta em terra, a posição do horizonte geográfico é um dos fatores fundamentais no desenrolar de uma situação de combate, face à falta de outros pontos de referência e à variação da sua distância com a modificação de condições atmosféricas.

Não é só a cor do objeto, ou a intensidade luminosa refletida, a razão pela qual os navios são avistados, uma vez que não é possível observar um objeto quando este fica escondido por detrás da curvatura da terra, ou seja abaixo do horizonte geográfico. No entanto, condições atmosféricas reflexo do diferencial de temperatura entre a água e a atmosfera podem causar variações na distância de observação, ou mesmo em situações especiais de refração permitir a observação limitada de objetos para além da linha do horizonte geográfico.

Distância ao horizonte visível

Metros (h)	Milhas (d)	Metros (h)	Milhas (d)	Metros (h)	Milhas (d)
0,5	1,5	3,0	3,6	5,5	4,9
1,0	2,1	3,5	3,9	6,0	5,1
1,5	2,5	4,0	4,2	6,5	5,3
2,0	2,9	4,5	4,4	7,0	5,5
2,5	3,3	5,0	4,7	7,5	5,7

Nota: valores retirados da tabela da Armada Portuguesa relativo a referências de observação, altura do observador em metros e distância do objeto em milhas [ex. um observador na torre de um submarino (h=5m) tem um horizonte visível até 4,7 milhas um observador na torre de um patrulha (h=7,5m) tem um horizonte visível até 5,7 milhas].

A curvatura da terra permite a observação de objetos até cerca de 3 milhas (cerca de 5 km) ao nível do mar, se bem que um observador tem a potencialidade de ver até centenas de quilómetros ao seu redor se colocado no alto de uma montanha de dia, ou até cerca de 30 milhas (cerca de 50 km) numa noite escura uma luz de pequena intensidade como de uma vela acesa, ou ainda a luz de uma estrela a milhões de anos-luz.

Para além da imensidade do foco luminoso a cor é também importante. É essa a razão por que os navios de guerra eram normalmente pintados na cor preta, por vezes com uma ou várias faixas de cor branca ao longo das linhas das baterias, neste caso não para esconder a artilharia, mas para intimidar

o inimigo. Esta tradição foi abandonada no final do século XIX, em sintonia com o abandono da construção naval em madeira, conquistando os navios metálicos uma cor de referência cinzenta, ou azul acinzentado, indiciando uma estratégia simples de camuflagem ao procurarem se confundir com as cores naturais do horizonte geográfico. Refira-se que esta relevância de opção de coloração só fez sentido, em consequência do aumento da distância de combate e derivado do aumento do alcance da artilharia com alma estriada.

Por outro lado os navios comerciais da época a vapor mantiveram a utilização da cor preta como cor base de pintura, introduzindo vários tipos de coloração na pintura e ornamentação dos tubos das chaminés.

Virá a ser a guerra no mar, durante a Grande Guerra de 1914-1918, que virá introduzir a utilização de padrões de cores na pintura nas amoradas dos navios, em virtude da necessidade de introduzir um complemento de proteção aos navios comerciais que atravessavam o Atlântico sob a ameaça dos submersíveis alemães.

Neste contexto foi proposto um padrão de pintura que ficou conhecida como camuflagem naval Dazzle. Este padrão, ou conjunto de esquemas gráficos, foi inventado por Norman Wilkinson para proteger os navios comerciais aliados e consistia num padrão geométrico complexo de cores contrastantes, em especial branco e preto, que se intercetavam provocando várias ilusões óticas, que provocavam a indefinição da direção e da velocidade do navio, ou mesmo a quantidade de navios que o objeto visualizado representava, tendo sido levado ao limite a utilização desses esquemas com a não utilização do mesmo padrão em mais de um navio, para que as pinturas não se tornassem uma fonte de identificação de classes de navios.

Porque à data o controlo de aquisição de alvos era efetuada por processos óticos, com a utilização de telémetros de coincidência, o efeito dos padrões de camuflagem Dazzle introduzia confusão nos observadores de tiro, dificultado a coincidência das duas imagens quanto mais afastado se encontrava o observador do alvo.

Não deixa de ser relevante reconhecer que antes do século XX a utilização de qualquer camuflagem não seria relevante por duas simples razões: os combates eram travados a curta distância, a cerca de 600m, e não eram utilizados instrumentos óticos de coincidência para o cálculo das soluções de tiro. Neste sentido, o aparelho ótico periscópio utilizado para a observação e aquisição de um alvo, para obter uma solução de tiro e lançamento de um torpedo, encontrou na camuflagem Dazzle um obstáculo relevante.

Conceptualmente a camuflagem naval Dazzle não tinha o objetivo direto de esconder, ou de tornar impercetível o navio perante o inimigo, tanto mais que o padrão de pintura Dazzle tendia a tornar os navios mais facilmente detetáveis. No entanto para a arma submarina inimiga à maior visibilidade

era associada uma maior dificuldade para determinar uma solução de tiro, face às deformações óticas observadas no alvo. O sucesso dos padrões de camuflagem Dazzle esteve no dificultar dos cálculos do observador inimigo.

Estes foram adotados pontualmente pela Marinha Britânica e extensivamente na Marinha Americana, existindo também situações de adoção de camuflagem em navios portugueses da Armada e da marinha comercial⁶³. É relevante verificar que a pintura de camuflagem Dazzle nos navios portugueses teve influência americana, sendo que a *NRP Beira* terá sido o primeiro navio a ser camuflado, presumivelmente no período entre 22 de julho a 12 de agosto de 1917, na Estação Naval de Ponta Delgada, por influência dos navios da Marinha Americana aí estacionada, na Naval Base 13: Mid-Atlantic Naval Base Ponta Delgada.

A pintura de camuflagem nos navios teve na realidade um impacto material como contramedida sobre a evolução dos sistemas óticos de aquisição de alvos, mas também um importante impacto psicológico sobre as guarnições e tripulações, dando-lhes um conforto emocional, refletido na maior probabilidade de sobreviverem a um ataque surpresa de torpedos.

Analisando um pouco mais a utilização cromática, existiram opções onde foram utilizados padrões multicolores e sem desenhos geométricos, onde o feito pretendido deixava de ser diretamente o dificultar da solução de tiro dos submersíveis, mas de tornar o navio mais dificilmente detetável quando navegava perto da costa litoral ou junto a ilhas em zona de arquipélago, sendo então essas camuflagens mais relacionáveis com os padrões utilizados em terra pelos exércitos, já que nessa opção se pretendia dissimular o navio quando colocado numa posição de contraste entre o inimigo e a linha de horizonte em que se avistava terra.

Por último será interessante referir um relatório da US Navy de 1919, produzido por Harold Van Buskirk⁶⁴, onde se refere a eficácia da utilização da camuflagem Dazzle. Num universo de 1.256 navios comerciais americanos⁶⁵ de mais de 2.500 toneladas, que operaram entre 1 de março e 11 de novembro de 1918, 96 foram afundados⁶⁶, sendo que desses apenas 18 estavam pintados com camuflagem Dazzle, e destes só 11 por ação de torpedos.

⁶³ *NRP Beira, NRP Guadiana, San Miguel ou Quelimane.*

⁶⁴ Tad Fitch; Michael Poirie, *Into the Danger Zone: Sea Crossings of the First World War*, The History Press, 2014, (e-book). O tenente Harold Van Buskirk foi o responsável pela secção de camuflagem da US Navy durante a Grande Guerra e trabalhou em conjunto com Norman Wilkinson.

⁶⁵ No caso dos navios de guerra americanos todos estavam pintados com camuflagem Dazzle, não tendo havido registo de perdas de navios de guerra durante o conflito por danos causados por torpedos.

⁶⁶ Buskirk, Harold Van Buskirk, "Camouflage". *Transactions of the Illuminating Engineering Society*, Vol XIV JAN-DEC-1919, pp. 225–229.

Conclusão

Desde os meados do século XIX até 1918, final das hostilidades da Grande Guerra, existiu uma clara evolução das capacidades de combate naval, força da introdução de inovações tecnológicas: metalúrgica, química e elétrica, mas terá sido o desenvolvimento da artilharia que diferenciou imperativamente essa evolução.

A capacidade humana para o aproveitamento dessas inovações tecnológicas terá sido o fator mais importante para o progresso das táticas navais e só num plano secundário a tecnologia se demonstrou como o fator dominante. Até ao final da Grande Guerra o ser humano manteve-se como único decisor em combate.

Houve momentos pontuais em que a evolução tecnológica foi revolucionária face ao impacto da sua aplicação, mas as grandes evoluções foram consequência da introdução pontual, progressiva e encadeada de diversas tecnologias durante os períodos de paz. Por outro lado, a superioridade tecnológica não garantiu sempre, e de forma linear, uma superioridade tática em combate, nem a utilização dos meios inovadores se superiorizaram marcadamente sobre meios já anteriormente instalados, pelo facto de se continuar a depender de sistemas óticos para combate, os quais continuavam a ser marcadamente dependentes das capacidades humanas e das condições atmosféricas.

Durante a Grande Guerra foram vários os momentos em que as novas tecnologias, como a artilharia de tiro rápido, a TSF e os telémetros não foram suficientes para fornecer uma superioridade tática e terão sido as condições atmosféricas, ou o simples ciclo de luz do dia e da noite, que acabaram por ser determinantes para o desfecho de um confronto naval. Será apenas mais tarde com a chegada da era eletrónica que se encontrará definitivamente uma alteração de conceitos tático-navais e o início da independência do fator humano.

Portugal ao longo do período foi acompanhando as novidades tecnológicas mundiais, tendo existido por parte da Marinha Portuguesa um esforço por manter o seu corpo de oficiais e engenheiros a par desse conhecimento. No entanto, não terá havido a capacidade financeira para produzir, ou adquirir, unidades navais modernas e em número significativo que permitisse impor na sua zona intermédia um controlo naval inequívoco. Será este facto, entre outras razões de carácter geoestratégico dos aliados, que levaram à localização da base naval americana nos Açores e que criou uma oportunidade única para um contacto operacional entre Marinha Portuguesa e a Marinha dos Estados Unidos da América.

BIBLIOGRAFIA

- MARDER, Arthur J., *From the Dreadnought to Scapa Flow: The Royal Navy in the Fisher Era, 1904–1919*, 5 vols, London: Oxford University Press, vol. 3, 1978.
- Associação Marítima e Colonial (dir), *Annaes Marítimos e Coloniais*, Quarta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.
- BROOKS, John, *The Battle of Jutland*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016.
- BROOKS, John, *Dreadnought Gunnery and the Battle of Jutland: The question of fire control*, London, Routledge, 2005.
- BUSKIRK, Harold Van, “Camouflage” *Transactions of the Illuminating Engineering Society*, Vol XIV, 225–229, JAN-DEC 1919.
- C.B 3001/1914-36, *Training and Staff Duties Division*, Naval Staff, Admiralty, S. W. December 1936.
- EASSOM, R. J., *HF Transmitters and Recenders for Naval Radio*, GEC-Marconi Communications Ltd., 100 years of radio, Conference Publication 441, IEE, 1995.
- EPSTEIN, Katherine C., *Torpedo: Inventing the Military-Industrial Complex in the United States and Great Britain*, London, Harvard University Press, 2014.
- FITCH, Tad; Michael Poirie, *Into the Danger Zone: Sea Crossings of the First World War*, The History Press, ebook, 2014.
- FONSECA, Moura da, *As Comunicações Navais e a TSF na Armada: subsídio para a sua história (1900-1985)*, Lisboa, Edições Culturais da Armada, 1988.
- How Far Can the Human Eye See?*, <http://www.livescience.com/33895-human-eye.html>, (consultado em 01/08/2016).
- KOERVER, Hans Joachim, *German Submarine Warfare 1914-1918: in the Eyes of British Intelligence*, Berlin, Schaltungsdienst Lange, 2012.
- LAMBERT, Nicholas A., *Sir John Fisher's Naval Revolution*, US Columbia, University of South Carolina Press, 1999.
- LAUTENSCHLÄGER, Karl, *Technology and the Evolution of Naval Warfare, 1851-2001*, Washington, National Academy Press, 1984.
- HAIDER, Muhammad Zarrar, *Impact of Naval Technology on Employment of Maritime Power*, (https://www.academia.edu/6925990/IMPACT_OF_NAVAL_TECHNOLOGY_ON_EMPLOYMENT_OF_MARITIME_POWER), (consultado em 02/08/2016).
- PEREIRA, José António Rodrigues, *A Marinha na mobilização militar para África*, Revista Militar n. 2551/2552 – agosto/setembro 2014, pp721-740, 2014.
- PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.
- REIS, António Estácio dos, *Gaspar José Marques e a Máquina a Vapor: sua introdução em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006.
- REZENDES, Sérgio, *A Grande Guerra nos Açores: Património e Memória Militar*, Lisboa, Caleidoscópio, 2017.

- WORK, Robert O., *Naval Transformation and the Littoral Combat Ship*, Center for Strategic and Budgetary Assessments, February 2004.
- BARNETT, Roger W., *Technology and Naval Blockade: Past Impact and Future Prospects*, Naval War College Review, Vol. 58, No. 3 pp-87-97, Summer 2005.
- SILVA, Henrique Corrêa da, *Memórias de Guerra no Mar*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1931.
- SUMIDA, Jon Tetsuro, *A Matter of Time: The Royal Navy and the Tactics of Decisive Battle 1912-1916*, The Journal of Military History, Volume 67, Number 1, pp. 85-163, January 2003.
- TELO, António José; SALGADO, Augusto Alves, *A Grande Guerra no Atlântico Português*, Vol. I, Porto, Fronteira do Caos, 2018.
- TUCKER, Spencer C., *Instruments of War: Weapons and Technologies that have changed history*, Santa-Barbara-California, ABC-CLIO, LLC, 2015.
- United States Naval Operations Concept, 2010, <http://www.navy.mil/maritime/display.asp?page=noc.html>, 13. (consultado em 23/04/2016).
- VALDEZ, Henriques, *A Marinha de Guerra na defesa das colónias*, Angra do Heroísmo, Tipografia Editora Andrade, 1928.
- WALDENSTRÖM, Christofer, *Sea Control Through the Eyes of the Person Who Does It: A Theoretical Field Analysis*, Naval War College Review, Vol. 66, No. 1, Winter 2013.
- WEST, Nigel, *Historical Dictionary of Signals Intelligence*, Plymouth (UK), The Scarecrow Press Inc, 2012.



*Navy Curtiss HS-2L em experiências (outubro de 1918) Rosa Silva (2017),
óleo sobre tela, 40 x 60 cm.*



*Peça de artilharia americana em Feteiras, 1918, Carlos Pins (2017),
acrílico sobre tela, 40 x 60 cm.*

Uma gripe de longe e de perto: a Horta e a “gripe espanhola” de 1918-1919

CARLOS LOBÃO⁶⁷

O grau de mortandade provocado por epidemias devastadoras – inimigo invisível – marcou a vida dos homens ao longo das diferentes épocas históricas.

No concelho da Horta é notória a preocupação das diferentes corporações administrativas para controlar preventivamente as doenças. Todavia, a carência de meios humanos e financeiros obstavam a que as mesmas conseguissem a evitar a propagação e disseminação, devido ao fácil contágio, de moléstias.

As principais ameaças à saúde pública dos seus habitantes eram, de acordo com a documentação consultada, as mudanças de estação⁶⁸, os charcos de águas estagnadas, os focos de matéria em putrefação, as ruas sujas, onde o lixo se acumulava e impregnava o ambiente, muitas vezes decorrentes do despejo indiscriminado de excrementos dispersos ainda por ribeiras, falésias e praias⁶⁹, responsáveis por cheiros nauseabundos, provenientes ainda das cocheiras, um pouco espalhadas por toda a cidade⁷⁰, e pelo uso indiscriminado e indevido dos locais públicos, daí se relevar, e reclamar, que os principais deveres de um município deviam ser o cuidar da limpeza e da boa iluminação da cidade, porque era sinal de zelo e de asseio⁷¹.

Currais de porcos e galinheiros junto às habitações, em particular nas freguesias rurais, muitas das quais albergavam no piso inferior a atafona onde

⁶⁷ Escola Secundária Manuel de Arriaga/ CHAM – Centro de Humanidades.

⁶⁸ “[...] Numa quadra propensa a febres com esta [...]”, a respeito de alguns casos de febres tifoides na freguesia de Castelo Branco, “Memorando [Saúde Pública]”; *O Faialense*, 1900, junho 17 (33), p.1. No ano seguinte pode ler-se no mesmo jornal, “Notícias da Semana”, *Ibidem*, 1901, setembro 29 (100), p. 3: “Como de costume, com a entrada do outono, começaram a manifestar-se as febres gástricas”, novamente na dita freguesia, “com tendência a propagarem-se”.

⁶⁹ “Memorando [Saúde Pública]”, *O Faialense*, 1902, agosto 3 (46), p. 2.

⁷⁰ “Memorando [Saúde Pública]”, *Ibidem*, 1900, junho 17 (33), p. 1.

⁷¹ “Limpeza das Ruas”, *O Democrata*, 1885, julho 19 (29), p. 2.

os animais passavam a noite, a falta de hábitos de higiene que se estendiam às casas de habitação – muitas de uma só divisão, sujas, húmidas e malcheirosas – e a proliferação de ratos, uma “praga intolerável”, na expressão de John Bass Dabney, que se infiltrava por toda a parte⁷², seriam outras das preocupações das autoridades.

A isto acrescia o contacto com as tripulações ou passageiros dos barcos que demandavam o porto da Horta muitas vezes provenientes de portos suspeitos ou infectados não sendo por isso admitidos a livre prática⁷³. Por isso, obrigados a quarentena, o que, por vezes, provocava algum mau estar entre o agente consular ao qual o navio vinha consignado e as autoridades locais de saúde; outros ficavam em observação por falta de carta de saúde⁷⁴.

Finalmente, os produtos adulterados devido ao mau acondicionamento em granéis, botequins⁷⁵ ou em barcos de transporte⁷⁶, e os falsificados, em particular o leite⁷⁷ que era misturado com água, o não cumprimento das posturas municipais e as dificuldades de acesso, sobretudo no inverno, às freguesias ou zonas das mesmas onde grassavam as febres e as epidemias por parte das autoridades de saúde e dos facultativos do partido da Câmara⁷⁸.

Esta preocupação com a presença de barcos infectados na baía da Horta, como se pode ler através de consultas da Junta Geral e dos relatórios dos governadores civis, daria origem a que se pedisse que se criasse um

⁷² Cf. Roxana Dabney, *Anais da Família Dabney no Faial*, volume 1, Horta, Núcleo Cultural da Horta/Instituto Açoriano de Cultura, 2004, p. 43.

⁷³ BPARJJG, *Vice-consulado da Espanha na Horta*, “Ofício, de 1 de março de 1883, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. Para o efeito, a Estação de Saúde da Horta organizou o *Livro para nele se lançarem as notas sobre o estado sanitário dos portos extraído dos respetivos boletins desde o n.º 1 em diante*, 1892, e que continha as seguintes referências: porto, moléstia, estado, boletim de sanidade (número, dia, mês e ano).

⁷⁴ Sobre o serviço de quarentenas, veja-se *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*, 1863, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 4.

⁷⁵ Em 1916, durante a 1.ª guerra, na sequência da falta de milho na ilha do Faial, a firma António Pereira do Amaral & Filhos Lda. importara uma grande quantidade de cereal que a lastro nos granéis começou a criar borboletas que invadiram, positivamente, todas as casas da cidade, o que daria azo a que José Garcia do Amaral [1853-1932], na época membro da comissão de subsistências, compôs, sob o pseudónimo Zé Careca, a sátira “Reclamação”.

⁷⁶ Em 1917, verificamos que na inspeção realizada à carga de cevada, a pedido do mesmo governador civil, transportada pela galera inglesa *Cumberland*, que a mesma se encontrava “fortemente gorgolhada”, BPARJJG, 27.ª secção agrícola [Horta] da *Circunscrição Agrícola do Sul da Direção Geral de Agricultura*, “Ofício n.º 215, de 14 de novembro, ao governador civil do distrito da Horta”.

⁷⁷ “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1890, julho 13 (22), p. 3: “[...] A polícia que tem muito que fazer começou, no dia 7, a examinar o leite que se expõe à venda, encontrando três amigos que deitavam água nas canecas a fim de lhe ser mais rendosa a indústria. Foram acusados e enviados para o poder judicial [...]”.

⁷⁸ Sobre o estado sanitário das freguesias da Feteira e Castelo Branco em 1899, veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1898-1900 (49), fls.164-164 v.: “Ata da sessão de 3 de 30 de novembro de 1899”.

“Lazareto neste porto”, considerado um “serviço de monta ao povo destas Ilhas”⁷⁹. Justificava-se que estava em causa não só a saúde pública, mas os graves transtornos que causava à navegação e ao comércio da ilha do Faial, apesar de se apontar mesmo o local onde deveria ser instalado – o forte da Greta situado no monte da Guia⁸⁰. Reivindicação que se foi perpetuando.

Mas à medida que se avança no tempo em estudo, e que perigosas moléstias ameaçavam a ilha e o distrito, notamos que as autoridades administrativas e sanitárias além de solicitarem providências também indicavam algumas medidas que deviam ser tomadas para tratar dos “contaminados”, a saber: oficial as farmácias se dispunham dos necessários desinfetantes e medicamentos; escolher, na cidade, o Monte da Guia como local para tratamento dos doentes, devido ao seu isolamento, onde seriam montadas as “barracas” do hospital; alugar nas freguesias rurais casa, mesmo que provisória, para hospitalização dos doentes, o que era aconselhado pelos facultativos da Câmara, evitando-se assim deficiências de tratamento e de higiene⁸¹; desinfetar as habitações contaminadas; escolher o local para enterrar os mortos quando não fosse possível fazê-lo quer no cemitério geral da cidade quer nos das freguesias; nomear comissões nas diferentes freguesias que coadjuvassem as autoridades na aplicação das medidas preventivas; solicitar ora à imprensa ora a comissões de “cavalheiros e damas” que se encarregassem, a primeira de abrir “mais uma” subscrição destinada a socorrer os doentes pobres⁸²; às segundas que angariassem donativos para prover a possíveis despesas⁸³; transferir, quando a situação o justificasse, verbas do Fundo de Assistência Pública para ocorrer às moléstias. Finalmente, registamos ainda a preocupação da Câmara em atribuir o pelouro da sanidade pública a um vereador que tivesse ligação direta com o assunto, como aconteceu em 1923, quando o farmacêutico Pedro Maria Lecoq assume tal cargo. Como é óbvio, as autoridades sanitárias iam muito além das práticas tradicionais de tratar os doentes, isto é, o isolamento, a quarentena e a desinfecção.

A “Influenza” espanhola

A partir de abril de 1918, tanto a Europa como a África eram assoladas por uma doença epidémica de origem desconhecida, cujo diagnóstico era incerto devido a confundi-la com outras doenças já conhecidas como

⁷⁹ *Consultas das Juntas Gerais dos Distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, p. 1.

⁸⁰ *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes, 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 6.

⁸¹ “Memorando [Febres Tifoides em Castelo Branco]”, *O Faialense*, 1899, novembro 26 (4), pp. 1-3.

⁸² “Memorando [Febres Tifoides]”, *O Faialense*, 1899, novembro 5 (1), p. 1.

⁸³ BPARJJG, *Conselho do distrito da Horta*, Livro de Atas do Conselho do Distrito, 1892, flnn., “Ata da Sessão da Sessão da Junta Distrital de Saúde, 3 de outubro de 1892”.

a cólera e o tifo. No final do mês seguinte, numa notícia proveniente de Londres referia-se que se tratava de gripe ou *influenza*, designação adequada de acordo com a terminologia médica.

A denominação de espanhola derivou do facto de em Espanha não se fazer sigilo sobre as consequências que a mesma estava a provocar, situação que não se verificava noutros países, que tudo faziam para evitar o impacto da mesma no quotidiano. Segundo Adriana Goulart, a explicação para a sua denominação “tem raízes políticas”⁸⁴.

No entanto, o seu local de origem não tinha nada a ver com a Espanha. Pensa-se que a mesma tenha surgido nos Estados Unidos, em campos de treino militar. Observada pela primeira vez no estado norte-americano do Kansas, Fort Riley, a 4 de março de 1918 e, dias depois, a 11, em Quens, Nova Iorque. Os primeiros casos na Europa, surgiram no mês de abril. A “mãe” de todas as pandemias vitimou, em cerca de oito meses, em todo o mundo, entre vinte a quarenta milhões de pessoas⁸⁵.

Em Portugal, os que tinham ficado em casa, depois de dois anos de escassez de abastecimentos (1917 e 1918) viram-se atormentados com um novo flagelo, “a última das epidemias da história”, que deixaria atrás de si, entre maio de 1918 e a primavera de 1919, cerca de sessenta mil vítimas⁸⁶.

A epidemia também chegaria à ilha do Faial, como já acontecera em 1891 e pela mesma altura⁸⁷ embora por um período curto de tempo entre novembro de 1918 e janeiro de 1919, tendo atingido o seu ponto crítico no mês de dezembro de 1918, com um aumento inusitado do número de

⁸⁴ Adriana da Costa Goulart, “Revisitando a espanhola: a gripe pandémica de 1918 no Rio de Janeiro”, *Hist. Ciênc.Saúde-Manguinhos*, vol.12, Rio de Janeiro, jan.-abr. (1), 2005, in <http://scielo.br/pdf/hcsm/v12n1/06.pdf> (consultado em 18-01-2010).

⁸⁵ Veja-se Maura Regina Petruski, “O inimigo invisível: a epidemia de gripe espanhola em Ponta Grossa, 1918”, *Analecta. Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes*, vol. 2, Guarapuava, Paraná, 2001, jan.-jun. (1), pp. 9-17; Paulo Silveira e Sousa et al., “Perante a Pneumónica – a epidemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal” (1918-1919), *Vária História*, vol. 25, Belo Horizonte, jul/dez, 2009 (42), pp. 377-402; Id. et al., “Responder à epidemia: Estado e Sociedade civil no combate à gripe pneumónica (1918-1919)”, *Revista da História das Ideias*, vol. 29, Coimbra, 2009, pp. 443-475; Id., *A Pandemia Esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009; Maria Rita Lino Garnel, “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2009 (9), pp. 229-251.

⁸⁶ Cf. Rui Ramos [coord], “Introdução”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p. 17.

⁸⁷ “Breve Revista do ano de 1891”, *O Açoriano*, 1892, janeiro 3 (1), p.1; “Notícias do campo [Pedro Miguel]”, *Ibid.*, 1891, dezembro 13 (48), p.2. Em 1918, pode ler-se n’*O Telégrafo*: “Acha-se no nosso porto um vapor chegado de Norfolk, onde se encontram quase todos os habitantes atacados de doença infecciosa. Da tripulação do referido vapor que é composto por 90 pessoas, 70 acham-se atacadas, tendo já perecido duas. Para bordo foi pedido socorro médico. O caso é bastante grave e merecedor da maior atenção e vigilância”, *Noticiário*, *Ibid.*, 1918, outubro 10 (7 331), p. 2.

óbitos, 215 num total de 584 óbitos, o que equivalia a uma percentagem de 36,8%, como se pode ver no quadro I, correspondentes a 326 indivíduos do sexo masculino (55,8%) e a 258 do feminino (44,2%). O total de óbitos em dezembro corresponde a uma percentagem de pouco menos de sete vezes mais do que a média dos restantes meses.

Quadro I: Mortalidade no concelho da Horta em 1918

Sexo/Meses	1918												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Ab.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Masculino	13	12	27	16	15	24	24	17	16	16	27	119	326
Feminino	18	12	18	14	18	21	12	15	12	6	16	96	258
Total	31	24	45	30	33	45	36	32	28	22	43	215	584

Fontes: BPARJJG, *Registo Civil da República de Portugal*, Livro de Registo de Óbitos do concelho da Horta em 1918.

Reportando ao quadro II, verificamos que no mês de janeiro se assiste a um valor da mortalidade acima dos outros meses do resto do ano, o que confirma que a durabilidade da doença se circunscreve a um período curto.

Quadro II: Mortalidade no concelho da Horta em 1919

Sexo/Meses	1919												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Ab.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Masculino		15	10	14	14	16	12	8	20	21	15	17	194
Feminino	31	16	23	21	30	17	20	16	20	21	24	20	259
Total	63	31	33	35	44	33	32	24	40	42	39	37	453

Fontes: BPARJJG, *Registo Civil da República de Portugal*, Livro de Registo de Óbitos do concelho da Horta em 1919.

Por outro lado, pela análise do *Livro de Registos de Óbitos do Concelho da Horta, 1918*, notamos que o primeiro caso, assim identificado, ocorreu no mês de outubro na freguesia da Matriz⁸⁸.

Pela leitura dos jornais *A Democracia* e *O Telégrafo*, é possível lançar um olhar ao percurso da gripe na ilha do Faial que recaiu sobre uma população que, embora não sendo afetada diretamente pela guerra, não deixava de se debater com uma evidente falta de géneros e carestia de vida, além de não haver localmente uma resposta sanitária adequada ou medidas profiláticas para combater a *influenza*.

Perante o exposto, perguntamos: Que medidas tomaram para aconselhar as populações? Quanto às autoridades, como é que estas combateram a gripe ou *influenza* espanhola? O que se pode então ler mais na imprensa sobre o assunto?

⁸⁸ BPARJJG, *Registo Civil da República Portuguesa*, Registo de Óbitos do concelho da Horta, 1918, "Registo n.º 312", fl. 157.

À medida que o número de casos ia surgindo, notamos que seriam encerrados diferentes estabelecimentos, em que se incluíam escolas e as farmácias *Correia* e *Garcia*, ao mesmo tempo que o jornal *O Telégrafo*, momentaneamente, suspendia a sua publicação por doença dos seus tipógrafos e distribuidores. Por seu turno, a redação d' *A Democracia* alertava os seus leitores para a necessidade de ter que tomar idêntica medida, "[...] *tanto mais que parte do nosso pessoal se acha também doente* [...]"⁸⁹.

Mas mais importante do que o encerramento das tipografias locais, era o aumento do número de pessoas atingidas, sobretudo famílias pobres das freguesias das Angústias e Conceição que não tinham quem lhes prestasse qualquer socorro, uma vez que as autoridades se debatiam com a falta de medicamentos, de médicos e de locais para poderem hospitalizar os doentes.

Para colmatar estas faltas, o governador civil do distrito da Horta, Manuel da Câmara Velho de Melo Cabral (1918-1919⁹⁰), decidiu, perante uma certa contestação pública à sua atuação⁹¹, enviar um telegrama ao Alto-Comissário da República nos Açores, general Simas Machado, solicitando-lhe médicos, enfermeiros e dinheiro e a devida autorização para ocupar as instalações da colónia alemã para servirem de hospital⁹². Certamente que o Alto-Comissário depois de um olhar minucioso ao telegrama do governador, viria a corresponder aos seus pedidos, como se pode ler no telegrama resposta: "[...] *Vou providenciar para seguirem imediatamente. Pode contar com quatro mil e quinhentos escudos e pode em meu nome requisitar edifícios colónia alemã* [...]"⁹³. O valor ascenderia aos sete mil escudos, como se pode ver no quadro III:

⁸⁹ "A epidemia da influenza", *A Democracia*, 1918, novembro 29 (779), p.2.

⁹⁰ Natural da Fajã de Baixo, ilha de São Miguel (1869-1939). Tesoureiro da Fazenda Pública do concelho da Horta, cargo que havia assumido a 2 de dezembro de 1913. Em 1918, foi nomeado governador civil do distrito da Horta. O seu mandato ficou assinalado por dificuldades com que teve de se confrontar, em particular o abastecimento público de bens essenciais (milho, trigo, manteiga, açúcar, ovos). Os jornais *A Democracia* e *O Telégrafo*, várias vezes, demonstraram o seu desagrado perante as medidas tomadas, chegando mesmo o segundo a ser processado pelo governador, cujo julgamento decorreu em outubro ainda de 1918. A partir de então, votou o governador ao ostracismo, isto é, ao falar dele nunca menciona o seu nome, exceção feita a editais e outros documentos oficiais que publica. Seria demitido em fevereiro de 1919.

⁹¹ "Carta", *A Democracia*, 1918, dezembro 16 (786), pp. 1-2.

⁹² *A Democracia*, 1918, novembro 29 (779), p. 2. Veja-se BPARJG, *Governo civil do distrito da Horta*, Livro de Ofícios, "Ofício, de 15 de março de 1919, do governador civil do distrito da Horta ao ministério do Interior", 1918-1919, fl. 172.

⁹³ "A Epidemia", *A Democracia*, 1918, novembro 30 (780), p. 2. Por um ofício enviado pelo Serviço da República nos Açores ao governador civil do distrito da Horta, verificamos que o Alto-Comissário pedia para ser informado como tinha sido usada a verba enviada para combater a epidemia de gripe no distrito, "a fim de o habilitar perante o Governo a prestar contas do modo como foi dispendida a referida quantia", cf. BPARJG, *Alto-Comissário da República nos Açores*, "Ofício, de 12 de fevereiro, ao governador civil do distrito da Horta" [d.a.].

Quadro III: Despesas feitas com a verba atribuída pelo Alto-Comissário para socorros aos doentes pobres atacados pela epidemia da gripe

Despesas	Valor em escudos
Donativos e despesas de que foi encarregado o amanuense da administração do concelho da Horta, Urbano Rodrigues Guiomar	160\$34
Donativos distribuídos pelo Governo Civil do distrito da Horta	449\$50
Donativos distribuídos nas freguesias rurais	502\$00
Donativos para o concelho da Madalena	300\$00
Donativos para o concelho de S. Roque	300\$00
Donativos para o concelho das Lajes	300\$00
Contas apresentadas por D. Maria Antonieta Cananas (socorros a cerca de 400 casas na Horta e Flamengos)	1 925\$11
Contas apresentadas por D. Maria e D. Irene Bastos (socorros a 25 casas da Matriz e da Conceição)	50\$35
Serviço de automóveis	790\$40
Fazendas fornecidas por João Inácio da Silva	33\$89
Medicamentos fornecidos pelas farmácias da cidade	428\$23
Despesas com o hospital da Bagatela	1 315\$28
Gratificação a Urbano Rodrigues Guiomar	60\$00
Gratificação ao enfermeiro Bento Joaquim Cordeiro	100\$00
Medicamentos fornecidos aos pobres do Faial e Pico pela Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada	198\$05
Saldo existente em cofre	86\$85
Total da verba atribuída pelo Alto-Comissário	7 000\$00

“Os donativos aos pobres das freguesias foram feitos, segundo as indicações dos respetivos regedores, presidentes das juntas de freguesia e professores, exceto em Castelo Branco, em que foram obsequiosamente prestadas pelo reverendo pároco, José Francisco da Silveira Grilo. Todas as contas estão devidamente documentadas e acham-se patentes na secretaria deste Governo Civil. Secretaria do Governo Civil do distrito da Horta, 10 de fevereiro de 1919. O secretário-geral interino, José Garcia do Amaral”⁹⁴

Por outro lado, apesar de se estar perante uma situação preocupante, verificamos que ainda havia tempo ou para criticar a primeira autoridade ou para publicamente se consignar os necessários e merecidos louvores a todos aqueles que se dispuseram para ajudar o próximo, entre outros, as irmãs Francisca, Florinda e Ema Cristo e o Dr. Alberto de Medeiros.

O que nos leva a concluir que, desde os primeiros casos confirmados de gripe espanhola na ilha do Faial, a par das autoridades, houve um envolvimento solidário, desinteressado e dentro do mais nobre espírito de caridade cristã, de pessoas que não tendo responsabilidades diretas nas áreas da saúde e administração distrital e municipal se mobilizaram para o combate à epidemia,

⁹⁴ “Despesas feitas com a verba atribuída pelo Alto-Comissário para socorros aos doentes pobres atacados pela epidemia da gripe”, *A Democracia*, 1919, fevereiro 11 (831), pp. 1-2.

pondo em risco a própria vida. Uma solidariedade diversificada que cresceu sobretudo na cidade da Horta com o aumento do número de enfermos e que seria reconhecida pelas autoridades⁹⁵ como se pode ler na imprensa: “[...] *Se não fosse a iniciativa particular de algumas senhoras faialenses e continentais, as classes pobres tinham ficado completamente abandonadas [...]*”⁹⁶. Os seus relevantes serviços prestados durante a epidemia de gripe, seriam reconhecidos pela Portaria de louvor n.º 9, de 24 de janeiro, do Alto-Comissariado da República nos Açores:

“[...] Tendo no mais elevado apreço os relevantes serviços graciosamente prestados durante a última epidemia de influenza, nos três Distritos Açorianos, por algumas senhoras que com a maior abnegação e o mais nobre espírito de caridade auxiliaram o combate à epidemia, assistindo os doentes, cooperando na sua enfermagem e levando-lhes grandes confortos morais; Publicamente, pelo referido procedimento, merecedor do reconhecimento e da admiração das populações açorianas, cujo sentimento tenho a certeza de interpretar, louvo as Exmas. Senhoras: Carolina Moniz de Vasconcelos, Ema de Cristo, Florinda de Cristo, Francisca de Cristo, Irene Bastos, Joana Riley da Mota Morais, Maria de Andrade A. Fernandes Gil (viscondessa do Porto Formoso), Maria Antonieta Cananas, Maria Augusta da Glória, Maria Bastos, Maria do Carmo Miranda Santos, Maria do Carmo Oliveira Júnior, Maria das Dores Macieira Santos, Maria Joana de Freitas Pereira, Maria Teodora Pimentel e Maria Teresa Macieira Santos[...].”

Dos auxílios oficiais, registamos também a atribuição pelo governo civil de subsídios aos pobres das diferentes freguesias para ajuda de tratamentos⁹⁷; por seu turno, a administração do concelho da Horta também levou a efeito o pagamento de uma série de despesas relativas a indigentes epidémicos: enterramentos, hospitalização de doentes pobres e distribuição de agasalhos a indigentes⁹⁸.

⁹⁵ “Louvor da Câmara Municipal da Horta aos médicos Alberto Goulart de Medeiros, Nestor Xavier de Mesquita, Raul Rómulo de Oliveira e João Pereira de Lacerda Forjaz e às damas D. Francisca, D. Florinda e D. Ema Cristo, Maria Antonieta Cananas, esposa e filha do Sr. capitão do porto Rodrigues Bastos e José Pereira Macedo Jr., Manuel Tomás de Melo Pereira, Bento Joaquim Cordeiro, Jaime Ferreira da Gama e Guilherme Goulart da Costa pelos serviços prestados às pessoas atacadas pela gripe na cidade, cf. *O Telégrafo*, 1919, janeiro 11 (7 395), p. 3.

⁹⁶ “Carta”, *A Democracia*, 1918, dezembro 16 (786), pp. 1-2.

⁹⁷ “Comunicado”, *O Telégrafo*, 1919, janeiro 11 (7 395), p. 2, pelo qual o regedor da freguesia da Feteira, Estulano Goulart Cardoso, agradecia ao governador civil a quantia atribuída para socorrer aos doentes pobres da mesma, no valor de 85 000\$000 réis.

⁹⁸ BPRJG, *Administração do concelho da Horta*, “Folha das despesas feitas pela Administração do Concelho da Horta, de 11 de janeiro de 1919 [Administrador interino: Guilherme Joaquim da Mota, [d.a.].”

Em meados de janeiro de 1919 a doença era dada como extinta na cidade da Horta, de acordo com um edital de 20 do mesmo mês e ano, do governador civil, publicado na imprensa faialense.

FONTES

Manuscritas

Biblioteca Pública e Arquivo Regional, João José da Graça.

Fundo do Governo Civil do distrito da Horta

BPARJJG, *Estação de Saúde da Horta*, Livro para nele se lançarem as notas sobre o estado sanitário dos portos extraído dos respetivos boletins desde o n.º 1 em diante, 1892.

BPARJJG, *Conselho do distrito da Horta*, Livro de Atas do Conselho do Distrito, 1892: Ata da Sessão da Sessão da Junta Distrital de Saúde, 3 de outubro de 1892.

BPARJJG, 27.^a *secção agrícola [Horta] da Circunscrição Agrícola do Sul da Direção Geral de Agricultura*, Ofício n.º 215, de 14 de novembro 1917, ao governador civil do distrito da Horta, 1917.

BPARJJG, *Registo Civil da República Portuguesa*, Registo de Óbitos do concelho da Horta, 1918.

BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Ofícios, 1918-1919.

BPARJJG, *Alto-Comissário da República nos Açores*, Ofício, de 12 de fevereiro de 1919, ao governador civil do distrito da Horta, 1919.

BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, Folha das despesas feitas pela Administração do Concelho da Horta, de 11 de janeiro de 1919, 1919.

Fundo Municipal

BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Vereações, 1898-1900 (49).

BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Vereações, 1917-1919 (61).

Impressas

Relatórios oficiais e consultas

Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes, 1857, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes, 1863, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

Consultas das Juntas Gerais dos Distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.

Hemerográficas

Biblioteca Pública e Arquivo Regional, João José da Graça.

Açoriano, O, 1890. 1891, 1892.

Democracia, A, 1918-1918.

Democrata, O, 1885.

Faialense, O, 1898-1902.

Telégrafo, O, 1918-1919.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, “As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918”, *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 21, 2014, abr.-jun. (2), pp. 687-708.

DABNEY, Roxana, *Anais da Família Dabney no Faial*, volume 1, Horta, Núcleo Cultural da Horta/Instituto Açoriano de Cultura, 2004.

GARNEL, Maria Rita Lino, “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2009 (9), pp. 229-251.

GOULART, Adriana da Costa, “Revisitando a espanhola: a gripe pandémica de 1918 no Rio de Janeiro”, *Hist. Ciênc.Saúde-Manguinhos*, vol.12, Rio de Janeiro, jan.-abr. (1), 2005, in <http://scielo.br/pdf/hcsm/v12n1/06.pdf> (consultado em 18-01-2010).

LOBÃO, Carlos Manuel Gomes, *Uma Cidade Portuária. A Horta entre 1880 e 1926. Sociedade e Cultura com a Política em Fundo*, Horta, Edição do Autor, 2014.

MONTEIRO, Albertino José Ribeiro, “Crises de Mortalidade em Ponta Delgada no 1.º Quartel do Séc. XX, Arquipélago. História, 2ª série, 2005 (9), pp. 501-532.

RAMOS, Rui [coord], “Introdução”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

PETRUSKI, Maura Regina, “O inimigo invisível: a epidemia de gripe espanhola em Ponta Grossa, 1918”, *Analecta. Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes*, vol. 2, Guarapuava, Paraná, 2001, jan.-jun. (1), pp. 9-17.

SEQUEIRA, Álvaro, “A pneumónica”, *Medicina Interna*, vol. 8, 2001 (1), 2001, pp. 49-55.

SOUSA, Paulo Silveira e, *A Pandemia Esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

SOUSA, Paulo Silveira e & SOBRAL, José Manuel & LIMA, Maria Luísa & CASTRO, Paula Castro, “Perante a Pneumónica – a epidemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal” (1918-1919), *Vária História*, vol. 25, Belo Horizonte, jul/dez, 2009 (42), pp. 377-402.



O navio carvoeiro USS Orion, Carolina Mpak (2017), óleo sobre tela, 40 x 60 cm.



Peça de artilharia americana em Santa Clara (1918), Isabel Festa (2017), óleo sobre tela, 40 x 60 cm.

Augusto Eduardo Neuparth (1859-1925) A ação de um oficial da Marinha na Grande Guerra

CARLOS MANUEL BAPTISTA VALENTIM
Museu de Marinha

Neto do músico Eduardo Neuparth, um alemão de origem judaica que se deslocou a Portugal nos exércitos de Napoleão, Augusto Eduardo Neuparth nasceu em Lisboa a 11 de outubro de 1859. Após ter estudado nas Escolas Politécnica e do Exército, ingressa na Marinha em 1879, no posto de aspirante. Os seus primeiros anos de serviço serão dedicados por inteiro a missões científicas nos espaços do Império português. Veio a exercer funções como Ministro da Marinha. Nomeado para comandar o cruzador *Vasco da Gama*, a 2 janeiro de 1918, Augusto Eduardo Neuparth teve um papel de protagonista no comando desse navio e, em acumulação, na Defesa Marítima dos Açores, numa época marcada pelo ataque dos submarinos alemães ao arquipélago açoriano, enquanto se instalava em Ponta Delgada uma base naval dos Estados Unidos da América.

Augusto Eduardo Neuparth exerceu as funções de Ministro da Marinha em dois Governos consecutivos – de 9 de fevereiro a 12 de dezembro de 1914 – presididos por Bernardino Machado, ex-embaixador de Portugal no Brasil, que acabara de chegar a Lisboa e não tinha filiação partidária, apesar de muito próximo, em termos políticos e pessoais, de Afonso Costa. O Governo, no qual Neuparth fora empossado como ministro da Marinha, de que faziam parte outros três miliares, tem a difícil tarefa de manter um equilíbrio político na frente interna, já depois da guerra se ter iniciado em agosto. Portugal via a sua atuação internacional dependente da aliada (Inglaterra), que, perante a debilidade financeira e militar do Estado português, se reservava ao direito de limitar a sua política externa em relação à guerra⁹⁹.

Uma das primeiras medidas que Augusto Neuparth coloca em prática é a constituição a 7 de agosto de 1914 de uma Divisão Naval de Instrução e Vigilância¹⁰⁰, composta pelos cruzadores *Almirante Reis*, *Vasco da Gama*,

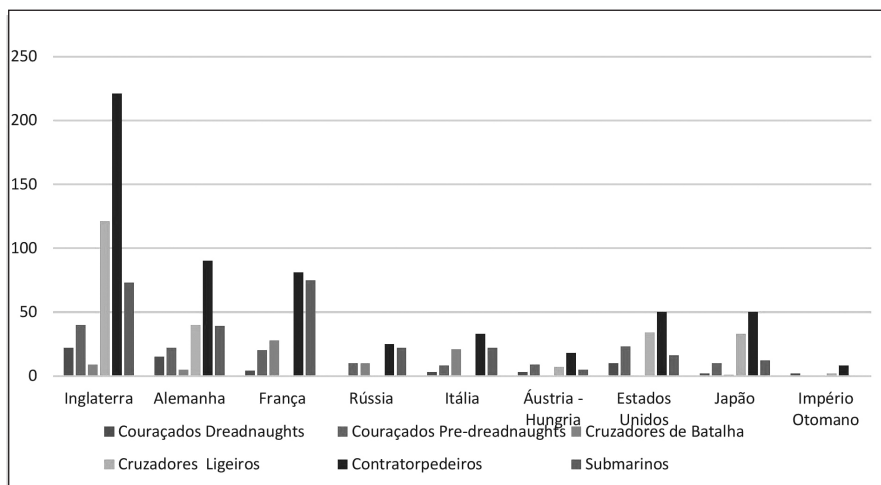
⁹⁹ Para uma síntese dos meandros da política portuguesa durante este período, e o seu relacionamento com Inglaterra, veja-se MENESES, 2015, pp.25-31.

¹⁰⁰ NEUPARTH, 1915, p.3. Que depois passará a designar-se por Divisão Naval de Instrução e Manobras e ainda mais tarde, após a revolução de 14 de maio de 1915 “Divisão Naval de Defesa e Instrução.

S. Gabriel e *Adamastor*, do contratorpedeiro *Douro*, dos torpedeiros n.ºs 2 e 3, do vapor *Vulcano* e do submersível *Espadarte*, cujo comando foi entregue a um vice-almirante. Esta Divisão Naval tinha como missão o serviço de fiscalização e observação marítima a Oeste da Torre de Belém, e cooperar com o Campo Entrincheirado de Lisboa.

Com a saída dos cruzadores *Almirante Reis* e *S. Gabriel* para as colónias, foi reduzida a composição da Divisão Naval. Nessas circunstâncias o Governo dissolveu esta força naval, para que não estivesse entregue ao posto mais elevado da Armada Portuguesa um agrupamento de poucos navios, que estava reduzido ao *Vasco da Gama*, *Adamastor* e *Douro*. Porém, na prática, a Divisão Naval de Instrução e Vigilância permaneceria, ainda que sem carácter oficial, e no seu comando passaria a figurar um capitão-de-mar-e-guerra¹⁰¹.

Marinhas Beligerantes em 1914



Quando tem início a Grande Guerra, Augusto Eduardo Neuparth promulga o reforço de pessoal da Armada, com a incorporação de reservistas¹⁰². O envio para África de forças terrestres da Marinha, através da organização de um batalhão naval, foi outra das medidas implementadas, face à necessidade de defesa dos territórios que Portugal

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 38.

¹⁰² A 1 de dezembro de 1914 Augusto Eduardo Neuparth envia um documento ao Presidente do Governo que veiculava uma proposta de crédito no valor de 65 contos para pagamento dos reservistas da Armada, que tinham sido chamados, informando que o Ministro das Finanças se encontrava completamente de acordo. Veja-se Carta de Augusto Eduardo Neuparth para Bernardino Machado, Presidente do Ministério, Fundação Mário Soares, Espólio Bernardino Machado, Pasta 08056.116.

dominava em África. Repare-se que as primeiras medidas para que Portugal enfrentasse a Grande Guerra no mar foram tomadas por Augusto Eduardo Neuparth. O Governo da República considerou que este oficial de Marinha “*exerceu o cargo de ministro com zelo, inteligência acendrado patriotismo.*”¹⁰³

Nos últimos meses de 1916 era notório um impasse nas operações militares da frente Ocidental. As forças em confronto apercebem-se que não seria possível obter uma vitória clara e decisiva numa batalha terrestre. Face a uma situação militar indecisa, os alemães, que tinham saído vitoriosos no leste da Europa, vão tentar estrangular o comércio com a Inglaterra, que é abastecida por 10 milhões de toneladas de navios - caso afundassem 600.000 toneladas mensais os responsáveis alemães pensavam que seria o suficiente para derrotar as forças inglesas¹⁰⁴. Em abril deste último ano, com a guerra submarina no seu auge, a capacidade mercante inglesa sofreu um recuo de 542.282 toneladas, o que representava 155 navios afundados pelos submarinos e 14 por embate com minas, as perdas de vidas humanas cifraram-se nas 1125¹⁰⁵.

A extensão das zonas de ataques dos submarinos compreendiam uma maior incidência nos mares da Irlanda, do Norte, Biscaia e nas ilhas portuguesas do Atlântico. O Governo português, após a declaração de guerra da Alemanha a 9 de março de 1916 apressou a edificação de um sistema de defesa marítima, que sustivesse um ataque vindo do mar, embora com grande dificuldade de disponibilização de meios de defesa e de unidades navais. A preocupação fundamental centrou-se na defesa do porto de Lisboa. Outros locais permaneciam vulneráveis, não havendo forma de preencher o vazio que persistia na defesa de territórios como os arquipélagos da Madeira e dos Açores.

O comandante Neuparth tem um papel ativo nas ações, políticas e militares, portuguesas durante a Grande Guerra. Além de Ministro da Marinha em 1914, vai exercer dois importantes comandos no mar entre 1917 e 1918. O primeiro foi o de Capitão de Bandeira do Vapor *Portugal*. Segundo a sua declaração a 16 de abril de 1918¹⁰⁶, efetuou uma viagem, de ida e torna-viagem, para Moçambique, com partida a 25 de agosto e regresso a 20 de novembro de 1917 (88 dias). Permaneceu em zona “perigosa” (de guerra) entre 25 e 31 de agosto (21 dias), e em Moçambique de 14 de setembro a 18 de outubro de 1917.

¹⁰³ Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico, Livro Mestre de Oficiais, I fl. 186.

¹⁰⁴ TELO, 1993, p.107.

¹⁰⁵ INSO, 2003, pp. 93-94.

¹⁰⁶ Augusto Eduardo Neuparth, Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico, Livro Mestre de Oficiais, I fl. 186.

Através da correspondência trocada com Bernardino Machado, infere-se que Augusto Eduardo Neuparth não estava confortável com a situação política que se vivia no país. Depreende-se ainda que não tinha as melhores relações pessoais com Leote do Rego, que comandava a Divisão Naval de Defesa e Instrução. Numa carta enviada a Bernardino Machado a 24 de agosto de 1917¹⁰⁷, Neuparth contestava a situação em que tinha sido colocado: *"[...] É tudo quanto há de mais injusto porque sempre estou um pouco mais arriscado navegando em região infestada de submarinos, do que se estivesse comodamente comandando o Vasco da Gama fundeado no Tejo, com a barra protegida por redes. [...]"*

Augusto Neuparth tinha sido nomeado, contra a sua vontade, comandante de um navio de passageiros, ficando impedido de obter o tirocínio para promoção ao posto de oficial general. Em nova carta dirigida ao seu anterior Presidente de Governo, com data de 31 de agosto de 1917, confessava *"[...] que me tem preocupado esta travessia, porque este navio que transporta 1000 soldados e oficiais e 110 pessoas de tripulação apenas tem meios de salvação para 500! Seria um enorme desastre um mau encontro. [...]"*¹⁰⁸

A 3 de dezembro de 1917 a cidade do Funchal é atacada de surpresa, revelando a debilidade das defesas de Portugal, nomeadamente nas posições que detinha no Atlântico, e em particular nos arquipélagos sob sua soberania. O golpe de Estado liderado por Sidónio Pais a 5 de dezembro de 1917 era o resultado das dissidências internas quanto à política de guerra que o Governo do país deveria seguir.

Durante o último período da guerra Augusto Neuparth, com a patente de capitão-de-mar-e-guerra - fora promovido a 5 de fevereiro de 1915 - é nomeado para comandar o cruzador *Vasco da Gama*, uma das mais importantes unidades navais da Marinha de Guerra Portuguesa. É no comando desse navio que surge um dos factos mais controversos da biografia de Augusto Eduardo Neuparth. Na grande maioria dos textos sobre a sua vida é associado à revolta dos marinheiros de 7 e 8 de janeiro de 1918.

Insatisfeitos com os acontecimentos, após o triunfo da revolta militar sidonista, os marinheiros mostram-se descontentes com o trato a que ficam sujeitos, que consideram humilhante. Um conjunto de 10 marinheiros protesta junto do Ministro da Marinha¹⁰⁹. O documento, dirigido ao Ministro, atestava uma revolta. Cercados em Alcântara por

¹⁰⁷ Carta de 24 de agosto de 1917 Augusto Eduardo Neuparth para Bernardino Machado, Fundação Mário Soares, Espólio Bernardino Machado,

¹⁰⁸ Carta de 31 de agosto de 1917 de Augusto Eduardo Neuparth para Bernardino Machado, Fundação Mário Soares, Espólio Bernardino Machado.

¹⁰⁹ Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico – Repartição do Gabinete do Ministro.

unidades do Exército, os marinheiros vão sair pelo lado do rio em direção ao cruzador *Vasco da Gama*, que se encontrava em doca seca, na Rocha do Conde de Óbidos; o navio é colocado na água e inicia-se um forte duelo de artilharia com as forças comandadas por Sidónio Pais, que se encontravam acantonadas no Castelo de S. Jorge, e que acabam por levar à rendição das forças da Marinha.

Augusto Eduardo Neuparth, ao contrário do que é mencionado¹¹⁰, manteve-se afastado da revolta dos marinheiros, tendo mesmo sido preso a bordo durante os dias da rebelião do cruzador da Marinha Portuguesa. Manteve-se firme, e respondeu: “[...] *Nunca sancionaria com a minha presença o acto de loucura que iam praticar. [...]*”¹¹¹ Continuar a exercer o seu comando no *Vasco da Gama* e o Governo sidonista iria inclusive confiar-lhe tarefas de maior responsabilidade, ao enviar o cruzador para os Açores, onde seria necessário gerir diplomaticamente a instalação de uma base naval norte-americana.

Os submarinos alemães continuaram a infligir pesadas perdas aos aliados. Pelos menos 268.000 toneladas de navios mercantes ingleses foram afundados entre janeiro e agosto de 1918¹¹².

A Marinha Portuguesa não atribuiu a devida importância estratégica aos Açores até meados de 1917¹¹³. A unidade que aí se encontra a operar é a canhoneira *Açor*, mas não dispõe dos dispositivos de armas e a autonomia necessária para enfrentar um submarino alemão, numa área que é equivalente à dimensão de Portugal Continental. É certo que a defesa foi reforçada com cinco baterias antiquadas, retiradas das antigas canhoneiras coloniais, colocadas no Espaldão e na Mãe de Deus, mas essa solução não garante uma defesa segura e eficaz da região.

Em junho de 1917, inicia-se, nos Açores, a instalação de um depósito de carvão para abastecimento da marinha americana¹¹⁴. Nos mares do arquipélago a ação dos submersíveis tornou-se detetável a partir de janeiro de 1918. A chegada de naufragos à costa das ilhas era prova suficiente de que estavam a atuar nessas águas submarinos alemães. Na semana de 4 de maio daria à costa da vila da Praia, na Graciosa, um bote vazio, pertença do *Indian*, navio torpedeado próximo da ilha do Faial. Nesse mês, trinta e cinco naufragos de um vapor inglês aportaram a S. Miguel e outros sete, também ingleses, arribariam à ilha Terceira¹¹⁵.

¹¹⁰ MARQUES, 1983.

¹¹¹ ESPARTEIRO, 1986, p. 56.

¹¹² BLACK, 2017, p.75.

¹¹³ TELO, 1993, p.106.

¹¹⁴ TELO, 1993, p. 102.

¹¹⁵ REZENDES, 2017, pp. 163-164.

É neste quadro político e numa conjuntura militar-naval em que as ilhas açorianas passam a acolher uma base naval norte-americana, que se altera por completo o papel dos Açores no Atlântico¹¹⁶. A Marinha, sem os defensores da ala democrática, responde muito vagamente ao pedido americano de cooperação contra os submarinos alemães, na medida em que recusa submeter-se na alçada do comando operacional do almirante *Dunn*, que comanda as forças navais americanas nos Açores. A Marinha Portuguesa pretende associar-se em ações de mútuo acordo, mas atuando independentemente, para manter o comando operacional das suas forças¹¹⁷. O dispositivo naval português não dispõe nos Açores de uma unidade que possa participar em operações conjuntas. Esta é uma das razões que leva o Governo, em Lisboa, a enviar o cruzador *Vasco da Gama* para Ponta Delgada em fevereiro de 1918. Tratava-se, igualmente, de uma solução para gerir internamente o descontentamento dos escalões mais baixos da Marinha, visando afastar uma das unidades operacionais da Marinha que se tinha revoltado. Por decreto de 23 de março de 1918 Augusto Eduardo Neuparth é nomeado comandante em chefe dos Serviços da Defesa Marítima dos Açores¹¹⁸. O jornal *Açoriano Oriental*, na edição de 23 de março de 1918 publica na sua primeira página¹¹⁹: “[...] *Impunha-se a permanência de um navio português; o seu comandante é uma figura de destaque na Armada Portuguesa, havendo brilhantemente desempenhado altas missões entre as quais a de Ministro da Marinha no gabinete de Bernardino Machado. [...]*”

O comandante Neuparth é promovido a contra-almirante a 18 de abril de 1918, e nomeado “comandante-em-chefe” da defesa dos Açores. Neuparth vai encarar com certo ceticismo o estabelecimento da esquadra americana no arquipélago açoriano. A ação do cruzador *Vasco da Gama* nos Açores será centrada na manobra diplomática, procurando dar ênfase e corpo à soberania portuguesa do território, isto é, mostrando a bandeira. O seu comandante, Augusto Eduardo Neuparth, que passa a chefiar em simultâneo a defesa naval dos Açores, envia relatórios que contribuem para alimentar, e aumentar mesmo, a desconfiança dos responsáveis do governo português em relação à presença norte-americana¹²⁰.

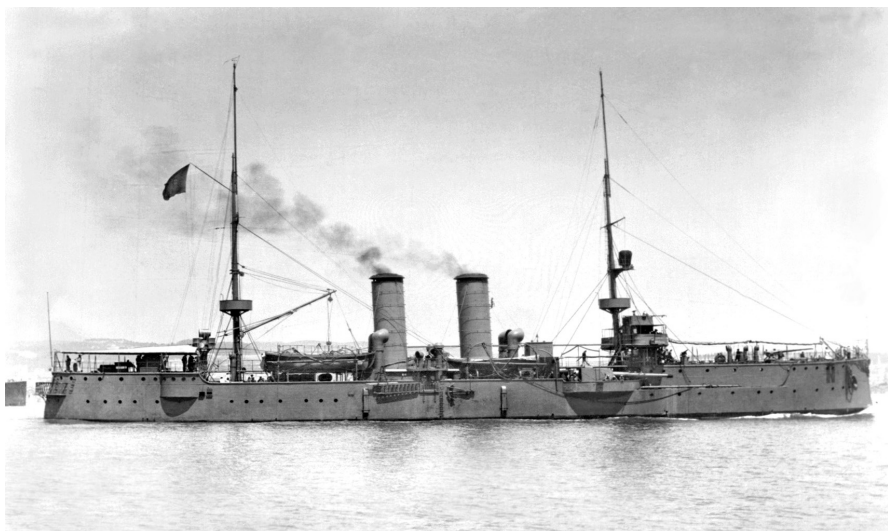
¹¹⁶ TELO, 1993, p.110.

¹¹⁷ Carta de António Aresta Branco, Secretário da Marinha, AHDMNE [Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros], 3 P, A8, Maço 40.

¹¹⁸ Augusto Eduardo Neuparth, Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico, Livro Mestre de Oficiais I fl.86.

¹¹⁹ Vide também sobre esta notícia, REZENDES,2017, p. 189.

¹²⁰ TELO, 1993, p.135.



Couraçado Vasco da Gama¹²¹

Neuparth tece várias considerações¹²² em relação à estrutura de defesa, mas sugere a dispensa da força americana e a sua substituição por uma portuguesa equivalente, o que equivaleria à mobilização de uma boa parte da Marinha, mas que só teria capacidade para defender o porto de Ponta Delgada, sem autonomia, porém, para o desafio da guerra submarina. Além de propor o desembarque de peças de artilharia do cruzador, com efeito psicológico, o comandante português é muito cético em relação à força e capacidades norte-americanas - desconfia da sua atitude e ação, nomeadamente os submarinos que saem, segundo a sua opinião, sem resultados.

Era sentida alguma tensão nos Açores. Temiam-se revoltas nos navios. Em resposta a um ofício do Alto-comissário da República nos Açores, o comandante da Defesa Marítima dos Açores referia que na Horta teria havido um comportamento desadequado de algumas praças a bordo do cruzador *Vasco da Gama*, a 26 de julho. O comandante do navio tinha pedido a saída de algumas praças, fogueiros. Havia no cruzador um certo número de praças que por indisciplina era aconselhado a desembarcar¹²³.

Na rotação de cargos, o capitão-de-fragata Matos Moreira em 11 de agosto substituíra o capitão-de-fragata Júlio Milheiro como capitão do porto

¹²¹ Arquivo Histórico Fotográfico do Museu de Marinha.

¹²² Relatório do Comandante Neuparth ao Ministro da Marinha, AHDMNE, 3 P, A8, Maço 40.

¹²³ Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico – Índice 31 – 4831 – 6-XXX-93, Defesa Marítima dos Açores, Documentação recebida e expedida em 1918.

de Ponta Delgada. A 31 de agosto de 1918 faltavam ao cruzador *Vasco da Gama* 92 praças; o comandante julgava indispensável a vinda de Lisboa de 52 marinheiros.

Falta de pessoal também se fazia sentir ao nível dos pilotos-aviadores da Marinha, para o centro de aviação da Horta. Nesse caso deveriam de avançar os do Ministério da Guerra. Por exemplo, a 7, 16, 17 e 18 de agosto, o contra-almirante Dunn, da Marinha dos Estados Unidos é informado, pelo ajudante do Almirante Neuparth, do trânsito de navios, detalhadamente, no porto de Ponta Delgada.



Fotografia Almirante Neuparth¹²⁴

As autoridades portuguesas, através do almirante Neuparth, referiam a 31 de julho de 1918¹²⁵, que segundo instruções para o serviço combinado

¹²⁴ Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico.

¹²⁵ Relatório do Comandante Neuparth ao Ministro da Marinha, AHDMNE, 3 P, A8, Maço 40.

entre as autoridades portuguesas e americanas, sobre o reconhecimento dos navios que entravam no porto de Ponta Delgada, tinham enviado ao comando norte-americano informações, não só de navios portugueses, como também estrangeiros, à exceção dos americanos, como estabelecia o ponto nº 2 daquelas instruções. Porém, o comando português reclamava que havia muito tempo que não recebia a indicação dos navios americanos que entravam no porto, conforme estabelecia o nº 6 do documento, sabendo-se que já tinham entrado três contratorpedeiros e uma canhoneira da Marinha dos Estados Unidos. E os navios, sobretudo os mercantes não tinham içado as bandeiras como acordado, arriscando receber fogo das fortalezas.

A atuação de Neuparth nos Açores inscreve-se, claramente, no braço-de-ferro do governo sidonista com os Estados Unidos, que tinham escolhido Ponta Delgada para instalar uma base naval. A recusa inicial de receber os fuzileiros norte-americanos não foi bem-recebida em Washington.

Alto-comissário para os Açores com capacidade de centralizar todas as forças militares, o general Simas Machado, que fora nomeado a 28 de março de 1918¹²⁶, quer afastar Neuparth e o cruzador *Vasco da Gama* de Ponta Delgada, defendendo que navio não é útil à defesa das ilhas açorianas¹²⁷. Nesse sentido, o general ordena que o cruzador seja deslocado para a Horta. Neuparth não acata com agrado a ordem, que interpreta mais como uma “recomendação”¹²⁸. O comandante português resiste, e argumenta que necessita de escolta para navegar para a Horta, tentando visivelmente contornar a determinação superior, mas o general, sustentando-se no decreto 3986 que lhe concede amplos poderes de comando das forças militares vai reforçar que se tratam de instruções e não recomendações, e que o *Vasco da Gama* terá mesmo de sair do porto de Ponta Delgada. O almirante americano Dunn ficará satisfeito com o desfecho das missões que são atribuídas ao cruzador português.

Tal como já se concluiu, um “[...] *facto é assente: o Almirante Neuparth gozou de inúmeras simpatias por parte dos órgãos de comunicação micaelenses, apesar da sua ação ter sido ofuscada com a chegada do General Simas Machado. [...]*”¹²⁹ A apreciação que o jornal *Açoriano Oriental* faz sobre a conduta de Augusto Eduardo Neuparth a 28 de setembro de 1918 é muito esclarecedora a esse a propósito.

“[...] *É-nos sumamente grato acentuar a alta consideração e estima que todos os micaelenses tributam a sua Ex^a, cujos dotes de espírito e de coração muito e muito*

¹²⁶ REZENDES, 2017, p.182.

¹²⁷ TELO, 1993, p.141.

¹²⁸ Idem, *ibidem*.

¹²⁹ REZENDES, 2018, pp. 18-19.

*se evidenciaram neste relativo curto espaço de tempo que entre nós tem estado o Sr. Almirante Augusto Neuparth, além de uma glória da Marinha Portuguesa, é, na sociedade um cavalheiro de fino porte e delicadas maneiras [...]”*¹³⁰.

Por decreto de 3 de janeiro de 1919, Augusto Eduardo Neuparth é exonerado do cargo de comandante em chefe da Defesa Marítima dos Açores. A sua passagem pelos Açores tem sido alvo de controvérsia até aos dias de hoje, pois as suas ações e conduta foram interpretadas como sendo de simpatia pelo lado alemão durante a Grande Guerra. Um dos fortes argumentos é a resistência de Neuparth aos interesses americanos no arquipélago açoriano¹³¹. O general Simas Machado teria sido precisamente nomeado Alto-comissário da República para os Açores, por ser um aliadófilo, que iria contrariar o clima de resistência por parte de Neuparth¹³². Outra das provas da germanofilia do oficial de Marinha, ao longo da Grande Guerra, seria o facto de em 1924 colaborar com um possível espião alemão, o cientista Dr. Friendlaender, por o ter recomendado às autoridades portuguesas, para uma campanha de investigação científica em vulcanologia e geologia nos Açores.

A documentação disponível permite-nos outra interpretação dos factos, que contraria uma determinada ideia de que Augusto Eduardo Neuparth teria defendido o lado alemão durante a guerra. Aliás, o mesmo tipo de interpretação e raciocínio é tido em relação à atuação de Sidónio Pais. Os últimos estudos veem provar que afinal não era um germanófilo, mas que tinha como objetivo contrariar a ação política do Partido Democrático, que dominava o aparelho de Estado.

No rescaldo do fim do sidonismo, quando em fevereiro de 1919 irrompe um clima de perseguição na Marinha Portuguesa em relação aos que estiveram do lado e colaboraram com Sidónio Pais é referido numa sindicância interna que o contra-almirante Augusto Neuparth “[...] *Apesar de ter sido ministro da Marinha é monárquico e germanófilo [...]”*¹³³.

Este verniz ideológico, motivado por ressentimentos de cariz político e pessoal, será veiculado através da propaganda - que é posta em circulação por aqueles que haviam sido afastados pelas forças sidonistas, agora de regresso ao poder - para confundir propositadamente uma conduta nacionalista e equidistante em relação a ambos os beligerantes, durante a Grande Guerra¹³⁴, com as acusações infundadas de preferência de regime e por um

¹³⁰ *Açoriano Oriental*, Nº 4350, 28 de setembro de 1918. Cfr, Rezendes, 2017, 193.

¹³¹ REZENDES, 2018, p. 18; e do mesmo autor, 2017, pp. 190-191.

¹³² REZENDES, 2017, p. 184.

¹³³ Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico, Núcleo 419, nº 345, Processo I, 1919 – Sindicância ao Ministério da Marinha. Cfr. FREIRE, 2010, p.61.

¹³⁴ De que a posição diplomática e militar, quer de Sidónio Pais, quer de Neuparth, em relação aos Estados Unidos da América é o melhor exemplo.

dos lados durante a guerra, visando denegrir a conduta de determinados atores durante o conflito, como é exemplo a acusação persecutória a Augusto Eduardo Neuparth em 1919.

Numa exposição que efetuou a 22 de novembro de 1922, este oficial de Marinha não pode ser mais claro quanto às suas ambições e posições políticas. Ao contestar a sua exoneração de Presidente da Comissão Liquidatária de Responsabilidades acentua que “[...] *sempre alheio a qualquer política partidária tem sempre acatados todos os governos constituídos, quer sahidos do Parlamento, quer das revoluções os quais tem servido lealmente, sem nunca ter mostrado o seu desentendimento ou a sua satisfação, por qualquer mudança de ministério* [...]”¹³⁵.

Fica bem claro nesta passagem que Augusto Eduardo Neuparth não alinhava politicamente com nenhum dos partidos. O mesmo se pode deduzir durante o período da guerra, ao não ter tomado posições por um dos lados, o que não o impediu de preconizar e colocar em prática as medidas necessárias, como Ministro da Marinha, para enfrentar os problemas que o grave conflito iria provocar na vertente marítima ou de, como comandante de unidades navais, ter conduzido as forças militares portuguesas para zonas de guerra (África e Açores). Quanto ao seu relacionamento com o cientista alemão era claro o seu interesse pela ciência, que não conhece fronteiras, para mais tratando-se de uma das áreas científicas que mais lhe interessava: a geologia. A carta de recomendação para as autoridades portuguesas, cerca de seis anos depois da guerra ter findado, para que um cientista alemão investigasse no arquipélago dos Açores só pode ter esta leitura descomprometida politicamente, que nos revela o seu interesse pelas questões científicas.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (AHDMNE)

- Relatório do Comandante Neuparth ao Ministro da Marinha, 3 P, A8, Maço 40.
- Carta de António Aresta Branco, Secretário da Marinha, 3 P, A8, Maço 40.

BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA – ARQUIVO HISTÓRICO,

- Processo Individual de Augusto Eduardo Neuparth, Caixa 1417.
- Índice 31 – 4831 – 6-XXX-93, Defesa Marítima dos Açores, Documentação recebida e expedida em 1918.
- Livros Mestres de Oficiais B, D, G, I, K.

¹³⁵ Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico, Processo Individual de Augusto Eduardo Neuparth, Caixa 1417.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

- Espólio Bernardino Machado, Pasta 08056.116.

Açoriano Oriental, Nº4350, 28 de setembro de 1918.

BIBLIOGRAFIA

- BLACK, Jeremy, 2017, *Naval Warfare. A Global History since 1860*, Lanham, Boulder, New York, London, Rowman & Littlefield.
- ESPARTEIRO, António Marques, 1986, *Três Século no Mar (1640-1910)*, X Parte (1º Volume). Cruzadores (1875-1910), Imprenso, Lisboa, Instituto Hidrográfico.
- FREIRE, João, 2010, *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Edições Colibri.
- MARQUES, H. Oliveira, 1983, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, Lisboa. Vol.. II [J-Z], Editorial Delta.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, 2015, *A Grande Guerra de Afonso Costa*, Alfragide, Publicações D.Quixote, pp.25-31.
- NEUPARTH, Augusto Eduardo, 1915, *Relatório Apresentado ao Parlamento*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- REZENDES, Sérgio, 2017, *A Grande Guerra nos Açores*, Lisboa, Editora Caleidoscópio.
- REZENDES, Sérgio, 2018, "No Centenário do Comando da Defesa Marítima dos Açores", *Correio dos Açores*, 1 de julho.
- TELO, António José, 1993, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Porto, Edições Asa. Açores – 1918", *O Correio dos Açores*, pp. 18-19.



— Não deixo a chave na fechadura da "gaôla", porque, ainda da derradeira vez, — que grande palifaria! — o guarda roubou-m'a e tivemos de fazer *cheliô* cá fóra!! E depois... a nossa folga é das 11 da noite ao lusco-fusco da manhã! E... até logo... ou... até outra..

A Marinha na Grande Guerra

JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES PEREIRA¹³⁶

Introdução

Quando em agosto de 1914 rebentou o conflito que ficaria conhecido como a *Grande Guerra*, a Grã-Bretanha exerceu uma pressão diplomática sobre o Governo Português para que se mantivesse como não-beligerante; tal possibilitava-lhe a utilização dos portos portugueses para apoio e abastecimento dos seus navios.

O Exército conseguiu, com o chamado *milagre de Tancos*, organizar um Corpo de Exército para atuar no teatro de operações da Europa, a Marinha teve muita dificuldade em preparar-se porque, como já dizia o padre Fernando de Oliveira, no Século XVI, uma *Armada não pode improvisar-se*.

A Armada Portuguesa contava em 1914, com um conjunto de unidades navais muito heterogenias, totalizando 25.000 toneladas de deslocamento, que a rápida evolução dos armamentos navais, verificada nos primeiros anos do Século XX, tornara obsoletos.

Os navios estavam vocacionados para o combate de superfície, num período em que a ameaça submarina, a mina e o torpedo já representavam um novo e importante dado na guerra naval.

Os efetivos da Armada rondavam os 4.000 homens (cerca de 500 oficiais e 3.500 sargentos e praças)¹³⁷.

Em África, e apesar da não-beligerância portuguesa, as forças militares alemãs hostilizavam as guarnições portuguesas nas fronteiras.

A 24 de agosto de 1914, forças alemãs atravessam o rio Rovuma (Moçambique) e atacam o posto de Maziua, massacrando a pequena guarnição: seis soldados africanos da Companhia do Niassa, comandados

¹³⁶ CMG REF.

¹³⁷ Segundo a Lista da Armada de 31 de dezembro de 1909 o quadro de pessoal embarcado era de 274 oficiais e 3515 sargentos e praças; na mesma data de 1914 eram 218 oficiais e 2794 sargentos e praças.

pelo sargento de Marinha Eduardo Rodrigues da Costa, que seria o primeiro militar português morto no conflito.

A 31 de outubro de 1914, o posto de Cuangar (Angola) foi atacado e a sua guarnição chacinada.

A Entrada na Guerra

Foram tarefas da Armada, assumidas logo em 1914:

- Assegurar a escolta aos transportes de tropas para África;
- Participar na defesa do Ultramar, com forças navais e batalhões constituídos para atuar em terra com as forças do Exército.

Com a entrada formal de Portugal na Grande Guerra, a Armada foi chamada a assumir, para além das que já vinham sendo desempenhadas desde 1914, as seguintes tarefas:

- Assegurar a escolta aos numerosos transportes de tropas para França;
- Assegurar a escolta dos navios mercantes nacionais para o Ultramar e as Ilhas adjacentes;
- Patrulhar e defender o litoral metropolitano, a barra do Tejo e as barras do rio Douro e de Leixões e a baía de Lagos;
- Estabelecer barreiras antissubmarinas, rocegar minas na entrada dos portos principais e lançar campos de minas defensivos;
- Patrulhar e defender as águas dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde;

Quando Portugal entrou na Grande Guerra, a ameaça naval alemã estava limitada à guerra submarina e às minas, pois os corsários de superfície já tinham sido neutralizados e a *Grande Esquadra* estava retida na sua base do Mar do Norte.

Um Decreto de maio de 1916 determina a mobilização de 27 navios e embarcações de comércio e de pesca para o serviço da Armada, além de um número indeterminado de embarcações de recreio.

O *Arsenal da Marinha* desenvolveu esforços para terminar as construções em curso, reparar as unidades existentes e pôr a navegar os navios apresados aos alemães e que tinham sido sabotados pelas tripulações. Este esforço viria a ser dificultado pelo incêndio que a 18 de abril de 1916 deflagrou no Arsenal da Marinha e que destruiu parte das suas instalações fabris, nomeadamente a Sala do Risco¹³⁸, e as instalações da Escola Naval e do Museu de Marinha. Além do valioso património do Museu perderam-se os arquivos e o material

¹³⁸ A *Sala do Risco*, com 80x18 metros, estava situada no extremo Oeste dos edifícios pombalinos, onde hoje estão as messes das Instalações Centrais de Marinha. Em 1969, quando ali estava instalado o Instituto Hidrográfico, foi novamente destruída por um incêndio.

escolar da Escola Naval, cujo funcionamento foi seriamente afetado por esta ocorrência.

Os Transportes de Tropas

- Para África

O Governo Português mandou preparar duas expedições militares com destino aos territórios, onde existiam extensas fronteiras com a Alemanha: Angola e Moçambique.

A 11 de setembro largaram de Lisboa os paquetes *Moçambique* e *Durhan Castle*¹³⁹ e o vapor *Cabo Verde* com os Corpos Expedicionários do Exército destinados a Angola e a Moçambique, escoltados pelo cruzador *Almirante Reis* e pelas canhoneiras *Beira* e *Ibo*.

A 1 de outubro partiu o paquete *África* com mais militares do Corpo Expedicionário para Angola. Sendo o navio escoltado pelo cruzador *São Gabriel*.

Um *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola* destinado a operar em terra, composto por 545 militares (18 oficiais, 33 sargento e 512 praças), embarcou a 5 de novembro, no paquete *Beira*, chegando a Moçamedes a 23 de novembro.

Em 22 de novembro de 1914 a Marinha enviou para Cabo Verde, embarcado no vapor *Cazengo* o seu segundo contingente para o Ultramar; a *Força Expedicionária de Marinha para Cabo Verde*, de 90 homens (1 oficial, 9 sargentos e 80 praças), para efetuar a vigilância e defesa dos cabos submarinos e do porto do Mindelo. Ali montaram, sucessivamente, 2 peças Krups 76mm, 2 peças Armstrong de 150 mm (desmontadas da fragata *D. Fernando II* e *Glória* e da canhoneira *Zambeze*), 1 peça Hotchkiss de 90 mm e 3 Hotchkiss de 47mm, guarnecidas por pessoal da Armada e 4 peças de montanha Canet de 47 mm guarnecidas por pessoal do Exército.

A 1 de dezembro de 1914 largaram de Lisboa os paquetes *Ambaca* e *Peninsular* com as restantes forças destinadas a Angola, sob a escolta do cruzador *Vasco da Gama*.

Em 1915 partiram para Angola cinco navios e para Moçambique dois.

A 20 de setembro de 1915 o *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola* reduzido a metade dos seus efetivos, foi retirado da área de operações, regressando a Lisboa a bordo do *Zaire*, a 15 de outubro de 1915

Em 1916 partiram dois navios para Angola e cinco para Moçambique.

O *Lourenço Marques*¹⁴⁰ levando a bordo o *Batalhão de Marinha Expedicionário a Moçambique*, largou de Lisboa a 17 de junho de 1918, foi o único navio mobilizado, em 1918, como transporte de tropas.

¹³⁹ Os paquetes *Durhan Castle* (britânico) e *Britannia* (francês) foram os únicos navios estrangeiros utilizados no transporte de tropas para África.

¹⁴⁰ Ex-alemão *Admiral*.

- Para França

O transporte para França do *Corpo Expedicionário Português (CEP)* foi iniciado em 30 de janeiro de 1917 e terminaria, após 125 viagens, em 11 de fevereiro de 1920, com o repatriamento dos seus últimos militares. A deslocação foi efetuada quase totalmente por via marítima, uma vez que a neutralidade espanhola impedia o uso do transporte ferroviário através daquele país.

Os transportes eram habitualmente escoltados pelos contratorpedeiros *Douro* e *Guadiana* e por contratorpedeiros britânicos mas o *Pedro Nunes*, pela sua velocidade, efetuou várias viagens sem escolta, motivo porque ficaria conhecido em Brest como o *navio-fantasma*.

No total, foram transportados para França, em 1917 e 1918, 59.383 militares, 7.783 cavalos, 1.501 viaturas e 312 camiões.

No regresso entre 1918 e 1920 foram transportados 49.738 militares, 4.250 cavalos, 1.916 viaturas, utilizando-se os cruzadores auxiliares *Pedro Nunes* e *Gil Eanes*, navios dos *Transportes Marítimos do Estado* e alguns navios estrangeiros.

- Para os Açores

Em maio de 1918 foram desembarcados no porto da Horta efetivos militares do Campo Entrincheirado de Lisboa para reforçar a defesa daquela ilha onde tinha sido instalada uma Estação Meteorológica que enviava, através do cabo submarino, informações sobre o tempo no Atlântico Central.

- A Guerra Submarina

As condições meteorológicas da costa portuguesa, com a sua habitual vaga de vento e as neblinas ou nevoeiros, davam vantagem aos submarinos alemães, que aqui conseguiram afundar alguns navios portugueses e aliados.

A 24 de agosto de 1916, ao largo de Lisboa, o *U-20*¹⁴¹ disparou um torpedo contra a canhoneira *Ibo* que lhe passou junto à proa; atacado a tiro pelo navio português, acabaria por mergulhar.¹⁴²

A 17 de março de 1917, um mês depois de decretada pelos alemães a *guerra submarina sem restrições*, o *UC-67* afundava, 15 milhas a Oeste do cabo da Roca, a mais insignificante vítima portuguesa desta guerra: o caíque *Primeira Flor de Abril*, de 20 TAB.

A 23 de março de 1918, o paquete *Luanda* quando navegava de Lisboa para o Funchal, escoltado pelo *Augusto de Castilho*, foi atacado por

¹⁴¹ O *U-20* era comandando por Walther Shwieger que, em maio de 1915, dirigira o ataque que afundou o paquete britânico *Lusitania*.

¹⁴² INSO, Jaime Correia do. Op. cit. P. 105.

um submarino alemão; a reacção do navio da escolta obrigou o inimigo a mergulhar.

Em 26 de abril de 1918, partiu do Tejo o cruzador *São Gabriel* com destino a Moçambique e que, 100 milhas a Noroeste da Madeira, teve um encontro com um submersível alemão que, atacado a tiro, submergiu. Dias mais tarde aportaria a Las Palmas um submersível alemão danificado num *recontro com um cruzador inglês*.

Em 21 de agosto de 1918, o patrulha-de-alto-mar *Augusto de Castilho*, comandado pelo Primeiro-tenente Oliveira Pinto, escoltando o vapor *San Miguel* do Funchal para Lisboa, sob nevoeiro denso, avistou nas proximidades do Cabo Raso, um submarino; disparando contra ele, atingiu-o com três granadas, duas na torre e uma no costado, fazendo-o adornar para bombordo e mergulhar. Dois dias depois, atacaria outro submarino

Em 1 de setembro de 1918 o cruzador-auxiliar *Pedro Nunes*, em viagem da Horta para o Funchal, escoltado pelo contratorpedeiro *Tejo*, avistou um submersível. A rápida reacção dos navios, abrindo fogo contra o inimigo, impediu o ataque.

A 6 de outubro de 1918 o caça-minas *Celestino Soares* escoltava o paquete *San Miguel* de Ponta Delgada para o Funchal avistou o vulto de um submersível; aprofando ao mesmo aquele mergulhou.

A Armada organizou, durante o conflito, um total de 148 comboios, representando cerca de 500.000 toneladas de carga transportada e mais de 60.000 milhas percorridas, executados por 18 navios da Armada, sem uma única perda, apesar de alguns encontros com os submersíveis inimigos; 4 em 1917 e 12 em 1918.¹⁴³

Da Armada perderam-se, por ação da guerra submarina, o caça-minas *Roberto Ivens* e o patrulha de alto-mar *Augusto de Castilho*.

- A Defesa dos Portos.

A intervenção da Armada foi também relevante na defesa dos portos de Portugal continental, ilhas adjacentes e arquipélago de Cabo Verde¹⁴⁴.

No Continente devem lembrar-se a defesa das barras dos portos de Lisboa e de Leixões, que incluiu patrulhamento naval e submarino e postos de vigilância em terra.

A cidade do Funchal foi atacada a 03 de dezembro de 1916, pelo submarino alemão *U-83*, tendo sido afundados a canhoneira *Surprise* e o vapor *Kangaroo*, de nacionalidade francesa e o vapor britânico *Dacia*.

¹⁴³ INSO, Jaime Correia do. Op. cit. P. 91-92.

¹⁴⁴ Sobre a defesa de Cabo Verde, ver *Revista Militar* II Século – 66º Volume – Nº 5, maio de 2014, p.459-471.

A 17 de dezembro de 1917 o cruzador-submarino *U-155* voltou a bombardear a cidade provocando baixas na população civil.

A cidade de Ponta Delgada foi também atacada pelo submarino alemão *U-155* em 4 de julho de 1917, antes de ali ter sido instalada uma base naval americana para apoiar os comboios com transportes de tropas para a frente europeia e que, a caminho de Marselha, navegavam a sul daquele arquipélago.

O porto do Mindelo (Cabo Verde) era um importante ponto de amarração dos cabos submarinos, fundamentais, na época, para as comunicações telegráficas da Europa com a América e a África. O porto foi sujeito a vários ataques de submersíveis alemães; a 4 de dezembro de 1916, o *U-47* tentou entrar na baía do Mindelo onde se encontrava o paquete *Moçambique* com 500 militares a bordo e numeroso material de guerra; detetado pelos vigias da canhoneira *Ibo*, foi atacado a tiro e obrigado a mergulhar ainda dentro do porto e sair em imersão.

Outro ataque foi efetuado em 2 de novembro de 1917 pelo cruzador-submarino *U-151*, que torpedeou os vapores *Guahyba* e *Acary* de nacionalidade brasileira; a reação da *Ibo*, que largou logo em sua perseguição, fez o inimigo abandonar o ataque e mergulhar.

A 7 de novembro o mesmo submersível entrou na baía a coberto da noite e acostou ao navio holandês *Kennemerland*, um navio espião alemão; mas o navio fora ocupado por forças militares portuguesas e a sua tripulação presa; atacado a tiro pelos militares a bordo e pela *Ibo*, foi obrigado a mergulhar. A 14 do mesmo mês ainda voltou a atacar a baía do Mindelo.

- A Aeronáutica Naval

Em 1916, a Marinha Portuguesa adquiriu os primeiros três hidroaviões *FBA (Franco-British-Aviation)* instalados na Doca do Bom Sucesso em Lisboa. Até ao final do conflito foram adquiridos mais 22 aparelhos.

A 23 de agosto de 1918, um *Tellier* tripulado pelo Primeiro-tenente Azeredo e Vasconcelos largou para o mar em busca de um submarino, tendo desaparecido no mar.

- A Viagem dos Submersíveis

A Armada organizou a viagem de La Spezia (Itália) para Lisboa, dos três novos submersíveis portugueses – *Foca*, *Golfinho* e *Hidra* – que tinham sido construídos nos estaleiros daquela cidade.

Escortados pelo navio de salvação *Patrão Lopes*, os três submersíveis largaram de La Spezia a 15 de dezembro de 1917, e depois de uma tormentosa viagem fundearam em Paço de Arcos no dia 10 de fevereiro de 1918.

- O Patrulha de Alto-Mar *Augusto de Castilho*

O *Augusto de Castilho*, foi um dos navios portugueses que teve mais encontros com submarinos alemães.

Chegou ao Funchal em 11 de outubro, procedente de Lisboa, escoltando o vapor *Beira*. A 13 recebeu instruções para escoltar o paquete *San Miguel* da *Empresa Insulana de Navegação*, que transportava 206 passageiros e carga diversa com destino aos Açores.

Pelas 6 horas da manhã do dia 14 de outubro de 1918, numa posição 180 milhas a Noroeste da ilha da Madeira, o submarino *U-139*, armado com duas peças de 150 mm, atacou o paquete; colocando-se entre o *San Miguel* e o submarino, o *Augusto de Castilho* permitiu, com a sua ação, que aquele se afastasse do local do combate.

Durante duas horas travou-se um combate desigual entre o submarino alemão e o pequeno navio português, que tentava evitar a perseguição ao navio mercante, que conseguiu escapar.

Finalmente, com as munições esgotadas, o navio português parou e inicia-se o seu abandono pela guarnição, sob o fogo do inimigo. Depois de saqueado pelos alemães¹⁴⁵, o navio seria afundado por cargas explosivas colocadas a bordo. Assim acabou o navio que escoltara 22 navios, e percorrera 7.020 milhas em apenas 20 meses de serviço na Armada.

O paquete conseguiu escapar e viria a encontrar-se, a 30 milhas de Ponta Delgada, com a canhoneira *Ibo* que, alertada por rádio, dali saía para o local do combate.

Os sobreviventes do combate, alguns deles feridos, embarcaram no salva-vidas e no bote do navio, conseguindo percorrer as cerca de 200 milhas que os separavam da ilha de São Miguel e de Santa Maria.

Morreram neste combate para além do comandante, 1º Tenente Carvalho Araújo, um aspirante, 5 praças e um civil, ficando feridos mais 20, de uma guarnição de 47 homens.

- A Marinha de Comércio

A Marinha de Comércio portuguesa possuía, em agosto de 1914 uma frota de 473 navios, representando 142.241,57 toneladas de arqueação bruta, dos quais 246 (cerca de metade) eram veleiros. Com mais de 1.000 toneladas existiam apenas 32 navios que representavam 81.549,47 toneladas de arqueação bruta.

Existiam ainda, registados nos clubes e associações náuticas, 391 embarcações de recreio e desportivas, das quais apenas 65 eram motorizadas.

¹⁴⁵ Os alemães levaram a bandeira, as agulhas magnéticas, os sextantes, todos os mantimentos encontrados a bordo, diversos bens pessoais da guarnição e a peça de 47 mm montada à popa.

- A Carreira de África

A Marinha Mercante garantiu o abastecimento das províncias e das ilhas além do transporte e abastecimento das forças militares deslocadas para Cabo Verde, Angola e Moçambique.

No início do conflito, a deslocação de forças militares para os territórios ultramarinos de Angola, Cabo Verde e Moçambique, levou a um aumento da tonelagem disponibilizada para a Carreira de África que no caso de Angola, passou de 31 navios com 95.000 toneladas de arqueação bruta em 1913, para os 15 navios e 60.000 apenas nos últimos quatro meses de 1914.

No caso de Moçambique passou-se de 20 navios e 94.000 toneladas (em 1913) para os 12 navios com 47.000 nos meses de setembro a dezembro de 1914.

No ano de 1915 a tonelagem destinada a Angola atinge as 133.000 toneladas distribuídas por 45 navios; para Moçambique seguiram 125.000 toneladas em 30 navios.

No ano de 1916 os movimentos foram de 20 navios para Angola e 18 navios para Moçambique, representando, respetivamente 65.000 e 92.000 toneladas.

Em 1917 foram para Angola 13 navios com 45.000 toneladas e para Moçambique 17 navios com 90.000 toneladas; era em Moçambique que ainda se desenrolavam operações militares contra os alemães. No último ano de guerra foram enviados de Lisboa para Angola 16 navios, com 47.861 toneladas; para Moçambique seguiram 17 navios correspondendo a 88.674 toneladas.

- A Carreira das Ilhas

O abastecimento dos arquipélagos da Madeira e dos Açores foi também garantido pela Marinha de Comércio nacional, com uma frequência média de apenas um navio por mês disponibilizando cerca de 3.000 toneladas por viagem.

Durante o período do conflito – agosto de 1914 a novembro de 1918 – largaram de Lisboa 31 navios com destino ao Funchal e 102 com destino às diversas ilhas do Açores, especialmente São Miguel e Faial.

Apesar de, à partida de Lisboa se distinguirem os destinos – Açores ou Madeira – a maioria dos navios faziam *viagens redondas* visitando sucessivamente vários portos dos Açores e o Funchal ou vice-versa.

A carência de abastecimentos terá levado a que, logo em janeiro de 1919, largassem de Lisboa para as ilhas 8 navios (6 para o Funchal e 2 para os Açores), dos quais 3 eram britânicos, com um total de 16.500 toneladas.

- Os Navios Mercantes Alemães

O início da guerra surpreendeu no mar numerosos navios da marinha mercante alemã, levando-os a procurar abrigo em portos neutros, para evitar que fossem apresados pela *Royal Navy*. Nos portos portugueses encontravam-

-se imobilizados, desde o início da guerra, 70 navios de comércio alemães e dois austro-húngaros, totalizando 250.000 toneladas.

A falta de navios mercantes para garantir a manutenção do comércio marítimo, e a necessidade de mobilização de alguns navios para fins militares, levou o Governo Português a encarar a utilização daqueles navios para suprir as faltas de tonelagem disponível para a navegação comercial nacional ou integrá-los na Armada.

A partir de 1915 o Governo Português negociou com os armadores alemães o afretamento daqueles navios para suprirem as necessidades nacionais; não se chegou a qualquer acordo porque Portugal não garantia que não cederia navios aos britânicos; seriam requisitados, no início de 1916, levando à Declaração de Guerra da Alemanha.

Dos 72 navios apresados 5 foram aumentados ao efetivo da Armada e da Marinha Colonial, 4 cedidos a empresas de navegação nacionais¹⁴⁶ e os restantes incorporados nos *Transporte Marítimos do Estado (TME)*, garantindo um *superavit* de tonelagem disponível. Destes últimos, 42 (representando 155.689 ton.) foram afretados, com tripulações e bandeira portuguesas, à companhia britânica *Furness Whithy*.

- Os Contributos da Marinha Mercante

O contributo da marinha mercante teve, custos materiais e humanos muito elevados; Em 1915, mesmo antes da entrada na guerra, perderam-se 3 navios.

Foram afundados 129 navios¹⁴⁷, totalizando 135.706 toneladas TAB¹⁴⁸ e perderam-se 366 vidas humanas.

Por outras causas perderam-se ainda mais 40 navios e embarcações representando 23.621 toneladas TAB.

O *Machico*, o *Horta* e o *Moçambique* protagonizaram situações que merecem ser aqui citadas.

O *Machico* navegava a Norte das Canárias quando, pelas 09h00 do dia 13 de novembro de 1916, foi atacado por um submersível. Utilizando toda a potência possível da máquina o navio conseguiu colocar-se fora do alcance das peças do submersível e foi abrigar-se entre as ilhas do Arquipélago das Canárias, evitando a sua destruição; chegaria a Lisboa pelas 11h00 do dia 19 de novembro.

¹⁴⁶ O paquete *Extremadura* (ex-Santa Úrsula) foi entregue à Empresa Nacional de Navegação como compensação pela requisição do *Malange*, e do *Luanda*, transformados nos cruzadores auxiliares *Pedro Nunes* e *Gonçalves Zarco*.

¹⁴⁷ Sendo 75 navios de mais de 200 toneladas TAB e 54 embarcações com menos de 200 toneladas TAB.

¹⁴⁸ Cerca de 35% da tonelagem disponível (390.117 ton.) mas, quase o valor (95%) da tonelagem nacional anterior à integração dos navios requisitados.

O *Horta* sofreu oito ataques de submersíveis alemães e teve duas tentativas de sabotagem por parte dos prisioneiros de guerra alemães utilizados na estiva. Viria a ser atingido por um torpedo disparado pelo *UC-73* a 9 de agosto de 1918 que provocou o seu afundamento e a morte de seis tripulantes.

O *Moçambique* da *Empresa Nacional de Navegação*, largou de Lourenço Marques a 25 de setembro, com cerca de 1085 pessoas a bordo (952 passageiros e 133 tripulantes) tendo ocorrido a bordo um surto de pneumónica que vitimou 191 passageiros e dois tripulantes; o navio viajou, sem escalas, até Lisboa, onde chegou a 20 de outubro.

Conclusão

A participação da Marinha Portuguesa na Grande Guerra foi, em absoluto, de valor insignificante; no entanto, foi enorme relativamente aos seus poucos recursos e passou muito despercebido devido, entre outras causas, ao ambiente político interno que envolveu a nossa participação no conflito.

No entanto, como em outros períodos da história, a sua ação foi fundamental para a defesa dos interesses nacionais e os marinheiros portugueses podiam orgulhar-se do trabalho realizado.

Sem o caminho do mar não teria sido possível o abastecimento do *Corpo Expedicionário Português* na Flandres, a ação mais visível da participação portuguesa no conflito, nem a defesa do Ultramar, afinal uma das razões da nossa participação no conflito.

BIBLIOGRAFIA

- BARATA, Gen. Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal (5 volumes)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003-2005.
- CORREIA, Luís Miguel, *Paquetes Portugueses*, Lisboa, Edições INAPA, 1992.
- COSTA, Adelino Rodrigues da, "Moçambique (1914-1918): o imprevisto, a doença e os alemães", *Anais do Clube Militar Naval*, JUL-DEZ 2014.
- FERRAZ, Manuel Armando, *Relatório do Afundamento do Caça-Minas "Augusto de Castilho" em outubro de 1918*, Manuscrito da Biblioteca Central de Marinha.
- FREIRE, João, *Moçambique há um Século, visto pelos Colonizadores*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2009.
- INSO, Jaime do, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2006.
- JÚNIOR, Costa, *Ao Serviço da Pátria. A Marinha Mercante Portuguesa na I Grande Guerra*, Editora Marítimo-Colonial, Lisboa, 1944.
- MENDES, José Agostinho de Sousa, *Setenta e Cinco Anos no Mar (1910-1985) (17 Volumes)*, Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 1989-2005.

- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (8 Volumes)*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1990-97.
- NUNES, António Rafael Pereira, *Portugal na Grande Guerra, A Acção da Marinha*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923.
- OLIVEIRA, Fernando de, *A Arte da Guerra no Mar*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 1983.
- OLIVEIRA, Maurício de, *Armada Gloriosa*, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1936.
- A Bordo do Navio Chefe*, Parceria de António Maria Pereira, Lisboa, 1943.
- Os Submarinos na Marinha Portuguesa*, Editora Náutica Nacional Lda, Lisboa, 1988.
- Allô! Allô! Patrão Lopes*, 2 volumes, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1939.
- PACHECO, Bessa, "A Marinha na I Guerra Mundial", *Anais do Clube Militar Naval*, JUL-DEZ, 2014.
- PEREIRA, José António Rodrigues, "Três Meses de Marinha Republicana", *Revista Tridente*, Escola Naval, Alfeite, 1968.
- "A Marinha Portuguesa nos Conflitos Europeus dos Séculos XVII a XX", *Actas do III Colóquio de História Militar – Portugal e a Europa nos Séculos XVII a XX*, Lisboa, 1992.
- Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2009.
- Marinha Portuguesa Nove Séculos de História*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2010.
- Grandes Naufrágios Portugueses*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2013.
- A Marinha na Grande Guerra I (1914-1916)*, *Anais do Clube Militar Naval*, Vol CXLV, JAN-JUN 2015.
- A Marinha na Grande Guerra II: Da Declaração de Guerra da Alemanha ao Fim do Conflito (Mar1916-Nov1918)*.
- A Marinha na Grande Guerra – O Teatro de Operações de África*, *Revista Militar* CLXVI, nº 5, MAI2014.
- A Marinha na Mobilização Militar para África*, *Revista Militar* LCXVI, nº 8/9, AGO/SET2014.
- A Marinha na Grande Guerra, Teatro de Operações da Europa, Atlântico e Mediterrâneo 1914-1919*, *Revista Militar* CLXVIII, nº 5, MAI2016.
- PINTO, José Luís Leiria, *A Viagem de La Spezia para Lisboa*, Coleção Documentos, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2008.
- Participação da Marinha em África na Grande Guerra*, Comunicação à Academia de Marinha, 14 de outubro de 2014.
- SALGADO, Augusto Alves, "A Secção de Auxiliares da Defesa Marítima, Criação e Ações na 1ª Guerra Mundial", *XXIII Colóquio de História Militar*, Comissão Portuguesa de História Militar, 2014.
- SALGUEIRO, António, "A Evolução da Marinha de Guerra Portuguesa nos Últimos 50 Anos (1890-1910)", *Revista de Marinha* nº 132 a 137. Lisboa, outubro/novembro de 1941.

- SANTOS, José Ferreira dos, *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*. Academia de Marinha, Lisboa, 2008.
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1931.
- SENA, Camilo, “Marinha de Guerra Portuguesa”, Apontamentos para a sua História, Separata da *Revista Militar*, Lisboa, 1926.
- SILVA, Fernando David e, “A Marinha e a “Paz Armada” – Planos Navais 1897-1916”, *Anais do Clube Militar Naval*, JUL-DEZ 2014.
- SILVA, Henrique Correia da Silva (Paço de Arcos), *Memórias da Guerra no Mar*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931.
- SILVA, Joaquim Ferreira da, *A Marinha de Comércio na Grande Guerra (1914-18)*, Comunicação à Academia de Marinha em 28 de outubro de 2014.
- TELO, António José (coord.), *História da Marinha Portuguesa. Homens Doutrinas e Organização (1824-1974)*, Academia de Marinha. Lisboa, 1999.

Sítios da Internet

www.uboaat.net/wwi (consultado em dezembro de 2015).

naviosenavegadores.blogspot.com (consultado em dezembro de 2015).

http://momentosdehistoria.com/001-grande_guerra (consultado em novembro de 2016).



— O camarada está a rir das minhas chancas? Ora, compare o tamanho do meu inhame com o tamanho d'este sapato, e logo acreditará que não deve julgar o interior do prédio pela frontaria. Como vê, não tenho culpa de me meterem n'este..... par de botas!..

O abastecimento e o condicionamento alimentar dos Açores na 1.ª Grande Guerra

JOSÉ PEDRO REIS¹⁴⁹

Introdução

Durante um conflito bélico, uma das grandes condicionantes para a vida da comunidade é o seu abastecimento alimentar. As situações relacionadas com este tema é o primeiro elemento diário a ser condicionado o que provoca o aumento das tensões sociais.

A população estava na expectativa, com informações na imprensa a asseverarem a 15 de outubro de 1914 que os Açores poderiam ser uma área neutral durante o conflito, fundamentada no facto dos ingleses, alemães e americanos terem interesses nas ilhas, ajudando a trilhar o caminho da tranquilidade e da paz.¹⁵⁰

Acabaria por não ser uma realidade, surgindo a hipótese de a Marinha Inglesa poder navegar nos mares dos Açores, garantido a fidúcia das várias ilhas que estavam demasiado desvalidas perante a ameaça dos navios alemães, escrevia-se no jornal da Ilha da Graciosa, O Graciosense.

Relevante aludir que residiam nos Açores nesta fase da história mais de 200 mil habitantes e atendendo à desmedida dispersão do território é basilar perceber a dinâmica do abastecimento alimentar para ser um dos garantes da paz social.

Uma indagação executada com auxílio em fontes primárias, assomando vários problemas essa mesma investigação, elevada atividade da censura que regulava o trabalho dos órgãos de comunicação social, assomando várias páginas em branco nos periódicos, informações contraditórias e mormente alguns periódicos não foram publicados porque não havia papel para esse procedimento em alguns espaços temporais.

¹⁴⁹ IHC/FCSH/UNL.

¹⁵⁰ 1914. *Graciosense*, 15 de outubro, jornal.

Análise demográfica

Um elemento fundamental para entender o abastecimento alimentar é abarcar as movimentações demográficas, entender e aclarar os dados que surgem nos vários censos populacionais.

Havia unicamente uma das nove ilhas com mais de 100 mil habitantes, a Ilha de S. Miguel com clara importância política, económica e administrativa. Em contrapartida também importa referenciar que haviam ilhas com poucos habitantes, inclusivamente, uma delas nem um milhar de residentes detinha, alusão à Ilha do Corvo com 746 habitantes nos censos de 1911.

A questão da imigração é fundamental para compreender esta temática que está a ser analisada, uma desmedido movimentação de pessoas que procuravam outras paragens a tentar abalar de uma vida de trabalho duro e pouco rendimento, registando na imprensa O Picoense, que na Ilha do Pico, não sustinha a saída de pessoas rumo aos Estados Unidos da América em julho de 1915. Contudo a fuga em massa de pessoas não acontecia somente naquela ilha, mas sim um pouco por todo o arquipélago.

A escassez de trabalho era evidente, o que contribuía nitidamente para o aumento dos números da emigração.

Um conflito que se conjecturava rápido, que duraria simplesmente algumas semanas ou meses, prolongou-se durante vários anos e as condições de vida da população açoriana foram sendo constantemente degradadas.

A companhia *Fabre Line* com os seus navios era a empresa que efetuava o transporte destes emigrantes, com constantes anúncios nos jornais a informar da prestação desses serviços.

Necessário aludir que o movimento de saída de mão de obra acarretava graves prejuízos no tecido económico da região, os terrenos agrícolas ficaram sem braços para os cultivar e não deverá ser olvidada a gigantesca mobilização de soldados para a guerra que decorria na Europa e em África.

A inflação de preços dos alimentos

Nos primeiros dias de 1915 foi anunciado na imprensa que havia falta de muitos produtos alimentares nos mercados nos Açores.

O comum do cidadão tinha enormes dificuldades em obter certos produtos, o trigo e as favas eram vendidas a preços elevados, não havia milho nos mercados e a cevada via o incremento do seu preço. A privação de milho era pesadora particularmente nas Ilhas do Pico e do Faial causando sérios embaraços para a sua população.

Passados alguns meses, no decorrer do ano de 1916 era declarada a falta de batatas nos mercados do arquipélago, estrangulando o dia-a-dia da comunidade que sofria enormes dissabores com aquele conflito.

A 22 de março de 1916 foi descrito que no Mercado da Graça fazia-se notar a míngua dos farinheiros oriundos da Ribeira Grande, apenas estava presente um dos muitos que vendia habitualmente naquele mercado.

O povo em pequenos grupos criticava a situação asseverando que aquela situação se devia à falta de farinha porque o milho era exportado e a polícia rapidamente se deslocou para o mercado com farinha que colocou à venda para serenar a população.

Todavia, ao longo dos vários anos de conflito era persistente a falta de pão nas padarias, que fazia dilatar as tensões sociais.

O aumento de tensão também era motivado pela falta constante de outros alimentos como a carne e o que não escasseava, via os seus preços a disparar o que conduzia para a instabilidade social, coagindo a constantes intervenções policiais.

As medidas governativas

As autoridades tentaram minimizar os vários constrangimentos que assolavam as suas comunidades, adotaram-se estratégias idênticas às realizadas no Continente: o tabelamento de preços, arrolamento dos stocks de alimentos, proibição de exportações, surgimento de novas cozinhas económicas e sobretudo um reforço a esses equipamentos existentes.

Entrada do poder autárquico na venda de produtos alimentares, para mitigar o aumento brutal de preços e caucionar que os mais frágeis tinham igual acesso aos alimentos.

Ocorreu um incremento das importações, assomam os regulamentos para regular o preço, peso e a qualidade dos ingredientes usados na panificação, tentativa de evitar a adulteração dos produtos alimentares com graves prejuízos para a saúde da comunidade.

Um reforço das autoridades policiais na tentativa de evitar o contrabando que trazia graves prejuízos para a população. Uma presença forte e musculada das autoridades, forçoso reprimir o açambarcamento, o contrabando e a inflação exorbitante que colocavam em risco a sobrevivência dos elementos da comunidade e sobretudo a paz social.

Arrolamento de Estoques

Necessário perceber a quantidade de alimentos existente no mercado e armazéns para numa fase posterior avaliar por estimativa de consumo o garante da alimentação.

A 6 de setembro de 1914 foram espalhados vários editais por toda a Ilha do Pico, onde se constava que os comerciantes tinham 8 dias para dar conhecimento às autoridades locais do seu armazenamento e fundamen-

talmente entregarem uma relação dos preços que praticavam a 1 de agosto de 1914 para compreender a evolução dos preços e perceber se havia abusos a serem cometidos.

A produção agrícola também sofreu duros revezes, escrevendo-se na imprensa que a produção de trigo na Ilha do Faial em 1915 fora 1/3 da produção do ano anterior de 1914.

A quantidade dos stocks do milho na Ilha de S. Miguel ao longo do conflito estiveram sempre a baixo do desejado para o consumo regular dos seus habitantes o que motivava mal-estar entre a população que não esperava tempos fáceis e apelava para a proibição da sua exportação.

Solidariedade – a Cozinha Económica Angrense

Subsistiam várias instalações de solidariedade social no arquipélago, uma das organizações era a Cozinha Económica Angrense que tinha sido fundada em 1897 e tinha um vigoroso apoio para o seu funcionamento do Governador Civil, Joaquim Teixeira da Silva, porque era um pilar capital para apoiar e suprir as falhas na alimentação dos mais pobres, colocando comida na mesa de muitas famílias.

Na Ilha de S. Miguel, havia um equipamento social em iguais moldes, no Diário dos Açores em janeiro de 1915 informava-se que no espaço de 3 semanas tinham sido confeccionados 1727 refeições, a grande maioria de forma gratuita.

A solidariedade da comunidade açoriana era fundamental para garantir a laboração daqueles equipamentos e as festas de cariz social eram recorrentes, não havia grande facilidade para o poder administrativo em financiar aquelas instituições e restava haver um apoio vigoroso da comunidade para conseguir que o seu semelhante tivesse a sua alimentação.

O sustento era garantido através de doações em dinheiro ou mesmo de géneros alimentares, tudo servia para garantir a alimentação dos mais pobres.

O abastecimento alimentar

Os provimentos das várias ilhas eram realizados por navios, com bastante problemas para a execução dessa função. Iria surgir um ponto a favor nesta situação, após o confisco de várias embarcações alemãs que estavam estacionadas nos portos açorianos.

Acabariam por serem apreendidos em portos açorianos um total de seis navios alemães que iriam receber nomes portugueses: Horta, S. Jorge, Flores, Ponta Delgada, Santa Maria e Graciosa.

Poucos dias, após essa apreensão, um dos navios executou o seu primeiro serviço de transporte, concretamente o navio de Ponta Delgada que realizou um transporte de gado para a capital de Portugal.

A circulação de navios era tarefa praticamente impossível por vários motivos, não se realizando muitas das viagens que se deveriam concretizar por razões de segurança ou por causa do mau tempo ficando as ilhas privadas de correio e de abastecimento alimentar.

Dificuldade em garantir a logística do transporte ficando retida na Graciosa três centenas de sacos contendo cereais destinados ao continente, permaneceram impedidos na ilha durante vários meses desde outubro até janeiro, não servindo somente de desculpa somente o mau tempo, mas possivelmente também uma atitude de falta de organização e planeamento.

O apoio entre ilhas e o continente

Comum as ilhas açorianas criarem relações de dependência mútua em que forneciam alimentos para garantir o sustento das suas populações locais. Havia uma certa demagogia no acompanhamento da imprensa nestes procedimentos, com várias afirmações de produção enorme, com ampla capacidade de exportação.

O navio São Miguel era um dos navios utilizado no transporte entre ilhas movimentando várias cargas entre as ilhas, inclusivamente para o continente, exemplo a viagem do continente para a Ilha do Faial que levava no seu interior: 122 sacas com sêmeas, 22 caixas com manteiga, 2500 sacas de milho.¹⁵¹ Um outro exemplo a viagem do Navio Ponta Delgada para a Ilha Terceira que saía para Lisboa com 272 cabeças de gado, 120 caixas com manteiga e mais de cinco centenas de sacas de milho.¹⁵²

Havia uma relação de dependência entre a Ilha do Faial e a do Pico, partindo da ilha do Pico constantemente: queijo, ovos, frutas, gado e em troca recebiam trigo, farinha e milho.

O abastecimento de carne e leite

Os Açores e a sua produção de leite sempre foram uma das imagens de marca e parte do imaginário coletivo.

Neste período da história, as autoridades regionais sofriam gigantesca pressão dos produtores de leite da região para haver um aumento de preço, alegava-se que havia cada vez maior dificuldade para a criação de gado e era custoso manter aqueles preços.

¹⁵¹ 1916, *Diário dos Açores* 23 de março, jornal.

¹⁵² 1916, *Diário dos Açores*, 4 de maio, jornal.

Analogamente à criação de gado para a produção de carne, importa narrar que a sua atividade também estava fortemente condicionada com a notícia de novembro de 1915 que destacava o aumento do transporte de animais em navios, para preços extraordinariamente elevados que poderia causar sérios condicionamentos à atividade que era realizada de forma bastante precária.

Os aumentos dos fretes eram constantes e não parecia ter fim, sendo fundamental referir que no jornal *A União*, em janeiro de 1917 era descrita a privação de carne nos talhos locais, o que era inédito e por vezes incompreensível atendendo a ser uma das especificidades da produção agrícola naquela região.

Havia também aspetos positivos, quando havia fases em que o mar não permitia a circulação dos navios para recolher as cabeças de gado, a mercadoria ficava retida na ilha, advindo uma grande baixa de preço, o que se agravava em março porque era a época em que mais cabeças de gado havia prontas para abate.

Essencial abater os animais para conseguir ter uma regulamentação do mercado, a necessidade de reaver o investimento na produção, sempre era mais fácil receber algum dinheiro do que nenhum. A condição financeira dos proprietários agrícolas era precária o que obrigava a constantes entradas de fluxo de dinheiro na sua contabilidade.

Um exemplo flagrante dessa situação é na Ilha Terceira em maio de 1917 a carne ser vendida na Ilha Terceira a 10 centavos o quilo, enquanto em Lisboa era vendida a 80 centavos, um preço oito vezes mais baixo.

A Indústria do Pescado

Importante referir o papel da pesca para a economia regional dos Açores e para o garante do abastecimento de outros mercados.

Havia a condicionante de ser uma frota que em diversas notícias era relatada como sendo atrasada e um entrave ao desenvolvimento da indústria conserveira. O *Diário dos Açores* em 25 de maio de 1915 registava que se pescava naquela altura que se pescava como há 100 anos, havendo apenas um incremento na modernização na indústria das conversas que fazia com que não houvesse um atrofio ainda maior daquele sector da atividade.

Nos meses seguintes iria ser noticiado grandes pescarias que abastecia o mercado com preços mais baixos e permitia maior desafogo financeiro. Na Ilha do Pico foi relatado em abril de 1916 que não se via uma pescaria tão grande como as que iam acontecendo, sendo pescados várias dezenas de chernes.¹⁵³

¹⁵³ 1916. *O Picoense* 16 de abril, jornal.

A pescaria ocorria em descomunal quantidade apesar das várias condicionantes da sua frota, mas ocorriam casos de mau planeamento industrial, exemplo de Angra do Heroísmo onde se descreviam enormes pescarias na imprensa com 24 barcos a voltarem constantemente carregados de peixe, mas como não havia uma fábrica na ilha de transformação de peixe fresco, não fosse exequível conservar por muito tempo aquele alimento e ele fosse vendido a um preço baixo para não correr o risco de detioração e sequentes perdas financeiras mais avultadas.¹⁵⁴

O abastecimento de pão

No mês de março de 1915 ocorreu uma reunião dos proprietários de moagens com as autoridades administrativas regionais onde se narrou que estava iminente uma rutura de stocks, conseguindo apenas farinha para um espaço superior de tempo a um mês. Mais tarde a situação continuava escrevendo-se: "... em consequência da proibição da saída da farinha de Lisboa para os Açores, suspenderam já em Ponta Delgada o fabrico de pão de trigo, algumas das mais conhecidas fábricas".¹⁵⁵

Em maio de 1917 várias padarias de Ponta Delgada que estavam encerradas provocado esse encerramento pela falta de matéria prima para trabalhar.

Na cidade de Angra do Heroísmo viveu-se um cenário desolador em junho de 1917 com muitos populares a percorrerem as ruas procurando pão, contudo, não o encontravam, havia somente bolachas que foram amplamente procuradas pelos populares. O pouco milho que havia para venda era transacionado no Mercado Municipal Duque de Bragança e não estava em condições de ser comercializado segundo a imprensa.

Nas semanas seguintes foi noticiado que a indústria panificadora em Angra do Heroísmo ia anunciar uma greve, a partir do dia 25 de setembro ia-se deixar de cozer o pão porque o preço que as autoridades obrigavam as padarias a praticar não consentia que houvesse um retorno financeiro suficiente para cobrir os custos de produção.

As autoridades locais tiveram de tabelar o preço e o peso do produto a ser vendido. Para regular o mercado e impedir problemas de futuro como desordens.

A limitação de stocks e as carências de farinha sentia-se também no verão de 1917 na Ilha do Pico que era obrigada a recorrer ao apoio de S. Miguel que enviou para a ilha uma grande quantidade de milho para suprimir falhas, enquanto na Ilha de S. Jorge nesta fase não conseguia ceder um único grão de milho e na Ilha do Faial era vendido a preços exorbitantes.

¹⁵⁴ 1916. *Diário dos Açores*, 24 de julho, jornal.

¹⁵⁵ 1917. *A União*, 5 de março, jornal.

No município da Povoação, por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal uma quantidade de trigo que estava armazenada num armazém privado e que a Câmara Municipal pagou ao preço da tabela, ignorando o preço que tinha sido comprado anteriormente para distribuir esse trigo pelas padarias que estavam com a sua produção paralisada por falta de matéria-prima.

A produção cerealífera por vezes conseguia superar as expectativas, na Ilha do Pico em 1917 tinha sido positiva apesar de somente ser plantado na Prainha e em S. Roque do Pico que era cultivado em pequenas parcelas de terreno que eram altamente produtivas.

As autoridades Angrenses adotaram um posto de venda de pão, na Rua da Sé, nas antigas instalações da *Papelaria Cunha*, que vendia farinha de trigo, pão de milho e pão de trigo todos os dias, garantido o sustento deste produto para a comunidade.

A questão do abastecimento de milho arrastou-se durante vários meses na imprensa com notórias dificuldades em garantir a normalidade do mercado.

Fundamental referir que havia uma importação massiva de farinha do continente americano, a denominada farinha americana que era o garante para o abastecimento das padarias e para regular a ordem pública. Todavia havia quem a recebesse e esconde-se para fazer aumentar o preço daquele cereal.

Havia um incremento do abastecimento de cereais as ilhas, mas continuava a surgir na imprensa nos meses seguintes notícias relativas ao aumento do preço do milho e da farinha.

As medidas protecionistas

Na tentativa de garantir o seu abastecimento para os mercados açorianos foram tomadas medidas protecionistas. Uma dessas medidas do Governo Civil de Ponta Delgada foi noticiado a 20 de março de 1915 no periódico *Aurora Povoense*, que proibida a exportação de milho. Apoiada esta decisão no deflagrar do conflito e não ser quanto ia ser o seu término.

Pedido as autoridades de Ponta Delgada em 27 de janeiro de 1915 nas páginas do Diário dos Açores para impedir a exportação de gados e milho procurando um aumento da produção e estimular a produção alimentar nos Açores.

O Governador Civil de Angra do Heroísmo telefonou ao governo instando para que fosse suspensa a saída de milho daquele distrito nos meses de abril, maio e junho atendendo que era indispensável garantir o abastecimento da sua comunidade.¹⁵⁶

¹⁵⁶ 1917. *A União*, 7 de abril, jornal.

Os incidentes em Angra do Heroísmo em dezembro de 1917

Na tentativa de evitar conflitos e desordens públicos, o Governo Regional de Angra do Heroísmo na figura do seu Governador Teixeira da Silva, meses antes de dezembro de 1917 com o apoio da Igreja Católica que tinha iniciado funções em maio de 1915 prolongado o seu mandato até dezembro de 1917.

Durante o seu mandato teve sempre a preocupação em garantir a defesa dos seus habitantes e a normalização da sociedade mesmo estando o país em conflito.

Um dos seus maiores pontos da sua luta política foi a normalização da sociedade com o apoio da Igreja Católica, solicitando ao Bispo de Angra do Heroísmo para fazer circular um documento entre as suas paróquias a pedir para os padres nas homílias tentaram acalmar os populares.

Viveu-se durante a Primeira Guerra Mundial, momentos de tensão entre o Governador Civil e os produtores de pão porque a autoridade regional pressionava os industriais de padaria a vender o pão a um preço mais baixo, respeitando as diretivas da tabela de preço impostas pelo poder político, enquanto os padeiros ameaçavam inclusivamente com uma greve, porém, após uma reunião com as autoridades a situação normalizou-se e o fabrico na panificação prosseguiu.

As relações foram ficando condicionadas entre as autoridades e os industriais e poucos dias após o anúncio da greve, durante o mês de setembro realizou-se uma manifestação popular para ser uma mostra de apoio ao Governador Civil, Teixeira da Silva que segundo os periódicos teve a presença de 10 mil pessoas.

Um terço da população de Angra do Heroísmo esteve presente para mostrar o seu apoio a Teixeira da Silva, corria o boato que Teixeira da Silva ia ser dispensado por ordem do Governo Central.

No dia da sua demissão do cargo ao início da noite começaram a estrelar nos céus da noite de Angra vários foguetes, alguns populares no Adro da Sé se mobilizaram para procurar quem estaria a lançar foguetes. Após encontrarem os autores daquela prática, ocorreram várias agressões contra os lançadores dos foguetes e dando vivas à República encaminharam-se para a Indústria Panificadora Terceirense, estava em transe a multidão.

Os vidros foram partidos à pedrada e seguidamente rumaram a outros locais previamente conectados com práticas pouco éticas para a sociedade e no ataque à Padaria do Sr. Ramalho foram disparados vários tiros. Porém, continuaram a apedrejar várias lojas e davam vivas à República.

As forças de Infantaria 25 saíram do quartel e foram para a rua para controlar os ânimos, ficando de prevenção na Praça da Restauração e na Rua da Sé. Ocorreram vários distúrbios e múltiplos feridos que necessitaram de

receber apoio médico e por volta das 23h30 minutos a ordem pública estava reposta e vinham em direção à Angra do Heroísmo grupos de populares de S. Mateus para apoiar o Governador Civil deposto. Porém, receberam ordens para não sair da sua povoação.

Acabariam por acontecer vários incidentes em outras localidades, a população apresentava sinais de saturação pelo degradar das suas condições de vida que não parecia ter retorno. Contudo, nas publicações das forças republicanas para justificar essa violência apontava o dedo a agitadores profissionais, porque o verdadeiro povo estava preocupado em trabalhar¹⁵⁷.

No mês de março em 1918 registaram-se confrontos entre as autoridades e os populares em várias localidades, a situação insustentável que a população trabalhadora vivia com o aumento dos preços, serviu de ignição para vários tumultos em Vila Franca e também na Povoação.

Os incidentes foram-se estendendo a outras localidades, além das referenciadas anteriormente: Lagoa, Capelas, Água de Pau, Água Retorta, etc. com realce para a elevada presença de populares nessas manifestações que demonstravam estar a chegar ao limite da saturação psicológica.

Conclusão

As consequências para os açorianos da 1.ª Grande Guerra Mundial foram intensas concretamente no abastecimento alimentar, um dos pilares essenciais da sua vida.

Na tentativa de encontrar melhores condições de vida, a população emigrava em massa o que poderia contribuir para uma situação menos gravosa no abastecimento alimentar daqueles habitantes, atendendo à diminuição do número de habitantes

Neste período da história açoriana e sobre esta temática é essencial destacar o papel do Governador Civil de Angra do Heroísmo que foi citado nesta investigação, Teixeira da Silva, merecendo a sua figura futuros estudos sobre o seu contributo para a sociedade.

Imperioso destacar que com o reforço da circulação de navios, houve uma ligeira melhora na distribuição alimentar, esse aumento das embarcações foi motivado pela apreensão à Alemanha em 1916 de vários navios. As embarcações assistiram para o transporte de alimentos entre o continente e ilhas como também apoiou a relação de auxílio entre as várias ilhas que procuravam apoiar-se mutuamente realizando várias trocas de produtos alimentares.

Importante ressaltar que o clima por vezes era ingrato e fazia atrasar os trabalhos agrícolas o que condicionava o resultado da produção agrícola.

¹⁵⁷ 1915, *Democrata*, 5 de outubro, jornal.

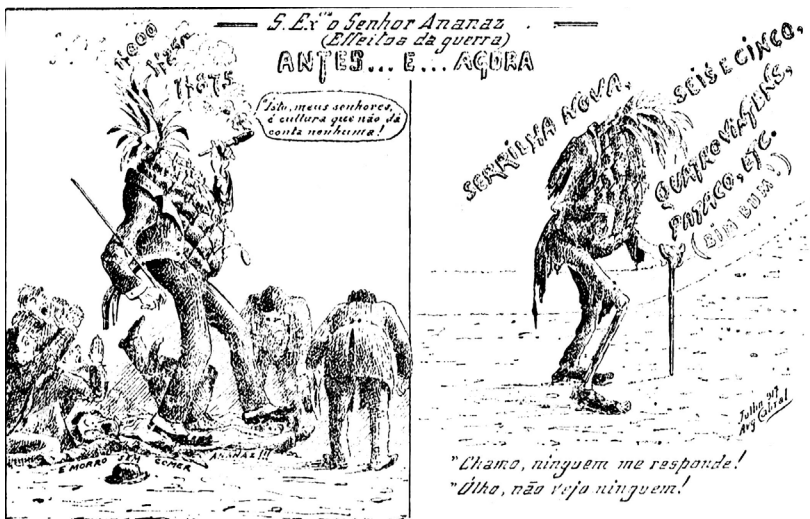
Alternando entre os invernos rigorosos e por vezes também longos no tempo e situações de seca.

As várias situações de tumultos e desordens em vários pontos no Arquipélago dos Açores, motivados pela dificuldade em garantir sempre o estoque de alimentos na ilha para abastecimento das tropas estacionadas como também dos vários habitantes dos campos de concentração dos Alemães.

Finalizando que em vários jornais dos Açores foi descrito um cenário de fome com enorme penúria de recursos alimentares com várias falhas no abastecimento e nas vendas dos mercados.

FONTES:

- 1914, *Graciosense*, 15 de outubro, jornal.
- 1916, *Diário dos Açores* 23 de março, jornal.
- 1916, *Diário dos Açores*, 4 de maio, jornal.
- 1916, *O Picoense* 16 de abril, jornal.
- 1916, *Diários dos Açores*, 24 de julho, jornal.
- 1917, *A União*, 5 de março, jornal.
- 1917, *A União*, 7 de abril, jornal.
- 1915, *Democrata*, 5 de outubro, jornal.



"O rico ananás pelas ruas da amargura", Augusto Cabral, Revista Micaelense, 1919.



"A falta de fósforos e a proibição de aglomerados", Augusto Cabral, Revista Micaelense, 1918.

Salvar a República: entre idealismos e pragmatismos os 62 dias do “governo Relvas” em 1919

JOSÉ RAIMUNDO NORAS¹⁵⁸

A principal fonte para abordagem deste tempo resulta do que podemos chamar “diário de Governo de José Relvas”. Desde a sua edição crítica, por João Medina e Carlos Ferrão, são conhecidas do grande público as *Memórias Políticas* deste governante¹⁵⁹. O segundo volume incluiu um relato epistolar dos 62 dias no Governo em 1919. Com base neste documento, para além da “bibliografia de referência” e das histórias de Portugal, este período já foi objeto de análise, em pelo menos três artigos científicos, em épocas diferentes.

Na I série da revista *História*, Carlos Oliveira Pinto e João Costa Rana fizeram uma abordagem do assunto “no cinquentenário da morte de José Relvas”¹⁶⁰. Trata-se de excerto de um trabalho de maior envergadura para a disciplina de História Contemporânea (o qual, contudo, conseguimos localizar). Esses autores propuseram um breve introito biográfico de José Relvas, para depois seguirem o texto publicado nas *Memórias*. O trabalho também recorreu à imprensa periódica, cotejando a narrativa com informações dessas fontes. O artigo é mais descritivo que problematizador, fazendo alusão à ideia de “joeirar o relato das *Memórias Políticas*”. Não houve contacto com o Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP) para elaboração desse texto.

Muito mais recentemente, tanto Vítor Neto, como Vanessa Batista abordaram o tema. Vanessa Batista propôs uma mais sólida análise do discurso de José Relvas em correlação com a imprensa periódica, tendo neste caso alargado o leque de jornais consultados. Da leitura do seu texto, infere-se que não teve contacto com o artigo anterior. O objetivo de Vanessa foi claro. Consistiu em analisar criticamente o relato das *Memórias*. Não incorporou

¹⁵⁸ CH – Ulisboa/ PIUDHist, Bolseiro FCT (SFRH/BD/132222/2017).

¹⁵⁹ José Relvas, *Memórias Políticas*, prefácio de João Medina, introdução e notas de Carlos Ferrão, Lisboa: Terra Livres, 1977, 2 vols.

¹⁶⁰ Carlos Manuel Tavares de Oliveira Pinto e João Alexandre Valeiros da Costa Rana, “No cinquentenário da morte do político – O Governo de José Relvas e a restauração republicana de 1919” em *História*, Lisboa: “O Jornal”, n.º 12, outubro de 1979, pp. 44-58.

por isso outras fontes primárias¹⁶¹. O artigo analisa o contexto político e social que permitiu a formação do governo e a posterior derrota dos monárquicos, bem como o projeto político de José Relvas, sem esquecer o fracasso da sua implementação. Na conclusão, procura demonstrar como essa ideia deu frutos mais tarde. A historiadora elucida-nos com a formação de um bloco conservador e liberal à direita dos “democráticos”, realizado ainda em 1919, com a criação do Partido Liberal Republicano (PNL). No entanto, José Relvas já estava ausente desse processo. O seu “idealismo pragmático” desiludira-se definitivamente com os homens? De facto, vivera ameaças sobre a própria vida, às mãos de outros republicanos, nos tumultos no Ministério do Interior. Ao mesmo tempo, a situação familiar deteriorava-se, *in extremis*, com o suicídio do seu último filho, Carlos Relvas, a 14 de dezembro 1919, e um progressivo afastamento da esposa.

Vítor Neto foi responsável por um artigo biográfico sobre José Relvas, versando, essencialmente, o governo de concentração de 1919¹⁶². O historiador ribatejano radicado em Coimbra, evocou primeiro o contexto social de 1919 e a gestão militar do conflito, entre o novo governo e os revoltosos no Norte. Depois, propôs uma análise das relações do governo com os vários atores sociais, nomeadamente com os grupos de operários organizados e com os funcionários públicos, de entre outros, abordando a política de sindicâncias promovida por Relvas, após a derrota dos monárquicos. Entendendo que “a República é para os republicanos”, como a base na ideia da defesa do regime, o Ministério do Interior promoveu “saneamentos políticos”, logo em fevereiro de 1919. No entanto, ao contrário do desejado pelo Partido Democrático e por alguns setores de opinião, este processo foi realizado “de cima para baixo”, isto é, por iniciativa do Governo e não por iniciativa das comissões de trabalhadores, num saneamento “de baixo para cima”. As leis de saneamento político possibilitavam a defesa dos acusados perante uma comissão de iniciativa governamental, bem como recursos para o Supremo Tribunal Administrativo e foram antecedidas por uma lei de amnistia para funcionários perseguidos durante o regime anterior.

Vítor Neto também aborda a relação do governo com grupos republicanos ausentes da composição política escolhida, nomeadamente o grupo de Machado dos Santos. Por fim, tal como Vanessa Batista, reflete sobre a relação do Presidente do Ministério com os partidos políticos e a negociação do seu projeto de reconfiguração partidária. Este historiador considera que o “sectarismo ainda dominava” a cena política e inviabilizou o projeto de Relvas.

¹⁶¹ Vanessa Batista, “O Governo de José Relvas: uma tentativa de equilíbrios no pós-guerra janeiro de 1919 março de 1919” em *A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações*, Gaspar Pereira Martin, et al. (coord.), Porto: FLUP, 2015, pp. 57-66.

¹⁶² Vítor Neto, “José Relvas um político republicano” em *Revista de História das Ideias*, Coimbra: FLUC, vol. 34. 2ª Série (2016), pp. 213-238.

Fazendo um balanço do governo de dois meses, reconhece-lhe o mérito de dismantelar o regime sidonista e de derrotar definitivamente os monárquicos (nunca mais houve tentativas armadas de restauração monárquica). Ao mesmo tempo, identificou-o como o primeiro de uma série de governos muito curtos, num período de forte instabilidade que se sucedeu até ao fim da I República. Ao contrário dos artigos anteriores, Vítor Neto baseou-se quase em exclusivo na documentação inédita do AHCP.

Depois de todos estes estudos, seria ambição desmedida pretender trazer a lume uma inaudita descoberta sobre o breve governo de 62 dias presidido por Relvas. No fundo, apresentamos a mesma preocupação dos trabalhos anteriores e, sobretudo, procurar compreender o contexto e os objetivos do regresso à política de José Relvas, depois do voto de a deixar em 1915. O nosso fim foi biográfico e traduz uma interpretação resultante da síntese destas três leituras anteriores, genericamente de acordo nos seus pontos fundamentais. A nossa metodologia não diferiu da usada nestes três estudos, mas incorporamos também uma recolha exaustiva de legislação (aqui bastante resumida, por economia de texto), a qual nos outros trabalhos foi sempre referida indiretamente. Tudo o resto foi idêntico. Baseamo-nos nas fontes primárias (*Memórias* e documentos do AHCP), nos artigos de jornal, na legislação e na bibliografia.

O papel de José Relvas (1858-1929) na Revolução Republicana ficou associado à primeira proclamação do novo regime, a 5 de outubro de 1910, cena imortalizada na fotografia de Joshua Benioel. O político tinha um percurso já conhecido do grande público antes de aderir à causa republicana. José Relvas foi músico amador, bem como crítico de arte. Ao mesmo tempo, granjeou reputação de austero negociante e de viticultor audaz. Nessa capacidade envolveu-se no movimento associativo agrícola. Já no século XX, no contexto das lutas dos agrários do sul contra medidas legislativas de João Franco, as quais beneficiavam os vinhos do Douro, veio a aderir ao Partido Republicano. O ano de 1907 foi de grande contestação ao governo e de repressão da imprensa. O exemplo de Relvas incentivará os outros “agrários do sul” a abandonarem o campo monárquico¹⁶³.

Conforme atesta a correspondência com o seu tio-avô, as suas simpatias republicanas, nesta altura já com 50 anos, seriam anteriores e conhecidas nos meios políticos¹⁶⁴. Essa reputação de “aristocrata democratizado” associada à

¹⁶³ Para uma biografia mais desenvolvida de José Mascarenhas Relvas, vejam os trabalhos de Vanessa Sofia, (2016) “Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)”, tese de mestrado apresentada à FLUL, Lisboa: FLUL, 2017; José Raimundo Noras, *Fotobiografia de José Relvas (1858-1929)*, Leiria: Imagens e Letras, 2009 e João Bonifácio (coord.) *José Relvas: o conspirador contemplativo*, Assembleia da República, 2008 [Catálogo].

¹⁶⁴ “Carta de Francisco António Silva Mendes (tio-avô) a José Relvas”, Viseu, s. d. (1/junho/>1894), AHCP, cx. 29, pasta 28, (PT/AHCP/FR/JMR/A/01/29/28).

modéstia e à gentileza no caráter, sem receio de defender posições “radicais”: contra os privilégios da Igreja, pelo novo sistema eleitoral e, sobretudo, por novas formas de organização económica, proporcionaram-lhe grande carisma. Ascendeu rapidamente no partido, sendo eleito para o Diretório no Congresso de Setúbal, em 1909. Proclamada a República, viria a ocupar a pasta das Finanças no Governo Provisório. Foi uma escolha motivada pela recusa de Basílio Teles, situação que esteve eventualmente na origem dos conflitos pessoais e políticos que o opuseram a Teófilo Braga, a Afonso Costa e a Bernardino Machado. Uma carta a Basílio Teles demonstra que o próprio teria interesse noutras funções¹⁶⁵. Relvas chegou a apresentar a demissão quando no “O Mundo” se questionaram as suas intenções e competências. Porém, viria a continuar, no posto, por pressão dos pares e mediante manifestações populares de apoio¹⁶⁶. Recusou, depois, as propostas para ser candidato presidencial do “bloco conservador” na Constituinte de 1911 e, já no governo constitucional de João Chagas, aceitaria ser embaixador em Madrid.

Recentemente, foi estudada com detalhe por Vanessa Batista a sua difícil missão diplomática em Espanha. Esta norteou-se por objetivos políticos (restrição dos movimentos dos exilados monárquicos), por objetivos económicos (negociação do tratado de comércio, captação de investimentos internacionais) e pela realização de atividades culturais (exposição de arte hispano-portuguesa; ciclo de conferências sobre Portugal)¹⁶⁷. No final de 1913, José Relvas demitiu-se da sua função diplomática, em virtude da impossibilidade de acumulação com o lugar de Senador. Essa decisão evidenciava as grandes divergências com a facção no poder¹⁶⁸.

No entanto, manteve-se atento à política e à diplomacia. Em agosto de 1914, respondia a João Chagas: “[...] O momento gravíssimo, que ameaça a Europa, poderia ser habilmente aproveitado pela nossa diplomacia. (...) Nas suas grandes linhas, e plano de política internacional, que mereceu completa aprovação do Gabinete de Lisboa (Afonso Costa) em maio de 1913, consistia na entente com Espanha, que tinha de ser apoiada pela Inglaterra, acompanhando a preparação da entente Franco-espanhola, tendo uma e outra como resultado final a aliança dos países ocidentais [...]”¹⁶⁹. Essa extensa carta, previa, desde logo, a dimensão europeia e, por certo, mundial do conflito, o qual implicaria

¹⁶⁵ Carta de José Relvas a Basílio Teles, Lisboa, 13/11/1910, (Biblioteca Pública Municipal do Porto, ML-P7A-n.º inv.959A).

¹⁶⁶ “Um requerimento ao Ministro das Finanças”, em *O Mundo*, Lisboa, ano IX, n.º 3731, 21/03/1911, p. 1.

¹⁶⁷ Vanessa Batista, “Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)”, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), 2016, pp. 40-89.

¹⁶⁸ Circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros enviada a José Relvas, s.d., AHCP, cx. 374, doc. n.º 89 e Vanessa Batista, *op. cit.*, pp. 108-109.

¹⁶⁹ “Carta de José Relvas a João Chagas”, Viseu, 2/Ago/1914 em *Correspondência literária e política de João Chagas*, Lisboa, 19157, vol. II, pp. 207-208.

o envolvimento português, no mínimo, na sua dimensão colonial. No cenário europeu, José Relvas advogou um entendimento com Espanha no sentido da manutenção da neutralidade e, se tal não fosse possível, defendia um estado de beligerância no campo aliado, negociado com a Inglaterra e com a França, de modo a constituir uma “frente da Europa ocidental”, entendida como baluarte das democracias. Neste período, como na generalidade da sociedade portuguesa, os seus negócios ressentiram-se uma vez que os principais mercados de exportação dos seus vinhos eram os países europeus em guerra.

Não encontramos evidência de fortes ligações pessoais entre José Relvas e Sidónio Pais. Existem duas cartas de Relvas ao então Presidente da República a pedir a apoio consular para contactar os seus sócios franceses no contexto da guerra¹⁷⁰. Têm sido estudadas as ligações dos meios agrários como base de apoio do regime sidonista. Também parece ter sido esse o papel deste vinhateiro no contexto da Associação Central de Agricultura Portuguesa (ACAP). Mais tarde, já nos anos 20, o jornal conservador *A Gazeta* vai acusá-lo de ter recusado integrar o Governo de Sidónio¹⁷¹. Não existem, contudo, outras fontes atestando esse convite. Relvas foi dirigente da ACAP, neste período, continuando, como ao longo de toda a sua vida, a intervir publicamente sobre a política vinícola, defendendo a liberalização do mercado interno. Entre os seus vários correligionários dos meios agrários e republicanos, esteve envolvido com o movimento sidonista Tiago Sales, de Torres Vedras, com quem manteve estreita correspondência, a qual infelizmente não chegou toda até nós. Avançamos, com a suspeita de ter sido Sales a votar em José Relvas para a Presidência da República, no Congresso, dominado pelo Partido Nacionalista, depois da morte de Sidónio Pais.

O final de 1918 veio agudizar a crise portuguesa. A I Grande Guerra tinha acabado, mas não havia melhorias económicas visíveis e o assassinato do “Presidente-Rei” originou o caos político. O governo tinha dificuldade em controlar os militares e as revoltas sucediam-se. Os monárquicos de Paiva Couceiro entraram no Porto e proclamam a restauração do trono (começava a “Monarquia do Norte”), a 19 de janeiro de 1919¹⁷². Na véspera da demissão do último governo nacionalista de Tamagnini Barbosa, a situação era de tal forma incontrolável, ao ponto de o ministro dos EUA em Lisboa propor uma intervenção militar em Portugal, criando um protetorado¹⁷³.

¹⁷⁰ “Carta de José Relvas a Sidónio Pais”, 6/05/1918, [Porto?]. Museu da Presidência – Arquivo Sidónio Pais, (PT-MPR-ASP-CX027-0010).

¹⁷¹ “O sr. José Relvas e a crise vinícola” em *A Gazeta*, Lisboa, ano I, n.º 96, 23/07/1927, p. 1.

¹⁷² Veja-se José Luciano Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Amadora: Bertrand, 1988.

¹⁷³ Fernando Brandão, *A I República Portuguesa – uma cronologia*, Lisboa: Livros Horizonte, 1981, p. 131.

Quadro I – O governo de “concentração republicana” de José Relvas.¹⁷⁴

Nome	Pasta	Filiação partidária
José Mascarenhas Relvas (1858-1929)	Presidência e Interior	Independente
José Carlos da Maia (1878-1921)	Colónias	Independente (pró Sidonista)
António Maria de Freitas Soares (1877- ?)	Guerra	Independente
Francisco Manuel Costa Couceiro (1870-1925)	Justiça e cultos Negócios Estrangeiros (após 27/fev)	Evolucionista
Tito Augusto de Morais (1880-1963)	Marinha	Unionista
Jorge Vasconcelos Nunes (1878-1936)	Agricultura Abastecimentos (depois 27/fev.)	Unionista
António Egas Moniz (1874-1955)	Negócios Estrangeiros (delegado na Conferência de Paz)	Nacionalista (Sidonista)
Manuel José Pinto Osório (1870-1963)	Comércio	Nacionalista (Sidonista)
João Henriques Pinheiro (?-?)	Abastecimentos	Nacionalista (Sidonista)
António Paiva Gomes (1878-1939)	Finanças	Democrático
Júlio Augusto de Patrocínio Martins (1878-1922)	Comércio (após 25/fev.)	Democrático
Domingos Leite Pereira (1882-1956)	Instrução Pública Colónias (após 21/Mar.)	Democrático
Augusto Dias da Silva (1887-1928)	Trabalho	Socialista

Neste contexto, o Presidente e Almirante Canto e Castro foi aconselhado a convidar o “cidadão José Relvas” para formar um governo de “concentração republicana”, reunindo todas as tendências partidárias¹⁷⁵. O novo governo incluía os chamados “partidos constitucionais” (democráticos, evolucionistas e unionistas), bem como os nacionalistas (representando a herança de Sidónio Pais), os independentes e, pela primeira vez, os socialistas, (abertamente coletivistas e com simpatias pela Rússia soviética). Apresentamos um

¹⁷⁴ Adaptado de: “Governo de José Relvas (1919)” em Politicopedia de Adelino Matez, disponível em linha: <http://www.politipedia.pt/governo-de-jose-relvas-1919/>, José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa: Terra Livre, 1977, vol. II e “Notas do Governo de 1919”, AHCP, cx.404.

¹⁷⁵ João de Canto e Castro deixou uma “memória” inédita do período em que serviu como Presidente: “Apontamentos para a história do meu país”, Museu da Presidência – Arquivo de Canto e Castro. (PT-MPR-ACC-CX001-0001 Memórias de Canto e Castro), 101 pp. ms.

quadro-síntese adaptado do trabalho de Adelino Maltez e das *Memórias Políticas* e das notas inéditas de José Relvas.

A comunicação de apresentação do Governo ao Congresso, lida por José Relvas, focou-se na necessidade de consolidar a unidade dos republicanos, assinalando a presença inédita dos socialistas no governo¹⁷⁶. No entanto, em privado o chefe do executivo desconfiava do ministro socialista, em quem não reconhecia grandes competências, considerando-o demagogo, como, aliás, a muitos líderes radicais¹⁷⁷. A prioridade do governo foi derrotar os monárquicos no Norte, procurando contribuir para alguma estabilidade contra o clima de guerra civil e de violência política. O “herói da rotunda”, Machado dos Santos previa em carta ao governo “quatro meses a quatro anos de guerra civil”¹⁷⁸. No entanto, os combates terminaram a 14 de fevereiro, com a capitulação das forças monárquicas no Porto e em Lamego.

José Relvas, na Presidência do Governo, despachou sobre abolição da censura à imprensa, em fevereiro. Em entrevista ao diretor de *A Manhã*, Mayer Garção, o chefe do executivo considerou: “[...] A sua supressão está naturalmente indicada. Acho-a, inútil, prejudicial mesma. Manter a censura é indício de falsa liberdade. Censura fá-la-á o critério dos jornalistas [...]”¹⁷⁹. Tudo indica que as orientações do governo tenham sido tomadas em conta pelos serviços públicos. Porém, não foi publicada nos diários de governo uma medida legislativa objetiva nesse sentido. Devido ao contexto de guerra, continuou a exercer-se censura sobre a correspondência postal e telegráfica, originando protestos vários¹⁸⁰. A boa relação do chefe do Governo com a imprensa também foi alvo de críticas, posto que o clima de abertura poderia servir informações vitais aos revoltosos.

Grande parte da opinião pública e do próprio Governo reclamavam a dissolução parlamentar e novas eleições. Apesar de alguma renitência inicial, procurando que o parlamento se autodissolvesse, o Presidente do Ministério e o Presidente da República acabariam por dissolver o congresso a 21 de fevereiro. A situação gerou confrontações populares e, inclusivamente, um assalto ao Ministério do Interior. Os ministros sidonistas apresentaram a sua demissão ou foram demitidos no final do mês¹⁸¹. Ao mesmo tempo, vários sectores profissionais e populares exigiam o saneamento de funcionários

¹⁷⁶ José Relvas, (et al.) “Declaração Ministerial”, Lisboa, 3/fev./1919, AHCP, cx. 404.

¹⁷⁷ José Relvas, *Memória Políticas*, vol. II, pp. 86-87.

¹⁷⁸ “Carta de Machado Santos para José Relvas”, 28/01/1919, AHCP, cx. 405.

¹⁷⁹ “O Governo que entra – o que nos diz o sr. José Relvas” em *A Manhã*, Lisboa, ano II, n.º 663, 28/01/1919, p. 1.

¹⁸⁰ Alberto Arons de Carvalho, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa: Seara Nova, 1973, pp. 30-31

¹⁸¹ José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. II, pp. 108-114.

públicos (civis e militares) comprometidos na revolta monárquica ou com o regime de Sidónio Pais. O governo promulgou a lei do saneamento e promoveu várias sindicâncias, salvaguardando a possibilidade de defesa do visado, sendo acusado de “tibiezas” contra os “inimigos da república”¹⁸².

No entanto, ainda que não “abrisse logo o jogo”, nos seus sucessivos contactos com os *media*, o grande objetivo de José Relvas era promover a reorganização do sistema partidário da República¹⁸³. Muitos republicanos consideravam que um dos fracassos do regime fora a criação precoce de partidos políticos à margem do “velho PRP”, sem a necessária base de apoio e de consolidação programática¹⁸⁴. Viam os novos partidos como agrupamentos personalistas, com um espírito sectário em torno dos chefes, sem clara noção dos princípios partilhados e, muitas vezes, com uma visão venal da administração pública.

José Relvas considerava ser necessário “fazer uma nova experiência e voltar a 1910”, para refundar a República nos termos em que os cidadãos reconhecessem os partidos ideologicamente. Para isso, propunha a criação de dois grandes blocos políticos. O “grupo democrático” mantinha-se ou reformulava-se como “o partido radical da República”, não estava aí o problema maior. Era necessário construir um “bloco de direita” ou um grande partido conservador, coeso e capaz de ganhar as eleições aos democráticos, logo nesse ano de 1919, para uma melhor consolidação do regime parlamentar. De facto, desde 1911, não tinha existido uma alternância no poder por via eleitoral. Todos os governos acabaram por se demitir devido à falta de solidariedade dos deputados ou foram destituídos por via militar, e os democráticos dominaram quase sempre a ação executiva e, mesmo, o poder legislativo.

Todavia, os dois principais partidos da direita tiveram reações dúbias ao projeto de reconfiguração partidária. Ainda que mostrassem concordância com ideia de “bloco conservador” e, sobretudo, com a necessidade de alternância no poder para afastar os democráticos, não conseguiram chegar a um entendimento. A direção dos evolucionistas aceitou a ideia de dissolução, se os outros partidos também o fizessem. Porém, em congresso os membros do partido recusaram a proposta. Assim, mediante o bloqueio de uns, todos os outros pretenderam manter as velhas estruturas. Aliás, mesmo os pequenos partidos recusaram o princípio da dissolução partidária, por motivos históricos e políticos. Instalou-se a crise no Governo com essa resposta dos evolucionistas. Não tendo apoio das forças conservadoras para o seu projeto político, o “chefe dos ministros” entendeu demitir-se a 27 de março de 1919.

¹⁸² Vítor Neto, “José Relvas: um político republicano”, pp. 227-228.

¹⁸³ Carta de José Relvas aos Diretório dos Partidos, 14/03/1919, AHCP, cx. 404.

¹⁸⁴ Sobre este tema, veja-se Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português: 1910-1926*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

Manteve-se ainda em funções o governo demissionário até à organização de um novo gabinete, no fim desse mês, na qual José Relvas também colaborou.

Quadro 2 – Seleção dos principais diplomas aprovados por José Relvas enquanto Presidente do Ministério e Ministro do Interior¹⁸⁵

Autoria	Dia	Mês	Ano	Desenvolvimento	Publicação
Presidência do Ministério	5	02	1919	Autoriza o Governo a tomar todas as medidas de carácter militar e financeiro conducentes a debelar a actual insurreição monárquica.	Lei n.º 834 em <i>Diário do Governo</i> , I série, n.º 26, 7 de fevereiro de 1919.
Presidência do Ministério	24	02	1919	Na sequência de reclamações sobre a sua atuação, são dissolvidas as polícias de segurança e preventiva, sem prejuízo dos inquéritos em curso.	Decreto n.º 5171, em <i>Diário do Governo</i> , n.º 37, I série de 24 de fevereiro de 1919.
Presidência do Ministério	24	02	1919	Reintegração no serviço de militares afastados das funções e suspensão dos processos por motivos políticos a funcionários públicos, criação de comissões idóneas para avaliar reclamações e aferir dos demitidos por injusta causa. As comissões apresentaram ao Governo os indivíduos a reintegrar. Garante-se recurso para o Supremo Tribunal Administrativo das decisões do Governo. Salvaguardam-se da suspensão dos processos políticos os crimes contra a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos.	Decreto n.º 5172, em <i>Diário do Governo</i> , n.º 37, I série de 24 de fevereiro de 1919.
Presidência do Ministério	01	03	1919	“Lei eleitoral”. Recoloca em vigor sem alterações substanciais as leis eleitorais de 1913 e 1915, das quais suprime o recurso para tribunais superiores de decisões de primeira instância. Adia as eleições para 4 de Maio por necessidade de recenseamento e reorganização nos serviços públicos.	Decreto n.º 5184 em <i>Diário do Governo</i> , I série, n.º 42 – suplemento, 1 de Março de 1919.
Presidência do Ministério	05	03	1919	“Lei de defesa da República”. Estabelece as infrações de carácter profissional e político às instituições, a forma dos processos de sindicância, bem como as penas a aplicar.	Decreto n.º 5203, <i>Diário do Governo</i> , I série, n.º 45, 6 de Março de 1919.
Ministério do Interior – 3.ª Repartição da DG da Contabilidade Pública	08	03	1919	Concedendo um subsídio para subsistência aos cidadãos que, por motivo da rebelião do Porto, tenham sido obrigados a refugiar-se nos distritos fiéis.	Decreto 5224, em <i>Diário do Governo</i> , I série, n.º 49, 11 de março de 1919.
Presidência do Ministério	15	03	1919	Replicação do decreto 5254 do Ministério da Justiça e dos Cultos. Autoriza o Governo a remodelar todos os Conselhos e Comissões permanentes do Estado em todos ministérios, para defesa da República através de leis orgânicas.	Decreto n.º 5254 em <i>Diário do Governo</i> , I série, número 56, 19 de Março de 1919.
Presidência do Ministério	19	03	1919	Em adenda ao decreto n.º 5203 de 5 de Março de 1919 autoriza o Ministério ou o organismo público a desatender às provas dos concursos para cargos públicos sempre candidatos que se tenham demonstrado adversos às instituições republicanas nos termos da lei anterior.	Decreto n.º 5268 em <i>Diário do Governo</i> , I série, número 57, 20 de Março de 1919
Ministério do Interior – Direção Geral da Segurança Pública	22	03	1919	Determina que os governos civis superintendam todos os serviços policiais da sua jurisdição com exceção da polícia de emigração.	Decreto n.º 5291 em <i>Diário do Governo</i> , I série, número 60, 24 de Março de 1919, p. 456.

¹⁸⁵ A partir dos *Diário do Governo* I e II série de janeiro a março de 1919. Modelo do quadro baseado em Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, *Manuel Brito Camacho. Um intelectual republicano no Parlamento*, Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, col. “Parlamento”, n.º 58, 2015.

De um ponto de vista legislativo, este governo foi bastante prolixo tendo em conta a sua duração. Procurou reorganizar a administração pública, mais na base da confiança política do que dos méritos profissionais e mandou publicar um estudo para a revisão do código administrativo. Manteve o novo relacionamento com a Igreja Católica, através reforma de Moura Pinto no que toca à lei de separação da Igreja e do Estado, garantindo-se facilidades nos cultos públicos e na gestão dos bens próprios. A integração dos socialistas no governo refletiu preocupações com a organização de um sistema público de assistência social, mas, ao mesmo tempo, a necessidade política de conter as ideologias radicais de esquerda, institucionalizando-as. Isso também se manifestou na apreensão de propaganda de teor bolchevique e anarquista¹⁸⁶. Por fim, para além do projeto de reorganização partidária, Relvas procurou que todos os partidos aceitassem o “princípio da dissolução parlamentar”, em sede de reforma constitucional. Para ele, só esta medida evitaria novos golpes militares, quando os governos viam esgotada a sua capacidade de ação mediante um parlamento hostil¹⁸⁷.

O político ribatejano continuou a considerar o seu projeto essencial para a sobrevivência do regime democrático, apesar de não o conseguir implementar. Entre 1919 e 1926, sucederam-se mais de 30 governos, alguns com a duração de poucos dias, e a instabilidade tornou-se uma “nova normalidade”. Alguns anos depois, em 1923, José Relvas falava ao *Diário de Lisboa*, no seu refúgio dos Patudos, expressando uma desencantada nostalgia com o regime ao qual consagrara todas energias e todas as esperanças: “*Eu não queria uma República aristocrática – expressões incompatíveis. Mas não era preciso uma República demagógica – termos que também não condizem! Infelizmente, a República não foi, e só raríssimas vezes parece querer sê-lo, a República que a Portugal convinha...*”¹⁸⁸.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP),

Fundo Família Relvas, Subfundo “José Mascarenhas Relvas”:

Documentação política - Governo de 1919 - PT/AHCP/FR/JMR/C-E/01/404 a 406 - Caixas: 404, 405 e 406.

¹⁸⁶ José Relvas, “Notas sobre assuntos tratados na Presidência e Ministério do Interior desde 26/janeiro/1919 a 29/03 de 1919”, AHCP, cx. 404, (PT/AHCP/FR/JMR/C-E/01/404).

¹⁸⁷ Carta do Presidente do Ministério, José Relvas, ao Diretório da União Republicana, Lisboa, 17/03/1919, rascunho duas folhas, carta uma folha, AHCP, cx. 404, (PT/AHCP/FR/JMR/C-E/01/404).

¹⁸⁸ “No Solar dos Patudos – José Relvas fala ao “Diário de Lisboa” na sua casa de Alpiarça, em *Diário de Lisboa*, ano 3, n.º 651, 22 de maio de 1923, p. 5.

Museu da Presidência

Arquivo de Canto e Castro

João de Canto e Castro - “Apontamentos para a história do meu país” (PT-MPR-ACC-CX001-0001 Memórias de Canto e Castro), 101 pp. ms.

Arquivo Sidónio Pais

Carta de José Relvas a Sidónio Pais, 6/mai./1918, [Porto?]. (PT-MPR-ASP-CX027-0010).

Biblioteca Municipal do Porto

Carta de José Relvas a Basílio Teles, Lisboa, 13/11/1910, (Biblioteca Pública Municipal do Porto, ML-P7A-n.º inv.959A).

Imprensa periódica consultada:

O Debate, Santarém, 1907-1919.

O Mundo, Lisboa, 1911, 1919.

O Século, Lisboa, 1907-1919.

A Manhã, Lisboa, 1917-1919.

A Gazeta, Lisboa, 1927.

Legislação vária:

Diário do Governo, I série, Lisboa: Imprensa Nacional, janeiro a março de 1919.

Diário do Governo, II série, Lisboa: Imprensa Nacional, janeiro a março de 1919.

Fontes Impressas:

[AAVV], *Correspondência literária e política de João Chagas*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957/58, 3 vols.

RELVAS, José, *Memórias Políticas*, prefácio João Medina, introdução e notas Carlos Ferrão, Lisboa: Terra Livre, 1977.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA Engrossa, Vanessa Sofia, “*Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)*”, tese de mestrado apresentada à FLUL, Lisboa: FLUL, 2016.

BATISTA Engrossa, Vanessa Sofia, “O Governo de José Relvas: uma tentativa de equilíbrios, no pós guerra (janeiro 1919 a março 1919), em *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*, coordenação de Gaspar Martins Pereira (et. al.), Porto: CITCEM, 2015, pp. 57-66.

NETO, Vítor, “José Relvas um político republicano” em *Revista de História das Ideias*, Coimbra: FLUC, vol. 34. 2ª série (2016), pp. 213-238.

NORAS, José Raimundo, *Fotobiografia de José Relvas*, Leiria: Imagens e Letras, 2009.

PINTO, Carlos Manuel Tavares de Oliveira e RAMA, João Alexandre Valeiras da Costa – “No cinquentenário da morte do político: O Governo de José Relvas

e a restauração republicana de 1910” em *História*, Lisboa: “O Jornal”, n.º 12, outubro de 1979, pp. 44-58.

ARONS de CARVALHO, Alberto, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa: Seara Nova, 1973.

LEAL, Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português: 1910-1926*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

PIRES, Ana Paula Pires e ROLLO, Maria Fernanda Rollo, Manuel Brito Camacho um intelectual republicano no Parlamento, Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, col. “Parlamento”, n.º 58, 2015.

Webografia

MATEZ, Adelino, “Governo de José Relvas (1919)” em *Politicopedia* de Adelino Matez, disponível em linha: <http://www.politipedia.pt/governo-de-jose-relvas-1919/>, [Consultado a 1/10/2018].

Fontes orais:

Entrevista com Nuno Prates (Conservador da Casa dos Patudos) conduzida por José Raimundo Noras, a 12 de fevereiro de 2018.



*O U-155 posicionando-se para o ataque a Ponta Delgada, Beatriz Sequeira (2017),
óleo sobre tela, 40 x 60 cm.*



*Igreja do extinto convento de São João, quartel do Regimento de Infantaria n.º 26,
Laura Teixeira (2017), óleo sobre tela, 40 x 60 cm.*

Os Açores e a 1.ª Guerra Mundial: algumas reflexões

LUÍS M. VIEIRA DE ANDRADE

O tema que me propus tratar reveste-se de uma importância simbólica muito relevante, na medida em que ainda não foi muito estudado, designadamente no que se refere ao arquipélago açoriano. Como é sabido, comemorou-se no passado mês de novembro, mais precisamente a 11 de novembro de 2018, o centenário do Armistício que colocou um ponto final na Primeira Guerra Mundial.

Muito embora já haja um número considerável de publicações acerca da participação de Portugal nesse conflito, não existe, no que diz concretamente respeito aos Açores, muita bibliografia sobre o assunto, o que ajuda a explicar a escolha da temática em apreço.

Esta é uma oportunidade de tecer algumas considerações relativamente a esta matéria, tentando contribuir, de alguma forma, para a análise das Relações Internacionais da República Portuguesa nessa altura e, obviamente, do papel que o arquipélago dos Açores desempenhou nesse contexto, que não foi, como veremos mais adiante, de forma alguma despidendo.

Como nota introdutória, diríamos que a problemática relacionada com a importância estratégica do arquipélago dos Açores aumenta, de forma inequívoca, entre a Guerra Hispano-Americana de 1898, a construção do Canal do Panamá e o decurso da Primeira Guerra Mundial.

A fim de compreendermos este assunto, é importante termos em consideração que durante o primeiro conflito mundial, Portugal tinha como um dos principais corolários, senão mesmo o principal, no que diz respeito à sua política externa, a manutenção do império colonial, designadamente em África. Podemos, conseqüentemente, afirmar que a defesa dos seus territórios africanos constituía, pois, o centro de toda essa política externa.

Por outro lado, a localização das ilhas, a capacidade de reabastecimento de navios em Ponta Delgada, a localização de centrais de comunicação por cabo submarino e TSF na Horta e ainda a localização de um depósito de internados alemães e austro-húngaros em Angra do Heroísmo, eram fatores estratégicos que as tornavam alvo dos submarinos alemães. Para além disso,

urge referir o grande número de comboios navais que transportavam tropas entre os EUA e a França sobretudo a partir de 1917.

No início do século XX, podemos verificar que a embrionária política externa de D. Manuel II se propunha manter as grandes coordenadas do reinado anterior, isto é, a conservação das posições ultramarinas com base nas potências que para tanto pudessem prestar-nos apoio válido e paz com a Espanha em situações de neutralidade comum ou de beligerância também comum. Neste contexto, a Primeira Guerra Mundial colocou, de novo, em evidência, a dependência da política externa portuguesa da Grã-Bretanha.

Portugal, de uma maneira geral, sempre foi importante para a Inglaterra na medida em que, como escreveu, por exemplo, Lord Rothermere no *Daily Mail*, tem posições estratégicas que o tornam chave das suas comunicações marítimas. Segundo ele, os Açores são mais importantes do que Gibraltar, Cabo e Singapura juntos. Descreve ainda a posição do arquipélago açoriano, dominando a linha marítima inglesa e afirma que a teoria de que os Açores podiam ser ocupados por simples ação naval era errada. Uma defesa adequada deste arquipélago podia destruir uma expedição naval e impedir as comunicações com a Inglaterra¹⁸⁹.

Nesse mesmo artigo, solicita às autoridades britânicas para terem presente que a Inglaterra, mais do que nunca, necessitava da amizade de Portugal que "...é o guarda da porta através da qual passa tudo o que é essencial para a Inglaterra¹⁹⁰.

Neste contexto, como refere, por exemplo, Medeiros Ferreira, o conceito de facilidades foi elaborado aquando das conversações entre o rei Dom Carlos e o rei Eduardo VII de Inglaterra, no ano de 1903¹⁹¹. Entre este ano e o início da Primeira Guerra Mundial, é evidente por parte das autoridades britânicas a necessidade de os responsáveis portugueses não concederem facilidades nos portos insulares, designadamente no arquipélago dos Açores, a terceiros países, em particular à Alemanha. Essas facilidades assentavam designadamente no seguinte: depósitos de carvão nos principais portos atlânticos; óleos combustíveis, fornecimento de bens alimentares e outros.

Após o início do conflito, e durante o período em que Portugal mantém a sua neutralidade, até março de 1916, é notória a utilização desigual dos vários portos do arquipélago por navios britânicos e alemães. De facto, a Alemanha manifestou, por várias vezes, junto do Governo Português, o seu desagrado

¹⁸⁹ *Dez Anos de Política Externa*, vol. IV, Doc. Nº 749, p. 25.

¹⁹⁰ Luís M. Vieira de Andrade, *Neutralidade Colaborante – o caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Coingra, Ponta Delgada, 1993, pp. 129-130.

¹⁹¹ José Medeiros Ferreira, *Revisão Histórica da Participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial – a dimensão histórica*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1987, p. 4.

relativamente à forma como interpretavam o estatuto de neutralidade nos seus portos atlânticos, designadamente no arquipélago dos Açores.

De facto, é importante fazer notar que Portugal era muito mais benévolo com a Inglaterra do que com a Alemanha no que diz respeito a esta matéria. E isto resultava, sobretudo, da Aliança Luso-Britânica do final do século XIV, mais precisamente de 1373.

Se analisarmos, em detalhe, as relações anglo-lusas ao longo dos séculos, verificamos que elas beneficiaram sobretudo o Reino Unido. Neste contexto, não há amigos permanentes nem inimigos permanentes, o que há, de facto, são interesses permanentes.

Convém referir, no entanto, que se tivermos em consideração as Convenções de Haia de 1907, verificamos que, como é evidente, nenhum país pode conceder facilidades, designadamente de natureza militar, a qualquer Estado beligerante durante um conflito.

Por outro lado, no que diz respeito ao interesse dos EUA pelo oceano Atlântico, Walter Lippman escreveu o seguinte na *New Republic*: "The safety of the Atlantic highway is something for which America should fight. Why? Because on the shores of the Atlantic Ocean there has grown up a profound web of interest which joins together the western world (...) If that community were destroyed we should then know what we had lost". Mais tarde, já durante a Segunda Guerra Mundial, Lippman acrescentou o seguinte: "The Atlantic Ocean is not the frontier between Europe and the Americas. It is the inland sea of a community of nations allied with one another by geography, history and vital necessity"¹⁹².

Neste contexto, gostaríamos de realçar, de igual modo, que uma das razões mais importantes, senão mesmo a mais relevante, segundo alguns analistas, da entrada dos Estados Unidos da América na Primeira Guerra Mundial, prendeu-se com a liberdade de circulação nos mares, como defendia, por exemplo, Alfred Thayer Mahan, talvez um dos maiores teóricos do poder marítimo a nível mundial. A Geopolítica não pode nem deve ser esquecida por forma a melhor entendermos toda esta complexa problemática.

O trabalho desenvolvido por Mahan reveste-se de uma importância vital para o mundo ocidental, particularmente para os Estados Unidos da América. Ele escreveu durante o apogeu do expansionismo europeu, designadamente o britânico, e o surgimento dos EUA como potência mundial. A sua análise da história marítima, designadamente do crescimento da influência global do Reino Unido, levou-o a concluir que o controlo dos mares, e especialmente de pontos de passagem estrategicamente importantes, era crucial a fim de que um país conseguisse, em primeiro lugar, defender os seus interesses,

¹⁹² Citado por James Robert Huntley, *The NATO Story*, Manhattan Printing Company, New York, 1969, p. 15.

designadamente comerciais e económicos, e em segundo lugar, obter o estatuto de grande potência e, consequentemente, desempenhar um papel de relevo no âmbito das Relações Internacionais.

Neste contexto, escreveu ainda, que um país, com as especificidades dos EUA, necessitaria, de igual modo, de um poder naval apoiado “em bases militares e estratégicas ultramarinas”. Este aspeto é, de facto, essencial por forma a entendermos a política externa dos EUA desde essa altura até aos dias de hoje. O objetivo essencial da nação norte-americana era, de facto, obter facilidades nos Açores a fim de que a campanha contra os submarinos alemães fosse o mais eficiente possível.

Aliás, o mesmo se passou, durante a Segunda Guerra Mundial, no que se refere à base das Lajes, que constitui, sem dúvida, um exemplo paradigmático da necessidade de os EUA contarem com pontos estratégicos, neste caso no Atlântico Norte, quase a meio caminho entre a América do Norte e a Europa, por forma a poderem conter a potência continental expansionista.

No início do século XX, mais precisamente a partir de 1906, os ingleses alertavam os governantes portugueses para que não atribuísssem a qualquer potência concessões para depósitos de carvão ou de quaisquer outras facilidades nos seus portos do Atlântico¹⁹³.

Já durante a Primeira Guerra Mundial, o Governo Português é informado pelo Governo Britânico que este tinha assegurado unilateralmente a defesa dos portos portugueses não continentais, uma vez que Portugal não dispunha dos meios, quer humanos quer materiais, para o fazer.

Pouco tempo depois, é a vez dos EUA solicitarem facilidades no arquipélago, nomeadamente em Ponta Delgada, com o intuito de evitar que os submarinos alemães utilizassem os Açores como base para as suas operações navais. Assistiu-se, portanto, nessa altura, à necessidade premente por parte das potências marítimas de beneficiarem de bases de apoio a meio do Atlântico Norte para mais facilmente poderem conter a potência continental expansionista. Como é sabido, o mesmo se passou após o fim da Segunda Guerra Mundial no que diz respeito à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a 4 de abril de 1949 (mesmo não sendo Portugal uma democracia) e do Acordo de Defesa entre Portugal e os EUA em setembro de 1951. Assinale-se que a NATO fará 70 anos em abril de 2019.

Porém, foi a 15 de abril de 1917 que o Conde de Alte, ministro de Portugal em Washington, envia um telegrama para Lisboa em que se faz uma primeira referência ao estabelecimento de uma base naval americana nos Açores¹⁹⁴. Aliás, já em Ponta Delgada, Franklin Delano Roosevelt, então

¹⁹³ José Medeiros Ferreira, *Ibid.*, p. 4.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 5.

Subsecretário da Marinha, havia referido a importância deste arquipélago a ponto de considerar o apoio concedido pela base naval de Ponta Delgada às forças aliadas, mais relevante do que a própria participação militar portuguesa no teatro europeu. Ainda em declarações prestadas ao jornal micalense *República*, Roosevelt tinha afirmado que era motivado pela sua situação geoestratégica que os Açores tinham prestado uma contribuição especial no transporte de tropas para o velho continente, possibilitando, desta forma, evitar que o desfecho da guerra se prolongasse. Adiantou ainda que "... à medida que a guerra continuar, a importância destas ilhas, que tem sido grande, irá sempre aumentando, será cada vez maior"¹⁹⁵.

No que concerne à Península Ibérica, é importante referir que, durante a Primeira Guerra Mundial, Portugal participou naquele conflito, o mesmo não acontecendo com a Espanha, que permaneceu neutral. Portugal, por conseguinte, ao combater ao lado das potências marítimas, deu provas de que a sua política externa se caracterizava por ser pró-ocidental, isto é o nosso país estava ao lado dos Aliados na sua luta contra a Alemanha.

No âmbito das facilidades concedidas aos países aliados durante aquele período, destacamos as seguintes: 1- fornecer dados meteorológicos à Inglaterra e aos Estados Unidos da América, apenas negando essas informações aos alemães; 2- fornecer carvão e abastecimentos assim como outros combustíveis e reparar pequenas avarias dos navios Aliados; 3- ceder aos ingleses o controlo dos cabos submarinos alemães que amarravam na Horta; 4 – permitir aos ingleses o estabelecimento de uma estação de telegrafia sem fios no lugar das Feteiras; 5- autorizar o estabelecimento de uma base naval norte-americana em Ponta Delgada, no segundo semestre de 1917¹⁹⁶.

Como podemos facilmente constatar, foi essencialmente o apoio de natureza logístico que foi prestado aos Aliados ao longo do primeiro conflito mundial. O que interessava sobretudo era preservar a liberdade de navegação nos mares, e nesse caso específico no Atlântico Norte, área onde o perigo proveniente dos submarinos alemães se tornou preocupante principalmente durante o ano de 1917, tendo inclusivamente os arredores de Ponta Delgada sido bombardeados por um submarino alemão.

No entanto, o processo relativamente à concessão pelo Governo Português de uma base naval nos Açores aos EUA, foi muito complexo, na medida em que já existia um entendimento entre Londres e Lisboa que assentava no facto de a defesa dos portos insulares portugueses ser da responsabilidade da marinha britânica. Porém, os bombardeamentos alemães

¹⁹⁵ "Franklin D. Roosevelt nos Açores durante a Primeira Guerra Mundial" in *Diário de Notícias*, 15 de dezembro de 1982, p. 4.

¹⁹⁶ José Medeiros Ferreira, *Ibid.*, p. 8

à cidade do Funchal em dezembro de 1916 e a Ponta Delgada a 4 de julho de 1917, contribuíram para demonstrar claramente que o Reino Unido tinha descurado, quase por completo, a defesa das ilhas atlânticas portuguesas.

O facto de terem chegado a Ponta Delgada, no dia 25 de julho de 1917, cinco destroyers norte-americanos contribuiu para alterar as relações anglo-norte-americanas no que diz respeito ao patrulhamento dessa área do Atlântico Norte. Tornou-se evidente que a administração norte-americana se preocupava seriamente com a segurança do Atlântico, particularmente com os Açores.

No que diz concretamente respeito à sua defesa, as ilhas açorianas necessitavam sobretudo de material de artilharia. Contudo, a estratégia militar portuguesa dessa altura não encarava o arquipélago dos Açores como uma zona prioritária. Registe-se, neste contexto, o quase abandono a que foram votados os Açores por parte das autoridades nacionais. Note-se que este “esquecimento” esteve na base de sérias divergências entre as autoridades açorianas e o poder central.

Como também é sabido, foi a apreensão dos navios alemães surtos em portos portugueses, incluindo nos Açores, que esteve na base da declaração de guerra da Alemanha a Portugal.

No entanto, em todo este contexto, é através do estabelecimento de uma base naval norte-americana em Ponta Delgada, que se inicia uma relação mais forte entre Portugal e os EUA, que se traduzirá, mais tarde, no acesso a uma base na ilha Terceira, que será, de facto, uma das mais importantes no âmbito da política externa portuguesa ao longo do século XX. Referimo-nos, concretamente, à Base das Lajes, onde ainda se encontra um destacamento da Força Aérea Norte-Americana, muito embora com um número muito reduzido de militares, comparativamente com o que sucedia não há muitos anos a esta parte.

Como podemos constatar, os Açores desempenharam um papel muito relevante, não apenas no âmbito da política externa portuguesa, mas também no controlo que as principais potências mundiais procuraram exercer no Atlântico Norte. Por outro lado, a presença norte-americana em Ponta Delgada foi bem aceite pela população micalense, tendo contribuído, de igual modo, para fomentar focos de autonomismo, e até mesmo de independentismo, nas ilhas, particularmente em São Miguel.

Neste contexto, as relações entre os Açores e a República vinham-se a degradar há já algum tempo e o ataque do submarino alemão contribuiu ainda mais para esta degradação. O facto é que a maioria da população açoriana se sentia abandonada pelo poder central e, consequentemente, sente uma enorme admiração pelos norte-americanos que ajudaram, com a utilização do navio ORION, que se encontrava em reparações no porto de Ponta Delgada, a repelir o ataque do submarino alemão à cidade de Ponta Delgada.

A tal ponto que o nome ORION passou a ser utilizado por várias marcas comerciais e estabelecimentos na ilha de São Miguel, mais especificamente em Ponta Delgada.

Por outro lado, a presença norte-americana voltou a ser decisiva quando, em 1918, surge a gripe espanhola ou influenza, a que se associou uma assinalável falta de alimentos, tendo o apoio norte-americano sido decisivo na ajuda às populações.

De facto, os meses de outubro e novembro de 1918 foram particularmente difíceis, na medida em que, para além do flagelo da gripe espanhola, a economia local se encontrava num estado absolutamente lastimável, como o demonstra, por exemplo, a estagnação das exportações, encontrando-se as importações totalmente dependentes de um eventual apoio estrangeiro, contribuindo tudo isto para um grande agravamento social em todas as ilhas dos Açores, particularmente em São Miguel. Como é sabido, nessa altura, a fome foi um flagelo que afetou um número considerável de açorianos em geral e de micalenses em particular.

Tendo em consideração o que foi referido anteriormente, Medeiros Ferreira escreveu o seguinte: “Todavia, uma das lacunas da política externa da 1ª República será, depois, a ausência, repetida, de uma estratégia para estabelecer especiais relações com os EUA, mau grado as oportunidades oferecidas pelo processo de reconhecimento em 1911, pela autorização de uma base naval norte-americana em Ponta Delgada em 1917 e pelo decorrer da Conferência de Paz em Paris em 1919.”¹⁹⁷.

É, portanto, compreensível, que uma das primeiras preocupações do regime saído de 1910, no âmbito da política externa, tenha sido uma maior diversificação das relações internacionais de Portugal, quer no campo diplomático, quer nos campos comercial, económico e financeiro.

No entanto, foi, de facto, o pedido de Londres para Portugal requisitar os navios alemães surtos em portos nacionais, em fevereiro de 1916, que está na base da declaração de guerra da Alemanha a Portugal a 9 de março daquele ano. Mais uma vez, podemos, de facto, constatar que a política externa portuguesa era muito dependente da política externa britânica. Se analisarmos com atenção as relações anglo-portuguesas desde, pelo menos, o século XIV, mais precisamente 1373, verificamos que esse relacionamento serviu, essencialmente, os interesses britânicos.

Com base no que foi referido anteriormente, podemos concluir, entre outras coisas, que a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial permitiu-

¹⁹⁷ “Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional” in *Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional*, Actas do Colóquio, Presidência do Governo Regional dos Açores, Direção Regional da Cultura, Ponta Delgada, 2012. p. 34.

-lhe, de igual modo, um reconhecimento internacional, contribuindo, desta forma, para a sua participação na Conferência de Paz de Paris, em 1919, como uma das potências vencedoras daquele conflito.

Como também já foi mencionado, o principal objetivo da entrada de Portugal na guerra foi, sem dúvida, a preservação do seu império colonial. No entanto, existiram, de igual modo, objetivos de natureza económica e financeira que não foram de modo algum despididos. Entre estes objetivos, podemos referir os seguintes: a participação no Conselho Executivo da Sociedade das Nações; o pagamento de reparações e indemnizações de guerra por parte da Alemanha; a distribuição da tonelagem da sua marinha mercante; o perdão da dívida de guerra contraída - ou, pelo menos, a ligação do seu pagamento à liquidação das reparações por Berlim, junto do Banco de Inglaterra no valor de 22 milhões de libras¹⁹⁸.

No entanto, os Açores, com o fim da Primeira Guerra Mundial, perderam a sua centralidade, assistindo-se, de novo, ao isolacionismo norte-americano, tendo como principais preocupações a autonomia e o regionalismo.

Não nos podemos esquecer que, desde pelo menos 1823, a política externa norte-americana foi caracterizada pelo isolacionismo. Nessa altura, a Doutrina Monroe defendia a tese de que as Américas são para os americanos evitando, deste modo, a interferência dos europeus nos seus assuntos internos.

Podemos, todavia, afirmar que as pretensões norte-americanas durante a Primeira Guerra Mundial, foram praticamente todas satisfeitas, independentemente de algumas reações contrárias que existiram nessa altura, designadamente a do comandante do cruzador Vasco da Gama, Augusto Neuparth, que, como refere Medeiros Ferreira, "... a 23 de março de 1918, envia para Lisboa um relatório em que afirma que as forças navais americanas são poucas e nós poderíamos sem grande dificuldade ombrear com elas"¹⁹⁹.

Por outro lado, Medeiros Ferreira escreve que um dos principais motivos da entrada de Portugal na guerra, para além dos que foram anteriormente referidos, prendeu-se com a necessidade de Portugal se diferenciar da atitude neutral de Espanha.

Independentemente destes aspetos, assistiu-se, de facto, a um renascer da importância geopolítica e geoestratégica do arquipélago açoriano com a Segunda Guerra Mundial. A tal ponto, que esteve iminente uma invasão anglo-norte-americana nessa altura, caso o governo de Oliveira Salazar não

¹⁹⁸ *Ibid*, p. 42.

¹⁹⁹ José Medeiros Ferreira, *Revisão Histórica da Participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial – a Dimensão Ibérica Insular*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1987, pp. 7-8.

tivesse concedido as facilidades solicitadas pelos Aliados. Aliás, o conceito de Neutralidade Colaborante surge exatamente nessa altura e constitui, sem dúvida, algo de novo no que diz respeito à teoria da Neutralidade e ao Direito Internacional. As já citadas Convenções de Haia são absolutamente claras acerca desta matéria. Nenhum país que declara a sua neutralidade, pode conceder facilidades, de qualquer tipo, designadamente de natureza militar, a qualquer dos beligerantes. De facto, o conceito de neutralidade colaborante constitui, na realidade, um contributo inovador de Portugal para o pensamento politico-internacional²⁰⁰.

Por outro lado, ao longo da Guerra Fria foi, de igual modo, evidente o reiterado interesse dos EUA pelo arquipélago dos Açores, interesse esse que se mantém até aos nossos dias, na medida em que o pior que pode suceder no âmbito da Geopolítica, é criarem-se vazios de poder que, a terem lugar, são, de imediato, ocupados por alguém.

A título de exemplo, veja-se as visitas que tiveram lugar no decurso dos últimos anos, de altos responsáveis da República Popular da China aos Açores para visitarem a ilha Terceira e mais especificamente o concelho da Praia da Vitória e as Lajes.

Como é evidente, não é possível, nem mesmo desejável, uma presença militar chinesa naquela ilha. No entanto, há muita gente que vê com bons olhos o incremento de relações de natureza comercial, económica, tecnológica e científica entre Portugal e a China, ou outro país qualquer.

Muito embora este não seja o tema central deste artigo, não podemos deixar de referir que desde a Primeira Guerra Mundial até hoje, os Açores têm constituído um elemento fundamental no relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Muito embora a Europa seja, de facto, um dos vetores mais significativos da política externa do nosso país, o Atlântico sempre foi um elemento fundamental dessa política externa. Neste contexto, a aliança com a potência marítima dominante é, na realidade, uma constante.

Por outro lado, é relevante fazer referência ao facto de não haver segurança no Atlântico Norte sem haver segurança no Atlântico Sul. E aqui, o arquipélago dos Açores constitui, de facto, um elemento essencial no que diz respeito a essa articulação. É aquilo que o Professor Adriano Moreira designa como o poder funcional de Portugal e que lhe concede ainda hoje em dia algum poder de negociação internacional, que não é de forma alguma despreciando.

²⁰⁰ Relativamente a este assunto, veja-se o livro de Luís M. Vieira de Andrade, *Neutralidade Colaborante – o caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Coingra, Ponta Delgada, 1993, pp. 179-211.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fortunato de, *As Grandes Linhas da Política Externa Britânica do século XX – Evolução e Tendências*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1962.
- ANDRADE, Luís M. Vieira, *Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO*, Coingra, Ponta Delgada, 1992.
- ANDRADE, Luís M. Vieira de, *Neutralidade Colaborante – o caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Coingra, Ponta Delgada, 1993.
- ANDRADE, Luís M. Vieira de, *Os Açores e os Desafios da Política Internacional*, Assembleia Legislativa Regional dos Açores, EGA, Ponta Delgada, 2002.
- ANDRADE, Luís M. Vieira de, *Os Açores, a Política Externa Portuguesa e o Atlântico*, Publiçor, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2013
- ANDRADE, Luís M. Vieira de, *Uma Perspectiva Açoriana da Política Externa dos Estados Unidos da América e o Atlântico Norte*, Publiçor, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2017.
- DELMAS, Claude, *Le Monde Atlantique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1958.
- DEZ Anos de Política Externa, Vol. IV, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1973.
- FERREIRA, José Medeiros, *Revisão Histórica da Participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial – a Dimensão Ibérica Insular*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1987.
- FERREIRA, José Medeiros, “Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no contexto internacional” in *Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional*, Actas do Colóquio, Direcção Regional da Cultura, Presidência do Governo Regional dos Açores, Angra do Heroísmo, 2012.
- KENNAN, George, *Memoires – 1925-1950*, Pantheon Books, New York, 1967.
- KENNEDY, Paul, *Strategy and Diplomacy 1870-1945*, Fontana Press, London, 1989.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa – constantes e linhas de força – estudo de geopolítica*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 1987.
- MOREIRA, Adriano, *A Europa em Formação*, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1974.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar – As Grandes Crises*, vol. III, Atlântida Editora, Coimbra, 1978.
- REZENDES, Sérgio Alberto Fontes, *A Grande Guerra nos Açores-Memória Histórica e Património Militar*, Publiçor, Letras Lavadas, Ponta Delgada, 2014.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra de Espanha*, Edições SPN, Lisboa, 1937.



*Varadouro do Corpo Santo e porto de Ponta Delgada (novembro de 1917),
Gabriela Medeiros (2017), óleo sobre tela, 40 x 60 cm.*



*Pormenor do acampamento e oficinas americanas no varadouro do Corpo Santo (1918),
Teresa Amaral (2017), óleo sobre tela, 40 x 60 cm.*

A Guerra na Imprensa: a retórica instável de *O Açoriano Oriental*. A ação da Censura e da Propaganda

NOÉMIA MALVA NOVAIS²⁰¹

Introdução

O papel da Imprensa durante a Primeira Guerra Mundial é crucial.

É através da Imprensa que a guerra é dada a conhecer às famílias dos combatentes e é também através da Imprensa que os soldados tomam conhecimento da guerra que é narrada nos seus países de origem.

Uma análise da Imprensa da época permite perceber que a realidade contada aos leitores é pouco fiel à realidade vivida nas trincheiras.

A crueldade da guerra surge reduzida, o brio dos soldados aparece elogiado, o patriotismo de toda uma nação que se confronta nos campos de batalha em defesa da humanidade é rotulado com parangonas de heroísmo...

Enfim, enquanto instrumento de divulgação da guerra, a Imprensa é tão importante que acaba por ser controlada pela censura de guerra e por ser também manipulada pela propaganda política e de guerra, estando, de livre vontade, ou obrigada, ao serviço dos Estados beligerantes.

É assim em todos os Estados em guerra, incluindo, naturalmente, em Portugal.

Porém, *O Açoriano Oriental* – o decano dos jornais portugueses - acaba por ser um jornal diferente, porque o seu posicionamento, ao longo dos quatro anos da guerra, vai evoluindo conforme o decurso da própria guerra e da política interna.

É esta retórica instável do decano dos jornais portugueses que abordamos neste trabalho intitulado *A Guerra na Imprensa: a retórica instável de O Açoriano Oriental. A ação da Censura e da Propaganda*.

E isto porque esta retórica instável de *O Açoriano Oriental* é relevante para o modo como a guerra é percecionada nos Açores e permite também perceber o peso da insularidade na Imprensa da época da Primeira Guerra Mundial.

²⁰¹ Investigadora Integrada do Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH.

O Açoriano Oriental (Ponta Delgada, 1834 –): entre o intervencionismo e o anti intervencionismo

O Açoriano Oriental é, como dissemos, o decano dos jornais portugueses, começou a publicar-se em 1834, portanto, em 1914, conta 80 anos. É um semanário, publicado ao sábado, que tem como diretor, editor e proprietário José Ignácio de Souza, e tem sede no n.º 14 da Rua do Açoriano Oriental, em Ponta Delgada (S. Miguel, Açores). É aqui que escreve, compõe com caracteres tipográficos e imprime as suas quatro páginas semanais que chegam ao continente e ao outro lado do Atlântico, aos Estados Unidos da América, onde tem leitores e assinantes.

A primeira notícia sobre a guerra é publicada por *O Açoriano Oriental* em 1 de agosto de 1914 e refere-se aos telegramas que chegam ao jornal, dando conta de «um conflito internacional de excecionais proporções»²⁰².

A partir de 15 de agosto (1914), a guerra torna-se tema de abertura da 1.ª página através de artigos semanais da autoria do jornalista José de Souza Calouro. São artigos em que há a preocupação em analisar os motivos e os desenvolvimentos da guerra, bem como em esclarecer a Opinião Pública açoriana acerca das obrigações de Portugal para com a Inglaterra, devido à antiga aliança entre os dois países.

O Açoriano Oriental, através de José de Souza Calouro, vai doutrinando que a guerra “[...] nasceu do ódio das raças e da ambição de muitos» e que as consequências serão para o povo, povo este que considera «o eterno escravizado [...]»²⁰³.

Além da crónica semanal de José de Souza Calouro, *O Açoriano Oriental* noticia também os telegramas que lhe chegam dos diários do continente mas, por vezes, duvida das informações aí relatadas. A certa altura escreve mesmo “[...] que a guerra continua é um facto, mas que as notícias para aqui expedidas não são a cópia fiel dos acontecimentos é também outro facto [...]»²⁰⁴.

Assume, desde o início, uma posição pro aliada, advertindo, ao noticiar os triunfos dos alemães, que “[...] devido à força das nações coligadas», a Alemanha pode não vencer a guerra. Aliás, vai mais longe, considerando que «as nações da Europa não hão-de querer ficar sob a hegemonia da Alemanha [...]»²⁰⁵. Isto porque, apesar de José de Souza Calouro admirar “[...] a pátria de Gothe, de Wagner, de Gutenberg (...), a Alemanha artística, industrial, poética, socialista e científica [...]”, abomina “[...] a Alemanha autocrata e despótica do kaiser e do seu Estado-Maior [...]»²⁰⁶ e sobretudo odeia a guerra.

²⁰² *O Açoriano Oriental*, 1 de agosto de 1914, 1.

²⁰³ *O Açoriano Oriental*, 15 de agosto de 1914, 1.

²⁰⁴ *IBIDEM*.

²⁰⁵ *O Açoriano Oriental*, 5 de setembro de 1914, 1.

²⁰⁶ *O Açoriano Oriental*, 19 de dezembro de 1914, 1.

A seguir, sobre a eventualidade da participação de Portugal no conflito, só considera “[...] *justa a atitude bélica de Portugal – ou no caso do nosso país ter a noção patriótica de dever assegurar a sua autonomia, a dignidade e integridade da sua independência (...) ou serem reclamados pela Inglaterra os serviços do seu aliado [...]*”²⁰⁷.

E quando Portugal anuncia a intervenção no teatro europeu de operações bélicas, o jornal mostra confiança numa vitória próxima dos aliados e preocupação pelas baixas em ambos os terrenos de guerra, aconselhando os portugueses a terminarem – citamos – “[...] *todas as dissensões [...]*”, “[...] *todas as rixas [...]*” e a unirem-se numa “[...] *fé patriótica [...]*”²⁰⁸.

A defesa da fraternidade humana e da intervenção de Portugal na guerra no quadro da aliança luso - britânica são as ideias que corporizam a linha editorial de *O Açoriano Oriental* durante um longo período de tempo e que estão subjacentes à crítica regular aos governos *democráticos*.

A partir de meados de janeiro de 1915 torna-se evidente que José de Souza Calouro segue a linha de Brito Camacho, defendendo, como este, que o exército deve ir para África para impedir que os inimigos se apoderem das colónias, e não para a Europa, como pretende o governo.

Mais: apesar de classificar a invasão alemã de Angola como um “[...] *verdadeiro casus belli [...]*”²⁰⁹, considera que não convém a Portugal ser o primeiro a declarar a guerra. Aliás, o cronista só admite o eventual belicismo português no quadro da aliança luso – britânica, considerando ser dever do governo da República proceder de acordo com a Inglaterra.

Atentemos no que escreve:

«[...] *O governo ofereceu os préstimos à Inglaterra... fez muito bem. A Inglaterra não pediu a nossa ajuda, só agradeceu a nossa disponibilidade... fez muito bem. O nosso proceder agora é esperar que ela peça e só assim o governo apoiado pela Opinião Pública poderá mobilizar o Exército enviando-o aos campos de batalha da França para cooperar com os aliados. Doutro modo o governo seja ele qual for arrisca-se a fomentar a guerra civil no país e as dissensões no Exército. O Exército português quer bater-se, mas com honra, e essa honra consiste no pedido da Inglaterra. Se esse pedido não existe (...) porque razão há-de estar a meter à cara à Inglaterra o nosso Exército se ela por enquanto não precisa? É um disparate e chega até a ser um crime de lesa patriotismo. (...) Arriscar vidas, levar o país a uma guerra com a Alemanha sem que nada nos seja solicitado, não pode nem deve ser. Enviemos sim o nosso*

²⁰⁷ *O Açoriano Oriental*, 12 de setembro de 1914, 1.

²⁰⁸ *O Açoriano Oriental*, 22 de agosto de 1914, 1.

²⁰⁹ *O Açoriano Oriental*, 19 de dezembro de 1914, 1.

exército para África para as imensas porções de território português e evitemos que os inimigos dele se apoderem. A invasão alemã em Angola é um verdadeiro casus belli [...]. O casus belli subsiste mas não convém ao país ser o primeiro a declarar a guerra [...]»²¹⁰.

De jornal pró-aliado a germanófilo e novamente pró-aliado.

Após a morte do diretor - José Ignácio de Souza -, noticiada na edição de 27 de fevereiro de 1915, o jornal altera a orientação editorial. O irmão do diretor, Augusto Ignácio de Souza, torna-se gerente e traz para as páginas do semanário uma notória influência da Igreja católica. As crónicas de José de Souza Calouro desaparecem, tal como as notícias relativas à guerra, que só regressam após a entrada da Itália no conflito.

A partir desse momento, *O Açoriano Oriental* altera novamente a linha editorial, tornando-se germanófilo. A abertura das primeiras páginas passa a ser da responsabilidade de Aníbal Câmara, referenciado pelo Ministério da Guerra e pela Legação da Inglaterra em Portugal como um germanófilo, monárquico enraivecido e pseudo aristocrata.

O jornal, que até então se posiciona ao lado dos aliados na guerra, entrega agora as suas páginas a Aníbal Câmara que critica a moral dos aliados, refere que estão em curso “[...] duas guerras contra o povo alemão: uma, disputando-lhes a hegemonia político-económica; a outra, contestando-lhe a supremacia moral e intelectual [...]”²¹¹, considerando que “[...] os alemães procedem consoante os interesses supremos da pátria (...) que os seus inimigos pretendem lançar na miséria e na vergonha [...]”, e termina com uma interrogação esclarecedora – esta: “[...] Se nós que somos apenas admiradores (mas fanáticos) do povo alemão [...] nos sentimos revoltados com as injustiças dos aliados, como se sentirão os alemães [...]?”²¹².

No último trimestre de 1915, o jornal abandona a linha germanófila mas mantém a influência católica. José de Souza Calouro regressa discretamente ao jornal, começa a escrever artigos de política nacional, assuntos económicos e instabilidade social, dando conta da sua desilusão com a República, chegando mesmo a referir que a diferenciação de regime governamental lhe é «indiferente» e que Portugal precisa de “[...] homens de governo à altura [...]”²¹³, que consigam “[...] impor pela força [...]” as leis do país.

Perante a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de março de 1916, o jornal noticia assim o estado de guerra: “[...] Desde ontem

²¹⁰ *O Açoriano Oriental*, 16 de janeiro de 1915, 1.

²¹¹ *O Açoriano Oriental*, 24 de julho de 1915, 1.

²¹² *O Açoriano Oriental*, 31 de julho de 1915, 1.

²¹³ *O Açoriano Oriental*, 16 de outubro; 25 de dezembro de 1915, 1.

*que Portugal se acha em estado de guerra com a Alemanha. Foi a Alemanha quem a declarou, como consta dos seguintes telegramas publicados hoje pela República [...]*²¹⁴. Na edição seguinte, publica, na primeira página, a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, juntamente com um soneto de José de Souza Calouro intitulado «Viva Portugal» e que termina assim: “[...] Concede que te exalte a toda a hora/E que te cante sempre em voz sonora!/ Meu Portugal! Eu morrerei por ti! [...]”²¹⁵. É um canto patriótico na hora da nação caminhar para a guerra que há ano e meio opunha aliados e potências centrais.

Seguem-se outros artigos no mesmo registo patriótico, como a notícia que refere a ocupação do Quionga, em Moçambique, então colónia da África oriental; uma área que pertencia a Portugal mas estava em poder da Alemanha desde 1894; ou um artigo intitulado “[...] Por Deus e pela Pátria! A fé e o patriotismo dirigido aos nossos soldados [...]”, com o subtítulo “[...] Unamo-nos! [...]”, considerando que “[...] ninguém ignora que está em jogo a independência, a integridade da Pátria. (...) Requer-se, exige-se a União Sagrada de todos os portugueses; a união de todos os patriotas (...). Traduzamos em actos as palavras de tolerância proferidas pelo presidente do governo na sua já famosa declaração ministerial [...]”; e termina referindo: “[...] estão caindo esses bravos e nobres soldados para escreverem, sobre o solo impregnado do seu sangue, que a fé é mãe do patriotismo e que morrer pela pátria é fácil aos que estão prontos a morrer por Deus: pro Deo et Pátria [...]”²¹⁶.

Entretanto, de maio a julho (1916), desaparecem as notícias da guerra. Só a 8 de julho surge uma coluna breve com «Notas de guerra» mas marginais, secundárias face ao conteúdo noticioso de *O Açoriano Oriental*. No final do mês, numa breve coluna intitulada «A guerra» o jornal noticia, numa breve, o avanço dos aliados nas linhas alemãs, descrevendo:

*“[...] Dos dois lados do rio Somme, 60 milhas ao norte de Paris, tendo avançado cerca de cinco milhas, tomado algumas povoações, muitas trincheiras numa fronteira de sete milhas. (...) Em alguns pontos, os alemães, por meio de contra-ataques efectuados com supremos esforços, conseguiram fazer recuar os ingleses, retomando o terreno perdido. (...) Depois das vitórias que acabamos de referir, um oficial inglês disse: “os alemães, com a sua preparação de 40 anos, hão-se submeter-se à nossa preparação de dois anos [...]”*²¹⁷.

²¹⁴ *O Açoriano Oriental*, 1 de março de 1916, 1.

²¹⁵ *O Açoriano Oriental*, 25 de março de 1916, 1.

²¹⁶ *O Açoriano Oriental*, 22 de abril, 6 e 13 de maio de 1916, 1.

²¹⁷ *O Açoriano Oriental*, 29 de julho de 1916, 1.

De finais de julho a inícios de setembro, voltam a desaparecer as notícias da guerra que só regressam com a entrada da Roménia no conflito armado e porque José de Souza Calouro confia que a entrada deste país acelera o fim da contenda, quer pela sua posição geográfica, quer pelo seu exército que pode contribuir para a vitória dos aliados. Estava enganado, como sabemos, mas então a beligerância da Roménia foi considerada em título como «Assunto da ocasião».

A Roménia na guerra. Conta assim José de Souza Calouro:

“[...] Causou a maior satisfação entre os aliadófilos a entrada da Roménia na guerra e esta notícia correu como boa nova célere, deixando a mais grata impressão no íntimo dos que acompanham dia-a-dia o desenrolar do enorme drama da maior guerra de todos os tempos. A Roménia pela sua posição especial vem contribuir para a vitória dos aliados, abreviando deste modo a duração da guerra, pois o seu esplêndido exército compõe-se actualmente de perto de um milhão de homens bem armados e equipados – tropas frescas que invadirão a Áustria, permitindo a passagem das tropas russas que se dirigirão à Bulgária a esmagá-la. (...) As nações aliadas batalham em prol do direito e da justiça, em prol da civilização e da liberdade, que há-de raiair esbelta e esplendorosa no momento glorioso da vitória final. (...) A vitória dos impérios centrais seria a desgraça da Europa, seria o triunfo do militarismo prussiano, seria o aniquilamento da nossa querida pátria, que se acha igualmente em guerra com a Alemanha. (...). A Itália já declarou guerra à Alemanha e Portugal dentro de pouco tempo intervirá na luta ao lado dos ingleses que estão em França. É a revolta de quase toda a Europa contra a espada avassaladora do kaiser. Mas será vencido e pagará duramente a hecatombe que tem feito em vidas humanas, tendo toda a responsabilidade desta guerra [...]”²¹⁸.

A reação à censura

Portanto, como se percebe, *O Açoriano Oriental* vai mudando de rumo editorial ao longo da guerra. Assim como também vai adotando comportamentos diversos em relação à censura – censura de guerra.

Quando o governo decreta a censura prévia, em março de 1916, o jornal declara imediatamente conformar-se «com as medidas adotadas». Numa nota publicada na primeira página, com o título «Censura prévia», informa os leitores do seguinte: *“[...] Como foi decretado, já hoje o nosso jornal sai com a censura prévia, tendo sido nomeada uma comissão para tal fim. Por*

²¹⁸ *O Açoriano Oriental*, 2 de setembro de 1916, 1.

*tal motivo o Açoriano apresenta hoje uns espaços em branco, cuja composição foi retirada. Nesta hora crítica, todos nós nos conformamos com as medidas adotadas [...]*²¹⁹.

Portanto, a ação da censura é visível nas páginas do semanário açoriano mas, sobretudo, na rubrica *Carta de Lisboa*, que começa a ser publicada no início de 1916, mas com irregularidade, só passando a semanal em setembro do mesmo ano. Trata-se de uma secção assinada por Justino, despachada de Lisboa para Ponta Delgada, via Funchal, e que é censurada em Lisboa, porque aborda assuntos de política interna e as questões da guerra, nomeadamente a constituição da Divisão do Corpo Expedicionário Português.

Além dos temas abordados na crónica, a forma como o cronista escreve, umas vezes afirmativa, outras interrogativa, mas sempre crítica, e por vezes até irónica, suscita a atenção da censura e dos leitores. Numa das crónicas escreve:

*"[...] Como poder escrever-te? Hoje em dia só se escreve o que o governo quer. É por isso que, querendo narrar-te inúmeros e interessantes factos, vejo-me manietado e coacto por saber que serão cortadas todas as verdades que poderia contar aos nossos leitores. E isto sobre coisas militares, pois, quanto às políticas, o governo fez novo decreto autorizando a crítica ao governo e desta arte a plena liberdade de comentário. A política portuguesa apresenta neste momento um aspeto algo cómico, excêntrico. A política de compadrio e regedoria expande-se como sempre em todo o país. A liberdade é positivamente uma palavra vã e só é empregada nos inflamados reptos oratórios; mas o povo já não acredita, felizmente, nesses arrancos e verborreias. A realidade é bem o contraste das prometidas regalias [...]"*²²⁰.

E noutra diz:

"[...] Não posso fielmente descrever-te as mil necessidades por que passamos atualmente, por que passa Lisboa e todo o continente. A guerra, causadora de todo este mal estar, vai-se repercutindo assustadoramente, de uma forma que as mais precisas e matemáticas previsões não podem, ao certo, dar uma pálida ideia do que nos poderá ainda suceder. Todos os artigos se acham caríssimos, num crescendo de preço contínuo. Tanto o açúcar, o peixe, a carne, os ovos, os legumes..., tudo tem tensão acrescida no preço, dificultando assim a vida, principalmente de quem

²¹⁹ *O Açoriano Oriental*, 8 de abril de 1916, 1.

²²⁰ *O Açoriano Oriental*, 17 de fevereiro de 1917, 1.

*vive, única e exclusivamente do seu parco ordenado, que não foi, além disso, aumentado. Da guerra, as notícias são mais ou menos vagas, contudo notam-se contínuos avanços dos aliados em todas as frentes. A ofensiva da Primavera deve ser terrível, estando os aliados mais do que preparados. Esperam-se grandes surpresas na frente ocidental, donde os aliados querem expulsar o inimigo de todo o território francês e belga. [...]*²²¹.

O jornal noticia ainda a instabilidade política e social, a carestia de vida e a escassez de géneros essenciais, responsabilizando sempre os governos da República, como acontece aquando dos bombardeamentos alemães à ilha de São Miguel, em 4 de julho de 1917, em que critica severamente «a insuficiência de defesa da ilha». Abre a primeira página com um artigo do Procurador à Junta Geral do Distrito de S. Miguel, Ayres Jácome Corrêa, com o título «A defesa da ilha», paginado em grandes parangonas, evidenciando que, em seu entender, o arquipélago dos Açores está defendido de modo insuficiente.

Atentemos nesse texto:

*“[...] Agora que os factos demonstram a insuficiência da defesa da ilha perante a ameaça dos submarinos alemães, e que está bem provado que a responsabilidade recai nos governos ditatoriais da República, nas câmaras legislativas e sobretudo nos representantes do distrito que não souberam demonstrar a situação mais do que grave da falta de artilharia moderna e munições de que dispunham as baterias de S. Brás; quando todos reconhecem a incapacidade dos fortins espalhados pelas costas, como o de S. Caetano, o de Rosto de Cão, o da Caloura, o da Ribeira Grande, o da Vila Franca, ..., agora que os acontecimentos do dia 4 de julho demonstram à evidência que as intenções dos germanos vão para gente portuguesa na mesma linha de conta do que para os franceses, e que as cidades pacíficas que vivem do comércio e da indústria, estão submetidas ao mesmo destino que as cidades fortificadas, próprias à guerra, e de que as terras situadas dentro do raio de ação no teatro das conquistas; agora, a ilha tem que tratar da sua defesa e o sacrifício de todos impõe-se à dignidade e garantia das vidas e das propriedades da população [...]*²²².

Entretanto, propõe uma subscrição pública para a reconstrução da ilha e afirma que o vapor carvoeiro *Orion*, no 4 de julho, foi eficaz. Tanto que...

²²¹ O Açoriano Oriental, 29 de março de 1917, 1.

²²² O Açoriano Oriental, 14 de julho de 1917, 1.

“[...] realizou perfeitamente todo o programa reconhecido à artilharia moderna de tiro rápido e de longo alcance nas condições e em igualdade de qualidades às que armam os navios alemães, mas os micaelenses não podem nem devem ficar à mercê de um vapor estrangeiro armado em guerra para a defesa do transporte das mercadorias carregadas a seu bordo e que ancorado junto do molhe, no interior da doca, se arma em fortaleza em defesa da vida dos tripulantes e em garantia do carvão de abastecimento comprado ou depositado pela Casa Coalings para o aprovisionamento dos navios americanos. (...) A situação presente, apenas apoiada no cruzeiro de um cruzador que tem que acudir a nove ilhas e a três distritos, é uma loucura. (...) Alerta! Não se trata de um simples benefício passageiro, trata-se de, em bases positivas e definitivas, começar a organização e o estabelecimento da defesa do distrito de Ponta Delgada para garantia do seu comércio, da sua indústria e da sua agricultura [...]”²²³.

Portanto, o jornal continua a publicar com alguma liberdade, como verificamos neste artigo crítico relativamente à defesa insuficiente da ilha de São Miguel, e bem assim de todo o arquipélago dos Açores, bem como em muitos outros artigos, nomeadamente num de José de Souza Calouro, intitulado «Gangrena política», no qual critica a política dos governos nacionais, considerando que Portugal deveria...

“[...] regenerar-se, limpando-se os parasitas [...] que infetam o organismo nacional. (...) A política que presentemente se arvora nada tem de patriótica nem se coaduna com o sentir da grande maioria do povo português: é uma verdadeira ferida, escorrendo pus, a que nem os mais fortes cautérios poderão impedir o desmembramento das fibras que estão gangrenadas a valer [...]»²²⁴.

Aliás, mesmo perante a censura prévia, a reação de *O Açoriano Oriental* é peculiar, porquanto, ao perceber que os telegramas não relatam a realidade dos combates e, por isso mesmo, compreender que o curso da guerra é impossível de narrar com rigor jornalístico e o destino da guerra é uma incógnita, deixa de publicar esses telegramas, assim se explicando a ausência de notícias do conflito armado durante alguns períodos. E quando há notícias são relativas a ações concretas, como a chegada dos militares portugueses a França e o seu desempenho no *front*, sempre confiando que os fatores se conjugam para que a guerra termine durante

²²³ *O Açoriano Oriental*, 14 de julho de 1917, 1.

²²⁴ *O Açoriano Oriental* 17 de fevereiro de 1918, 1.

o ano de 1917 com a vitória dos aliados e o consequente restabelecimento da paz.

Entre o sidonismo e o integralismo lusitano

Entretanto, quando, em Lisboa, ocorre o golpe de Sidónio Pais, *O Açoriano Oriental* recebe o sidonismo com satisfação. Apesar de não conhecer Sidónio Pais, José de Souza Calouro confia na influência de Machado Santos e na novidade do presidencialismo, desejando que, após as eleições de abril de 1918, «a instabilidade» tenha um epílogo. A *Carta de Lisboa*, entretanto, elogia o regresso à capital de “[...] quase todos os oficiais aviadores portugueses que compunham a quinta arma do nosso Exército, em serviço na França [...]”²²⁵, bem como dos cruzadores auxiliares Gil Eanes e Pedro Nunes, trazendo a bordo grande número de militares portugueses combatentes na Flandres.

De seguida, explica como encostaram junto ao posto de desinfecção, onde se encontravam forças da guarda republicana para impedirem a passagem dos populares, bem como dezenas de profissionais de saúde, Cruz Vermelha, bombeiros, camiões do Exército... Como chegou Sidónio Pais, em automóvel, que entrou primeiro no Pedro Nunes e só depois no Gil Eanes, querendo saber, em ambos, informações relativas ao estado de saúde, bem como da natureza e gravidade dos ferimentos dos agora regressados elementos do CEP. Esclarece ainda que o desembarque foi feito «com toda a morosidade» de modo a que os recém chegados fossem imediatamente conduzidos aos transportes respetivos. São também indicados números de feridos.

A meio do ano de 1918, o jornal enfrenta dificuldades económicas, fica sem papel e é obrigado a fazer edições de apenas duas páginas. A situação é explicada aos leitores e anunciantes através de uma nota breve de redação:

“[...] Obrigados pela força das circunstâncias, e porque se acabou o stock do papel que tínhamos, não nos tendo vindo no “S. Miguel” o que esperávamos, passamos a dar o Açoriano em meia folha, compondo-o em tipo miúdo e suprimindo algumas secções de menor interesse. O papel estava-nos custando uma exorbitância por mês e assim com esta subida sempre crescente, sem outros recursos, a não ser o da assinatura e de meia dúzia de anúncios, cansamos no caminho e eis-nos ainda assim, com grande sacrifício pecuniário, a sustentarmos o jornal mais antigo do país – o velho Açoriano -, ameaçado de morte cruel, se à sua empresa não for dispensado um pequeno auxílio, como seria muito para desejar [...]”²²⁶.

²²⁵ *IBIDEM*.

²²⁶ *O Açoriano Oriental*, 15 de junho de 1918, 1.

A diminuição do número de páginas obriga à suspensão de diversas secções, porém a *Carta de Lisboa* mantém-se e passa a abrir a primeira página, continuando a dar conta da agitação política que se vive na capital portuguesa. A secção de Informações Breves começa sempre na primeira página e tem continuação na segunda. Alguns anúncios são a partir de agora publicados na primeira página e outros, menos relevantes, na página dois, quando, até então, os anúncios eram todos publicados na página quatro.

Perante o fim da guerra, *O Açoriano Oriental* publica um texto, que hoje denominaríamos como um editorial, não assinado, relativo à assinatura do armistício, com apenas doze curtos parágrafos, e surpreendente, sobretudo se recordarmos as oscilações editoriais do jornal face à política de guerra portuguesa. Neste texto, intitulado «A Paz», lê-se o seguinte:

“[...] Assinou-se enfim o armistício, e a paz daqui a pouco tempo será um facto consumado. A Alemanha abateu perante a energia invencível dos aliados, a águia imperial e altiva, que tentava, sonho louco!, avassalar o mundo. A águia imperial quebrou as asas, a soberba Alemanha caiu vencida! A causa dos aliados que se tornou, pouco depois, a causa dos portugueses, venceu, e os países latinos, a França, a Itália e Portugal, experimentados na luta das trincheiras, saberão, retemperados pela guerra, ganhar novos voos e um maior prestígio entre as nações do mundo. A França que Caillaux quis desarmar, primeiro, e que, mais tarde, pretendeu vender à Alemanha, a França foi encontrar na mocidade dos seus soldados energias perdidas e inéditas! É a França o país que mais admiramos pelo seu sacrifício e pelas virtudes raras dos seus soldados que nunca desfaleceram, nem nas horas de maior perigo, quando o monstro do norte, avançava terrível e feroz, despejando metralha, varrendo trincheiras.

De triunfo em triunfo e de milagre a milagre, a França dia a dia mais se fortalecia e engrandecia. Parecia que a alma de Joana D’Arc, a Santa, perpassava sobre as almas dos franceses, animando-os para a luta terrível. A guerra entre a Alemanha e a França foi a maior de todas, porque foi uma guerra de raça contra raça. Mas a raça latina a que Paris dá leis, a raça latina venceu. Diziam que os latinos tendiam a desaparecer. Mas a guerra veio dar à raça latina novas energias e uma nova alma. A paz muitas vezes perde, a guerra quase sempre salva. E a França venceu, não só porque esmagou a Alemanha, mas porque encontrou de novo a sua alma que não envelhecera. Glória aos soldados de França!

Portugal bendito, de terras que o sol aquece e fecunda, de praias lindas onde o mar canta e embala! Também tu Portugal de heróis e santos, saíste do teu marasmo e te retemperaste com o sangue quente e bom dos teus soldados! Portugal que parecias pequenino e

humilde, como tu és grande e glorioso! Hora sagrada é esta que a nossa pátria atravessa. Hora de glória e ressurreição! Benditas as mães que embalaram tamanhos soldados, bendita pátria que tantos heróis possui ainda! [...]”²²⁷.

Apesar deste texto recheado de figuras de retórica, não se pense que *O Açoriano Oriental* serenou nesta fase... Após o assassinato de Sidónio Pais, o jornal dá guarida ao Integralismo Lusitano, justificando a sua adesão com o facto de se ter formado um Núcleo Micaelense de Propaganda Integralista para “[...] reaportuguesar Portugal e dar aos Açores uma feição inteiramente açoriana [...]”.

É sempre esta a estratégia do jornal. Os desvios editoriais acontecem, mas a feição regionalista nunca é abandonada. Todos os desvios são norteados pelo que, em cada momento, mais interessa aos Açores. É exemplo desse regionalismo a publicação de um artigo do jornal *O Popular*, de New Bedford (EUA), sobre as aspirações de autonomia dos Açores no pós guerra. O artigo tem, pelo menos, oito cortes da censura, começando pelo título que se percebe, perfeitamente, tratar-se de «Autonomia dos Açores». A palavra autonomia não aparece, ficando o título na situação ridícula de «..... dos Açores». O experiente periódico açoriano sabe, portanto, fazer uso da manobra experimentada pelos jornais de Lisboa e Porto que percebem, em tempo útil, que quanto mais cortes a censura faz, maior é a quantidade de espaços em branco e, quanto mais têm espaços em branco, mais curiosidade suscitam nos leitores.

Os jornais do continente contestam, provocam, contornam e utilizam a censura em proveito próprio. E, na hora da paz, elogiam Portugal e os exércitos portugueses que combateram na Flandres e em África. *O Açoriano Oriental* não contesta a censura mas, no restante, segue a mesma opção editorial, como constatamos neste outro texto também intitulado «A Paz» e que refere o seguinte:

“[...] Após longos momentos de ansiedade, foi finalmente assinado o Tratado de Paz com a Alemanha. Venceu finalmente a força do direito que durante muitos anos se julgara subjugado pelo direito da força. Somos pequeninos mas a nossa pequenez ainda nesta guerra deu mais um exemplo do seu valor, da sua audácia e da sua coragem! Foi ainda nesta guerra que a nossa pátria portuguesa pequena em territórios, mas grande em feitos heróicos, deu ao universo a mais sublime lição da sua honra e da sua lealdade. Entrando na guerra cumpriu um dever de dignidade e de carácter. Viu-se com que fé se bateram os nossos soldados,

²²⁷ *O Açoriano Oriental*, 16 de novembro de 1918, 1.

*viu-se como dignamente se abateram as bandeiras das fações políticas adversas e todos unidos como se fossem todos uma só fé e uma só crença, lá foram bater-se, regando com o seu sangue os campos da honra e gravando o nome português nos anais da história universal, como nome de um povo amantíssimo da sua pátria e da sua dignidade [...]*²²⁸.

E mesmo perante o facto de Portugal não receber as compensações pretendidas, *O Açoriano Oriental* não desarma:

*“[...] Nem por isso nos devemos arrepender de termos cumprido nobremente o nosso dever, pondo-nos ao lado daqueles que julgamos merecedores da nossa lealdade. Demos um grande exemplo e se não formos recompensados dignamente, nunca maldigamos a hora em que ao mundo inteiro demos a prova mais edificante de que em todos os tempos e em todas as ocasiões, sejam elas quais forem, sabemos sempre ser fiéis e leais aos nossos compromissos de honra, quando se trata de dignificar a nossa querida e muito amada pátria portuguesa”*²²⁹.

Conclusão

Em suma, *O Açoriano Oriental*, semanário importante no tempo da guerra, beneficia de ampla liberdade de expressão até à instauração da censura prévia em março de 1916.

A partir daqui, é vigiado pela censura de forma idêntica aos jornais do continente. E, dizemos idêntica, porque, de facto, tem menos cortes da censura do que os diários e semanários de Portugal continental.

Aliás, a maior parte dos cortes de *O Açoriano Oriental* são feitos na rubrica *Carta de Lisboa* que vem de Lisboa para Ponta Delgada e é censurada no continente.

Ainda assim, esta multiplicidade de critérios das comissões de censura, tão criticada pelos jornais do continente, também é visível em *O Açoriano Oriental*, como evidenciam algumas crónicas. A ironia, frequentemente usada pelos jornais do continente face ao desempenho dos censores, é também utilizada por *O Açoriano Oriental*, ao ponto de denominar a censura por «D. Censura».

O Açoriano Oriental segue sempre a linha editorial que é mais favorável aos Açores. Ou seja: assume uma política editorial regionalista. É por isso que, no período da guerra (1914-1918), são notórias as mudanças de orientação editorial.

²²⁸ *O Açoriano Oriental*, 5 de julho de 1919, 1.

²²⁹ *IBIDEM*.

Primeiro é pró aliado, ora próximo do Partido Republicano Português/*Partido Democrático*, ora seguidor da União Republicana. Depois, é germanófilo. De seguida, é sidonista. E, após a morte de Sidónio Pais, é integralista.

Sempre, contudo, sem contestar a Censura, mas provocando-a, contornando-a, utilizando-a mesmo em proveito próprio, para apelar à atenção dos leitores. Como é publicado fora de Lisboa, e mesmo do continente, não é objeto da propaganda política e de guerra que incide sobre os principais jornais nacionais da época.

Assim, comparativamente com outros jornais do continente, tem maior liberdade de expressão, que sabe utilizar, tal como sabe aproveitar a evolução das tendências políticas nacionais e o imprevisível caminho da Primeira Guerra Mundial.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Açoriano Oriental (O)*, Ponta Delgada: Tipografia de O Açoriano Oriental, 1914 – 1919.
- AFONSO, Aniceto e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra. 1914.1918*, Lisboa, QuidNovi, 2010.
- CÁDIMA, Francisco Rui, *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa, editora Século XXI, 2002.
- CARVALHO, Alberto Arons de, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Presença, 1973.
- LEMONS, Mário Matos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra, editora Areadne, 2006.
- NOVAIS, Noémia Malva, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra. 1914-1918*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2006.
- NOVAIS, Noémia Malva, “*Portugal perante a Guerra. Argumentação e eficácia persuasiva na escrita de João Chagas*”, in Sardica, José Miguel (coord.), *Comunicação & Cultura, Imagens da República*, n.º 8, Lisboa, FCHS – Universidade Católica, 2009.
- NOVAIS, Noémia Malva, “*A Imprensa na Primeira Guerra Mundial. O olhar de O Açoriano Oriental*”, in Cordeiro, Carlos e Silva, Susana Serpa (coord.), *A História da Imprensa e a Imprensa na História. O contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2009.
- NOVAIS, Noémia Malva, “*I República, Periodização*”, in Rollo, Maria Fernanda e Outros (dir.), *Dicionário da História da I República e do Republicanismo*, Assembleia da República, Lisboa, Assembleia da República, 2014.
- NOVAIS, Noémia Malva, Ana Paula Pires e Maria Fernanda Rollo, *War and Propaganda in the XXth Century*, Lisboa, IHC, 2013.
- NOVAIS, Noémia Malva, *Imprensa e I Guerra Mundial. Censura e Propaganda. 1914-1918*, Lisboa, Caleidoscópio, 2006.
- TENGARRINHA, José Manuel, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1965.



Walter Smith Poague, Martim Cymbron (2017), óleo sobre tela, 60 x 40 cm.

Alberto d'Assumpção: Memórias de um Marinheiro Mercante na Primeira Guerra Mundial

RODRIGO MARTINS²³⁰

Em 1914 “estala” a Primeira Guerra Mundial, fomentada acima de tudo pela Alemanha e a sua grande rival Inglaterra. Este conflito, de cerne económico iria desde o início afetar Portugal, nomeadamente devido aos interesses dos dois países nos territórios africanos, que interferiam no planeamento ultramarino de Portugal. Desde o início que Portugal se mantinha atento, enviando os primeiros combatentes para as ex-colónias a 11 de setembro de 1914, através de um esforço mútuo com Inglaterra e entre as Marinhas de Guerra e Mercante portuguesas.²³¹

O centésimo aniversário do conflito bélico apresenta-se como um dos mais frutíferos em termos de produção historiográfica, em todas as vertentes da guerra. No entanto, as escassas contribuições existentes em torno de memórias de combatentes focam-se essencialmente nos membros do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.), devido em grande parte ao número elevado de intervenientes, facilitando a transmissão de memórias orais e escritas. A Marinha de Guerra e a Marinha Mercante, forças ativas na guerra, ficaram em segundo plano e as obras existentes que apresentam memórias de combatentes (apesar de fundamentais para o estudo da participação da Marinha Mercante na Primeira Guerra Mundial)²³², tendo sido escritas poucos anos após o final da guerra e exacerbadas pelo espírito patriótico que varria Portugal, transmitem por isso informações de carácter dúbio ou com dados discrepantes.

A produção historiográfica dos últimos anos tem vindo a fornecer novos dados sobre a Marinha Mercante durante este período, procurando responder a questões essenciais para a temática, como o número de navios

²³⁰ Centro de Investigação Naval da Marinha/Instituto de História Contemporânea.

²³¹ O navio Inglês “Durham Castle”, fretado à Union Castle Steamship Company, acompanho do vapor *Moçambique* transportam as primeiras tropas portuguesas para as ex-colónias. Os navios são comboiados pelo Cruzador *NRP Almirante Reis* e canhoneiras *NRP Ibo* e *NRP Beira*. Arquivo Central da Marinha, Ordem de Comboio Durham Castle - Cx.1358-1.

²³² Vejam-se os contributos de Costa Júnior e da Revista “Neptuno”.

que compunham a frota mercante nacional, número de navios afundados e número de navios fretados aos Aliados. O impacto que a Primeira Guerra Mundial teve na vida dos Marinheiros Mercantes culminou na perda de cerca de 100 embarcações²³³ e num número indeterminado de mortes.

Neste contexto, dando foco aos intervenientes da Marinha Mercante, urge explorar a participação e a figura do marinheiro mercante enquanto membro ativo no conflito e na sociedade. O exemplo apresentado revela o dia-a-dia a que estes homens se sujeitavam, demonstrando vários aspetos da guerra em alto mar, com uma marinha de comércio diminuta e mal preparada, desde momentos de lazer entre a guarnição dos navios a momentos de tensão.

Antes da Guerra

Alberto d'Assumpção nasceu a 6 de janeiro de 1899, na Freguesia da Santa Isabel, Lisboa, filho de Abel d'Assumpção, amanuense do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, e de Júlia d'Assumpção. Numa casa da Rua Tomás da Anunciação viveu com seus pais e 6 irmãos, até que em 1913, por castigo do pai, derivado a mau comportamento escolar, é inscrito na Marinha Mercante como "Praticante de Piloto", contava então 14 anos de idade²³⁴.

Nesse mesmo ano é matriculado no Pacote *Funchal* a 9 de setembro, onde serviria durante dois anos. As guarnições do *Chire* e *Insulano* contariam com a sua contribuição durante o ano de 1915 onde mantém o posto de "Praticante de Piloto".

Passados dois anos do início da Primeira Guerra Mundial as relações internacionais entre Portugal e a Alemanha mantinham o clima de tensão gerado pelo interesse alemão em Angola e Moçambique. Apesar da aparente neutralidade durante este período, o envolvimento de Portugal começa logo em 1914 com o envio de tropas para Angola e Moçambique. A Marinha Mercante é envolvida no processo desde o início e, a 11 de setembro de 1914, o *Moçambique* é fretado pelo governo português, sendo o frete de navios da Marinha Mercante, prática comum para o envio de tropas durante os anos de 1914 e 1915²³⁵.

²³³ Para o estudo dos navios mercantes afundados existem inúmeras listas. Veja-se os trabalhos de Costa Júnior, Jaime do Inso, Paulo Costa, José Rodrigues Pereira.

²³⁴ Arquivo Central da Marinha – Processos de inscrição marítima, Cota: Fundo 10 - 6-XLI-7-3/326, fl.34

²³⁵ Entre 11 de setembro de 1914 e 10 de fevereiro de 1915, foram realizadas seis viagens ao continente africano com o intuito de transportar tropas portuguesas e materiais de guerra. Durante este período vários navios da marinha mercante foram requisitados. Os navios que prestaram serviços ao estado no transporte de tropas para África foram os seguintes: *Cabo Verde*, *Luabo*, *Chinde*, *Peninsular* e *Ambaca*, contando com este o já acima referido *Moçambique* in Boletim Mensal da Liga dos oficiais da Marinha Mercante, Lisboa, ano II nº 13, abril de 1915, pp. 7-8.

Transportes Marítimos do Estado

O Governo português, que já havia demonstrado o seu interesse em participar no conflito, iria aprovar duas medidas no início de 1916 que levariam à participação de Portugal na guerra. A 7 de fevereiro de 1916 é aprovada a Lei n.º 480 que na sua génese se apresenta como uma lei que visava combater os efeitos da guerra que já se sentiam em Portugal.

“[...] Artigo 1.º Todas as providências destinadas a promover o abastecimento do país de matérias-primas e mercadorias de primeira necessidade e a normalizar os mercados internos serão tomadas pelo Governo, por intermédio do Ministério do Fomento, de harmonia com as bases anexas a esta lei [...]”²³⁶.

A 23 de fevereiro de 1916²³⁷ é aprovado o Decreto 2229 que, usando a Base 10.ª da Lei n.º 480²³⁸, autoriza a requisição de meios de transportes marítimos em território nacional. O decreto tem efeito imediato e no mesmo dia pelo menos 25 navios alemães são tomados por membros da Armada²³⁹. Os navios estrangeiros iriam sofrer este processo de apresamento até 10 de julho ficando a sua administração ao cuidado duma comissão especificamente criada²⁴⁰, a Comissão dos Transportes Marítimos (posteriormente, Transportes Marítimos do Estado). Durante este período de requisição dos navios alemães chega, a 9 de março, a declaração de guerra por parte da Alemanha, no entanto, não seria a única consequência direta.

Com a requisição dos navios estrangeiros dá-se um aumento significativo na frota mercante nacional²⁴¹ ao mesmo tempo que surge de imediato o problema da escassez de marinheiros. O número de inscritos marítimos iria aumentar, movidos pela possibilidade de trabalhar para uma entidade estatal, no entanto, grande parte não era qualificada e a 8 de maio é constituída uma Secção de Auxiliares de Defesa Marítima²⁴², composta por

²³⁶ Lei N.º 480, 7 de fevereiro de 1916.

²³⁷ Decreto N.º 2229, 23 de fevereiro de 1916.

²³⁸ O Governo poderá requisitar em qualquer ocasião as matérias-primas e os meios de transportes que forem indispensáveis à defesa ou economia nacional, que se encontrem em domínios da República.

²³⁹ *A Capital*, 23 de fevereiro de 1916, p.2.

²⁴⁰ Decreto N.º 2237, de 24 de fevereiro de 1916. Ao longo dos anos a comissão encarregue da administração dos navios irá sofrer alterações na sua composição bem como a entidade ministerial a que responde.

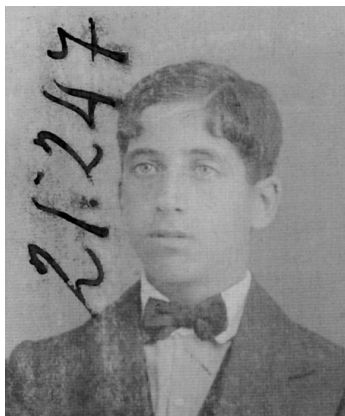
²⁴¹ INSO, Jaime Correia do, “A Marinha Portuguesa na Grande Guerra”, Comissão Cultura da Marinha, s.l., 2006, pp.182-183.

²⁴² Decreto n.º 2.375 de 8 de maio de 1916.

tripulantes de barcos da Marinha Mercante, sócios de clubes náuticos com carta de timoneiro, etc., fornecendo assim uma mão-de-obra mais qualificada para o uso dos navios. Em contrapartida este aumento exponencial de marinheiros acabaria por se demonstrar problemático uma vez que grande parte dos navios acabaria por ser fretado a Inglaterra, como parte do acordo realizado com o Governo português²⁴³.

Ao serviço dos Transportes Marítimos do Estado

Apesar do emergente número de marinheiros que se apresentavam para fazer parte das tripulações dos navios ex-alemães, Alberto d'Assumpção consegue matricular-se e a 27 de julho de 1916 aparece como 3º Piloto no Livro de Matrículas do Vapor *Minho*, ex-alemão *Mogador*²⁴⁴. Através do Diário de Quartos do Vapor *Minho*, é possível perceber que a viagem realizada é de cariz económico. O navio português sai de Lisboa com rumo



Fotografia de matrícula de Alberto d'Assumpção

a Bissau onde é descarregado e carregado novamente. Através das entradas percebe-se que se carregam bens alimentares como amendoins²⁴⁵. Bolama apresenta-se como o próximo destino e mais uma vez, a missão é carregar o navio de bens para que possam voltar à capital. Através do diário de bordo é possível perceber uma das rotas comerciais existentes durante a Primeira Guerra Mundial, uma vez que o navio iria repetir o trajeto: Lisboa-Bissau-Bolama-Lisboa, com paragens em Dakar e Cabo Verde. É ainda possível observar o primeiro encontro que Alberto d'Assumpção tem com um navio de guerra em alto mar:

*"[...] Às 24h fomos obrigados a parar por um cruzador inglês que nos mandou seguir. Às 12h15m depois de nos perguntar o nome do navio e para onde íamos e de onde vinha-mos. Este cruzador comboiava três transportes com tropas e seguia o nosso rumo oposto [...]"*²⁴⁶.

²⁴³ Como já havia sido referido, os estudos referentes aos navios fretados a Inglaterra apresentam disparidades.

²⁴⁴ Arquivo Central da Marinha – Livro de Matrículas de Navios de Comércio, Livro nº72 (1914/1917), Cota: Fundo 10 - 6-XLVIII-2-2/656, p.55.

²⁴⁵ Arquivo familiar de Alberto d'Assumpção, Diário de Quartos do navio *Minho*, Entrada de 21 de agosto de 1916.

²⁴⁶ Arquivo familiar de Alberto d'Assumpção, Diário de Quartos do navio *Minho*, Entrada de 13 de agosto de 1916.

O seu tempo como membro da guarnição do *Minho* chegava ao fim e acabaria por se inscrever no Vapor *Gaia*, ex-alemão *Girgente*, como praticante de piloto em outubro de 1916.²⁴⁷ Através do *Curriculum Vitae* de Alberto d'Assumpção sabe-se que faria parte da guarnição do *Gaia* até julho de 1917, no entanto, os propósitos das viagens realizadas neste período de tempo são desconhecidas, podendo simplesmente observar-se no Livro de Matrículas que o navio mercante “[...] *Segue viagem para o Porto e daí onde convier aos interesses do Estado [...]*”²⁴⁸.

A bordo do *Gaia* o marinheiro acabaria por escrever uma carta a seu pai. A carta escrita a Abel d'Assumpção fornece não só informações relativas à carga do navio mas também informações sobre o perigo a que a classe da Marinha Mercante era submetida, bem como medidas tomadas pela guarnição para que a situação seja invertida. Analisando a carta sabe-se que o *Gaia* parou no Porto para carregar pinheiros e seguiria para o porto de Leixões para acabar de carregar o navio. Apesar destas informações desvendarem algumas dúvidas em relação ao teor da viagem, são as informações relativas ao navio e à tripulação as que maior relevância têm para o estudo da Marinha Mercante. Alberto d'Assumpção escreve que uma carta redigida pela tripulação do navio foi enviada ao Presidente da Administração dos Transportes Marítimos, Macedo e Couto. Acabaria por enviar uma cópia a seu pai, sendo possível compreender melhor as suas preocupações.

“[...] Em virtude das últimas notícias recebidas sobre o ataque e afundamento de vários navios somos forçados a declarar a V.Ex.^a que o estado moral da guarnição é precário. (...) “Os mais velhos e ronceiros navios ingleses ou franceses são providos cada um com um canhão de pequeno calibre na popa... havendo entre nós apenas a seguinte diferença, eles tem a probabilidade de repelir um ataque e nós deixamo-nos ir para o fundo do mar com os braços cruzados... que o navio seja dotado com 1 peça de 47mm, respetivas munições e artilheiro. (...) Uma vez providos, iremos sem o menor receio em face de ataque dos piratas. Queremos que a segurança da nossa missão dependa da sorte das armas e nunca do acaso [...]”²⁴⁹.

Os pormenores contidos nesta carta corroboram o que já se escreveu no que à Marinha Mercante na Primeira Guerra Mundial diz respeito, ao

²⁴⁷ Arquivo Central da Marinha – Livro de Matrículas de Navios de Comércio, Livro n.º 73 (1916/1918), Cota: Fundo 10 - 6-XLVIII-2-3/657, p.34.

²⁴⁸ Arquivo Central da Marinha – Livro de Matrículas de Navios de Comércio, Livro n.º 73 (1916/1918), Cota: Fundo 10 - 6-XLVIII-2-3/657, p.101.

²⁴⁹ Arquivo familiar de Alberto d'Assumpção – Carta enviada pela tripulação do *Gaia* a Macedo e Couto.

mesmo tempo que fornecem detalhes, pormenorizados do estado dos navios, da moral da tripulação e das medidas tomadas pelos marinheiros, permitindo assim melhorar a compreensão de alguns aspetos do serviço prestado pelos mesmos.

Os últimos anos da Guerra

Em 1917 Alberto d'Assumpção matricula-se no *São Jorge*, ex-alemão *Sardinia*, mantendo-se ao serviço dos Transportes Marítimos do Estado iria fazer parte da guarnição do navio até 1919. Tal como no caso do *Minho*, Alberto d'Assumpção guardou o Diário de Quartos do navio do Estado, permitindo o seu estudo e procedentes descobertas.

Partindo de S. Miguel para Lisboa, o *São Jorge* pára no Posto de Desinfecção de Alcântara, ficando atracado até dia 30 de outubro, altura em que iria seguir para um novo teatro de operações. Através do Livro de Matrículas observa-se que o "Praticante de Piloto" iria servir no mar Mediterrâneo²⁵⁰, zona que se havia transformado num "cemitério de navios"²⁵¹, como consequência direta da declaração de guerra indiscriminada pelo Kaiser no início de 1917. O Diário de Quartos guardado por Alberto d'Assumpção demonstra que o navio tem como objetivo o transporte de víveres e o itinerário registado no Livro de Matrículas acima mencionado acaba por não se cumprir. O navio acaba por não passar por Marselha, não existindo explicação para o sucedido. Não obstante, não deixa de navegar numa das zonas mais perigosas durante a Primeira Guerra Mundial e com as entradas de quarto é possível recolher dados sobre outro aspeto da navegação mercante durante o conflito: a cooperação internacional através do sistema de comboios a navios.

A integração em comboios de navios fornecia a melhor proteção possível aos navios mercantes e através dos diários do *São Jorge* é notória a cooperação entre as Marinhas de Guerra Aliadas para a salvaguarda dos navios de comércio. Em diferentes alturas da viagem o navio português comunica com navios de guerra aliados, chegando mesmo a encabeçar a posição principal do comboio de navios.

"[...] 3.30h ponto estimado n'água e seguimos formados em comboio, do qual somos o chefe, formada por nós e mais dois navios italianos. Foi-nos perguntado o nome do navio pela E. Semafórica...

²⁵⁰ A rota destinada ao *São Jorge* foi a seguinte: Lisboa-Marselha-Génova-Licata-Sfax-Alger-Gibraltar-Lisboa. Arquivo Central da Marinha – Livro de Matrículas de Navios de Comércio, Livro nº75 (1917/1919), Cota: 10 - 6-XLVIII-2-4/659, pp.196-197,

²⁵¹ JÚNIOR, Costa, *"Ao serviço da Pátria. A Marinha Mercante Portuguesa na Primeira Guerra Mundial"*, Editora Marítimo Colonial, Lisboa, 1944, p.31.

pouco depois 1 destroyer italiano mandava-nos aproximar da terra... começámos a andar a toda a força continuamos comboiados por dois destroyers italianos [...]"²⁵².

O Diário de Quartos do *São Jorge* demonstra os perigos e efeitos da guerra em alto mar que Alberto d'Assumpção e os seus camaradas enfrentariam. O navio português irá captar pedidos S.O.S, avisos de submarino e deparar-se com cenários de guerra, como no dia 1 de janeiro de 1918:

"[...] As 21h foi recebido um aviso de guerra em que na lat. 37.27° N e long. 9.50° E pairava um submarino, e fomos obrigados a sair fora das instruções. Avistam-se por NO alguns navios dos quais um se vê que acabou de ser torpedeado e que segue escoltado pelos outros em direção a Bijerte. Um dirigível e navios aeroplanos como unidades navais de guerra francesas se veem fazendo evoluções [...]"²⁵³

O navio português nunca seria afetado diretamente, tendo tomado sempre as providências necessárias quando uma ordem surgia pela parte do navio chefe dos comboios ou dos navios de guerra que fariam a escolta. Tome-se por exemplo as manobras em ziguezague:

"[...] Fomos avisados pelo destroyer. Às 4.20 rumo 77 SO e ordem p.^a seguir aos zig-zags pelo diagrama nº 3; cumpridas essas ordens não houve, mais nada de anormal [...]"²⁵⁴.

Esta entrada no Diário do *São Jorge* demonstra que as diretrizes presentes na publicação da Majoria General da Armada²⁵⁵ eram cumpridas pelos navios da Marinha Mercante portuguesa.

Após cinco meses no Mediterrâneo o *São Jorge* começava uma nova rota, no oceano Atlântico, partindo de Lisboa o navio português parava no Porto para ser carregado material, seguindo depois para Bordéus seria sempre acompanhado por um caça-minas ou uma canhoneira.²⁵⁶ A paragem em Cardiff

²⁵² Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção, Diário de Quartos do navio *São Jorge*, entradas de dezembro de 1917.

²⁵³ Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção, Diário de Quartos do navio *São Jorge*, entrada de 1 de janeiro de 1917.

²⁵⁴ Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção, Diário de Quartos do navio *São Jorge*, entrada de 22 de janeiro de 1917.

²⁵⁵ PORTUGAL, Ministério da Marinha, Majoria General da Armada, "Instruções para os serviços de comboios a navios mercantes", Imprensa Nacional, Lisboa, 1918. Biblioteca Central da Marinha, Localização: SL-3-4-A e SL-3-4-B.

²⁵⁶ Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção, Diário de Quartos do navio *São Jorge*, entradas de 23 de março a 1 de abril de 1918.

tinha um único objetivo, o carregamento de carvão, uma vez que à data, o carvão de Cardiff era de qualidade superior. Após carregado o navio seguiria no comboio internacional até ter ordem do navio chefe para abandonar o comboio.

O retorno de Cardiff correria sem problemas, em parte, pelo facto de o *São Jorge* integrar um comboio de navios que saía do Reino Unido. A organização efetuada pela Royal Navy destacava-se pela sua eficiência e atenção ao detalhe. Enquanto em Portugal as publicações de teor educacional só começaram a surgir em meados de 1917²⁵⁷, tendo como alvo os capitães de Marinha Mercante e oficiais da Marinha de Guerra, em Inglaterra foram criados vários cursos destinados a todos os marinheiros mercantes já no final de 1916.

*"[...] In order to meet their needs, various courses of training were established by the Admiralty, and it was at these courses that those serving under the White Ensign and the Red were knit together in one great British sea-service. The Royal Navy provided the instructors, and the Merchant Service, from the experienced master to the newly joined deck-hand, flocked to the instructional courses to profit by the opportunity of acquiring skill in an art new to them [...]."*²⁵⁸

Não existindo cursos desta natureza para os marinheiros mercantes portugueses, exercícios eram realizados em alto mar e podem ver-se registos disso nos Diários de Quartos do *São Jorge*, demonstrando a preparação dos marinheiros e o seu quotidiano.

*"[...] Às 17.30 fez-se um exercício de bandeiras, ocupando todos o lugar respetivo exceto o pessoal de quarto na máquina que previamente fora avisado e dispensado. (...) "As 22h.30m fez-se exercício com o canhão da popa, disparando três granadas para um barril que deitou ao mar sendo a experiência magnífica [...]"*²⁵⁹.

O *São Jorge* regressa assim num *"[...] comboio composto de 32 navios e por conseguinte morosa formação [...]"*²⁶⁰, situação para a qual os marinheiros portugueses não tinham tido treino, cumprindo no entanto, com mérito o seu papel dentro da formação.

²⁵⁷ Divisão Naval, "Instruções gerais para a Defeza dos Navios Mercantes contra ataques do inimigo", s.e, s.l, 1917. Biblioteca Central da Marinha.

²⁵⁸ HURD, Archibald, *"The Merchant Navy Vol. III"*, John Murray, London, 1929, p.131.

²⁵⁹ Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção, Diário de Quartos do navio *São Jorge*, entradas de 13 de dezembro de 1917 e 25 de maio de 1918, respetivamente.

²⁶⁰ Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção, Diário de Quartos do navio *São Jorge*, entradas de 23 de março a 19 de maio de 1918.



Alberto d'Assumpção durante a Primeira Guerra Mundial

O pós-guerra de Alberto d'Assumpção

Nº 26767

UNION OF SOUTH AFRICA.
UNIE VAN ZUID AFRIKA.

Address.....*S. Jorge*.....
Adres.....*S. Jorge*.....
Date.....*12 November 1918*.....
Datum.....*12 November 1918*.....
Name.....*Alberto d'Assumpção*.....
Naam.....*Alberto d'Assumpção*.....
Sex.....*male*.....
Geslacht.....*male*.....
Age.....*20*.....
Ouderdom.....*20*.....
Nationality.....*Portuguese*.....
Nationaliteit.....*Portuguese*.....
Occupation.....*3rd officer*.....
Beroep.....*3rd officer*.....
Reason for re-
quiring Permit }.....*Waiting ship to leave*.....
Reden waarom }
Permit noodig }
Date for which
Permit is required }.....*During ship's stay*.....
Datum waarop }
Permit noodig }
Signature,
Handtekening.....*A. d'Assumpção*.....
Witness :
Getuige:.....*Luis B.*.....
1085/1925 60,000 1/18 S.A. Electric 10851 (See over.)

Licença de saída para visitar a Cidade do Cabo

recebe a medalha de campanha “No Mar 1916-1917-1918”, que condecorava todos os membros da Marinha Mercante que prestaram serviço na Direção dos Transportes Marítimos do Estado²⁶².

Enquanto serve a bordo do *Gil Eanes* é chamado para cumprir serviço militar obrigatório, algo que acaba por não fazer, matriculando-se de imediato nos vapores *Clemência* e *Georgina*. Esta chamada ao serviço militar surge como uma afronta para Alberto d'Assumpção e sua família. Mantendo-se embarcado, de modo a “escapar”, o seu pai Abel toma medidas para provar que os três anos de guerra que Alberto passou no mar serviriam como serviço militar. Entrando em contacto com a Direção dos Transportes Marítimos do Estado, esta passa um certificado para efeitos de serviço militar, apresentando os navios em que Alberto serviu e as fontes documentais onde se pode consultar o serviço em questão.

A rota Lisboa-Bordéus-Cardiff é a última da qual há registo dentro do arquivo familiar de Alberto d'Assumpção. O marinheiro encontrava-se na Cidade do Cabo e matriculado no *São Jorge* aquando do Armistício. É garantida como consequência imediata do término do conflito, uma licença de visita à Cidade do Cabo no dia 12 de novembro²⁶¹.

O fim da Primeira Guerra Mundial não se traduziu no final do esforço de guerra. O regresso do C.E.P foi levado a cabo em mais um esforço conjunto do Exército, Marinha de Guerra e Marinha Mercante. Em Abril de 1919 Alberto d'Assumpção é matriculado no Vapor *Gil Eanes*, um dos navios destacados para trazer os soldados portugueses para Lisboa. Nesse mesmo ano

²⁶¹ Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção, Licença de visita à Cidade do Cabo.

²⁶² Diário do Governo, II Série, 5 de setembro de 1919.

O pai do marinheiro iria mais longe, escrevendo para jornais e ao ministro da Guerra, demonstrando a insatisfação para com a falta de reconhecimento como combatentes dada aos marinheiros mercantes.

"[...] Mas quanto aos valentes marinheiros da frota mercante que tão corajosamente morreram ou arriscaram as suas vidas, não fazemos nada senão dar-lhe direito ao uso de uma pequena e platónica medalha que para nada serve. (...) "Senhor Ministro, não é um caso de interesse individual mas sim de uma valente e honrada classe que espera também a sua hora de justiça ao seu verdadeiro heroísmo [...]"²⁶³.

A falta de reconhecimento dada aos marinheiros mercantes era assunto recorrente dentro da classe trabalhadora e sindicatos que, através das suas publicações, pediam aos seus sócios que se dirigissem à Liga dos Combatentes de modo a usufruir das benesses dadas aos combatentes²⁶⁴. Alberto acaba por não cumprir o serviço militar mediante um pagamento anual e faz-se sócio da Liga dos Combatentes.



Cartão de Sócio da Liga dos Combatentes

A última viagem relacionada com a Primeira Guerra Mundial dá-se a bordo do Paquete *Porto*, onde Alberto d'Assumpção foi matriculado em dezembro de 1920, para uma viagem normal. O *Porto* acaba por ser o navio

²⁶³ Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção, Carta redigida por Abel d'Assumpção a 15 de dezembro de 1920.

²⁶⁴ Liga dos Oficiais da Marinha Mercante, "Neptuno", n.º 1, novembro de 1925, Lisboa.

escolhido para trazer o Soldado Desconhecido da Flandres, para Portugal. Alberto chegaria a Lisboa a 9 de abril de 1921, terminando as suas viagens ligadas ao conflito e a que maior prazer lhe traria.

Conclusão

Alberto d'Assumpção continuaria a sua vida como membro da Marinha Mercante, chegando a pertencer à direção do Sindicato Nacional dos Capitães, Oficiais Náuticos e Comissários da Marinha Mercante em 1934. Após 48 anos de serviço, uma vida no mar, aposenta-se em 1961.

O estudo da ação da Marinha Mercante portuguesa na Primeira Guerra Mundial apresenta inúmeras lacunas. A historiografia produzida sobre a temática em questão foca-se nos números, navios, montantes, ficando o indivíduo e a classe a que este pertence por estudar.

A análise do arquivo familiar de Alberto d'Assumpção abre portas a investigações futuras através dos dados que fornece sobre a vida a bordo, com registos de castigos, exercícios e ações de guerra. A menção dos comboios internacionais possibilita a investigação sobre estratégia militar, facilitando assim a pesquisa em arquivos estrangeiros. Por último, beneficia também o estudo socioeconómico duma parte da população portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial através dos salários que aparecem nos Livros de Matrículas, consultados com o auxílio do *Curriculum Vitae* de Alberto d'Assumpção.

O arquivo deixado por Alberto, através de cartas, fotografias e Diários de Quartos, vem fornecer informações praticamente desconhecidas sobre a participação destes homens na Primeira Guerra Mundial.

FONTES

Arquivos e bibliotecas

Arquivo Central da Marinha.

Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção.

Biblioteca Central da Marinha.

Hemeroteca Digital – Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Manuscritas

Arquivo Central da Marinha, Ordem de Comboio Durham Castle - Cx.1358-1.

Arquivo Central da Marinha – Processos de inscrição marítima, Cota: Fundo 10 - 6-XLI-7-3/326, fl. 34.

Arquivo Central da Marinha – Livro de Matrículas de Navios de Comércio, Livro nº72 (1914/1917), Cota: Fundo 10 - 6-XLVIII-2-2/656, p. 55.

Arquivo Central da Marinha – Livro de Matrículas de Navios de Comércio, Livro nº73 (1916/1918), Cota: Fundo 10 - 6-XLVIII-2-3/657, p. 34.

Arquivo Central da Marinha – Livro de Matrículas de Navios de Comércio, Livro nº73 (1916/1918), Cota: Fundo 10 - 6-XLVIII-2-3/657, p. 101.

Arquivo Familiar de Alberto d'Assumpção – Arquivo sem cotas atribuídas

Impressas

Divisão Naval, “Instruções gerais para a Defesa dos Navios Mercantes contra ataques do inimigo”, s.e, s.l, 1917.

PORTUGAL, Ministério da Marinha, Majoria General da Armada, “Instruções para os serviços de comboios a navios mercantes”, Imprensa Nacional, Lisboa, 1918.

Documentação dos órgãos de soberania

Lei N.º480, *Diário do Governo*, N.º22, I Série, 7 de fevereiro de 1916, pp.61-62

Decreto N.º 2229, *Diário do Governo*, N.º34, 1ºSuplemento, I Série, 23 de fevereiro de 1916, pp. 1-2.

Decreto N.º2237, *Diário do Governo*, N.º35, I Série, 24 de fevereiro de 1916, pp. 180-181.

Decreto N.º 2375, *Diário do Governo*, N.º 88, I Série, 8 de maio de 1916, pp. 407-408.

Ministério da Marinha, 2ª Direção Geral, 1ª Repartição, *Diário do Governo*, N.º 207, II Série, 5 de setembro de 1919.

Publicações periódicas

A Capital.

Boletim Mensal da Liga dos Oficiais da Marinha Mercante.

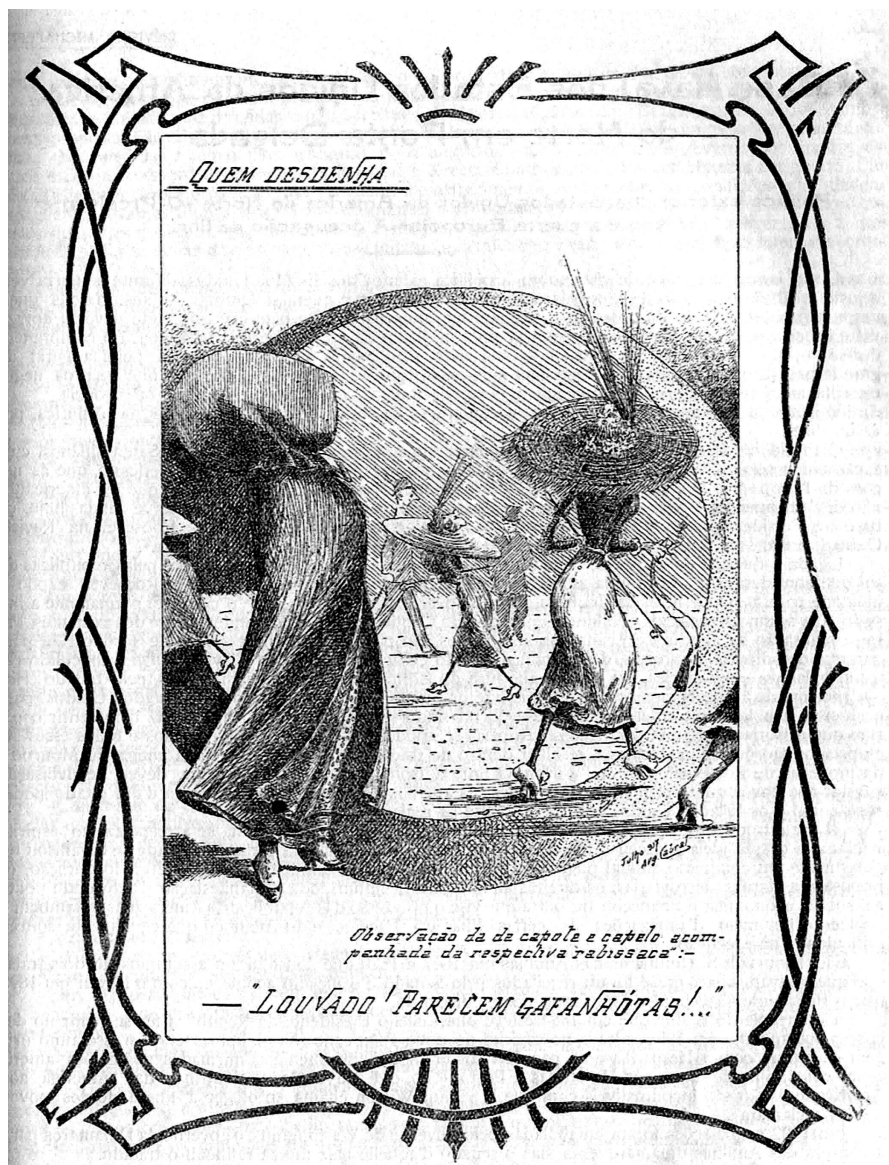
Revista Neptuno.

BIBLIOGRAFIA

HURD, Archibald, “*The Merchant Navy Vol.III*”, John Murray, London, 1929.

INSO, Jaime Correia do, “A Marinha Portuguesa na Grande Guerra”, Comissão Cultura da Marinha, s.l., 2006.

JÚNIOR, Costa, “*Ao serviço da Pátria. A Marinha Mercante Portuguesa na Primeira Guerra Mundial*”, Editora Marítimo Colonial, Lisboa, 1944.



"Capote e Capelo e a nova moda internacional," Augusto Cabral,
Revista Micaelense, 1918.

A 1.ª Guerra Mundial e o vírus *Influenza* ontem e hoje (1918 – 2018)

RUI M. C. SUZANO²⁶⁵

A guerra

Finda a guerra Franco-Prussiana em 1871, a Europa viveu uma fase de paz, prosperidade e desenvolvimento nas ciências, nas artes, nas letras e uma evolução no seu *modus vivendi*, no período conhecido por *Belle Époque*, que terminaria em 1914 com o início da primeira Grande Guerra Mundial.

A tensão crescente entre os denominados impérios centrais, alemão, austro-húngaro e otomano, e o bloco aliado, formado pela Inglaterra, França e Rússia, daria início ao confronto logo após a morte de Francisco Fernando da Áustria num atentado em Serajevo. Nunca até então o Mundo tinha assistido a tamanha catástrofe provocada por uma tão potente máquina de guerra, e, conseqüentemente, pela fome e pela doença. Ao longo de quatro anos, cerca de setenta países e oitocentos milhões de pessoas acabaram de alguma forma envolvidas, morrendo cerca de dez milhões e originando outros tantos refugiados, cerca de setenta milhões de soldados foram mobilizados, dos quais vinte milhões morreram e dez milhões ficaram feridos.

Nesta altura, Portugal com as suas colónias era um país recém-tornado república, em permanente instabilidade política e social, endividado, com uma pobreza extrema, elevada taxa de analfabetismo, sem infra-estruturas nem tecido produtivo, com uma população subnutrida, vivendo em péssimas condições sanitárias e onde grassavam várias epidemias, como a peste, a varíola, a tuberculose, o tifo, a febre tifóide e até o paludismo. Não havia uma rede de cuidados públicos e a saúde estava entregue às Misericórdias, num país com falta de médicos e assimetricamente distribuídos. No ocidente o país detinha das mais altas taxas de mortalidade global e infantil, uma baixa esperança de vida e um escasso rendimento *per capita*. É este o país que entra na guerra, mal preparado e equipado, com um corpo expedicionário que viria a sofrer um grande revés na célebre batalha de La Lys.

²⁶⁵ Hospital da Horta.

Numa guerra que atingiu um verdadeiro impasse, o seu final foi precipitado por uma rebelião interna na Alemanha, tendo sido assinado um armistício e declarado o seu final a 11 de novembro de 1918. E quando este pesadelo para a Humanidade parecia chegar ao seu fim, eis que chega um outro inimigo, silencioso, sem aliados e com uma capacidade invasiva e letal imparável: a gripe, uma epidemia que afetaria cerca de 60% da população mundial e mataria mais de cinquenta milhões de pessoas. A doença começou de forma fruste na primavera de 1918, para surgir com toda a intensidade no outono desse ano e posteriormente na primavera do ano seguinte. Calcula-se que matou mais pessoas em vinte e cinco semanas que a SIDA em 25 anos e mais pessoas num ano do que num século de peste na idade média.

A gripe A

A palavra gripe parece ter origem numa epidemia de infeção respiratória em França a meados do século XVIII e a palavra influenza teria tido origem no facto de se supor que este tipo de doença teria a *influentia* dos astros. Não se sabe ao certo a origem concreta desta epidemia de gripe, sendo possível que tenha surgido entre soldados americanos do Kansas que posteriormente se deslocaram em combate para a Europa ou entre trabalhadores oriundos da ex-Indochina que teriam vindo para França. Na altura ficou conhecida por gripe espanhola, denominação que perdura até hoje, apenas pelo facto de, não havendo censura naquele país, que se tinha mantido neutro durante a guerra, ter sido aquela imprensa a divulgar os primeiros casos.

A gripe é possivelmente a zoonose mais frequente e mais antiga no Mundo. A identificação como doença infecciosa foi aventada em 1876 a partir dos estudos Pasteur e Koch. Porém, a identificação da sua natureza viral e de zoonose só viria a ser comprovada em 1933 por Smith e a visualização do vírus por microscopia eletrónica apenas seria conseguida com o advento da microscopia eletrónica, em 1943.

Deve-se a Strokes a produção da primeira vacina em 1944 e a sequenciação genética completa do vírus foi conseguida em 2005 por Taubenberger.

O vírus *Influenza* é um vírus RNA da família Orthomixoviridae e foi sendo classificado fundamentalmente em três grupos: A (1933), B (1930), C (1940). Apenas o tipo A e tipo B têm interesse em saúde pública; o primeiro está implicado nos fenómenos de pandemias e de epizootias e o segundo infecta quase exclusivamente seres humanos. De acordo com determinadas combinações de partículas do seu invólucro, a hemaglutinina (H) e a neurominidase (N), foi possível subdividir o grupo A em vários subtipos; existem 17 subtipos de H, o mais relevante, e 9 de N. Até à data foi documentada infeção em humanos pelos subtipos H1, H2, H3, H5, H7, H9.

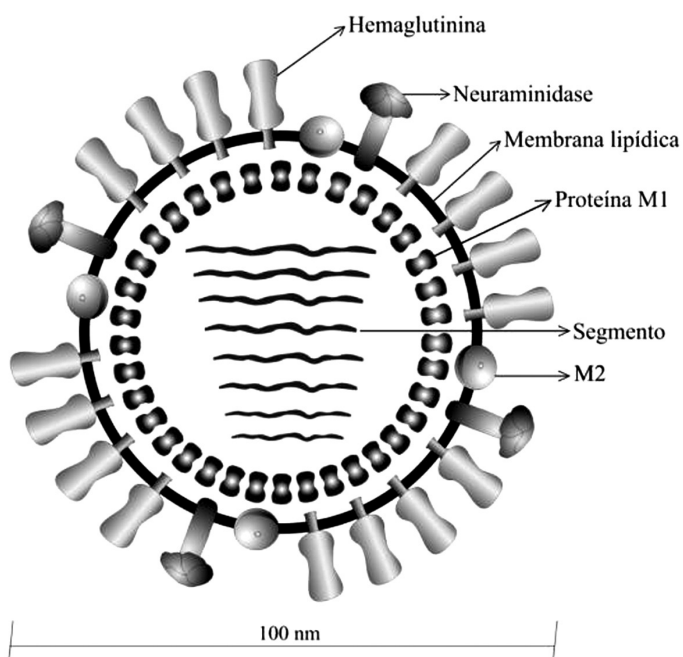


Figura 1 - Representação esquemática do vírus influenza A.

O vírus responsável pela pandemia de 1918 pertencia ao grupo A e era do subtipo H1N1, pois partir de estudos genéticos feitos em corpos congelados, vítimas daquela epidemia no Alasca, foi possível esclarecer definitivamente qual o agente causal (figura 1).

A doença

O vírus transmite-se por via inalatória, direta ou indiretamente, podendo ser viável fora do hospedeiro até 48 horas, e o período de incubação varia de um a seis dias, sendo o indivíduo portador contagioso um dia antes de aparecerem os primeiros sintomas e até seis dias depois.

A doença é causada pela destruição celular por ação direta do agente, pela fragilidade causada no epitélio que favorece a infecção posterior por bactérias, mas sobretudo por uma reação imunológica generalizada e extrema por parte do indivíduo infetado, mediada pelas chamadas citocinas. O quadro clínico inicial assemelha-se a um resfriado comum, com odinofagia, conjuntivite, rinite e traqueobronquite, mas torna-se mais grave, com febre muito alta, mal-estar geral, cefaleias mialgias e artralgias, vômitos, diarreia e, nos casos extremos, com hemorragias, miocardite, encefalite, pneumonia, edema pulmonar e falência de múltiplos órgãos.

Hoje sabe-se que o seu amplo reservatório são as aves selvagens migratórias e que o vírus, através de mutações pela sua constante variação genética, fica com a capacidade de infetar outras classes de animais, incluindo o Homem, variações essas que tornam a eficácia da vacinação incerta. O vírus tem uma alta virulência e letalidade, sobretudo em doentes com comorbilidades e quando, devido à sua instabilidade genética, surge *de novo*, fruto de uma mutação. Estes últimos são as causas das grandes pandemias ao longo dos séculos, enquanto outros vírus recorrentes ocasionam anualmente a conhecida gripe sazonal e que, em ambos casos, diferem pela benignidade do resfriado comum ou constipação, cujo responsável é um rinovírus.

A história

Deve-se a Hipócrates possivelmente a primeira descrição deste tipo de epidemia gripal. No entanto, parece evidente que esta teria existido na antiguidade, como se constata nos relatos de Tucídides (460-395 a.C.), durante a guerra do Peloponeso, sobre a então conhecida peste de Atenas, chamando já a atenção para o fenómeno então desconhecido de imunidade adquirida:

"[...] Poucos dias depois da sua chegada à Ática a peste começou a manifestar-se no meio dos Atenenses. Diz-se que previamente havia aparecido em muitos lugares na vizinhança de Lemnos e noutros sítios. Mas não havia memória de uma epidemia desta magnitude e com tão elevado grau de mortalidade. De nada serviram, inicialmente, os físicos, ignorantes que eram da maneira adequada de tratar a doença. Ainda por cima, foram dos mais atingidos pela morte, uma vez que eram as pessoas que mais vezes contactavam os doentes... Diz-se que teve o seu início nas regiões altas da Etiópia sobranceiras ao Egito, daí descendo para o Egito e a Líbia e penetrando na maior parte dos domínios do Rei. Surgindo abruptamente em Atenas, começou por flagelar a população do Pireu – o que deu origem a que dissessem que os Peloponésios haviam envenenado os reservatórios de água, dado não possuírem poços – e, depois, apareceu na parte alta da cidade, altura em que os casos mortais passaram a ser muito mais frequentes". Era naqueles que se haviam restabelecido da doença que os enfermos e os que estavam prestes a falecer encontravam maior compaixão. Esses sabiam, por experiência própria, o que era a doença, e, agora, já não temiam pela sua saúde. É que nenhum ser humano era atacado duas vezes – pelo menos de forma fatal [...]"

Durante a obscura Idade Média e até ao início do Renascimento, não se conhecem supostas epidemias. No entanto, a partir do século XVI há descrições que muito provavelmente correspondem à infeção pelo vírus influenza.

Desde o início do século XX foram já várias as epidemias provocadas pelos vários subtipos do vírus influenza A: H1N1 - Gripe espanhola 1918 (50 milhões de mortes) e gripe suína em 2009 (200.000); H2N2 - Gripe asiática em 1957 (1,5 milhões), H3N2 - Gripe de Hong-Kong em 1968 (2 milhões), H5N1 - Gripe das aves em 2004 (atualidade), H7N9 - Gripe chinesa (2018), tendo sido registados ainda alguns casos de menor relevância com outros subtipos.

Porém, a gripe influenza de 1918 foi sem dúvida até hoje a maior e mais dramática pandemia da Humanidade. A doença não poupou nenhuma classe ou *status* social e teve uma maior incidência e mortalidade na faixa etária inferior aos 30 anos. Foram vítimas mortais personagens bem conhecidos como Amadeo Souza Cardoso (pintor cubista/impressionista português), Klimt (pintor simbolista austríaco), Guillaume Apollinaire (escritor francês), Edmond Rostand (escritor francês), Max Weber (sociólogo alemão), Rodrigues Alves (Presidente do Brasil), José de Alvalade (fundador do SCP), Jacinta e Francisco (videntes de Fátima); outros sobreviveram à doença, como Walt Disney (cineasta americano), Greta Garbo (atriz sueca), Franz Kafka (escritor austro-húngaro), Woodrow Wilson (presidente dos EUA), Franklin Roosevelt (presidente dos EUA), Guilherme II (imperador da Alemanha), David George (1º ministro inglês), entre outros.

O dramatismo desta terrível virose fica patente em algumas descrições. Um médico militar dos EUA descreve a gripe na Europa da seguinte forma:

"[...] Estes homens começam com o que parece ser um ataque comum de gripe e quando trazidos para o Hospital desenvolvem muito rapidamente o tipo mais violento de Pneumonia que já foi visto... Algumas horas depois pode começar a ver-se a cianose estendendo-se das orelhas a todo o rosto, até que é difícil distinguir os homens pela cor da pele. É apenas uma questão de algumas horas até que a morte chegue. É horrível. Pode-se suportar ver um, dois ou vinte homens morrerem, mas ver esses pobres diabos caindo como moscas... Temos uma média de 100 mortes por dia... Pneumonia significa em quase todos os casos a morte... Perdemos um número escandaloso de enfermeiras e médicos. Há comboios especiais só para levar os mortos. Durante vários dias não havia caixões e os corpos ficavam empilhados. Isto ultrapassa qualquer visão tida na França depois de uma batalha [...]".

Pocaterra, jornalista e escritor sul-americano faz a seguinte descrição:

"[...] Hospitais de emergência foram instalados em várias partes da cidade e foram organizadas refeitórios comuns. Da mesma forma, a distribuição de medicamentos, alimentos e roupas foi organizada diretamente nos bairros, uma tarefa organizada e principalmente por estudantes universitários voluntários.



Figura 2 – Hospital improvisado para vítimas da Gripe A durante a Primeira Guerra.

O governo considerou prudente proibir concentrações nos teatros e nas igrejas, chegando mesmo a suspender as aulas nas escolas; também - diante do rápido aumento dos óbitos – organizaram-se grupos de coveiros, já que meios normais não conseguiam lidar com o alto número de mortes. Numerosos túmulos tiveram que ser abertos no Cemitério Geral do Sul e para os pobres e cadáveres não reclamados foi montada uma grande vala comum na parte final do cemitério, um sector que começou a ser chamado de «A Peste» até hoje” (figura 2) [...]”.

Portugal e a Gripe A

A gripe A afetou igualmente todo o nosso país. De acordo com a investigadora Helena Rebelo de Andrade:

“[...] Foi na Primavera que a gripe chegou a Portugal. Os primeiros casos ocorreram no final de maio de 1918, em Vila Viçosa”, trazida por portugueses que trabalhavam em Badajoz ou em Olivença, a doença propagou-se rapidamente pelo Alentejo. Em junho registaram-se os primeiros casos em Lisboa e no Porto, mas só em setembro a pneumónica chegou à Madeira. A bordo do vapor Mormugão iam passageiros infetados e a doença alastrou logo que a embarcação

atracou no Funchal. O mesmo aconteceu nos Açores, a 21 de setembro. As cerca de 60 pessoas que viajavam num navio proveniente de Bordéus transmitiram a doença aos habitantes de Ponta Delgada. Em Portugal, a gripe atingiu a população independentemente da concentração demográfica. Benavente, no distrito de Santarém, foi o local mais afetado pela pandemia. Já por concelhos, Covilhã foi o mais afetado logo seguido de Leiria [...].”

Nessa altura coube ao médico Ricardo Jorge liderar o controlo da epidemia, tendo determinado a obrigatoriedade da notificação dos casos, isolamento e higiene dos doentes, organização dos serviços de saúde, inibição das migrações militares e agrícolas, proibição de beijos e apertos de mãos, medidas que são hoje perfeitamente atuais. Estima-se que em Portugal tenha havido mais de 60.000 mortes, das quais mais de 3.000 na RA dos Açores (figura 3).



Figura 3 - Ricardo Jorge (1858-1939).

A medicina atual e a gripe A

O Mundo mudou e a medicina evoluiu enormemente nos últimos cem anos. Apesar de não haver tratamento específico ou eficaz para a maioria das viroses, designadamente o vírus influenza A, existem hoje medidas de suporte que permitem, em bastantes casos, uma maior sobrevivência de indivíduos afetados pela doença, até que o próprio organismo organize as suas defesas contra o agente invasor.

Lavar as mãos, não frequentar lugares públicos durante os surtos, usar eventualmente máscara quando estamos infetados para evitar a propagação e aderir à vacinação anual, são medidas fundamentais. Apesar de não estar sempre garantido que a vacina contenha os antígenos exatos do vírus que venha a surgir, existe pelo menos uma possível imunidade cruzada que pode ser benéfica.

É possível que a evolução do Homem venha a permitir o desenvolvimento de uma imunidade alargada e transmissível. Numa notícia publicada por cientistas americanos com o título *Sobreviventes do H1N1 desenvolvem «superanticorpos» para gripes*, pode ler-se que...

“[...] A resposta imune incomum pode ser chave para possível vacina. Um estudo dos anticorpos de pessoas infectadas com o vírus H1N1, da gripe suína, é mais uma indicação de que os cientistas estão perto de uma vacina “universal” capaz de neutralizar muitas cepas do micro-organismo, incluindo também a gripe aviária (H5N1) [...]”.

De acordo com os pesquisadores, as pessoas infetadas na pandemia do H1N1 desenvolveram uma resposta imune incomum, produzindo anticorpos capazes de protegê-las de todas as cepas sazonais da gripe H1N1 da última década, da cepa mortal da gripe espanhola de 1918 e mesmo de uma cepa da gripe aviária H5N1.

Até lá e lembrando que os vírus são mais antigos que a Humanidade e têm uma notável capacidade adaptativa, isto é, de sobrevivência, devemos ser realistas e pensar que a Humanidade não está de facto livre de uma nova e letal virose. Não está em causa se vai acontecer uma nova epidemia mas quando, porque qualquer vírus de fácil contágio produzirá uma pandemia num Mundo Global.

Como dizia McKeown, epidemiologista britânico, *“[...] A gripe actualmente é a única doença epidémica infecciosa que nos países tecnologicamente mais avançados representa uma ameaça comparável à experimentada em séculos anteriores por doenças como a peste e o tifo. Isto significa que a gripe é a única doença que pode voltar a fazer reviver fenómenos já esquecidos pela humanidade [...]”.*

UM GRANDE OSSO!

—Tabella orographica...

Com o coração de lamenho,
normal, mas, ainda assim,
tres vezes maior do q' o actu-
al pão de trigo de palaco, es-
te dono de casa rejubila
com o achado d'um
osso...

(uma cáveira
de burro)
que, nas ac-
tuais cir-
cunstancias, em
q'ue a propria
larica sobe a
preços exorbitan-
tes...— vem salvar
um casal! Alé a es-
posa, senhora de vir-
tudes modelares, de
genio calmo, séria,
em summa, com o
curso completo de
rheumatismo, termina-
do em Março do anno
passado, e com premio pecuniario
(e o peugo es- guarda caído, em fôle d'acordeon), pive-
tu sem limites! Apoz tal expansão, o esposo, poe-
ta dos primeiros, improvisou a seguinte sextilha,-
(não confundir com a armadilha d'apanhar lenhi-
lhões):—

Tudo cresce, tudo augmenta...,
só não cresce o ordenado!
Mas, um osso descarnado
descobri, que nos sustenta!!
Poer vamos n'este achado,
é dar força á ferramenta!

Os Açores, a 1.ª Guerra Mundial e a República Portuguesa no contexto internacional

SÉRGIO REZENDES²⁶⁶

Os Açores em inícios da I Guerra mundial encontravam-se desengajados ou renegados para segundo plano no que concerne aos conceitos de defesa militar do império e da I República. O eixo de interesse económico apontava Cabo Verde como arquipélago prioritário, uma vez que constituía uma escala das matérias - primas do império ultramarino. Esta situação mudaria ao longo da guerra, pois os Açores tinham pontos de interesse como o mar, as comunicações e os portos, ameaçados com o evoluir do conflito.

O advento do submarino em finais do século XIX, melhorado e adaptado a uma nova estratégia a partir de 1914, faria o fascínio dos açorianos que apesar de nunca o terem visto, conheciam as façanhas de submarinos-cargueiros como o *U-155*, por intermédio do *Açoriano Oriental*. Mal saberiam que, artilhado, atacou Ponta Delgada a 4 de julho de 1917. Identificados torpedos nos mares dos Açores pela primeira vez em 1915, a presença de U-boats haveria de aumentar exponencialmente até 1918, tornando-se regular as observações nas ilhas. As suas capacidades não passariam despercebidas pelos comandantes militares das três grandes ilhas, e do Comando Militar dos Açores, sediado na ilha Terceira. Informados pelos jornais, mala postal e cabo telegráfico, eram alvo dos ecos das outras oito ilhas, via TSF. Os Açores já disponham de uma rede de antenas que, apesar de limitadas e antiquadas, tinham interesse regional e eventualmente internacional. Muitos foram os recordes estabelecidos entre as ilhas e os navios que passavam ao largo, tendo particular importância o aviso à TSF do *USS Orion* na defesa da cidade micalense a 4 de julho de 1917. Novamente seria crucial no ataque do *U-139* ao *Augusto de Castilho* e ao paquete *San Miguel*, coordenando a ação entre os dois navios e no incessante pedido de socorro para Ponta Delgada, onde se sabia poder contar com o apoio da Marinha portuguesa e do *US Navy Detachment*. A montagem de uma poderosa estação inglesa em 1918

²⁶⁶ Investigador Doutorado Integrado do Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH.

na freguesia das Feteiras (São Miguel) reforça esta importância, de tal forma que seria protegida por uma peça de artilharia de tiro rápido, americana. Internamente, ilhas como São Miguel contavam já com Telegrafia com Fio, ligando-se por cabo terrestre as áreas mais distantes de Ponta Delgada, cidade onde começava a surgir uma embrionária rede telefónica entre as autoridades, a 1.ª classe e as *delegacias* da polícia.

Este acompanhamento à ação da Guerra Naval levou a que, desde 1914, os militares avisassem o Ministério da Guerra para este tipo de ameaça, a que se aliava a de superfície, sabendo-se de antemão que as ilhas não estavam minimamente preparadas para a repelir. Nenhuma medida prática seria tomada até abril de 1916. Preocupados com o Reviralhismo na I república, e com possíveis ameaças monárquicas à ilha de São Miguel (1914), o Exército mantinha uma presença discreta mas constante nas três grandes ilhas. Com alguma regularidade saiam diligências militares a pedido dos governadores civis, ocupando posições em freguesias ou mesmo em outras ilhas, como a Graciosa. Os motivos? A manutenção da ordem pública por necessidade de requisitar cereal; impor medidas de saúde e/ou higiene pública; atos eleitorais ou mesmo por ações clandestinas, como atentados a juizes ou ataques/boicotes a instituições de caráter político. Internamente, as duas unidades de infantaria e de artilharia buscavam o equilíbrio entre o precário número de soldados e os fracos orçamentos, assim como corresponder aos fracos rendimentos familiares, sempre dependentes dos chefes de família para o trabalho nas terras. Apesar das novas designações republicanas e maior responsabilidade, as unidades militares não haviam sido atualizadas nas respetivas dotações orçamentais, persistindo e agravando-se problemas como os antiquados quartéis; a falta de material de aquartelamento e de tração (obsoleto); alimentação; uniformes e necessidades de transporte, por exemplo, dos mancebos das ilhas mais pequenas. O arquipélago necessitava de artilharia de costa tiro rápido mas a estratégia militar nacional antes de entrar no conflito, não encarava os Açores como zona prioritária e depois da beligerância, pior ainda: o melhor material seria desviado para o Corpo Expedicionário Português, acabando por vir parar às ilhas algum, de finais do século XIX, nomeadamente *Armstrong* 10 cm e *Krupp* 15 cm, tecnologicamente de transição. A infantaria não estava em melhor situação, uma vez que o seu armamento datava do mesmo período, inclusive as suas parcas metralhadoras, pelo que o seu real efeito era duvidoso.

Com a apreensão das embarcações alemãs no império português, incluindo nos portos de Ponta Delgada e da Horta, deu-se a declaração de guerra a Portugal. Em beligerância informal desde 1914, junto das fronteiras angolanas e moçambicanas, o país preparou-se para a guerra na Europa e para os comandantes militares nos Açores, os novos ventos de guerra elevaram os estados de alerta, aumentando os velhos receios e apresentando novas

questões: qual o novo enquadramento legal a dar aos inimigos no arquipélago, nomeadamente às tripulações e os funcionários do cabo submarino? Com resposta tardia por parte do Estado, todos os alemães em idade militar seriam retidos em campos de prisioneiros, criando-se na ilha Terceira um dos maiores do império, o Depósito de Concentrados Alemães (DCA), no forte de São João Batista. Em funcionamento a um maio de 1916, agregaria outros dois provisórios no arquipélago, em agosto desse ano, passando a receber prisioneiros de todo o império português. Estes civis foram tratados de acordo com as Convenções de Genebra, procurando-se uma ligação com os seus familiares por intermédio de delegações diplomáticas, caso dos EUA e Espanha, ou por organismos internacionais como a Cruz Vermelha, que se implanta no arquipélago.

A sua existência agravaria ainda mais a missão do Comando Militar dos Açores, uma vez que era mais uma ilha com um forte motivo para atacar, tendo exíguos meios para a defender. Um forte golpe de mão alemão, rápido e eficaz, executado a partir de U-boat, poderia libertar os prisioneiros. A apreensão não ficaria por aí. A quinhentista fortaleza não se encontrava preparada para receber um elevado número de presos (cerca de 750), mais as famílias (caso pagassem a alimentação, o que não funcionaria na prática) e uma guarnição reforçada, a que se juntavam também as famílias. Para além da saída de vários órgãos e unidades militares da fortaleza (e consequente necessidade de as realojar em Angra do Heroísmo), tornava-se urgente melhorar o saneamento básico, a água canalizada, a habitabilidade de espaços, a alimentação, o vestuário, o material de aquartelamento e a higiene pública, numa época extremamente delicada neste ponto: o último ano da guerra constituiria um bom exemplo nesse sentido, com a Pneumónica.

É notória a divisão cronológica da Grande Guerra dos Açores em quatro fases distintas, separadas a meio pelo ataque de 4 de julho de 1917 a Ponta Delgada. Quanto às respostas governamentais, apenas o antes e depois do bombardeamento, apesar da chegada de algum material de artilharia à cidade micalense, e o estabelecimento de um estado de sítio na ilha Terceira, em virtude da concentração dos prisioneiros alemães (1916). Desde 1914 que o Comando Militar dos Açores instigava o Ministério da Guerra a melhorar os orçamentos das unidades açorianas e a enviar algum material capaz de executar a sua missão, mesmo que não fosse o mais atual. Com a beligerância, a situação agravava-se por se conhecer a ação inimiga em zonas similares às dos Açores, e pelo facto do inimigo conhecer bem as ilhas, em resultado dos tradicionais reabastecimentos e visitas, em muitos casos inopinadas, às costas das ilhas antes do conflito.

Com os três bombardeamentos às principais cidades dos dois arquipélagos, finalmente o governo da república reagiria ao que os comandantes militares afirmavam desde 1914. No caso açoriano, a defesa

havia sido assegurada por ajuda externa, o denominado “milagre do Santo Orion”, navio carvoeiro americano que, por estar com problemas mecânicos na popa e atracado ao molhe do porto de Ponta Delgada, estava em melhores condições para fazer fogo ao *U-155*, afastando-o. Apesar do governo português ter enviado cinco peças de artilharia em 1916, novamente material de transição, apenas três é que se encontravam operacionais no Alto da Mãe de Deus, local onde foram montadas apressadamente. Imbuídas num conceito de defesa que faria sentido caso a unidade alemã entrasse na baía da cidade, a sua fraca cadência de fogo e alcance das granadas de nada valeriam na defesa, pelo facto do *U-155* ter atacado ao largo da cidade, numa interpretação bem conhecida pelo Estado-maior do Exército, mas cujas ordens nem haviam sido enviadas para o arquipélago. As *Armstrong* 10 cm seriam mais tarde complementadas com a instalação das duas restantes no espaldão da Carreira do Tiro, e duas peças *Krupp* 15 cm do Campo Entrincheirado de Lisboa, em Santa Clara, rapidamente eclipsadas por uma única Costa-Tiro-Rápido americana em 1918. As *Krupp*, desmontadas, seriam enviadas para a Horta.

Consequência imediata do ataque seria também a chegada a Ponta Delgada, de unidades navais dos EUA, ainda antes do final desse mês de julho. Sem conhecimento oficial do governo português, a sua presença forçaria as autoridades locais a pressionar o Estado a interagir com os aliados perante a nova interpretação da posição geoestratégica dos Açores, criando a necessidade de defender os interesses nacionais perante uma potência estrangeira que se implantava em solo nacional, bem como os de uma segunda, a Inglaterra, que instalaria uma poderosa estação TSF na mesma ilha. Uma vez formalmente autorizado, o *Azores detachment of the United States Atlantic fleet* receberia para além dos navios de comando e apoio, embarcações para perseguição a submarinos, duas peças de artilharia de última geração, submersíveis e aeronaves. O governo português, já com Sidónio Pais como Presidente da República, tentaria criar uma base aeronaval na Horta e em Ponta Delgada, e outra terrestre na Terceira, sem sucesso, apesar de algumas diligências e da passagem de vultos da aeronáutica nacional pelas ilhas.

Com o ataque alemão a Ponta Delgada ocorreria uma mudança nos eixos de interesse nacionais e internacionais em relação ao mar do arquipélago. Como o patrulhamento inglês recuara para junto das suas costas, deixando o mar dos Açores livre para os *u-boats*, os EUA sentiram a necessidade de ocupar este vazio, assegurando proteção aos comboios marítimos ou mesmo às suas costas. Com uma base americana em Ponta Delgada, não só se retiraria pressão sobre o mar e ilhas dos Açores, como sobre a I República, incapaz de as proteger. Essa responsabilidade passaria para os aliados, como as indicações à engenharia militar nas ilhas bem o demonstram, ao ordenar-

-se todas as facilidades às iniciativas americanas por incapacidade de apoio a partir da capital. Procurando salvaguardar os interesses nacionais e equilibrar as patentes nas ilhas, Sidónio Pais nomeou um Alto-Comissário da República para os Açores, o general Simas Machado, comandante da 2.ª Divisão do CEP, que viera a Portugal de férias. Com a missão de se corresponder com o comandante do destacamento americano, o Almirante Herbert O. Dunn, Simas Machado tinha a responsabilidade de resolver os problemas no arquipélago. Tido como anglófono, agrega o comando das esferas civis e militares, valendo-se de duas secções, uma apoiada pelo comandante militar dos Açores, provisoriamente em Ponta Delgada, e a segunda por José Bruno Tavares Carreiro, fiel e conhecedor secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada. Apesar de carecer de maiores estudos, sabe-se que o Alto-comissário vem imbuído de poderes judiciais, pecuniários, eleitorais e alfandegários, para além de militares e diplomáticos.

Operacionalmente, com a beligerância executaram-se os planos delineados desde 1914: ocorreram as saídas de pequenas diligências militares para áreas tidas como sensíveis, caso das estações de cabos telegráficos ou freguesias relevantes para o esforço de defesa. A vigilância passou a ser uma constante em todas as ilhas, em especial a partir dos faróis da Marinha. Com grandes costas expostas, e áreas vulneráveis claramente identificadas, o Exército tentou equiparar o número de armas ao de recrutas, numa dialética entre a defesa e o trabalho dos campos, que o ataque de 4 de julho havia de destruir. Ensaída em finais de 1914, a mobilização geral havia provado que ao chamar o camponês para o interior do quartel, se retirava o ganha-pão às famílias, debilitando-se as subsistências públicas. Desativada em inícios de 1915, seria reativada com a beligerância, num misto de licenças que terminariam com o ataque a Ponta Delgada. Com as ligações marítimas escassas, os açorianos tinham que se bastar e defender a si próprios, não sendo de contar com abastecimentos a partir do exterior: não só os mercados abastecedores haviam entrado em economia de guerra, como a ação submarina afastara das ilhas os navios particulares não cobertos pelas obrigações estatais, e não defendidos pela Marinha. Com o evoluir da guerra, e consequentemente da presença dos submarinos alemães no mar dos Açores, os veleiros e vapores privados deixaram de reabastecer as ilhas em bens necessários como por exemplo, fósforos, estagnando-se o comércio de importação e exportação. Taxados pelo Ministério das Finanças, os fósforos não seriam alvo de reajustes tendo em conta a especificidade das ilhas, e dada a galopante inflação resultante da escassez, preço do frete, seguros de guerra e prémio às tripulações, os comerciantes deixariam de os importar. Esta falta de sensibilidade estatal pela realidade arquipelágica levou a que a população procurasse meios alternativos, logo ilegais, imperando uma queima constante de lenha que levaria os recursos locais à exaustão.

Com as vítimas a darem à costa regularmente a partir de 1917, os proprietários dos veleiros, sem defesas, optaram por os manter afastados das ilhas. Casos como o torpedeado *Gamo*, da empresa Bensaúde ao largo da ilha das Flores assim o atestam. Quanto a vapores, a Empresa Insulana de Navegação manteria por imposição estatal as ligações com Lisboa e com o Funchal, mas a altos preços, correndo riscos como o episódio do *Augusto de Castilho* e o *U-139*, comprovam. Como resultado, a inflação agravava-se dia-a-dia nas ilhas, assim como a escassez de metal, papel e moeda miúda. Os açambarcamentos de géneros como ovos, galinhas e lagostas, entre outros, complementavam este cenário de crise. Aos açorianos tudo faltava, aos americanos tudo surgia em catapulta.

Em ilhas mais pequenas como Santa Maria, acusava-se a empresa de abandono. Carente de importações, tinha gado bovino para exportação para os lucrativos mercados continentais, mas por falta de navio, raramente era escoado. Sem porto capaz, para a companhia o risco de paragem era elevado, pelo que as ligações entre os grupos de ilhas eram céleres e breves, novamente como o caso do *Augusto de Castilho* demonstrou. Aguardado em Santa Maria, o paquete *San Miguel* nem teria hipótese de parar, seguindo de máquinas a fundo, em linha reta, para Ponta Delgada.

Dado o ataque, o receio tomara conta das ilhas. O efeito da luminescência das cidades lançara o arquipélago na escuridão, fomentando a criminalidade e a necessidade dos militares apoiarem nas prisões, e patrulhamento dos povoados. Ao desviar os soldados das suas funções elementares, a existência de patrulhas militares estava condicionada às exigências de serviços como a rendição das diligências, piquetes para manutenção da ordem pública ou novos destacamentos para ilhas como Santa Maria e Terceira, ainda em 1916. Até ao final da Grande Guerra, os militares seriam enviados para todas, nem que em efetivo simbólico.

Outra questão que trespassaria o arquipélago durante a I Guerra Mundial, era a grave falta de meios para o controlo de doenças, ou higiene pública e privada. Doenças como a febre tifoide, a escarlatina ou a tuberculose eram cíclicas, agravadas por outras como a do vírus *influenza* em 1918. Habituada a doenças ditas endémicas, resultantes da falta de infraestruturas públicas e privadas; hábitos de higiene ou água canalizada, a população açoriana padecia de doenças que nos anos de 1930 ainda seriam designadas de terceiro mundo. A falta de alimentação equilibrada; as águas estagnadas e o descontrolo de pragas como o rato não constituíam surpresa para as autoridades sanitárias, ou mesmo para a população. Em meados de setembro de 1918, um segundo surto de *influenza* apanharia as autoridades desprevenidas, sem meios de a combater, aliás como em todas as áreas afetadas. Procurou-se minimizar os efeitos, cuidando-se dos vivos e enterrando os mortos, valendo o apoio do destacamento americano

que mandaria um *destroyer* a Gibraltar apanhar medicamentos, e do Alto-comissário que apoiaria todas as ilhas a bordo do *NRP Vasco da Gama*. O Exército criaria uma espécie de proteção civil, enviando soldados para rachar lenha, fazer sopa e pão, desinfestar áreas insalubres, e apoiar os familiares, farmacêuticos, enfermeiros e médicos. Com as notícias do ataque ao *Augusto de Castilho*, a sociedade reviveria o medo e a falta de materiais ao mais alto nível, pelo que a notícia do Armistício seria recebida em apoteose.

Dada esta breve leitura da I Guerra Mundial nos Açores, será de concluir que é evidente a crescente importância geoestratégica que os Açores desempenharam no conflito, dada a batalha pelo controlo do Atlântico norte, não só pelo domínio do seu mar como pela capacidade de apoio logístico dos seus portos ou controlo de comunicações. Eventos como a criação de um depósito de prisioneiros de guerra na ilha Terceira; o ataque do *U-155* e a instalação de uma base aeronaval americana em Ponta Delgada; assim como a estação TSF inglesa em São Miguel e a vinda de um Alto-comissário da República para os Açores, assim o comprovam. Episódios como o combate do *Augusto de Castilho* contra o *U-139*, “o Monstro”, fortalecem a ideia de que, apesar dos poucos recursos e dos grandes combates se verificarem em longínquas paragens, as populações insulares também passaram por momentos claramente difíceis.

Falar da Grande Guerra nos Açores será pois, articular uma teia de diferentes acontecimentos, catástrofes e naturezas, que no seu ponto central atacam em simultâneo a população, deixando-a indefesa mas não apática. Neste ponto destaca-se o que se entende ser o clímax da guerra nas ilhas ou seja, mesmo na parte final, os meses de outubro e de novembro de 1918 quando o maior flagelo epidémico do século XX as atinge. Com exportações estagnadas e importações dependentes do apoio americano, a inflação contribuíra para um fosso social abrupto. Entre 1914 e 1919, ano em que é desmobilizado o DCA, as expectativas da população na proteção e apoio da “mãe-Pátria” saíram logradas até à chegada do Alto-Comissário, sendo minimizadas pelo apoio da base naval estrangeira que, trazendo géneros dos EUA, e apoiando nos transportes e segurança, daria uma maior tranquilidade aos locais, em especial aos da maior das ilhas. A nível interno, as *ilhas adjacentes* assistiam e sofriam de perto os eventos que caracterizariam a jovem República, uma vez que à sua escala, padeceriam também de alguma instabilidade política e económica, muitas vezes alimentada por deportados políticos, a que se aliava uma profunda clivagem social e ideológica, agravada a partir de 1916 pela declarada intervenção belicista nos palcos europeu e africano.

Apesar da fertilidade, os invernos rigorosos prejudicavam as culturas e danificavam estruturas como estufas de ananás, contribuindo, em conjunto com a escassez de transportes e a entrada dos mercados tradicionais em guerra, para a fome junto das camadas mais baixas e a paralisação da

economia. A solução em exportar bens essenciais como gado e cereais, se imposta no primeiro caso levantaria no segundo, profundas reflexões éticas: ao exportar, gerava-se comércio mas sob o grave risco de se pagar um alto preço, caso faltassem. Guarda-los por não ser possível assegurar um apoio externo, geraria prejuízo junto dos que dinamizavam ainda a parca economia, correndo o risco de apodrecerem nos graneis. Dada a escassez de transportes, as importações não seriam suficientes para corresponder às necessidades, gerando escassez e inflação, destacando-se também os medicamentos, o material de aquartelamento e os tecidos. Os preços atingiriam patamares fora do alcance da maioria da população. A gestão e resolução de todos estes problemas acabaria por ser uma simbiose entre militares e civis, autoridades locais e estrangeiras. A presença do Alto-comissário aceleraria em muito estas dinâmicas, uma vez que antes, as respostas do governo central eram tardias e muitas vezes, sem efeitos práticos. Com uma defesa assente em forças terrestres, sem reforços continentais, e uma parca mas valiosa presença da Marinha, o Alto-comissário optaria por uma política de colaboração, mostrando o que tinha e recebendo a ajuda americana quando necessário, instando à paz e concórdia entre todas as forças.

BIBLIOGRAFIA:

- FERREIRA, J. M., “Revisão Histórica da participação de Portugal na primeira Guerra Mundial: a dimensão Ibérica-insular”, *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, XLIII (II), Angra do Heroísmo, 1985, pp. 635-647.
- FERREIRA, J. M., “Os Açores nas duas Guerras Mundiais”, *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, XLV (I), Angra do Heroísmo, 1987, pp. 73-90.
- FERREIRA, J. M. “A importância do Porto de Ponta Delgada na I Guerra Mundial”, *Ponta Delgada - cinco séculos de concelho 1499-1999*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2001, pp. 233-239.
- FERREIRA, José Medeiros, “José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn e o presidente Wilson: o triângulo que nunca existiu?”, *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerras Mundiais*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, 2008, pp. 61 – 79.
- MATOS, A., MENESES, A., LEITE, J. (coord.), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.
- MATOS, L. S., “República: um corpo com alma”, *Nova História Militar de Portugal*, Vol: 4, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2004, pp. 117 – 142.
- MESQUITA, Mário, “A escala de Roosevelt nos Açores durante a I Guerra Mundial” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, pp. 37 – 59.
- MONTEIRO, Albertino J. R., *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do século XX*, Tese de Mestrado, Policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2000.

- MONTEIRO, Sandra M. G., *Gentes e memórias do concelho da Lagoa, 1910-1933*, Santa Casa da Misericórdia, Santo António, Lagoa, 2014.
- REZENDES, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep. da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, Ponta Delgada, 2002.
- REZENDES, Sérgio Alberto Fontes, *A Grande Guerra nos Açores: Memória Histórica e Património Militar*, Letras Lavradas, Ponta Delgada, 2014.
- SONDHAUS, Lawrence, *Naval warfare 1815-1914*, Routledge, London, 2001.
- TAVARES, João Carlos Moreira, “A defesa de Portugal durante a Grande Guerra. Doutrina e antecedentes históricos”, *Atas do XIII Colóquio Portugal Militar. Da Regeneração à paz de Versalhes*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2003.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Porque foi Portugal para a guerra: os objetivos nacionais e as estratégias políticas”, *Portugal e a Grande Guerra, Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Circulo de Leitores, Rio de Mouro, 2004, pp. 14 – 34.
- TELO, A. J., “Os Açores e o Controlo do Atlântico”, ASA, Lisboa, 1993.
- TELO, A. J., “Os começos do Século”, *Nova História Militar de Portugal*, Vol: 4, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2004, pp. 350 – 385.
- TELO, António José, “Os Açores e as Estratégias para o Atlântico”, *História dos Açores – do descobrimento ao século XX*, Vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008, pp. 217-264.



"O Milagre de Santo Orion na defesa de Ponta Delgada", Augusto Cabral,
Revista Micaelense, 1918.



"Contributos positivos e negativos das tropas estrangeiras", Augusto Cabral,
Revista Micaelense, 1919.

Da origem da *Pneumónica* nos Açores, ao contágio arquipelágico

SÉRGIO REZENDES²⁶⁷

Ponta Delgada na *Belle Époque*.

No limiar do século XX, a população dos arquipélagos em pouco ultrapassava as 400.000 pessoas, tendendo a aumentar em virtude da melhoria das condições de vida proporcionadas por melhor alimentação e cuidados de saúde. Estes ciclos de aumento demográfico contrastavam com outros caracterizados por uma maior emigração ou de pestes e epidemias, em que a *Pneumónica* de 1918 constitui o melhor exemplo no século XX. A falta de recursos financeiros aliada à grande taxa de analfabetismo apenas permitiu uma evolução lenta mas gradual nestas áreas, apesar dos grandes esforços das autoridades administrativas, caso das câmaras, juntas gerais e até das unidades militares. A título de exemplo, apesar de implementado pelos ministros liberais de D. Maria II, o ensino primário obrigatório; o desenvolvimento de liceus e as escolas de ensino técnico eram de tal forma parcos que não conseguiam desenvolver um corpo técnico em quantidade, capaz de assegurar as necessidades das ilhas. Alicerçado no “Método João de Deus” e na palmatória, o sistema de ensino era apanágio de um elevado insucesso escolar, apesar das várias diligências administrativas e esforço de professores, ou interessados, no ensino das primeiras letras.

No final do século XIX, início de XX, à semelhança do que acontecia no continente, a percentagem dos trabalhadores nas indústrias subia em detrimento dos trabalhadores rurais, cuja força braçal começava a ser substituída pela mecanização. As gentes do campo trabalhavam em terras dos morgados sob a forma de rendeiros, jornaleiros, criados ou moços de lavoura. Trabalhando de sol a sol, tinham normalmente uma casa muito pequena, feita de pedra, madeira e colmo, em que a cozinha era a principal divisão e fonte de aquecimento. Com uma alimentação pouco variada, matavam a fome com o pão de milho ou inhame, com batatas, chicharros,

²⁶⁷ Investigador Doutorado Integrado do Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH.

sopa, vinho, ou até mesmo sardinha. Com muito trabalho no dia-a-dia, e pouco dinheiro para comprar roupa, usavam o vestuário próprio à época em linho ou lã, que pouco variava conforme o clima e os trabalhos que tinham a fazer. O calçado, quando existia, estava reservado ao dia da missa, ou seja, o domingo. Divertiam-se em danças que decorriam principalmente em festas de freguesia, executadas também em tempos de festividades da igreja e normalmente apoiadas pelos morgados locais e as *músicas*, hoje filarmónicas. Estas festas eram formas de divertimento associadas à agricultura e pastorícia, como por exemplo, em épocas da lavra, sementeira e desfolhada.

A vinda deste povo rural a Ponta Delgada ocorria por altura de grandes eventos como as festas do Senhor Santo Cristo, ainda em 1939, alvo de notícia no “Correio dos Açores”. Eram péssimas as estradas da ilha, basicamente duas em condições mínimas de macadamização, uma pelo norte e outra pelo sul, com início em Ponta Delgada e término em Furnas. Os meios de transporte eram de tal forma lentos, e a estrada esburacada, que os passageiros corriam risco de assalto, à semelhança do sucedido em 1917, na subida para o Castelo Branco.

Em 1918, apesar da modernização atingir ilhas como São Miguel, equipada com cabo submarino, terrestre e antena TSP para comunicação com Santa Maria, na realidade a forma de transporte mais usual continuava a ser a navegação por cabotagem, o que explica a existência de vários portos não só na cidade (com funções diferenciadas), caso do cais *Bensaúde*, Alfândega, da Terra ou artificial (a *doca*), para além de outros de menor dimensão, caso do de São Pedro (para os locais), num processo que se repetia em praticamente todas as freguesias posicionadas na orla costeira. Era por estes pequenos portos que usualmente se carregava e descarregava o comércio na ilha, transportado às costas, falésia acima em cestos de vimes, complementado por transportes terrestres como o carro de bois.

No espírito da sociedade da *Belle Époque*, alguma da 1.^a classe já detinha automóvel, mantendo usual os passeios a cavalo ou de charrete. À 2.^a classe, o cavalo ou o burro, ficando a 3.^a, associada aos carros de bois ou puxados por animais como a ovelha, o burro ou eventualmente, algum cavalo. Dada a entrada da parca mas real mecanização, e o número elevado de membros por família, aos camponeses restava procurar emprego nas fábricas de Ponta Delgada ou emigrar para o Brasil, podendo também aproveitar a passagem regular de vapores entre o Mediterrâneo e a América do Norte, juntando-se aos muitos gregos e em especial italianos, rumo àquele destino. Com o uso das novas alfaías agrícolas, assim como de sementes selecionadas; a alternância de culturas e adubos, cada vez mais deixava de haver a necessidade de um elevado número de mão-de-obra para trabalhar a terra, pelo que a migração para as cidades é um facto. Nas fábricas, com os veios e correias montados a partir das paredes, a mecanização da indústria

permitia produzir mais e melhor, em menos tempo e com um número menor de trabalhadores. Trocava-se lentamente o artesão por operários, passando-se da limitada capacidade de produção da oficina para uma elevada, agora fabril.

Eram frequentes as más condições e os acidentes de trabalho, trabalhando-se muitas horas sob um ambiente hostil à boa salubridade, em troca de baixos salários. Mesmo no campo, mulheres e crianças auxiliavam o homem no trabalho da terra, muitas vezes no lugar do animal, na charrua (alternando). A alta burguesia vivia em ricas e luxuosas casas, com luz a gás (ou já elétrica em outros concelhos), uma parca rede de água canalizada de chumbo ou ferro, e um sistema precário de esgotos, rodeada de jardins, normalmente nos limites da urbe. A classe média promovia o aparecimento de novos bairros ou ruas, em confortáveis andares ao passo que as classes populares habitavam em bairros miseráveis nas zonas mais pobres da cidade (nascente e poente), sem condições mínimas de segurança e higiene. A recém-criada delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada (1918) complementava os parcos serviços médicos existentes (Hospital da Misericórdia e Hospital de Infetocontagiosos em Santa Clara), procurando dar uma assistência médica à classe mais pobre, em especial à futura mãe, dada a elevada taxa de mortalidade infantil. As suas casas eram velhas, sem água ou esgotos e a sua alimentação pobre, feita à base de pão, batatas, banha, inhame e toucinho, por vezes bacalhau, chicharro ou sardinha, ao contrário das quatro refeições feitas pela burguesia e nobreza.

Contudo, a iluminação pública, os esgotos e os transportes públicos (o *carrão* da Vila ou da Maia, por exemplo) trouxeram um maior conforto aos habitantes da cidade e das freguesias, promovendo também o desenvolvimento dos correios. Do ponto de vista cultural, a câmara municipal tentava fomentar o aparecimento de escolas em todas as freguesias, num processo sempre travado pela falta de dotação orçamental ou de professores; assim como de teatros [como por exemplo, o Teatro Micaelense (I) ou já durante a guerra, o Coliseu Micaelense (1917)], e os faróis, caso do da Ponta da Ferraria nos Ginetes ou do porto da cidade, promovendo uma maior segurança aos marítimos. No que diz respeito aos serviços públicos, desenvolvia-se a Polícia Cívica, que durante a I Guerra Mundial tinha três “delegacias” na cidade (Santa Clara, Matriz e Calheta de São Pedro, já ligadas por telefone), com 26 elementos (que mal davam para proteger o centro histórico), assim como os bombeiros e o Clube Naval, começando-se a repensar as canalizações em chumbo, os mictórios públicos ou mesmo um eficaz sistema de recolha de lixo.

Em 1918, Ponta Delgada vivia um comércio efervescente, dada a existência da base americana. Apesar da maioria dos pontadelgadenses ter pouca capacidade financeira para os adquirir, era comum ver as tropas

americanas passear pela cidade e os oficiais em clubes como o Ateneu Comercial de Ponta Delgada. Junto aos navios, concentravam-se pequenos barcos na tentativa de vender os produtos diretamente aos aliados. Motos com sidecar, camiões e automóveis transitavam pelas recentes ruas e avenidas, caso da avenida Gaspar Frutuoso ou Príncipe Alberto do Mónaco. A 1.ª classe passeava por jardins como o António Borges ou Passeio Público Theodore Roosevelt (Alto da Mãe de Deus), ou então pela primitiva avenida litoral da cidade, em portes que por vezes faziam estranhar os jovens americanos, caso das jovens raparigas que andavam a olhar para o chão, em virtude do controlo parental logo atrás.

Estando o porto de Ponta Delgada, uma das maiores inovações da *Belle Époque* em São Miguel (e na Horta, no caso do Faial), ainda em construção, as suas locomotivas marcavam presença assim como o *Furnas*, o rebocador a vapor da Capitania do Porto, ou os vapores da Empresa Insulana de Navegação, caso do *São Miguel*. Casas cuja arquitetura marcavam pela diferença para além do Neoclássico, demonstravam o resultado da emigração por exemplo para o Brasil, marcando largos emblemáticos como o atual 2 de março, encantando quem à noite, e aproveitando a iluminação a gás (mais tarde trocada para petróleo), se dirigia ao Teatro Micaelense, hoje jardim Sena Freitas, para ver teatro ou cinema mudo. Vestidos com uma forte influência francesa, levava o senhor de bigode encerado, paletó e bengala, a sua dama pelo braço com a última moda dos chapéus de Paris, vestida de forma elegantíssima, com um vestido comprido até aos pés, mas de cintura fina e muito perfumada. O gracioso casal de filhos refletia o excelente gosto pela moda dos armazéns do Chiado em Lisboa ou dos Armazéns Cogumbreiro em Ponta Delgada, o primeiro com elevador. De pés no chão, e com o vestuário possível de adquirir, o povo não tinha dinheiro para acompanhar a moda.

Pelo “Guia do visitante” de 1899, diz-se que São Miguel era uma das nove paradisíacas ilhas portuguesas situadas em pleno coração do Atlântico Norte. Entre as suas indústrias mais importantes, existiam três do álcool extraído da batata-doce em Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa. Outras eram a de sabão, cerveja, laticínios, metais (fundição), faianças (cerâmica), havendo carpintarias de alta qualidade na produção de carruagens e mobílias. O comércio era muito importante e feito pelo seu moderno porto principalmente com Portugal continental, Inglaterra, Estados-Unidos, Brasil, Alemanha e França, entrando em crise com a guerra de 1914-1918, assim como a indústria do ananás.

“[...] Há nesta cidade numerosos agentes e representantes de casas nacionais e estrangeiras como o Banco de Portugal, a Credit Lyonnais; o Cheque Bank; Thecook & son de Londres e o Royal Squadron, entre outros clubes de yatching ingleses. Tem uma estação para correio

e telégrafo, na rua de São Brás n.º 4, Polícia Cívica e corpo de bombeiros. Existem viaturas automóveis, paquetes e vapores mercantes que passam frequentemente para a Europa e América, e de quinze em quinze dias para Lisboa. Tem hospital bem montado, com cinco médicos e cirurgiões creditados; banhos quentes ou frios em tinas de mármore ao preço de 200 reis; cafés, cervejarias e restaurantes com bilhar, como por exemplo, a Pérola Açoriana, e um mercado geral para venda de carnes, hortaliças e fruta fresca. Tem muita imprensa periódica e dois jornais diários, e recomenda-se o passeio a vários jardins, como o jardim António Borges; o jardim do sr. Conde Jácome Correia ou do sr. José do Canto, riquíssimos pela imensa diversidade de plantas. À noite, uma vez alojado num dos hotéis da cidade, poderá sempre usufruir da iluminação a gás e ver uma peça de teatro no luxuoso Teatro Micaelense, próximo à bonita praça que é o campo de São Francisco [...]"²⁶⁸.

Ao despoletar da Grande Guerra, as ilhas aguardavam dois grandes eventos: a primeira travessia aérea do Atlântico norte, que só ocorreria em 1919, e uma nova dinamização nas escalas no porto artificial de Ponta Delgada, dada a abertura do canal do Panamá. Do ponto de vista militar, uma incursão monárquica a São Miguel, de onde se partiria para reconquistar todo o país. Com o evoluir do conflito e da luta pelo controlo do Atlântico, difíceis circunstâncias abateram-se sobre os Açores. De uma posição geoestratégica secundária e de uma guerra longínqua em 1914, desenrolam-se preocupações económicas em finais desse verão, visíveis no estrangulamento das exportações açorianas para os mercados tradicionais, agora em guerra. A presença das esquadras de superfícies inglesas que marcavam o quotidiano das populações de cidades como Ponta Delgada, rarearam após a Batalha da Jutlândia e evocou-se a neutralidade de portos como o dessa cidade ou da Horta para proteção dos navios mercantes alemães. A Marinha portuguesa, próxima ao zero naval, tinha uma presença simbólica.

Os primeiros indícios da presença de submarinos alemães surgem em 1915, reforçando os receios das autoridades militares que nas ilhas, os anunciavam ao Ministério da Guerra e da Marinha desde o início do conflito. Com o bombardeamento do Funchal, e dado o obsolescência dos meios de defesa, estes receios foram amplificados, gerando-se um precipitar de acontecimentos que atingiram o clímax com o bombardeamento de Ponta Delgada a 4 de julho de 1917, já com Portugal como beligerante. Doravante, a Grande Guerra nos Açores ganhou novos contornos: da necessidade de defender o mar e dois importantes portos, um Depósito de Concentrados

²⁶⁸ SOTTO-MAYOR, Félix, *Guia do viajante na ilha de São Miguel*, Evaristo Ferreira Travassos Editor, Ponta Delgada, 1899.

Alemães e estações de TSF ou de cabos submarinos, entre outros aspectos, os Açores passaram a ser um dos focos de atenção no Atlântico Norte por parte dos EUA e por acréscimo do Governo português de Sidónio Pais, que tenta ombrear com a implantação de uma base naval estrangeira em solo nacional, por exemplo, ao estabelecer um Centro de Aviação Marítima na Horta.

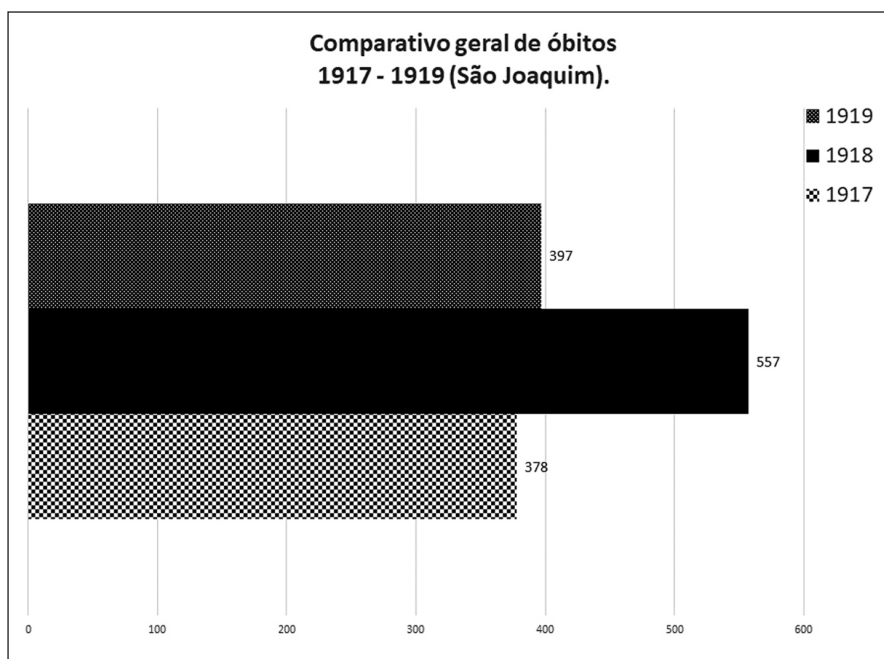
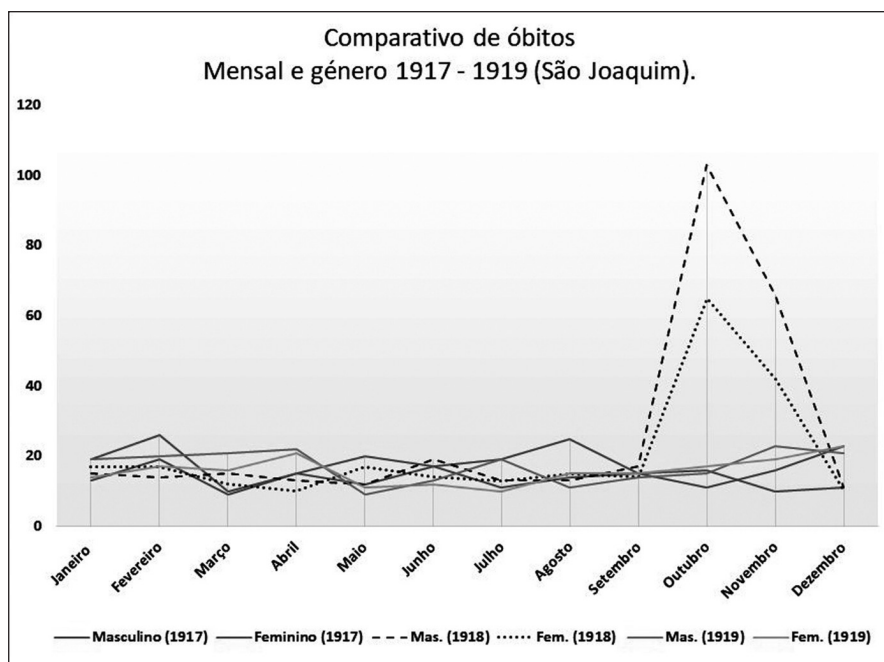
Porém, a vida dos açorianos tornara-se madrastra: da escassez das importações e exportações, geravam-se graves dificuldades financeiras, agravadas pela necessidade de defesa que afastara dos campos de cultura o camponês, entretanto transformado em soldado, apesar dos parcos meios de o apetrechar. À fome e guerra juntou-se a peste, agravando ainda mais as crises sociais e a instabilidade da ordem pública, já de si dividida pela profunda inconstância da I República. Neste contexto, instituições militares e civis sob coordenação de um Alto-comissário da República para os Açores e Madeira oriundo do CEP, revestiram-se de grande mestria ao trabalhar com os escassos meios tecnológicos e económicos ao seu dispor, com o apoio dos aliados e amigos americanos, criando-se uma especificidade nas ilhas muito distinta do restante império.

A Pneumónica em Ponta Delgada

De acordo com Albertino José Ribeiro Monteiro, os primeiros casos alarmantes da segunda onda epidémica (Influenza) apareceram em fins de agosto de 1918, em locais geograficamente distantes: Brest (França), Freetown (Serra Leoa), Boston (EUA) e mesmo no Porto, em inícios desse mês. O subdelegado de saúde de Ponta Delgada diria no seu relatório de três de junho de 1919, que “[...] houve duas irrupções de gripe: a primeira, importada de Lisboa, de fraca intensidade, dando apenas dois óbitos no concelho, manifestou-se em fins de julho e extinguiu-se em fins de agosto, sem dar sobressaltos, passando quase despercebida [...]”²⁶⁹.

A documentação militar confirma, uma vez que a dez de agosto de 1918, o Comando de Defesa Marítima dos Açores (CDMA) solicitou ao porto e à Delegação de Saúde de Ponta Delgada o envio a bordo do caça minas *Paço D’arcos* de um médico para tratar grande parte da sua tripulação, inclusive o médico do *NRP Vasco da Gama*. Cerca de um mês depois chegaria a segunda vaga, quando a 18 de setembro, a Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada recebia as suas primeiras instalações. Solicitando ao Alto-comissário da República nos Açores (ACRA) algum apoio financeiro para obras de beneficiação e o envio de alguns soldados do Regimento de Infantaria n.º 26

²⁶⁹ SEQUEIRA, Mont’Alverne de, “Relatório do Subdelegado de saúde – 1918”, apud *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 61.



(RI 26) para as realizar, acabaria por os receber não como operários mas sim como pacientes.

É do dia seguinte, 19 de setembro, a primeira referência militar ao segundo surto *Pneumónica*. A diligência do Batalhão de Artilharia de Guarnição do Campo Entrincheirado de Lisboa, aquartelado em Santa Clara, solicitou ao Comando Militar dos Açores (CMA) a sua rápida transferência por se encontrarem instalados nas dependências do Posto de Desinfecção e Hospital de Isolamento de Ponta Delgada. Justificavam-no com as duras críticas da comunicação social sobre a autorização, transporte e hospitalização no dito hospital, da tripulação de um vapor japonês que aportara à cidade a 16 de setembro: o “Shimsei Maru”. Já com quatro óbitos declarados, iniciava-se o contágio da cidade, como o presidente da Delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada fez atestar junto do presidente da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha:

“[...] Na tarde do dia sete de outubro último começaram a ser atacadas algumas praças do RI 26, no aquartelamento provisório do segundo batalhão daquele corpo (granel da Rua do Castilho), não havendo na guarnição hospital militar onde fossem recolhidas, nem tendo a sede do regimento enfermaria que comportasse as praças doentes que, em pouco tempo, eram em número de 25. No hospital civil não foi possível recebê-las por não ter também enfermarias disponíveis onde os pudesse hospitalizar [...]”²⁷⁰.

A nova delegação em nada podia ajudar para além de oferecer o espaço, rapidamente aceite e em poucas horas ocupado por oficiais e praças. Completo nos dias subsequentes, chegaram a estar internados em simultâneo cento e oitenta praças e dois civis, que não tendo família nem podendo ser recolhidos no hospital da Misericórdia, foram ali tratados. Estavam as instalações repletas, incluindo os corredores, passando-se aos pacientes as melhores condições possíveis. Uma semana depois estava Ponta Delgada praticamente contaminada, espalhando-se a pandemia de forma assustadora pelas freguesias, obrigando o Alto-comissário da República nos Açores a intervir. O General Simas Machado correspondia ao que muito se clamava na comunicação social. Desde doze de outubro, que jornais como o *Açoriano Oriental* referia existir uma epidemia de gripe com uma certa dimensão na ilha, a que muitos chamavam de *Espanhola*. Questionava-se quais as medidas tomadas para a combater, alertando para a necessidade

²⁷⁰ AMMA – FCVPD, “Ofício de 18 de setembro ao Alto-comissário da República nos Açores”, *Copiador de correspondência expedida entre 26 de junho de 1918 e 23 de junho de 1924*, Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada.

de se criar áreas específicas para o tratamento. O hospital da Santa Casa da Misericórdia já não recebia novos pacientes, pelo que os infetados estavam a ser tratados em casa. O facto de existirem ruas com cinco ou seis casos, por vezes famílias completas, em oposição a todos os manifestos de higiene cidadina estava a colocar em causa a salubridade pública, pelo que se tornava urgente desenvolver medidas pró-reativas eficazes.

Questão muito antiga, a operacionalização dos manifestos ou regras seria abordada num documento aparentemente oficial e de autor desconhecido, publicado no *Diário dos Açores* de 29 de fevereiro de 1908:

"[...] a legislação sanitária é incompatível com a política de campanário e a incompatibilidade é tanto maior quanto mais alta for a percentagem de analfabetismo do povo a que essa legislação tenha de ser aplicada. E dito assim, muito sumariamente, só para dizer alguma coisa, que aliás os homens ilustrados desta terra estão fartos de saber, passemos aos números que são eloquentes e que só por si põem em relevo as consequências de um regime sanitário que não se cumpre, ou que se cumpre deploravelmente, mutilado como prefácio dos dados estatísticos, a que tenho que me referir, poderia reproduzir as palavras do meu último relatório sem alteração de uma vírgula, por isso nada se modificou neste concelho relativamente à higiene pública e privada. O quadro até seria mais carregado, se porventura abordasse a profilaxia de doenças infetocontagiosas. Não o faço, porque a desilusão vai-se apoderando de mim dia-a-dia, e porque tenho a certeza de que os meus comentários só serviriam para concitar mais ódios e despertar novas ironias [...]"²⁷¹.

Um relatório do subdelegado datado de 1920 não fugiria muito a este parecer, optando por revelar os notáveis que se haviam distinguido na luta contra as epidemias, bem como a ação de algumas instituições. A questão tornou-se de capital importância entre 13 e 17 de outubro de 1918. O Comando de Defesa Marítima requisitou médicos militares para reforço das juntas, dado o elevado número de marinheiros doentes, e o próprio RI 26 debatia-se com a falta de clínicos, por ter o seu major médico enfermo. Pedia-se a suspensão da Instrução Militar Preparatória, por forma a evitar a propagação da doença e a Banda Regimental já não tocava por falta de músicos. A epidemia havia atingido uma tal dimensão que fazia faltar para além de médicos e enfermeiros, os auxiliares de enfermaria, os faxinas e os operários que acabaram por ser

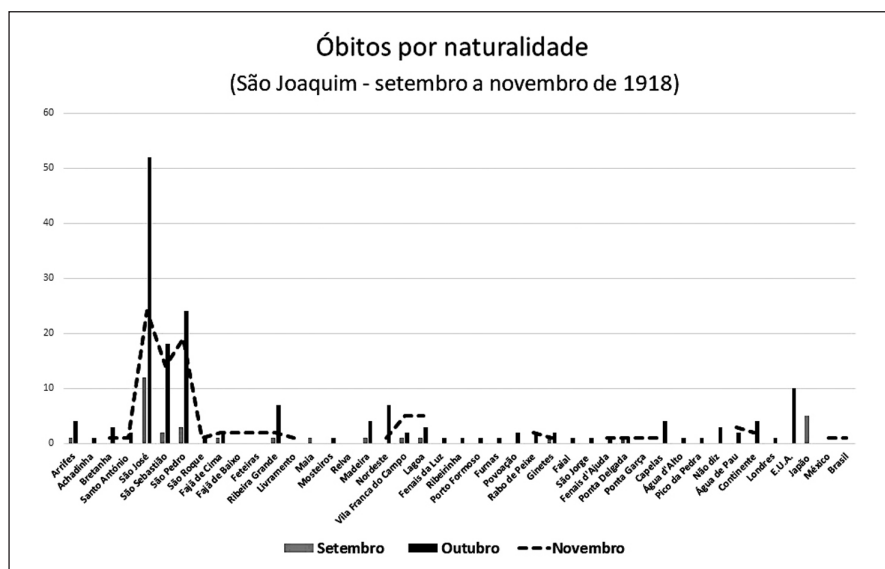
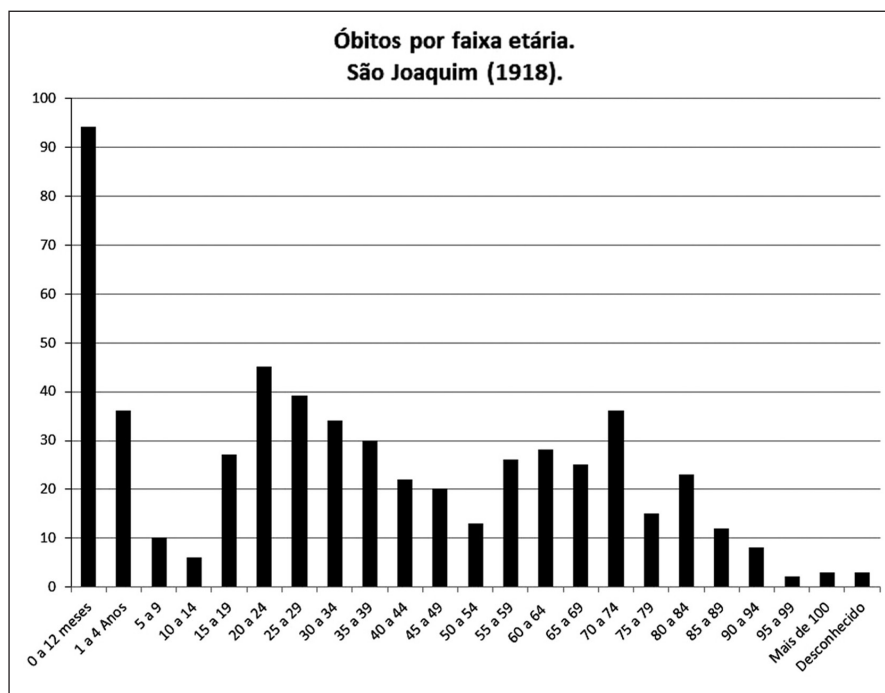
²⁷¹ "Estatística demográfica do concelho de Ponta Delgada [relativa a 1907]", *Diário dos Açores*, n.º 5025 de 29 de fevereiro de 1908 apud *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*. Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado. Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 52.

substituídos por soldados do Exército, disseminados um pouco por todo o lado, em apoio como por exemplo à Cruz Vermelha de Ponta Delgada. Exigiam-se medidas rápidas e eficientes. A 20 de outubro, o ACRA informou o Comando Militar dos Açores (CMA) que a Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra havia mandado sustar a partida de dois tenentes médicos do Corpo Expedicionário Português (CEP) em licença nas ilhas, devendo apresentar-se nos comandos militares para auxílio das populações. Encontrava-se o Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada lotado e a epidemia a alastrar, como faria notar um capitão médico miliciano em diligência na Delegação de Saúde ao mesmo comando, lembrando a pertinência em requisitar o *Coliseu Avenida* para hospital provisório, embora se continuasse à procura de outros edifícios para esse fim. A 23 o Major médico miliciano do RI 26 solicitava a suspensão das patrulhas militares à cidade, dando azo a um recrudescer da criminalidade, e o Ministério da Guerra autorizaria a vinda de um aspirante médico para apoio ao regimento local.

A 23 de outubro de 1918, e ainda com o hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada repleto, dado o elevado número de pessoal de saúde acamado, foram chamadas as Damas da Cruz Vermelha e sócios para serviços de enfermagem, numa atmosfera de trabalho caracterizada como árdua, estafante e caridosa. Este apoio ultrapassava a Misericórdia, prolongando-se no serviço aos pobres de Ponta Delgada e Ribeira Grande, e em vários cargos distintos dos quais se destaca o de ajudante de farmácia. É neste contexto que ocorre no mar um episódio traumatizante:

“[...] estava a epidemia no seu auge quando se deu o ataque do submarino alemão ao paquete “São Miguel” e em que este foi heroicamente defendido e salvo pela equipagem do caça-minas “Augusto de Castilho” que, como era de prever, tinha que sucumbir na luta em que sucumbiu, deixando aos vindouros a história de ouro do seu nobre feito [...]”. Uma vez recolhidos ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, o naufrago Luís José Simões diria que “[...] se é certo que os sobreviventes do bote sofreram o martírio daqueles desgraçados dias e dias, ali no hospital (encontravam-se) sem os devidos tratamentos, sofrendo dores atrozes, à míngua do mais rudimentar penso! [...]”. Faltava também o material hospitalar, sem que se deslumbrasse grandes e rápidas soluções. Sobre o que viu em Ponta Delgada, o futuro Segundo-tenente afirmou: “[...] que diabo - pensava eu às vezes – é já ter muita sorte junta: escapara da peste, escapara da fome e por fim escapara da guerra. Estava escrito que tinha que escapar aos três flagelos: fome, peste e guerra [...]”²⁷².

²⁷² SIMÕES, Luís José, *200 milhas a remos: Narrativa trágico-marítima*, Folhetins do “Diário de Notícias”, Lisboa, 1920: 75.



Dizia-se que já não existia quem fizesse caixões nem quem enterrasse os mortos. Refere a presença de americanos no hospital e o pedido do Visconde do Porto Formoso ao comandante interino das forças navais, para o regresso do *NRP Vasco da Gama* da Horta, visando o apoio do médico e de um enfermeiro. Segundo o seu testemunho, o atendimento no Hospital da Misericórdia padecia de dedicação e humildade, não existindo condições de higiene nas enfermarias. Tal seria retificado pela chegada do médico da Marinha, numa fase em que se apontava um avultado número de vítimas por dia.

Entretanto, os comandantes das diligências militares eram também afetados pela gripe. A Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha ficou sob comando de um aspirante a oficial miliciano, tal como as duas diligências de infantaria e aparentemente, o próprio Comando de Defesa Marítima, que passaria a ser chefiado por um Capitão-de-Fragata. Três dias depois o Ministério da Guerra proibia a saída de mais militares rumo ao CEP, devendo todos os oficiais e praças apresentarem-se nas unidades locais para apoio no combate à epidemia.

A 26 de outubro, o *Açoriano Oriental* alertou para a expansão da *Espanhola* referindo existirem muitos casos mortais e uma enorme afluência às farmácias. Faltavam medicamentos, questionando novamente as medidas tomadas, ineficazes por a gripe já se encontrar disseminada por todas as vilas e aldeias. Perguntava-se por que razão a câmara municipal não regava as ruas como medida preventiva, ou queimava louro para desinfetar o ar. As visitas ao hospital encontravam-se proibidas, sendo a opinião médica de que a gripe começava a regredir. Jornais como o *Diário dos Açores* e a *Pátria* encontravam-se suspensos; a Direção dos Socorros Mútuos já havia aumentado o seu quadro de médicos e constava que iria ser mobilizado um talho para venda de carnes ao público. Os serviços abertos à população encerravam as portas por falta de funcionários, desencadeando efeitos colaterais na alimentação e no apoio à comunidade. Entraram novamente em ação os militares, passando a executar inúmeras tarefas como a confeção de sopas (em especial para os indigentes na Cozinha Económica e Comissão Central de Assistência Sanitária às Famílias Pobres); apoio aos serviços de saúde; cozer pão; cortar lenha; vender carne ou acorrer onde fosse necessário, tentando manter a sociedade a funcionar. A cinco de novembro a epidemia grassava com grande intensidade por todo o concelho da Ribeira Grande, atingindo o administrador do concelho, cujas funções passariam a ser desempenhadas pelo comandante da diligência militar. Estabeleceram-se zonas médicas, com fundos concedidos pela República Nova de Sidónio Pais, fornecendo-se alimentos e roupas aos pobres, para além da chegada de um médico e quatro enfermeiros continentais. Proibia-se já o fabrico de queijo de vaca, para que o leite fosse utilizado na alimentação dos moribundos, descendo-se o preço do álcool utilizado como desinfetante.

Conforme a gravidade, mudava-se o xadrez sanitário com a deslocação de especialistas de uma zona para outra, caso do quintanista do Nordeste que passou para a Ribeira Grande. A intervenção do ACRA explica algumas destas medidas, sendo a sua ação fulcral na rapidez e operacionalidade adotadas. Se a *Espanhola* ou *Pneumónica* aparentava regredir em São Miguel, começava em força em outras ilhas como a Terceira, e no seu Depósito de Concentrados Alemães. Em finais de outubro, o RI 25 (Angra do Heroísmo) ordenou que os aspirantes assumissem o comando das companhias, na ausência dos respetivos comandantes e em novembro de 1918 iniciou-se a mudança da Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha do forte de São Sebastião para o barracão da sua esplanada, passando a velha fortaleza a posto de desinfecção. Já se pedia o auxílio do Comando Militar de Angra do Heroísmo para combater a epidemia. Nos dias que antecederam o armistício, a agitação militar nestas duas ilhas seria muito intensa. Em São Miguel, necessitava-se de reforços para as diligências, em virtude do grande fluxo de doentes (só na Ribeira Grande estavam mais de 30 praças), ordenando o ACRA a distribuição dos enfermeiros recém-chegados pelas freguesias de São Miguel. Estavam as inspeções do Distrito de Recrutamento n.º 26 às tropas territoriais da Ribeira Grande, Ribeira Seca e Rabo de Peixe canceladas, por ser a situação do concelho muito grave, e sem meios para acudir.

No dia em que o Alto-comissário da República para os Açores determinou o cessar de penas disciplinares em sinal de regozijo pela vitória dos aliados (treze de novembro), o CMA solicitou ao RI 26 três praças para serviços de enfermagem no Nordeste, obtendo resposta negativa por estarem todos empenhados no combate à epidemia. Dada a incapacidade de apoio, cabia às autoridades civis libertarem dentro das suas possibilidades, as forças ainda operacionais requisitadas, o que aconteceria por exemplo no dia seguinte com o governador civil de Ponta Delgada, a dispensar a força de infantaria aquartelada em Lagoa, bem a tempo de responder a um novo pedido de auxílio para a Ribeira Quente. Contudo, nem todas as ilhas sofreriam o efeito da epidemia. Se por um lado o isolamento penalizava o comércio e apoio à população, neste caso até foi um benefício para Santa Maria. A 16 de novembro, dizia o correspondente daquela ilha ao *Açoriano Oriental* que “[...] relativamente à doença reinante aí, a nossa população faz votos pela sua extinção, acompanhando com sentimento tal fatalidade que fez tantas vítimas. A autoridade sanitária daqui pediu providências ao Guarda-mor chefe de saúde, para o isolamento desta ilha por ser pobre e ter inteiramente falha de recursos médicos [...]”²⁷³. Aparentemente, a ilha de Santa Maria terá escapado à hecatombe, dada a falta de transportes.

²⁷³ “O triunfo dos aliados”, *Açoriano Oriental*, 16 de novembro de 1918.

Enquanto decorria o combate à pandemia em São Miguel em outubro e novembro, iniciou-se um processo que varreu as ilhas em direção a oeste provocando alterações diárias. O Depósito de Concentrados Alemães em Angra do Heroísmo não conhecia nenhum caso a 18 de novembro, para no dia seguinte já ter mais do que um. Sob observação, os prisioneiros alemães acabavam por ser um grupo privilegiado quando comparados com a população. Contudo seria uma questão de tempo até serem contagiados. Em Ponta Delgada, o Alto-comissário da República nos Açores requisitou todos os edifícios necessários ao combate à epidemia, articulando com o governador civil e o Ministério da Guerra. Simas Machado descreveu ao ministro o esforço como hercúleo, valorizando o envolvimento dos soldados num serviço que regista como violento e exaustivo. Até a comunicação social lhes rendia homenagem. As preocupações das autoridades não se limitavam ao tratamento dos enfermos e enterro dos mortos. Mesmo com poucas dotações orçamentais, desinfetavam-se e caíam-se edifícios para servir como hospital ou alojamento temporário, procurando no mercado mantas, enxergas e roupa. Era também urgente alugar carros para o transporte de doentes e melhorar a assistência médica dos sargentos e oficiais, o que nem sempre foi fácil dada a relutância de se transportar infetocontagiosos, sem qualquer tipo de proteção.

Por esta altura, já o Comando Militar da Horta (CMH) se preparava para o embate da *Pneumónica* no Faial. Apesar das quarentenas a bordo, o flagelo inevitavelmente penetrou na ilha propondo-se a criação de uma secção própria para os epidemiados junto à enfermaria militar, a funcionar na antiga colónia alemã agora requisitada para esse fim. Contudo, tornava-se necessário desbloquear a verba para a instalação dos serviços correlativos e de recomendação. A resposta governamental tardou e na sua ausência, a ex-colónia alemã serviu de quartel da nona Companhia para além de enfermaria provisória. Rapidamente lotada, passaram os soldados doentes a permanecer nos dormitórios das companhias, agravando a proliferação da doença. Estava-se a 26 de novembro e a epidemia ainda tinha caráter benigno, mas já medicamentos escasseavam e os farmacêuticos começavam a ficar doentes. Das outras ilhas e por indicações do ACRA chegaram quatro cabos enfermeiros e três soldados maqueiros, deixando-se em Angra do Heroísmo um sargento - enfermeiro, três cabos e três maqueiros. Aparentemente e fora do campo de prisioneiros alemães, este seria o quadro de especialistas militares no apoio à luta ao *Influenza* naquela ilha.

O Alto-comissário, embarcado no *NRP Vasco da Gama* acompanhava o desenrolar da situação, a par e passo. Em São Miguel já a enfermidade regredia. O apoio do Ministério da Guerra de Sidónio Pais foi relativamente rápido, provavelmente pelo facto da epidemia ter ocorrido primeiro no continente e sem dúvida pela intervenção direta do ACRA. A criação de um

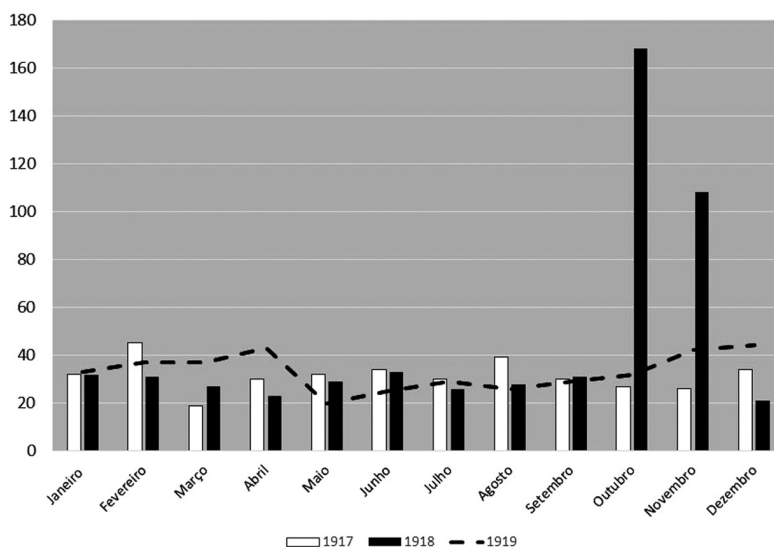
Tabela 1 – Enterros por género e faixa etária (São Joaquim, 1918).

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 12 meses	58	36	94
1 a 4 Anos	21	15	36
5 a 9	5	5	10
10 a 14	2	4	6
15 a 19	13	14	27
20 a 24	30	15	45
25 a 29	27	12	39
30 a 34	24	10	34
35 a 39	22	8	30
40 a 44	14	8	22
45 a 49	17	3	20
50 a 54	6	7	13
55 a 59	10	16	26
60 a 64	17	11	28
65 a 69	15	10	25
70 a 74	14	22	36
75 a 79	5	10	15
80 a 84	5	18	23
85 a 89	2	10	12
90 a 94	-	8	8
95 a 99	-	2	2
Mais de 100	-	3	3
Desconhecido	3	-	3
Total	310	247	557

1918/OUT	Masculino	Feminino	Total
Crianças -18A	16	16	32
Solteiros	22	9	31
Casados	24	11	35
Viúvos	1	5	6
Não diz	40	24	64
Total	103	65	168

Tabela 2 – Estado Civil (São Joaquim, outubro de 1918).

1918/NOV	Masculino	Feminino	Total
Crianças -18A	22	14	36
Solteiros	9	7	16
Casados	10	14	24
Viúvos	2	4	6
Não diz	22	4	26
Total	65	43	108

Tabela 3 – Estado Civil (São Joaquim, novembro de 1918).**Comparativo de óbitos
Anos 1918 - 1919 (São Joaquim).**

fundo de despesas excecionais permitiu às unidades não só o pagamento de medicamentos e de materiais de enfermagem, como de outras despesas entretanto inflacionadas e relacionadas com os funerais das praças falecidas. A 21 de dezembro, o Posto de Socorros da delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada estava já desocupado e desinfetado, procurando-se um regresso à rotina. A gripe que grassara durante os meses de outubro e novembro saldara-se pelo internamento de 250 soldados provocando a morte a 13. Com capacidade para 182 doentes, o número de entradas máximas por dia foram de 26, em contraste com 23 saídas. De salientar também o apoio americano, tido como crucial. O *Correio dos Açores* ao anunciar a morte do Almirante Herbert Owar Dunn em 1939 homenageia-o dizendo que graças à sua intervenção, a mortalidade na ilha não havia superado os 2.000 mortos. O almirante havia enviado um *destroyer* a Gibraltar para resgatar medicamentos.

Com o regresso à normalidade, em inícios de dezembro, o ACRA autorizou a saída da ilha de um aspirante médico e a revista às tropas territoriais da Ribeira Grande e de Vila Franca do Campo. Um pouco por todo o lado, começavam os agradecimentos, em especial do governador civil a todos os que se haviam notabilizado no combate à epidemia, abrindo-se subscrições públicas a favor dos epidemiados. Uma semana depois o Regimento de Infantaria n.º 26 recolhia as praças, dando como oficialmente extinta a epidemia. Em Angra do Heroísmo a situação mantinha-se grave, com fortes possibilidades de piorar. O *Influenza* grassaria com bastante violência, em muitas freguesias até ao final do ano, encontrando-se em desenvolvimento nas outras ilhas. Tentava-se a todo o custo segregar o Hospital de Isolamento recorrendo-se, por solicitação do governador civil, a sentinelas militares. A *Espanhola* não era a única a matar, detetando-se também a peste bubónica no Depósito de Concentrados Alemães, uma vez que o rato proliferava pelos esburacados estrados de madeira do forte, dada a praga que se estendia ao resto da ilha. Neste período predominante, a gripe *Espanhola* sobressai num conjunto de doenças ditas *tradicionais* como Mont'Alverne de Sequeira refere no seu relatório de três de junho de 1919:

"[...] Os óbitos por tumores malignos em 1918 foram 26 (...); as participações de doenças infecciosas, por mim recebidas (...) foram 406 (...) que se distribuem assim: febres tifóides 32; sarampo 236; escarlatina 4; tosse convulsa 16; difteria 54; tuberculose pulmonar 55; tuberculose das meninges 2; tubo da laringe 2; escrofulose 2; meningite cerebrospinal 4. Os factos ocorridos nos primeiros meses deste ano, logo a seguir à epidemia gripal, põem bem em evidência o perigo em que vivemos, constantemente ameaçados pela peste, varíola, escarlatina, tifo exantemático, meningite cerebrospinal, etc., doenças exóticas, qual delas a pior, e que só não

devastarão a ilha, visitando-a inesperadamente, se os serviços sanitários forem organizados de forma a opor a esses morbos todos os processos de defesa facultados pela higiene e pela profilaxia moderna [...]”²⁷⁴.

Sobre o apoio da capital, refere: “[...] a metrópole não chega a olhar por nós, e nós não podemos deixar de lhe abrir os olhos, gritando-lhe aos ouvidos a máxima do direito público romano: *Salus populi suprema lex esto* (“Que a salvação do povo seja a lei suprema) [...]”²⁷⁵.

Apesar da gripe estar quase extinta na Horta em inícios de 1919, subsistia ainda com violência por todas as freguesias da ilha, assim como no Pico, fazendo reear a incorporação de recrutas do Regimento de Infantaria n.º 25 em Angra do Heroísmo. O comandante militar da Horta considerava-a quase oficialmente extinta a catorze de janeiro e a 29 pedia autorização para recolher as praças da companhia do Serviço de Saúde. Em Ponta Delgada, eram já permitidos os ajuntamentos populares, pelo que em reunião da direção da delegação da Cruz Vermelha, o presidente Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara, dava em primeiro lugar as felicitações aos presentes, por terem escapado à moléstia.

O impacto da *Pneumónica*...

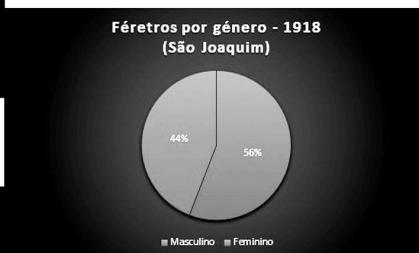
Por Mont’Alverne de Sequeira, a três de junho de 1919, sabe-se terem sido 727, os mortos atribuídos à *Pneumónica* de 1918, e pelo *Correio dos Açores* em 1939, não ter sido ultrapassada a barreira dos 2.000, por toda a ilha de São Miguel. Contudo, o seu número poderá ter ultrapassado este valor, uma vez que sabe-se hoje terem ido muitos a enterrar, mal diagnosticados. Pela Delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada, sabe-se que deram entrada no posto de socorros 250 soldados, dos quais 13 morreram, registando-se o número de entradas máximas por dia em 26, em contraste com 23 saídas. A delegação desta Organização Não Governamental permite afirmar que, no seu universo, ocorreram 5.2% de mortes. Extrapolando, e tendo em conta os valores conhecidos para a demografia da época, os resultados nem foram muito graves se não ultrapassaram os 2.000 mortos, só na ilha de São Miguel. Seja como for, num estudo que começa agora a dar os primeiros passos nas ilhas, espera-se que da conjugação de diferentes investigadores, resultem novas linhas de ação para aprofundar esta temática. Contudo, Ponta Delgada tem mais a afirmar, dada a análise ao seu cemitério, o de São Joaquim. Em

²⁷⁴ SEQUEIRA, Mont’Alverne de, “Relatório do Subdelegado de saúde – 1918”, apud *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 63-64.

²⁷⁵ *IBIDEM*.

1.332 enterros efetuados entre 1917 e 1919, 557 correspondem a 1918 (41.8%) e destes, 307 (55.1%) nos meses críticos da crise, ou seja setembro, outubro e novembro. Apesar de no registo não constar a causa de morte, verifica-se a predominância de jovens, uma das características da *gripe Espanhola*, nomeadamente a faixa etária entre os 15 e os 40 anos (116 casos), correspondente a 37.8% dos óbitos ocorridos durante esses três meses. A predominância é do sexo masculino, cujos féretros são cinco vezes mais do que a média dos outros meses (entre 1917 e 1919), e no caso feminino, três vezes mais. Estudos similares, embora não tão profundos, fazem jus a este terrível ano em cemitérios de freguesia, nomeadamente o da Ponta Garça. Como tal, não é de admirar que o primeiro presidente da delegação da CVP tenha, no regresso à normalidade e em reunião da direção da delegação da Cruz Vermelha, dado em primeiro lugar as felicitações aos presentes por terem escapado à moléstia. Mas não só os locais, ricos e pobres, padeceram deste mal.

Dos japoneses que a bordo do *Shinsei Maru* deram entrada na ilha do *Influenza*, cinco constam do livro dos mortos de São Joaquim, juntando-se a 14 americanos e dois ingleses, mexicanos e franceses. Sem o rigor da causa de morte, os óbitos ocorrem quase na totalidade durante o período em análise, sabe-se também que no caso dos americanos, muitos féretros regressaram aos EUA, podendo os que ficaram em Ponta Delgada, ter falecido por acidentes ocorridos na difícil travessia de comboios entre



as Bermudas e os Açores. Dado o rápido esgotamento do Hospital de Infetocontagiosos em Santa Clara e do Hospital Americano, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, mesmo sobrelotado, acabou por receber pacientes de diferentes concelhos e de outras ilhas, Madeira, continente e estrangeiro. São vários os mortos que, dada a necessidade de rapidamente os enterrar (ou desinteresse da família), acabaram por ficar em São Joaquim. São os casos mais representativos, para além das freguesias urbanas em que são José se destaca de forma particular (dada a entrada da pneumónica por Santa Clara), Ribeira Grande, Nordeste, Capelas, Arrifes ou Água de Pau.

Hoje, entende-se a importância que os portos e gares tiveram na proliferação da *Pneumónica*. Habitados a doenças como a tuberculose ou a febre tifoide, a população e as autoridades não se encontravam preparadas para a mortandade que se abateu sobre o arquipélago. Aliás, ninguém no planeta estava. Apesar da memória de gripes e surtos similares, não se esperava uma tal violência agravada pela inexistência dos meios necessários para a debelar.

Morreram mais soldados de *Espanhola* do que pelo conflito. O flagelo ainda hoje existe, com variantes propensas a causar o pânico no século XXI. De acordo com os estudos publicados, a gripe espanhola de 1918-19 teve origem em aves, disseminando-se durante 1918 e o início de 1919. Com exceção de poucas ilhas do Pacífico (e Santa Maria), toda a população mundial esteve exposta à doença, contraindo-a metade dos habitantes. Estudos de meados da década de 1990 procuraram vítimas enterradas de forma célere em áreas geladas e cujos pulmões estavam ainda agitados pelo vírus. O estudo dos vestígios genéticos do agente assassino, identificaram-no como sendo o vírus "Influenza" subtipo A, H1N1, parente do vírus da gripe das aves, subtipo H5N1. "[...] *A herdeira da gripe de 1918 é uma das mais fracas que hoje andam por aí* [...]"²⁷⁶, são afirmações complementadas por outros dois surtos identificados em 1957 e 1968 embora com menores repercussões. Sabe-se que um dia, uma nova pandemia de gripe aparecerá e que haverá de passar, sendo essencial o controlo sanitário dos pontos de entrada nas ilhas, aliás como aconteceu com a gripe das aves em 2009. Da mesma forma, a questão no futuro será perceber como se dará a transição do vírus das aves para o Homem, uma vez que em 1918 "[...] *o vírus da gripe espanhola passara recentemente aos humanos, proveniente de um animal, de origem desconhecida, deixando as vítimas com pouca imunidade* [...]"²⁷⁷.

²⁷⁶ "Prever a Próxima Gripe letal", *National Geographic Portugal* n.º 55 (outubro), Lusomundo Editores, Lisboa, 2005.

²⁷⁷ *IBIDEM*.

BIBLIOGRAFIA

- BELÉM, A.M. da Cunha, *Breves noções de higiene militar para uso das escolas dependentes do Ministério da Guerra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.
- ESTEVES, Alexandra, "O impacto da pneumónica em alguns concelhos do Alto Minho", CEM n.º 5/ Cultura, ESPAÇO & MEMÓRIA, 2014.
- FRANCO, Nancy Mota, *Setenta e Cinco anos de Misericórdia, Santa Casa da Misericórdia da Povoação*, Nova Gráfica, Ponta Delgada, 2006.
- GASPAR, Maria, Ponta Garça, *Alguns dados históricos e demográficos – na celebração dos 50 anos do sacerdócio do Padre José Gregório Soares de Amaral*, Editorial Ilha Nova, Vila Franca do Campo, 2004.
- GIRÃO, Paulo, *A Pneumónica no Algarve*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2003.
- JORGE, Ricardo, *Tifo exantemático ou tabardilho – relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*, Imprensa nacional, Lisboa, 1918.
- MATOS, A., MENESES, A., LEITE, J. (coord.), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.
- MONTEIRO, Albertino J. R., *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do século XX*, Tese de Mestrado, Policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2000.
- MONTEIRO, Sandra M. G., *Gentes e memórias do concelho da Lagoa, 1910-1933*, Santa Casa da Misericórdia, Santo António, Lagoa, 2014.
- "Prever a Próxima Gripe letal", *National Geographic Portugal* n.º 55 (outubro), Lusomundo Editores, Lisboa, 2005.
- POAGUE, Walter, *Diary and Letters of a Marine Aviator*, USMC, s.d.
- REGO, Aurora B. "Quando a pneumónica se abateu sobre a população do concelho de caminha. Uma aproximação ao seu impacto", *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*, Porto: CITCEM, 2014.
- REZENDES, Sérgio, *Memórias de Água Retorta na primeira metade do Século XX: aspetos da vivência social*, Universidade dos Açores, policopiado, Ponta Delgada, 1996.
- REZENDES, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Separata da Revista *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, Ponta Delgada, 2002.
- REZENDES, Sérgio, "O Convento de São João", Revista *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LXI, Ponta Delgada, 2005.
- REZENDES, Sérgio, *A Grande Guerra nos Açores – Património e Memória Militar*, Edição Centro República – Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2017.
- RODRIGUES Joaquim M. V., *O Algarve e a Grande Guerra: a questão das subsistências (1914 - 1918)*, Tese de Doutoramento, Policopiado, Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- SEQUEIRA, Álvaro, "A pneumónica Spanish influenza", *Medicina Interna*, Vol. 8, N. 1, 2001.
- SHORS, Teri, MCFADDEN, Susan H., "1918 Influenza: A Winnebago County, Wisconsin

- Perspective, *Clinical Medicine & Research*, Volume 7, Number 4, 2009, Marshfield: 147-156.
- SOBRAL, José M., LIMA, Maria L., SOUSA, Paulo S., CASTRO, Paula, "Perante a Pneumônica - a epidemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal (1918-1919)", *VARIA HISTORIA*, vol. 25, nº 42, Belo Horizonte, 2009: p.377-402.
- SOTTO-MAYOR, Félix, *Guia do viajante na ilha de São Miguel*, Evaristo Ferreira Travassos Editor, Ponta Delgada, 1899.
- TORRES, César A. F., *Considerações sobre a Gripe, Dissertação inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto*, Tese, abril de 1920.
- TRINDADE, Luís, "A morte anunciada", *Revista História*, Publicultura S.A., Lisboa, 1998, pp. 36 - 98.

WEBOGRAFIA

- <https://www.onoticiasdatrofa.pt/memorias-e-historias-da-trofa-a-gripe-espanhola-e-a-fome-nos-coronados>
- <https://www.vaccinestoday.eu/stories/100-years-spanish-flu-world-ready-next-pandemic>



— E' vavô! Aquillo o que é? Vem roncando!
 — Aquillo, pelo barulho, é a mánica de costura de tua
avô, ou, então, é o "veleiro", que nos traz o petróleo. Mas,
parece-me mais o "veleiro"! Andam muito depressa,
aquelles amigos! "Mais seis mezes, menos seis mres,"
deve estar por ahí cahindo (a coisa do petróleo).

Inquietações, temores e incertezas: o impacto da Guerra Submarina nos Açores

SÉRGIO REZENDES²⁷⁸

A Grande Guerra, mais conhecida por I Guerra Mundial (1914-1918) ocorre quando Portugal, uma jovem república, ambicionava participar no conflito desde 1914, apesar das divisões e inúmeros problemas internos. Pela historiografia tradicional, a sua entrada foi vista de forma reticente pela Inglaterra mas a necessidade de defesa das suas costas e logística, aliada a uma intensa atividade dos *U-boats* alemães, levaram-na a pedir a Portugal para requisitar as embarcações germânicas em solo do império. O resultado foi a declaração de guerra e o seu envolvimento nacional nos cenários bélicos no norte de França, e já de forma declarada em Angola e Moçambique.

Nos Açores, a Guerra Submarina permite destrinçar duas fases distintas, correspondente ao antes e ao depois do bombardeamento de Ponta Delgada, por sua vez subdivididos no antes e o depois da declaração de guerra; ou o antes e o depois da chegada do Alto-comissário da República para os Açores. No arquipélago, as consequências do conflito manter-se-iam até ao início de novembro de 1919, ou seja até à saída dos antigos prisioneiros do Depósito de Concentrados Alemães em Angra do Heroísmo, ilha Terceira.

A Guerra Submarina e a luta pelo domínio do Atlântico era acompanhada com apreensão pelos comandantes militares das três principais ilhas, desde o início do conflito, caracterizando-se por uma espécie de “jogo de gato e rato”, dadas as rápidas surtidas alemãs em ilhas similares. Estas preocupações eram transmitidas ao Ministério da Guerra (MG), sempre com o intento de alertar para os exíguos meios de combate nos Açores, sua antiguidade, lacunas e mau funcionamento.

Portos privilegiados no centro do Atlântico Norte (reabastecedores tradicionais de ambas as fações em conflito); centrais de comunicações por cabo e TSF; um depósito de prisioneiros de guerra e instituições bancárias (entre vários outros aspetos), eram fatores apetecíveis aos beligerantes, sendo as ilhas bem conhecidas por ambos os lados. Apesar do aparecimento

²⁷⁸ Investigador Doutorado Integrado do Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH.

de um torpedo ao largo da ilha Terceira (1915) e do desaparecimento dos grandes navios de guerra inglesa, que tradicionalmente cumprimentavam terra por intermédio de salvas de artilharia, o primeiro sinal de alerta grave ocorre a três de dezembro de 1916, com o primeiro ataque de *u-boat* à cidade do Funchal. Nos Açores, em especial nas três grandes ilhas, foi a preocupação geral. Que dimensões tinha o submarino? Quantos tiros disparou? Qual o calibre das suas granadas? A prevenção e a observação do mar passam a ser um fator essenciais para uma defesa minimamente eficaz, enquanto se aguardam várias respostas estatais aos problemas já apresentados pelo Comando Militar dos Açores.

O insulto que se esperava para as ilhas ocorreu a quatro de julho de 1917, em Ponta Delgada, por volta das cinco horas da manhã. Em telegrama expedido ao MG, o comandante militar de Ponta Delgada informa que um submarino inimigo de grandes dimensões havia bombardeado terra, em repetidos e intermitentes ataques, atingindo os arredores da cidade até aproximadamente quatro quilómetros da costa. O ataque de artilharia naval, calibre 12 cm, provocara uma morte e quatro feridos, bem como estragos em duas povoações rurais. Respondera ao fogo, a bateria portuguesa de terra no Alto da Mãe de Deus (cuja conclusão havia sido acelerada em virtude do ataque ao Funchal) e o navio carvoeiro americano USS *Orion*, surto ao porto da cidade. Aquando da sua expedição, o submarino ainda se mantinha à vista, assim como em estado de alerta máximo, as quatro diligências do Regimento de Infantaria n.º 26 na ilha. Com máxima vigilância sobre o mar, aguardava-se novo ataque.

Ao regimento foram dadas ordens para colocar o batalhão em prevenção, saindo uma força de 50 praças para se posicionar no lado norte da igreja matriz, vigiando e protegendo as instituições bancárias, destacando-se patrulhas para impedir a permanência do público nas ruas, mesmo durante a noite. À Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha, foi verbalmente ordenado uma vigilância permanente a partir da fortaleza de São Brás e da diligência no Alto da Mãe de Deus. Ao mínimo indício inimigo, era de retomar o ataque, inclusivamente com o velho material existente no forte, sempre de acordo com a situação e sem hesitações. Do ataque resultou uma nova diligência de artilharia de defesa de costa, aquartelada nas proximidades da chamada zona suja do Posto de Desinfecção em Santa Clara. Numa fase inicial constituída por material do terceiro quartel do século XIX (três peças de 7 cm), foi rendido já em inícios de 1918 por material *Krupp* de 15 cm (artilharia de transição), rapidamente eclipsado pela capacidade de uma só peça de tiro-rápido americana.

Passado o susto inicial, o comando militar de Ponta Delgada optou por colocar todo o material de artilharia (moderno ou obsoleto) à vista, tentando desincentivar novos ataques. Contudo, era de sustar o tiro do material

antiquado até à última, abrindo fogo apenas *in extremis* e com todos os cuidados e mais algum. Não se sabia ao certo, qual o comportamento desta artilharia mais antiga. Com os militares em prevenção total até nova ordem e articulando-se as forças de artilharia portuguesas no Alto da Mãe de Deus, com o navio carvoeiro *Orion*, por intermédio de uma bandeira encarnada ou de um facho à noite, a cidade prepara-se para um segundo ataque. Entretanto, chegava via TSF da Nordela, a notícia dos dolosos efeitos do *U-155*, dada a grande afluência de náufragos a Vila do Porto, ilha de Santa Maria.

Ao Governador Civil (GCPD), recomendava-se que por intermédio da Polícia Cívica, se impedisse o debruçar à janela por parte da população litoral aos primeiros sons de disparos de artilharia. O Comando Militar de Ponta Delgada (CMPD) informou das medidas tomadas em relação às patrulhas; aglomeração de povo e defesa de bens, lembrando a obrigatoriedade de proibição de luz pública ou privada, bem como lançamento de foguetes ou objetos luminosos. Não se podia criar referências ao inimigo, ou gerar falsos alarmes dado o elevado grau de prontidão das autoridades nacionais e estrangeiras envolvidas.

Deixemos de parte a perspetiva militar e passemos à visão civil: perante o desenrolar do combate, o governador civil de Ponta Delgada (GCPD) enviou o seguinte telegrama ao Ministro do Interior (MI): “Ex.º Ministro Interior Lisboa apareceu submarino defronte este porto navio transporte americano aqui fundeado está atacando inimigo juntamente com bateria de terra. Gov. Civil R. Salgado”²⁷⁹. De seguida, informou os governadores civis de Angra de Heroísmo e Funchal sobre o combate, referindo que o submarino atacou a cidade às cinco da manhã e que já existiam vítimas e estragos. Num segundo telegrama, descreve que o submarino surgiu a sudoeste de Ponta Delgada, disparando oito tiros, aos quais o navio carvoeiro americano *Orion* respondeu com 15, minorizando as baterias de terra em virtude do seu pequeno alcance. Como danos, refere a queda de uma granada na Fajã de Cima e de três nos subúrbios da cidade, lamentando-se a morte de uma jovem, assim como quatro feridos. O submarino, ainda à vista, parecia querer renovar o ataque, encontrando-se abrigado junto de um barco de cabotagem (oriundo de Santa Maria e cujo comandante foi interrogado pelo comandante alemão, na tentativa de obter informações).

Uma vez afastado o *U-155*, a única informação possível para o identificar ao Ministro do Interior (MI) seria a estimativa de 20 homens como tripulação; uma tara em cerca de 500 toneladas e a tomada do rumo para sul. Aos administradores dos concelhos, informou-se o rescaldo: um morto, quatro

²⁷⁹ BPARPD – FGCPD, “Telegrama de quatro de julho de 1917 para o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa” in *Livro 288 do Governador civil de Ponta Delgada - Registo de telegramas entre 15 de dezembro de 1914 e 10 de maio de 1917*.

feridos, um deles grave, uma casa destruída e vários estragos menores. Como conclusão, afirma que o transporte de guerra americano repeliu o inimigo. Na realidade, não mais seria esquecida a sua prestação pelo povo micalense e açoriano.

A atividade do *U-155* não se iniciou com o ataque à cidade açoriana. Mais tarde foi expedido um telegrama parcialmente cifrado ao MI, relatando que no dia três, um navio desconhecido havia sido torpedeado a 150 milhas leste de Santa Maria. O bombardeamento à cidade foi um segundo trabalho. Numa análise à localização das suas vítimas, nesta sua primeira campanha devidamente artilhado (antes da guerra total, era submarino cargueiro *Deutschland*), verifica-se a sua vinda causando danos desde o norte da Grã-Bretanha até às águas territoriais portuguesas, mantendo-se entre os dois arquipélagos. Na segunda campanha, estabilizou entre os arquipélagos e o continente português, embora com uma rápida e eficaz surtida ao norte dos Açores onde afunda o *Gamo*, navio bacalhoeiro açoriano e para além do célebre ataque ao Funchal, a 12 de dezembro de 1917.

Portanto, após o bombardeamento à cidade micalense, a sua atividade não abrandou. A 24 de julho foi autorizado à diligência em Santa Maria, a manutenção da ordem pública pedida pelo Administrador do Concelho de Vila do Porto, dada a concentração de 90 náufragos de diferentes nacionalidades naquela vila. Só a 21, o *U-155* tinha afundado três embarcações a sudeste daquela ilha.

Na tentativa de levantar a moral à população, a imprensa anuncia no domingo seguinte o patrocínio de um espetáculo no Coliseu Micalense, entre outras iniciativas de alento. Contudo o receio era generalizado e a escuridão, uma imposição. A acontecer, a sessão teria que ser feita de modo a que do exterior não se visse qualquer tipo de luz, inclusive a da sua cúpula envidraçada, janelas e frentes do edifício. Dado o perigo, os materiais do paiol geral da ilha foram retirados de Ponta Delgada e surgiam as críticas dos pescadores, por estarem afastados do seu ganha-pão, e dos cidadãos, na comunicação social. Não se apontava o dedo aos militares mas sim ao governo, pela forma como tinha deixado cair a defesa das ilhas, colocando-se por sua vez ao serviço dos interesses ingleses.

A partir desta fase, torna-se comum a chegada de náufragos às costas das ilhas, assim como a partir de 24 de julho, da presença de navios de guerra americanos que, sem pedirem ao Estado Português a instalação oficial de uma base (só o fariam em finais de 1917), se mantinham na baía do porto. Poucos dias volvidos, chegaram os navios da marinha portuguesa *5 de Outubro* e *Beira*. Contudo não estavam habilitados para a guerra submarina, de pouco valendo no caso de um ataque submarino, submerso.

Um pouco por todas as ilhas, instalou-se o receio de um novo “insulto” alemão, não só em virtude das aflitivas notícias de São Miguel e da Madeira,

como por aquilo que se avistava no horizonte. Rapidamente os governadores civis fizeram chegar aos militares, persistentes pedidos das câmaras e juntas de paróquia a solicitar proteção e apoio ao ânimo da população, para além da preservação da ordem pública. Com o segundo ataque ao Funchal, a 12 de dezembro de 1917, o desânimo tornou-se completo assim como a grotesca carestia de bens de primeira necessidade (importados). Encontrava-se a economia das ilhas estagnada, sem mercados, sem navios para realizar as exportações, sem alternativas e sofrendo pesadas mazelas de guerra a nível dos transportes. Neste contexto, claro que a presença da base naval americana seria imediatamente bem-vinda.

Do ataque do *Deutschland* a Ponta Delgada, entre várias ilações, destacam-se três: 1.^a) desde 1914 que as autoridades militares avisavam o estado português dos seus exíguos meios e do perigo a que as ilhas estavam sujeitas. Deste, as respostas seriam poucas e quando existiram, tardias. Apenas com a presença de uma base naval estrangeira e após três bombardeamentos aos arquipélagos, é que medidas realmente válidas (e ainda assim limitadas), foram tomadas ao nível ministerial. Contudo, o *modus operandis* dos *u-boats* estava claramente previsto ao nível do Estado-maior do Exército. Tinham sido dadas ordens desde inícios de 1916 para uma situação como a que aconteceu em São Miguel ou no Funchal. Mas os Açores não constavam das listas de distribuição. Não estavam enquadrados no conceito de defesa na época, conceito que seria mudado ao longo de 1917, com base na violência e no desenvolvimento de outros eixos político-económicos para além do de Cabo Verde.

2.^a) A bateria de artilharia de costa, no alto da Mãe de Deus (e responsável pela demolição da ermida original, referenciada em cartas militares) faria o seu papel, falhando pela sua localização e antiguidade. Das cinco *Armstrong* 10/28 cm que chegaram a Ponta Delgada em abril de 1916, apenas as três capazes é que foram instaladas. O conceito para a sua localização encontrava-se bem, se aplicado ao que sucedeu no Funchal, ou seja se o submarino entrasse na baía do porto. Contudo, contra um ataque realizado fora do molhe do porto, de frente para a cidade e contra peças de última geração, não teriam oportunidade. Do ataque, resultaram mudanças no papel dos Açores na geoestratégica da batalha do Atlântico, verificando-se a instalação de uma base aeronaval americana nas ilhas, e uma mudança de postura do Estado Português em virtude da permanência de um oficial general estrangeiro em território insular.

3.^a) A morte da órfã Tomásia Pacheco, quando batia à porta da casa dos seus vizinhos na Canada do Pilar, Fajã de Cima é o maior dano de um conjunto que envolve feridos e materiais. Apesar da TSF portuguesa da Nordela ter avisado a do USS *Orion*, elucidando a rapidez da unidade americana às cinco da manhã, não foi suficiente para evitar uma morte e um processo

que o governo levaria ao Tratado de Versalhes, exigindo indemnizações de guerra pelos ataques às duas cidades arquipelágicas. A nível nacional, a discussão em fevereiro de 1920 na Câmara de Deputados não foi suficiente para a atribuição de uma Cruz de Guerra de 1.^a ordem, a ambas, por alguns entenderem ser necessário mais informação.

O Sacrifício na Guerra Submarina - A Odisseia do “Augusto de Castilho”

O NRP Augusto Castilho

Em 1916 foram onze os arrastões requisitados pela Marinha Portuguesa, classificando-se oito como caça-minas e três, o *República*, o *Almirante Paço D’Arcos* e o *Augusto de Castilho* como patrulhas de alto mar, destinados a missões de patrulha e escolta. Até então designado por *Elite*, o primeiro destinado à pesca do bacalhau, o *NRP Augusto de Castilho* foi construído por encomenda da Parceria Geral de Pescarias Lda. (1909) ao estaleiro inglês *Cochrane and Sons*. Com 48,76 metros de comprimento, tinha pouca autonomia e um deslocamento máximo de 801 toneladas, não ultrapassando os nove nós debitados por uma máquina a vapor de 704 cv de potência. Requisitado a 13 de junho de 1916, foi inicialmente artilhado com uma peça de artilharia *Hotchkiss* de 47 mm e complementado mais tarde, por uma segunda, trocando-se a peça de vante por outra *Hotchkiss*, agora de 65 mm. Como guarnição tinha 41 homens, dos quais dois oficiais, três sargentos e 36 praças.

O combate com o *U-139* não o estreou. Teve confrontos em patrulhas de alto mar, nomeadamente a 23 de março de 1918 ao comboiar o *Loanda* do Funchal para Lisboa, abrindo fogo sobre um submarino inimigo que mergulhou rapidamente. Em 21 de agosto, quando navegava ao largo do Cabo Raso, atacou um submarino alemão de grandes dimensões que desapareceu velozmente. A comunicação social micalense identifica ainda nesse mês uma ocorrência envolvendo o *São Miguel* ao noticiar um possível combate próximo à barra de Lisboa. Sem conseguir adiantar grandes pormenores, refere duas variantes da notícia, a primeira em que o paquete açoriano, mediante ataque, havia sido defendido por 22 tiros; e uma segunda em que o inimigo surgira próximo do Cabo da Roca pelas seis da manhã, três horas após o *São Miguel* ter entrado na barra, tendo saído o *NRP Augusto de Castilho* em seu encalço. Cada vez mais se adivinhava um possível ataque ao navio da carreira das ilhas, o que as memórias dos naufragos atestam ser comum a receção de telegramas via TSF, com comunicações de “submarino à vista”.

O combate entre o *Augusto de Castilho* e o *U-139*, a poucas horas do porto de Ponta Delgada, ficou conhecido como o mais importante da Marinha

Portuguesa durante o século XX. Travado há cem anos, resultou numa honrosa derrota da unidade portuguesa embora com sucesso no objetivo principal: a proteção do paquete *São Miguel* com 206 civis. O *NRP Augusto de Castilho* zarpou do cais da Ribeira Nova às duas horas da tarde de oito de outubro de 1918, escoltando o vapor *Beira* até ao Funchal, onde supostamente ficaria em serviço de policiamento e defesa. Neste porto encontrava-se o *São Miguel* pronto a rumar aos Açores, e dado o surto de Pneumónica, e a política de quarentena, o Capitão do Porto ordenou que o acompanhasse em lugar da canhoneira *Mandovi*, levantando-se o ferro às 16 horas do dia 13.

A viagem decorreria como de costume até às 6 horas e 15 minutos do dia 14, ouvindo-se um tiro de peça de artilharia à ré das embarcações. O *Augusto de Castilho* navegava lado a lado com o paquete, e reagiu por intermédio da tripulação de serviço que se faria aos postos de combate, enquanto o sino a rebate acordava a guarnição. Estava o inimigo com o sol por trás e por mais que o artilheiro de serviço à ré tentasse, a salvo das pequenas peças portuguesas. Com as caldeiras ao máximo, almejava-se a velocidade máxima quando o segundo tiro do *U-139* caía a cerca de dez metros do *São Miguel*. Já o Primeiro-Tenente José Botelho de Carvalho Araújo ordenava mais velocidade, quando estava praticamente esgotada nas 10 milhas. Restava combater e defender o paquete, insistindo veementemente por TSF que seguisse com máquinas a fundo para Ponta Delgada, onde o *NRP Ibo* poderia ajudar ou mesmo os navios da base americana. Em Ponta Delgada, os pedidos de socorro fizeram despoletar os socorros de ambas as nações, apesar de uma certa atrapalhação na fase inicial.

No calor do combate, o imediato Manuel Armando Ferraz, à ordem do comandante, dirige o fogo das peças, alimentadas por munições e caixas de fumo que rapidamente ascendiam (e desapareciam) dos porões. A cortina de fumo, apesar de eficaz, rapidamente se desvaneceu dada a limitação dos recursos, deixando a pequena embarcação exposta. O seu tiro contínuo acabou por desviar a atenção do *U-139*, que oscilava em qual dos dois alvos atingir, mantendo-se focado no paquete que avançava a marcha forçada, rumo às quinze milhas por hora. No *Augusto de Castilho*, a tripulação, muitos em ceroulas porque estavam a dormir ao início do combate, empenhava-se em manter a cadência de tiro, com os oficiais e sargentos a inspirar serenidade e ânimo nas ações, perante o avanço rápido e refinamento do tiro do submarino. Cada vez mais as granadas caíam próximas ao costado da embarcação, passando uma mesmo junto à popa. O paquete finalmente ganhava velocidade e à sua passagem pela ré do patrulha, Carvalho Araújo ordenou leme a bombordo, descrevendo um semicírculo à velocidade máxima rumo à proa do *U-139*, protegendo a retaguarda do paquete. Já com vítimas e feridos, começou a ser varejado pelo inimigo com relativo sucesso,

perdendo-se a rádio e a peça de vante por dilatação de calor. Apenas com uma (na popa), mal posicionada e com poucas munições, o submarino atravessou-se pela amura batendo-o de forma implacável a tiro espaçado. O imediato fazia o ponto de situação ao comandante: ao fim de quase duas horas de combate tinham menos de duas dúzias de munições, parte da sua tripulação morta ou ferida e o paquete já longe, a salvo. Carvalho Araújo persistiu e ao ver que a peça da popa se encontrava sem artilheiro, gritou à tripulação que já só pensava em salvar-se. O sargento-ajudante de máquinas Simões, um dos poucos ilesos, recarregou-a por três ou quatro vezes disparando sobre um inimigo já relativamente perto, levantado o ânimo à tripulação que o substituiu até ao total esgotamento dos meios.

Seguiu-se o içar da bandeira branca no mastro de vante e o fim do combate. Seguindo os códigos de honra militar, Carvalho Araújo ordenou ao Cabo-Sinaleiro que içasse a bandeira nacional para depois a arrear a meia adriça, em sinal de paz ou luto, ação que o submarino entendeu como agressiva, disparando um último tiro, vitimando o comandante português que já sereno, aguardava o contato no convés. Longe de terra, com as máquinas paradas e o salva-vidas na água, o pânico instalou-se entre alguns marinheiros mais alarmados, que se atiraram à água. Uma vez recolhidos pelo salva-vidas, vinte e nove pessoas, incluindo três menores que procuravam emprego em Ponta Delgada, solicitaram autorização ao comandante alemão, fazendo-se ao mar de vela içada rumo a Santa Maria, onde chegaram dois dias depois. Mantinham-se oito feridos e quatro são a bordo, todos pensando se estariam mais seguros no mar ou no navio, acabando por se atirar com receio de serem metidos a pique. Ao lançar-se, um cortou os fiéis da boia-jangada prolongada na enxárcia do navio, criando uma jangada, a partir da qual recolheram os camaradas e com remos improvisados ou as mãos, tentaram desviar-se do navio. O submarino avançava lentamente na sua direção, marcando-os para sempre pelo ronco do motor a *diesel*.

Ao fim de duas horas na água e já sem esperanças, ficaram perplexos ao receber um cabo atirado pelo submarino. Estabelecido o contato em francês, foram puxados para bordo e tratados pelo médico e assistentes germânicos, enquanto na torre, um oficial fazia zunir uma grande caixa preta, sabendo-se hoje ser uma máquina de filmar para efeitos de propaganda. Estabeleceu uma breve mas honrosa troca de cumprimentos, enfatizando-se a bravura dos portugueses e um interrogatório sobre a carga do paquete, quantidade de água a bordo do patrulha e rumos assumidos. Abismados, os portugueses bebiam sumos e questionavam o futuro, sendo-lhes respondido vagamente que já era muito bom não serem ingleses. Diplomáticamente, procuraram negociar um mínimo de conforto e navegação, a retirar do *Augusto de Castilho*, sendo apenas autorizada a ida de quatro praças, exclusivamente para retirar um bote que se sabia existir dentro dos picadeiros, a meia-nau,

mas de difícil faina. Não lhes foi permitido trazer roupa ou equipamentos de navegação, sendo constantemente barrados pela equipa de assalto alemã. Mesmo assim, à revelia conseguiram juntar duas ou três peças de roupa aos géneros já previamente inseridos no bote, que colocado na água, começou a meter água às golfadas no costado a estibordo, em resultado de estilhaços durante o combate. Remediado à pressa com as poucas peças de roupa, dirigiram-se ao *U-139* para recolher os feridos, partindo e contornando o patrulha português com a ideia de conseguir mais água. Surpreendidos pelos alemães, apenas conseguiram um par extra de remos, afastando-se mediante ameaças para assistir ao saque do navio português e afundamento à base de cargas explosivas e tiros de artilharia.

A Odisseia dos doze

Largados numa pequena embarcação a meter água e por sua conta, sem instrumentos e exíguos meios de alimentação, o Imediato Guarda-Marinha Manuel Armando Ferraz destacou-se pelos seus conhecimentos na navegação pelas estrelas e serenidade. Tapado um rombo que deixava entrar mais água do que a que se retirava, e com pouca água potável, o ânimo era baixo por se considerar estar a terra a cerca de sete dias. Pelas seis horas da tarde, era abrasador o sol e dolorosa a fome, por nem terem tomado sequer, o pequeno-almoço. Dividido um pequeno pão pelos quatro, bebia-se o equivalente a um dedal de água pelo vertedouro do bote. Na primeira noite, um vulto e o som de motores fizeram-nos julgar a salvo mas a alegria deu lugar a um profundo silêncio ao constatar o regresso do “Monstro”, nome pelo qual ficou conhecido entre eles, o *U-139*. O cansaço e o desespero abatiam-se, tal como as nuvens no céu, acordando-se o Guarda-Marinha, para que mesmo febril e ferido, regulasse a embarcação pela ondulação. Remava-se incessantemente, rezava-se ao Divino e amaldiçoava-se o Kaiser. Na manhã do segundo dia, já não se dormia com ânsia de ver terra. A suposta posição era marcada com um canivete na bancada da popa do pequeno bote. Apesar das poucas bolachas e alguns pãezinhos, a água potável começava a escassear. O vertedouro, insuficiente para tirar a água do barco, obrigava a trabalhos redobrados. Os feridos, dormindo sobre o cavername coberto de água, sem tratamento e a apanhar com sol intenso de dia e frio de noite, constituíam uma preocupação constante. Já um dos marinheiros bebia água salgada e o tempo agravava-se, com uma vaga forte e escura. Ao final da tarde jantaram meia bolacha cada, previamente humedecida em água salgada e a noite seria tal como o dia, com péssimo mar, vento forte e chuva. Apesar da chuva, o sal entranhava-se nos lábios gretados retirando qualquer tipo de prazer ou proveito. A oscilação do bote e a entrada de água pelo rombo desequilibrava o barco, conduzindo ao esgotamento e aos constantes

gritos dos feridos. Improvisara-se uma vela com um remo e uma manta, sem sucesso, aproveitando-se a acalmia do mar durante a noite para corrigir o rumo com recurso à ondulação de través e às estrelas.

A sede crónica, em especial entre os feridos, fazia surgir ideias mirabolantes, passando-se as horas de forma muito lenta. A terceira noite foi longa, calma e estrelada. No quarto dia pareceu-lhes ver fumo ao longe, sem sucesso apesar do ânimo. Esporadicamente apareciam peixes que aumentavam o desespero, caso de uma tintureira que causou o pânico por recearem que puxasse o enchimento do rombo. Tentando beber o sangue, puxaram uma tartaruga para bordo acabando por beber um líquido viscoso, rapidamente atirado borda fora. Nos remadores, as baixas começavam a ocorrer, mercê da febre e alguns delírios, agarrados a medalhões com fotografias de familiares. Pormenores tornavam-se em motivo de alegria, caso do azeite do atum usado para ensopar a bolacha, amaldiçoando-se a hipocrisia dos alemães ao terem-nos tratado e filmado para os largar de seguida daquela forma, com a desculpa da guerra. Com cerca de dois litros de uma já mistela (água) na ancoretta, e mediante o seu rígido controlo, o comandante daria o exemplo ao saciar a sede com uma necessidade fisiológica.

Cinco dias depois, pelas onze horas da manhã avistaram terra, provocando o delírio e a crença na promessa feita do Imediato no dia anterior. “[...] *Remem, remem!... remem valentes marinheiros! Remem que há ali água para beber [...]*”²⁸⁰ disse o Imediato, motivando-os quando já não se acreditava. Durante a noite, sob um nevoeiro cerrado, viam um farol que os guiou. Tentaram chamar a atenção por intermédio de engenhocas, fazendo explodir foguetes incompletos que tinham a bordo, sempre sem sucesso. Terminada a noite e a água, a última nas comemorações do evento, a cerca de um quarto de milha de terra já se clamava por água. Avistavam-se vultos em terra a dar indicações para fugirem à arrebentação, respondendo com gestos a pedir água aos muitos homens e mulheres que acorriam ao cais com cântaros e barris. Ainda antes de atracarem, era já indescritível a alegria de todos, debatendo-se entre os populares qual a nacionalidade. Dado o memorável encontro, e muita água doce depois, o Imediato perguntou onde estavam obtendo como resposta que se encontravam na ponta do Arnel, ilha de São Miguel quando na realidade pensava estar em Santa Maria.

Em São Miguel, desde que se soube do combate, que se receava a morte da tripulação. A comunicação ao Alto-Comissário da República nos Açores da chegada de um batel com 30 náufragos a Santa Maria (17 de outubro) trouxe um certo alívio. O Alto-Comissário Simas Machado enviou

²⁸⁰ Depoimento manuscrito por um dos filhos de José Batista Martins e não publicado (23 de fevereiro de 1973).

um navio da Marinha com dois médicos para os trazer para Ponta Delgada. A Delegação da Cruz Vermelha forneceu macas, pensos e medicamentos para o efeito. A vinte, um novo telegrama agora do Nordeste, informava que os últimos doze sobreviventes haviam ali aportado. Os restantes, incluindo um passageiro “[...] tinham caído na traiçoeira luta que tão denodadamente tinham aceitado, com o fim de defenderem o navio que tinha sido confiado à sua proteção e que vinha repleto de passageiros! [...]”²⁸¹. Foi toda a tripulação recolhida ao hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, único estabelecimento onde poderiam ficar pois alguns dos feridos encontravam-se em estado bastante grave.

Foram seis os tripulantes e um civil que padeceram, salvando-se de acordo com a comunicação social da época, 41 pessoas. Aquando das comemorações do cinquentenário da morte do Comandante Carvalho Araújo, referem-se 39 pessoas e de acordo com as memórias do naufrago José Batista Martins, 42, pessoalmente o número mais plausível. Pelos registos oficiais, referem-se 45 militares a bordo, a que se deverá acrescentar informalmente, pois aproveitavam uma “boleia”, um adulto e três crianças civis.

Sendo o corpo do Comandante Carvalho Araújo envolto na bandeira nacional pelos seus camaradas, ou segundo algumas fontes pelos marinheiros alemães em sinal de respeito, a Odisseia que envolve o combate e os naufragos é a personificação de séculos de sobrevivência no mar, independentemente de se estar em contexto bélico ou não, ou dos marítimos serem civis ou militares, dentro ou fora do mar dos Açores. O caso do bacalhoeiro *Gamo* é disso bem demonstrativo, ficando os seus naufragos na busca de socorro na costa de uma das ilhas, perante a passagem de pelo menos três embarcações que, não parando, ainda fizeram desenvolver as caldeiras: afinal podiam ser um “engodo” de um submarino, aliás a estratégia pelo qual o comandante do *Gamo* se deixou apanhar.

Lothar von Arnould de la Perière e a patrulha de 11 de setembro a 14 de novembro

O capitão-tenente Lothar Von Arnould de La Periere diria anos mais tarde, que ao largo dos Açores o *U-139* travou o seu último combate e que...

“[...] Bem riço ele foi! Avistamos um grande vapor escoltado por uma canhoneira portuguesa. Demos-lhe caça, mas o vapor era muito veloz. A canhoneira atacou-nos. Era um antiquado e mísero barquito sem peças capazes de competirem com as nossas e tinha uma guarnição

²⁸¹ AMMA – FCVPD, *Copiador de correspondência expedida entre 26 de junho de 1918 e 23 de junho de 1924*. Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada, pp. 27 a 33.

*por metade da do nosso navio. Nunca vi uma luta mais valente do que a sustentada por aquele pequeno calhambeque. Os portugueses combatiam como demónios, disparando granadas atrás umas das outras com as suas pequenas peças de brincar, enquanto nós os varriámos da popa à proa. Catorze dos quarenta homens jaziam mortos no convés e a maior parte dos restantes encontrava-se ferida antes que o navio se rendesse [...]*²⁸².

A área de operações do *U-139* estendia-se à costa norte-americana mas por problemas de estabilidade, o Estado-Maior da Armada alemã decretou via rádio, que operaria no sector dos Açores. A partir do mar Báltico, evitou as minas submarinas ao contornar a Grã-Bretanha, iniciando provavelmente as suas ações ao entrar no Atlântico Norte, a 22 de setembro. A um de outubro, o seu comandante estudava o ataque a um comboio de dez navios, dois cruzadores auxiliares e vários arrastões armados, que uma vez iniciado não o condenou por pouco, em virtude da ação das cargas de profundidade. Apesar do relativo sucesso atingido com dois vapores, perderam-se os três periscópios, entre outros danos.

O *U-139* passou ao curso, com recurso às peças de artilharia. No dia seguinte, intercetou e afundou com uma carga explosiva, a escuna portuguesa *Rio Cávado*. Reparações permitiam-lhe mergulhar o suficiente para desaparecer, pelo que se mantiveram operacionais dados os vastos recursos alimentares. Ao amanhecer de 14 de outubro, surgiu um grande vapor, o *São Miguel*, talvez um transporte dado o seu casco camuflado, seguindo para noroeste escoltado por uma traineira armada (o *Augusto de Castilho*). O oficial do relógio avisou von Arnould, que ordenou à tripulação, postos de combate. Poucos minutos e a cerca de 8.000 metros, o *U-139* abriu fogo com um tiro de advertência para a frente do vapor. Lothar esperava que o navio parasse, mas pelo contrário, constatou que ganhava velocidade com a intenção de fugir. Ao segundo tiro de advertência, o vapor não mostrava sinais de rendição, pelo que se iniciou uma cadência de tiros visando cercar o navio português. Como resultado, com alguma surpresa constata que a “traineira” se interpôs entre ambos, disparando sobre o *U-139* com as suas pequenas armas, mesmo que fora de alcance. A desproporção era tal que von Arnould se interrogou de onde vinha esta “traineira” enquanto assistia à breve cortina de fumo que o *Augusto de Castilho* se esforçava por criar.

Terminada a manobra, o pequeno navio português retomou novamente o ataque, dirigindo-se para o submarino, que o enfrentou com as duas peças de 150 mm. Von Arnould encarou a manobra portuguesa como ousada mas desesperada. Puxando o fogo dos alemães sobre ele, von Arnould

²⁸² Revista da Armada n.º 314, 1998.

entendia o pensamento de Carvalho Araújo, que regularmente lançava um olhar preocupado na direção do *São Miguel*. Optara por se condenar, e à sua tripulação, sabendo que por cada minuto aumentava a distância em relação ao vapor. Por mais de duas horas, o pequeno navio disparava enquanto mudava de curso, interrompendo a cadência de tiro do *U-139*. Findo esse tempo, o vapor era apenas um ponto no horizonte.

De acordo com as memórias do comandante alemão, a guarnição alemã acabou por acertar duas vezes no *Augusto de Castilho*, o que explica os parcos danos apresentados pelo navio nas filmagens, embora consideráveis dado o seu pequeno tamanho. As vítimas, numerosas. A bandeira portuguesa já descia no mastro em sinal de rendição; o Capitão Carvalho Araújo jazia morto pelo último tiro e já não tinham mais munições. Quando a equipa de assalto entrou no navio português, o panorama é descrito como aterrorizante. De cima a baixo, existiam estruturas colapsadas, feridos e mortos. A bordo do submarino, o médico de bordo fornecia todos os cuidados para que os sobreviventes se mantivessem vivos até ao resgate. Anos mais tarde, Lothar von Arnauld expressaria grande respeito e reconhecimento pela ação de Carvalho Araújo, dada a coragem e determinação do *NRP Augusto de Castilho*.

Para os alemães, essa seria a sua última peleja. A 21 de outubro, receberam indicações para o retorno imediato, sendo apenas permitido ataques à luz do dia. Os rumores de derrota tornaram-se reais e apesar das hesitações da tripulação, Lothar obedeceu. O caminho de volta para Kiel levou três semanas, destruindo-se toda a documentação. A 14 de novembro, após 64 dias no mar, e enquanto o *U-139* se encontrava ancorado no arsenal, a agitação social percorria o povo e os marinheiros, fazendo antever graves problemas para a Alemanha do pós-guerra. Arnauld de la Perière, o comandante que afundou 194 navios, previa a possibilidade de uma nova guerra, agora entre o povo alemão.

Conclusão

Os Açores tinham na Horta e Ponta Delgada, dois privilegiados portos reabastecedores dos beligerantes, e ilhas como São Miguel eram topograficamente conhecidas pela marinha alemã. Apesar da apreensão inicial, o sinal de alerta após a entrada no conflito deu-se a 3 de dezembro de 1916 com o primeiro ataque à cidade do Funchal. A prevenção e a observação do mar tornaram-se essenciais enquanto se aguardavam que o Estado promovesse a defesa dos Açores. O *insulto* que se esperava ocorreu a 4 de julho de 1917 por volta das cinco da madrugada, atingindo os arredores da cidade até aproximadamente quatro quilómetros da costa. O ataque de artilharia naval provocou estragos em duas povoações rurais, uma morte

e quatro feridos. Haviam respondido ao fogo inimigo, a bateria de terra portuguesa, recentemente instalada no Alto da Mãe de Deus, e o navio carvoeiro americano *USS Orion*, em manutenção no porto da cidade. A partir desse momento, não só o receio se instalou nas ilhas, como nas ligações marítimas, incrementando ainda mais a crise de importações/exportações, inclusive, inter-ilhas.

Fracassada uma primeira mobilização entre 1914/1915, após o ataque do *U-155* a 4 de julho de 1917, não se conheceram exceções. Urgia defender as três principais ilhas, e acudir às restantes. A presença de submersíveis como o *U-155* e o *U-139* baniram do mar dos Açores o frequente comércio entre o arquipélago e a República, em especial dos veleiros e das companhias de navegação privadas, não protegidos militarmente. A *Empresa Insulana de Navegações* assegurá-los-ia por imposição estatal, dado o perigo da viagem entre o triângulo Continente-Açores-Madeira, impondo altos preços resultantes do agravamento dos seguros, encarecimento dos combustíveis e do prémio de risco às tripulações, juntando-se assim à galopante inflação característica da I República e à ideia de que seriam produtos expedidos para *as ilhas*... O escassear de ligações marítimas agravou a carestia de importações assim como as exportações para os mercados do norte da Europa, convertidos em economia de guerra, gerando o desemprego e a miséria entre os populares, abrangendo múltiplos sectores, a começar pela indústria do ananás. A presença de uma base naval americana se possibilitava um maior sentimento de segurança a todos os que transitavam no mar dos Açores, em especial os navios oriundos das Bermudas e rumo a Marselha, na prática a sua presença não terá sido desmotivadora à iniciativa alemã. Valeu ao arquipélago, o amparo a vários níveis, nomeadamente medicamentos e cereais que fizeram chegar às ilhas mais distantes, incluindo Corvo e Flores.

Nestas ilhas de menor dimensão, o sentimento era de abandono, acusando-se a empresa de transportes marítimos e o Estado de desapego. Não só as importações escasseavam como os lucrativos mercados de gado, parco em São Miguel, se perdiam por falta de transportes. O receio de se tornarem um alvo fácil na guerra submarina não incentivava os comandantes a arriscar os seus navios, ancorando-os ao largo das sete ilhas sem infraestruturas portuárias capazes. Apesar de apoiadas pela navegação de cabotagem quando o mar permitia, podiam-se passar meses sem comunicações marítimas inter-ilhas, ou mesmo TSF, fazendo temer o mais competente dos oficiais do Distrito de Recrutamento do Regimento de Infantaria n.º 25 quando em missão a ilhas como a Graciosa, as Flores e o Corvo. Inverter a inspeção de mancebos seria ainda mais penalizadora ao erário público, agravando a situação da família. O pior mesmo era a falta de bens essenciais como a farinha, valendo aos açorianos a tenacidade dos seus capitães do porto e dos comandantes dos rebocadores, que à primeira oportunidade, se

faziam ao mar para apoio das populações. São também heróis desconhecidos para os ilhéus, seguindo a esteira de personagens como Carvalho Araújo e da guarnição do “Augusto de Castilho”.

BIBLIOGRAFIA

- A Carvalho Araújo – Cinquentenário*, 1968, Liga dos Combatentes e Câmara Municipal de Vila Real, Vila Real, 1968.
- BENTO, Carlos Melo, “A Grande Guerra 1914/18”, *História dos Açores*, Vol. III, Câmara Municipal de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2003.
- CARTAXO, A., SALGADO, A. (coord.), *14.10.1918 – O derradeiro combate do Augusto de Castilho*, Comissão Cultural de Marinha, Lisboa, 2018.
- CORTESÃO, Jaime, *Memórias da Grande Guerra*, Portugal Editora, Lisboa, 1969.
- COSTA, Susana Goulart, *Açores, nove ilhas, uma história*, Institute of Governmental Studies Press, University of Califórnia, Berkeley, 2008.
- COSTA, P., VALENTIM, C. (coord.), *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra (1916 – 1918): o afundamento do caça-minas Roberto Ivens*, Comissão Cultural de Marinha, Lisboa, 2018.
- GARRIDO, Álvaro (coord.), “Mais de 470 milhas em dories, sem mantimentos nem água”, *A Pesca do Bacalhau, História e Memória*, Ed. Diário de Notícias, s.d.
- MATOS, A., MENESES, A., LEITE, J. (coord.), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.
- MATOS, J. Semedo e VARELA, Dionísio, “Oitenta anos sobre a morte de Carvalho Araújo”, *Revista da Armada*, n.º 314 (novembro), Página Impar, Lisboa, 1998, pp. 7 – 9.
- MORAES, A. A., “Empresa Insulana de Navegação”, *Atlântida*, Vol. XLV, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2000, pp. 12- 109.
- “Património Cultural da Marinha - Faróis de Portugal”, *Revista da Armada*, n.º 380, novembro, Marinha, Lisboa, 2004.
- SONDHAUS, Lawrence, *Naval warfare 1815-1914*, Routledge, London, 2001.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Porque foi Portugal para a guerra: os objetivos nacionais e as estratégias políticas”, *Portugal e a Grande Guerra, Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Circulo de Leitores, Rio de Mouro, 2004, pp. 14 – 34.
- TELO, A. J., “Os Açores e o Controlo do Atlântico”, ASA, Lisboa, 1993.
- TELO, A. J., SALGADO, A., *A Grande Guerra no Atlântico Português*, vol. I, Fronteira do Caos Editores, Porto, 2018.
- TELO, A. J., SALGADO, A., *A Grande Guerra no Atlântico Português*, vol. II, Fronteira do Caos Editores, Porto, 2018.
- REZENDES, Sérgio, *A Grande Guerra nos Açores – Património e Memória Militar*, Edição Centro República – Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2017.
- TRINDADE, Luís, “A morte anunciada”, *Revista História*, Publicultura S.A., Lisboa, 1998, pp. 36 - 98.

Fontes multimédia

CARREIRO, Emanuel, *“200 milhas a remos”*, Inéditos, RTP-Açores, 1993.



*Memória de Maria Tomásia Pacheco (4 de julho de 1917), Fátima Ribeiro (2017),
óleo sobre tela, 40 x 60 cm.*



*Casa no Pilar da Bretanha (4 de julho de 1917), Susana Cordeiro (2017),
óleo sobre tela, 40 x 60 cm.*

Os Americanos, os Açores e a Primeira Guerra Mundial: A História de um homem

SUSAN BURKAT TRUBEY

Em tertúlia académica, um colega entregou-me uma cópia do diário de um jovem marine dos EUA colocado na ilha de São Miguel, Açores, durante a I Guerra Mundial. Incompleto pela morte do seu autor a poucos dias do Armistício, num treino de rotina, a sua história oferece-nos uma visão sobre a ilha na perspetiva de um estrangeiro.

Walter Poague²⁸³ é um jovem de 26 anos, nascido em Chicago em 1891, no seio de uma família de classe alta. Frequentou a prestigiada universidade de Chicago e depois tornou-se banqueiro de hipotecas no ramo imobiliário. Também era dramaturgo amador. Notícias na imprensa narram o seu primeiro contrato para uma eventual produção na Broadway. Poeta, o seu diário contém um poema que ele escreveu mesmo antes da sua partida e que se chama “My Native Land” (“A Minha Terra Natal”).

A América estava em guerra há apenas dois meses quando Poague se alistou. Desejando servir o seu país, escolheu o Marine Corps. da US Navy por recomendação de um amigo. Após instrução em vários campos de aviação, foi destacado com o Primeiro Contingente de Aviadores do Marine Corps. em janeiro de 1918, para a Estação Naval 13 em Ponta Delgada.

Foi gradual a transição como civil da alta sociedade para militar expedicionário. Embarcou em Filadélfia mas dadas as condições climatéricas adversas, ficou impedido de navegar durante quase duas semanas. Aproveitou para em camaradagem ir à ópera e ao teatro, ficando apenas um dia na execução de tarefas militares, descritas como banais. Já na travessia do Atlântico, Poague executou serviço de dia, relatando uma viagem aborrecida, em muito passada a jogar póquer, a ler ou a dormir. Dez dias volvidos à partida, atracaram no porto da Horta. Enquanto cidadão, Poague ficou impressionado com a beleza natural do Faial, assim como da Horta, descrevendo-a como um velho e pitoresco lugar, com 500 anos. Em 1918, a América era uma nação há menos de 150 anos, pelo que tal dado

²⁸³ Poague, Walter, *Diary and Letters of a Marine Aviator*, [Diário e cartas de um aviador marinho].

deve tê-lo impressionado. Três semanas após o embarque, finalmente avistaram Ponta Delgada, que descreve como rodeada por montanhas, um deleite visual.

A primeira semana foi passada a descarregar o navio, preparando-se o aquartelamento militar e estudando os fortes ventos de inverno nos Açores. Em vez de voos de treino intensivos, os seus registos narram a tentativa de perceber a cultura local. Por exemplo, descreve a visão de uns recrutas portugueses, descalços, fazendo também referência à forma como as filhas andavam com os pais na rua. Lembrava-lhe os haréns árabes. Refere-se aos açorianos como *spics*, mas não de forma depreciativa. O termo terá surgido durante a construção do Canal do Panamá, na transição do século XX, a partir da forma como os locais diziam “No spic (speak) English”, generalizando-se aos latinos. Nas mentes de muitos americanos, a Espanha e Portugal eram virtualmente o mesmo.

No mês seguinte, a 16 de fevereiro, fizeram história os primeiros voos de avião nos Açores, entre multidões que cobriam as ruas da cidade, dado o feriado municipal a propósito. Ele próprio voou nos dias subseqüentes e praticou o lançamento de bombas falsas, sob rumores que chegavam dos campos de batalha: a guerra poderia ser mais longa do que o previsto. Lamentando o facto, esperava viver alguma ação antes de regressar a casa.

Dado o mau tempo típico do inverno nas ilhas, narra uma vida social e também de escrita, destacando duas novas atividades que quebraram o tédio: as reuniões com o Conselho do Tribunal Marcial e a oportunidade de apresentar um espetáculo de teatro, a favor da Cruz Vermelha Portuguesa que se preparava para abrir uma delegação naquela cidade.

Em maio, ficou encantado com as festividades do Senhor Santo Cristo. Compara-as ao Paraíso, descrevendo a chegada dos camponeses que vinham dos montes, de distâncias de 30, 50 ou mais quilómetros. Famílias inteiras acampavam na praça à frente à sua janela, acendendo-se centenas de lanternas brilhantes à noite, iluminando as bandas a tocarem valsas ou os sinos da igreja a replicarem em homenagem à imagem. Com o aproximar da primavera e com a melhoria do tempo, surgem novas oportunidades de voo. No seu diário, alterna entre a descrição das glórias aéreas e as anedotas sobre acidentes que quase ocorreram, dos momentos em que os seus camaradas tinham virado a cara para não verem um acidente iminente.

De resto, pouco acontecia para quebrar o tédio. Em julho e agosto, o primeiro surto de *Influenza* chegou aos Açores, sendo a companhia de Poague, fortemente afetada. Até ele foi enviado ao hospital militar por se suspeitar do seu caso, tendo alta no dia seguinte. Primeira fase de dois ciclos epidêmicos, Poague ficara vacinado quando o vírus voltou com especial violência, no outono. Queixa-se frequentemente da monotonia, do mau tempo que impossibilita o voo, num processo gradual que transforma o

seu amor inicial pela ilha, numa insatisfação que o insta a tecer comentários depreciativos acerca dos locais, acusando-os de desvios de fundos na Cruz Vermelha; falta de sofisticação e até de modos, à mesa. Em reação, seleciona e socializa com aqueles que considera como da sua classe, caso por exemplo, do Cônsul britânico George Hayes. A alegria de deixar uma confortável vida civil, acreditando combater e ajudar nas frentes dos campos de batalha deu lugar à frustração do rotineiro numa base de segunda linha, em que pouco ou nada de relevante acontecia. Só ficaria excitado com a chegada de três novos aviões para substituir os anteriores, que designa como “pobres”. No entanto, cedo percebe que não estavam completos: faltavam os motores.

A pacatez era assim alternada com momentos de entusiasmo. Em agosto, a cerca de quarenta quilómetros da costa, avistaram aves e atum, descortinando-se um pouco mais tarde a silhueta de um submarino com cerca de 120 metros de comprimento. Aproximando-se, largou com sucesso a bomba, mas não houve explosão, contentando-se com o facto de ter sido o primeiro a ver o inimigo. Outra aventura foi quando voou para o lado oeste da ilha, pelo meio da chuva e sobre o mar. Com avarias no motor, foram obrigados a amarar e trabalhar durante mais de uma hora e meia, para reparar o carburador. Em uma das noites, trocou de posição com o mecânico de voo, sem qualquer suporte e sob ventos fortes que lhe obrigaram a segurar-se com as mãos, 300 metros acima do mar. Incidentes, uma paragem de motor que originou danos em flutuadores, asas e hélice enquanto amarava no oceano.

Em outubro, e com o regresso do *Influenza* (ou *pneumónica*), novas agitações. Descreve que num grupo de 70 homens, 40 estavam no hospital e outros 15, doentes. Dois dias depois, regista uma explosão por reabastecimento no mar, internando-se cinco marinheiros no hospital, com feridas graves. Estava o hospital em rotura, agravando-se ainda mais o limitado sistema de saúde. 48 horas depois, Poague relata que dos 70 homens adstritos à base, apenas doze não estavam no hospital. Faltavam os meios humanos pelo que nem se assegurava a manutenção das aeronaves, nem se efetuavam voos. A vida cidadina parara, afetada pela *pneumónica*, tendo a cadeia de abastecimento alimentar desaparecido e o comércio encerrado. A população estava empenhada em auxiliar os doentes e em enterrar os mortos. Neste contexto, Poague passava o dia em corrida entre o hospital militar e o hospital civil, tentando dar alento aos moribundos. Nas exéquias aos camaradas, refere barulho e curiosidade dos locais, uma falta de respeito que agravava o seu ponto de vista para com os Açorianos.

Com o regresso à normalidade, prepara-se para voar. Contudo, não teria muito mais tempo. Os pormenores do acidente que lhe roubou a vida estão registados de forma detalhada, no final da obra que inclui o diário, numa carta para os pais, e escrita pelo mecânico Walton B. Ziegler que voava com

Poague no fatídico treino de 5 de novembro, a apenas seis dias da assinatura do Armistício.

O exercício começou às seis da manhã, num contexto de várias possibilidades de submarinos na área. Feita a inspeção habitual, o avião ganha velocidade para descolar, tornando-se necessário alguma adicional, dados os fortes ventos. Não conseguindo descolar por completo, a aeronave manteve-se acima das ondas até que um dos flutuadores tocou numa, originando duas voltas que os deixaria pendurados de cabeça para baixo, e Poague, esmagado contra a frágil estrutura. Debatendo-se, Walton B. Ziegler refere um grande esforço para se libertar e subir para cima dos destroços, procurando auxiliar Poague. Ao tentar retirá-lo dos destroços, verificou já estar morto. Hoje, descansa no Oakwood Cemetery, com data de enterro a 12 de dezembro de 1918.

Conclusão

O diário de Poague dá-nos o registo da sociedade micalense e açoriana pela visão de um militar estrangeiro, assim como o relato da *Pneumónica* ou *Influenza* de 1918 em Ponta Delgada. Permite também a visão do quotidiano americano numa ilha onde a monotonia se instalou, longe do centro da ação. Com a sua morte, a controvérsia sobre a qualidade das aeronaves veio ao de cima, uma vez que em carta a uma amiga, dois dias antes do acidente, confidenciou o receio de voar em aviões “rotten with age”, a cair aos bocados, dado o seu intenso uso e idade. Já antes se queixara dos fortes ventos dos Açores, poupando à família, a confidencialidade sobre o mau estado dos aviões. Somadas as informações, e perante uma família chocada, a irmã Catherine Poague escreveu ao seu comandante nos EUA, o Major Barnett do Marine Corps., exigindo uma investigação. Esta carta não está incluída na publicação do seu diário.

Walter Poague foi um jovem rico e bem-educado, um banqueiro de Chicago, que ingressou na primeira unidade de aviação do Marine Corps. por dever patriótico, e sentido de aventura, integrando o destacamento aeronaval americano em Ponta Delgada, cidade onde manteve um diário detalhado da sua vida pessoal e profissional. Onze meses depois da sua incorporação e menos de um mês antes do fim da guerra, Poague morre num exercício na baía do porto de Ponta Delgada.

Encantado com a paisagem natural e urbana, apaixonou-se inicialmente pela cultura local. Contudo, apenas alguns meses depois, a espetativa de grandes feitos deu lugar à desilusão com tudo e com todos. Os aviões eram antigos, comparados com a nova geração que voava em França, e nada se passava de emocionante no mar dos Açores. W. Poague queria dar uma contribuição efetiva ao esforço de guerra e, em vez disso, viu-se longe

de qualquer ação militar. Em uma das suas entradas refere: “[...] eu quero apaixonadamente entrar na luta em França antes que tudo acabe. Eu sei que não sou incapaz. Eu sei que posso fazê-lo bem e estou confiante na minha estrela da sorte. E enquanto outros fuzileiros navais estão fazendo grandes coisas, estou preso aqui neste buraco sombrio, sem fazer nada e correndo muitos riscos, o tempo todo [...]”. Falava para além dos perigos de voo, da Pneumónica, de que foi alvo na sua primeira fase.

Entediado, via as suas responsabilidades limitadas aos treinos, aos deveres de oficial do dia e aos assento no conselho de justiça da unidade. Acabou por se entreter com outras paixões, escrevendo várias peças teatrais e alguma poesia, proporcionando entretenimento aos locais e arrecadando fundos para Cruz Vermelha Portuguesa. O seu desalento terá gradualmente se refletido na forma como passou a entender os costumes locais, notando-se um progressivo distanciamento cultural, e crítica negativa, aos comuns dos hábitos. Mais entre os seus, no final apenas se dava com a classe mais culta e erudita da ilha. A seis dias do armistício, a morte colheu-o nas águas do porto de Ponta Delgada, onde hoje deverá ser lembrado e evocado, como elemento de ligação entre ambos países durante o conflito que ficaria conhecido como a “Grande Guerra”.

BIBLIOGRAFIA

- COSTA, Susana Goulart, *Açores, nove ilhas, uma história*, Institute of Governmental Studies Press, University of Califórnia, Berkeley, 2008.
- MATOS, A., MENESES, A., LEITE, J. (coord.), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.
- POAGUE, Walter, *Diary and Letters of a Marine Aviator*, s.n., Chicago [?], 1919.
- REZENDES, Sérgio Alberto Fontes, *A Grande Guerra nos Açores: Memória Histórica e Património Militar*, Letras Lavradas, Ponta Delgada, 2014.



*"Submarino à vista!" e a estação T.S.F. na Nordela (1917), Eduardo Machado (2017),
óleo sobre tela, 40 x 60 cm.*



*O U-155 recolhendo informações (1917), Carlos Fraga (2017),
óleo sobre tela, 40 x 60 cm.*

Fora de combate mas ainda em perigo: As baixas americanas nos Açores durante a Primeira Guerra Mundial

SUSAN BURKAT TRUBEY

Introdução

Ao falarmos de vítimas de guerra, temos a tendência de pensar em mortos. Contudo a definição é mais ampla, incluindo os feridos. Longe do combate, e no conforto da sua cama, uma bactéria potencialmente mortal ou um vírus difundido pelo conflito pode atacar. Em ambos os casos, se sobrevive, a segunda oportunidade irá mudar a sua vida. Às vítimas, Honra e Memória lhes é devida, como é o caso deste estudo, nomeadamente aos americanos feridos ou mortos no mar dos Açores. Os historiadores estrangeiros que conhecem a localização geográfica dos Açores, sabem da sua importância para a História do Atlântico e mundial, uma vez que às inevitáveis travessias marítimas, tornava-se imperativo o apoio logístico para descanso, aguada, preenchimento de tripulações e combustível. Dada a importância geoestratégica dos Açores, o arquipélago ajudou e encorajou a exploração e descoberta de novas terras, como a América, e dos seus recursos naturais. Em tempo de guerra, foram particularmente vantajosos, apoiando se neutrais, os navios que atravessavam o Atlântico, tornando-se inclusive um refúgio seguro mediante um perigoso oceano patrulhado por submarinos e navios de guerra.

O Almirante Dunn, primeiro comandante da Base Naval dos EUA em Ponta Delgada, esclarece:

"[...] Estas ilhas - o "ponto intermédio entre a América e a Europa" - foram de importância vital nas nossas operações navais e, pouco depois a guerra foi declarada, nós começamos negociações com Portugal para permissão para estabelecer uma base naval americana naquele ponto estratégico. A ocupação dos Açores era de grande valor estratégico pelo simples facto de que, se estivesse em posse do inimigo, teria formado uma base ideal para os submarinos, e como nossas rotas de comboios passavam pelo norte e pelo sul das ilhas, uma base inimiga teria sido

muito séria. Obstáculo para o transporte bem sucedido através do oceano de tropas e suprimentos [...] ²⁸⁴”.



THE HALF-WAY HOUSE

The harbor of Ponta Delgada, the naval base in the Azores. Inset: One of the 7" guns at Ponta Delgada manned by U. S. Marines.

Porto de Ponta Delgada com a base aeronaval e peça de artilharia de 7 polegadas em Santa Clara ²⁸⁵

O hospital americano em Ponta Delgada

São poucas as vítimas de um conflito direto nas ilhas durante a guerra de 1914-1918, ocorrendo mais por razões naturais como doenças, ou acidente, ganhando especial relevo em ambiente hostil ou durante pandemias como a da *Pneumónica* de 1918. O bombardeamento da cidade micaelense pelo *U-155*, a 4 de julho de 1918, único ato de agressão direto a Ponta Delgada, causou danos à sua população e não a norte-americanos, pelo que a presente análise corresponde aos que passaram pelas ilhas após a implantação de uma base, informal ainda nesse mês, e oficial a partir de novembro desse ano. Registados no Hospital Naval dos Estados Unidos em Ponta Delgada (Açores, Base n.º 13) durante o conflito, são oriundos de diferentes partes dos EUA, ocorrendo a Ponta Delgada em diferentes condições. Como fontes, serão trabalhados os registos de

²⁸⁴ Daniels, Josephus, *Our Navy at War*, Washington, D. C: Pictorial Bureau, 1922, 276.

²⁸⁵ Daniels, 1922: 374.

entrada de militares bem como outros, vivos ou já falecidos, deixados por navios em trânsito. Normalmente em resposta a acidentes durante a travessia, o período é coincidente com a entrada dos EUA no conflito e o Tratado de Versalhes, ou seja ao desmantelamento da unidade da US Navy nos Açores.

Eram dois os destacamentos de fuzileiros navais estacionados em São Miguel. Um, a Primeira Companhia Aeronáutica Marinha (*First Marine Aeronautic Company* ou FMAC) e a outra, usualmente designada por *Base Naval* ou *Base Marinha n.º 13*, correspondente aos marines não aviadores e aos serviços de apoio da US Navy. Em conjunto, a missão, defender o mar dos Açores e a posição americana, leia-se aliada, nesta zona do Atlântico, negando o porto (ou portos, em conjunto com o do Faial) ao inimigo, para além de intercetar submarinos inimigos e apoiar os náufragos.



Quartel geral da Base Naval americana, ou Base 13, 1918²⁸⁶

Ao que as fontes permitem entender, a unidade médica não era específica dos Serviços de Saúde da US Navy, mas sim complementar à

²⁸⁶ Imagem: Acessado 17 de setembro de 2018. <https://www.history.navy.mil/our-collections/photography/numerical-list-of-images/nhhc-series/nh-series/NH-122000/NH-122249.htm>.

unidade sediada em Ponta Delgada, sabendo-se ser o seu quadro orgânico constituído por três médicos oficiais²⁸⁷, um cirurgião-dentista, 18 enfermeiros, 4 cozinheiros, 2 ajudantes e 1 secretário.



Equipe médica junto a tendas e edifícios temporários²⁸⁸

Fisicamente, o hospital estava dividida em duas áreas, sendo o primeiro constituído pelas acomodações para o pessoal, nomeadamente tendas e edifícios de madeira, provisórios até agosto de 1918²⁸⁹. O segundo, o hospital fisicamente dito, era constituído por três pequenos edifícios e várias tendas, tendo consultório de dentista; centro cirúrgico e sala de esterilização, os dois primeiros com cerca de 365 x 365 cm, e o último com c. 240 x 180 cm. Pouco funcional, a entrada para a sala de cirurgia era através do consultório

²⁸⁷ *Annual Report of the Surgeon General, U.S. Navy, Chief of the Bureau of Medicine and Surgery to the Secretary of the Navy for the Fiscal Year 1919*. Washington, D.C.: Government Printing Office, Navy Department Bureau of Medicine and Surgery, 1919, 188-189.

Acessado em 18 de setembro de 2018. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015076768574>.

²⁸⁸ Foto: acessado em 17 de setembro de 2018, <https://www.history.navy.mil/our-collections/photography/numerical-list-of-images/nhmc-series/nh-series/NH-122000/NH-122247.html>.

²⁸⁹ *Annual Report of the Surgeon General, 188-189*.

odontológico. Em anexo, um pequeno edifício era usado como enfermaria de 15 camas, tendo acesso direto pelo exterior. Apesar das boas condições, tornava-se muito húmido durante o inverno, sendo apenas ventilado pela abertura de portas e janelas. O núcleo hospitalar era rematado por um terceiro edifício, onde estava a administração, numa sala com as mesmas dimensões que o centro cirúrgico, e um escritório para serviços administrativos e médicos, juntando-se um dispensário e um laboratório.

Apesar das instalações rudimentares, os serviços eram adequados como uma das entradas de um diário descreve:

“[...] Estou certamente satisfeito. Este hospital sob tela, filas de tendas, com as salas de cirurgia em casas portáteis, é uma revelação para nossos médicos em casa. Mas é bom e confortável, sendo o serviço gentil e atencioso, e a comida boa. Também há um coelho manso que pula de tenda em tenda e senta-se solenemente observando-nos, mordendo e comendo o pão da nossa mão [...]”²⁹⁰.

Com o elevado fluxo de pacientes decorrente da *Pneumónica*, gerou-se a necessidade de ampliação das instalações, garantindo-se a 19 de outubro de 1918, um grande imóvel no coração da cidade. Bem ventilado e seco, e após a instalação de luz elétrica e banheiros, o prédio atendeu muito bem à sua nova função, tendo uma cozinha de bom tamanho e quartos grandes, podendo acomodar com facilidade 500 pacientes. Como não tinha aquecimento, as enfermarias foram instaladas no segundo andar, melhorando-se as condições de recuperação dos pacientes em relação ao primitivo hospital²⁹¹.

Os registos hospitalares

Conforme regulamentado, o hospital detinha um registo individual de cada paciente. O registo hospitalar da Base 13²⁹² inclui para além do nome completo, a patente; o diagnóstico; a data de admissão, a unidade de origem do paciente; a data de saída e destino. Os registos analisados iniciaram-se com o primeiro paciente a 22 de julho de 1918, até aos últimos, datados de agosto desse ano 1919 data em que, transferidos para o USS *Santa Teresa*, regressaram aos Estados Unidos.

²⁹⁰ Poague, Walter, *Diary and Letters of a Marine Aviator*, entrada diário, 17 de julho.

²⁹¹ *Annual Report of the Surgeon General*, 188-189.

²⁹² Imagens: Acessado 17 de setembro de 2018. <https://www.ancestry.com>. From the collection of General Registers of Patients at Naval Hospitals, 1812-1934, vol. 16: 1918-1919, imagens 1-114.

Apesar da falta de evidências, é provável a existência de um primeiro livro correspondente ao período inicial da base, sendo igualmente possível que constitua uma evolução a partir das enfermarias a bordo. Ao todo são conhecidos 527 registos, embora nem todas as entradas fossem executadas. Apesar da caligrafia ser similar, o número de registo é ocasionalmente, irregular e em alguns casos, até ausente, deixando transparecer um registo após os factos. A crítica e cruzamento de fontes permitiu até identificar a morte de um militar, que não ocorreu de facto, o que pode constituir um lapso dado que foi a pessoa na linha seguinte que morreu. Apesar destas dúvidas, o registo possibilita enquadrar e entender o funcionamento do hospital americano em Ponta delgada, durante a I Guerra Mundial.

9

GENERAL REGISTER

CASE NUMBER.	NAME IN FULL. (SURNAME FIRST.)	GRADE OR RATE.	DIAGNOSIS.	DATE.
211	Shrock, Floyd W.	Ha-1	Diphtheria	10-28-18
212	Coake, Ramon C.	Supa. R. 4.	Cholera	10-28-18
213	Schley, Arthur J.	Supa. R. 4.	"	10-29-18
214	Milhouse, Jose J.	Sea-2	Gon. inf. of Uthra.	10-31-18
215	Miller, Harry S.	Port.	Cholera	10-31-18
216	Hansen, Conath	Asst. Surg.	Diphtheria	11-3-18
217	Lucas, Earl S.	Port.	Cholera	11-3-18
218	Arna, George W.	Port.	Pharyngitis, ac.	11-4-18
219	Boag, Walter S.	Asst. Surg.	Dysentery	11-5-18
220	Cargill, Willy.	Engl.	Constipation	11-5-18
221	Johnson, Enoch J.	Sea-2	Burns	11-5-18
222	Russell, Harley E.	C. 11. 11.	"	11-5-18
223	Smith, David R.	EL-3 (G)	"	11-6-18
224	Cuddeback, Albert E.	11-11-1	Amputation, Stump	11-6-18
225	Starr, Harry	Sea-2	"	11-6-18
226	Pickering, Benjamin C.	Sea-	Valv. dis. of Card.	11-6-18
227	Reed, Clyde R.	Port.	Cholera	11-6-18
228	Milbourne, George R.	Port.	Pyelitis	11-6-18

Excerto do Registo Hospitalar da Base Naval n.º 13 em Ponta Delgada, Açores²⁹³

²⁹³ Imagem: Acessado 17 de setembro de 2018. <https://www.ancestry.com>. From the collection of General Registers of Patients at Naval Hospitals, 1812-1934, vol. 16: 1918-1919, imagem 20.

De acordo com os regulamentos militares²⁹⁴, o diagnóstico usa de termos específicos descritos em publicação oficial, caracterizando-se por 37 acidentes e 472 por doenças. 14 ilegíveis ficaram por determinar, assim como em quatro casos, em branco. Os dez principais motivos de internamento foram o *Influenza*, com 147 casos (constituindo no geral, 2.383 dias de hospitalização); a Gonorréia, com 41 casos (*idem*, 437 dias); a Pneumonia, com 31 casos (*idem*, 582 dias); a Apendicite, com 23 casos (*idem*, 477 dias); a Sífilis, com 21 casos (e 394 dias no hospital); a Bronquite, com 16 casos (*idem*, 165 dias); os problemas cardíacos, com 16 casos (*idem*, 274 dias); as fraturas, com 12 casos (*idem*, 230 dias); a obstipação, com 15 casos (*idem*, 51 dias) e a amigdalite, com 12 casos (*idem*, 63 dias).

A análise de duas enfermidades frequentes: o *Influenza*...

Muito se tem escrito sobre a epidemia de *Influenza* responsável pela *Pneumónica* de 1918-1919 e a rapidez com que se espalhou em virtude do conflito: homens vivendo juntos em instalações limitadas; formas de transporte velozes e o facto de que a maioria das vítimas serem adultos, jovens e saudáveis, em vez de idosos e indigentes. A *Pneumónica* afectou militares e civis, tendo contribuído para a perda de eficácia dos beligerantes. Sobre as tropas americanas estacionadas em São Miguel, e durante o mês de outubro de 1918, relatava-se que do grupo de setenta homens, apenas doze não deram baixa hospital²⁹⁵. Desse ano, datam os seguintes registos:

Doença	Número de Casos	Número de Dias (geral)	Mortes
Influenza	147	2383	1
Pneumonia	31	582	9
Bronquite	16	165	0
Derivada do <i>Influenza</i>	194	3130	10
Total	523	7842	13
Porcentagem por total de casos	37	40	77

Apesar de só um caso de *Influenza* ser indicado como responsável por uma das mortes, pneumonia e bronquite são complicações comuns da gripe e confundidas como causa real da morte. As mortes por pneumonia podem ser atribuídas a um sistema imunológico enfraquecido e debilitado, permitindo a pneumonia e bronquite tal como a subsequente inflamação e destruição do

²⁹⁴ Medical Department of the Navy, *Nomenclature of Diseases and Injuries: List of Grades and Rates and General Instructions for Blank forms*. Washington, DC: Government Printing Office, 1919. Acessado em 18 de setembro de 2018, <https://catalog.hathitrust.org/Record/009704060>.

²⁹⁵ Poague, *Diário*, 22 de outubro.

trato respiratório²⁹⁶. Dos 194 casos registrados relacionados com o *Influenza*, ocorreram apenas 10 mortes, num período em que os militares relataram uma taxa média de mortalidade de 32%²⁹⁷.

E as Venéreas ou Sexualmente Transmissíveis (DST).

Existem duas formas de analisar Ponta Delgada no final dos anos de 1910. A justaposição, contraste e ironia resultante dos dois é fascinante. Primeiro, há a perspectiva bucólica. A seguinte descrição é relatada por um dos primeiros americanos que desembarcou em janeiro de 1918:

"[...] estou em transe. Sinto nessas ruas estreitas, entre essas casas de todas as cores, pitorescas, minúsculas, sob um céu azul de "Never Never Land" que eu entrei em um sonho. A limpeza, a idade do lugar, a cortesia das pessoas - oh! É um outro mundo, de tirar o fôlego. Não consigo descrever as belezas de Del Gada [sic]. Eu não consigo descrever a fineza da rua que acabei de passar, mais do que posso descrever as belezas que estão ao virar da esquina, mesmo a que eu ainda não vi. Há uma atmosfera aqui que eu nunca encontrei, e eu amo isso [...]"²⁹⁸.

Outro americano, capitão de um comboio marítimo, escreveu em seu diário em setembro de 1918:

"[...] Chegamos a Ponta Del Gada [sic] esta manhã por volta das dez horas e as ilhas são a visão mais bonita que já vi. Eles são como montanhas, ou melhor, são montanhas que se projetam do oceano até as nuvens. Eles são verdes nesta época do ano e os campos são divididos em parcelas que parecem rebocadas no lado da montanha. Aqui e ali casas brancas com telhados vermelhos pontuam a paisagem, e as cidades são construídas mais compactas que as nossas [...]"²⁹⁹.

No dia seguinte, no entanto, ele vê um pouco mais a fundo: "[...] todas as outras lojas têm vinhos e licores para vender e as coisas são muito baratas.

²⁹⁶ Para uma análise minuciosa desse fenômeno, ver Brundage, John F. e Shanks, G. Dennis, "Morte da Pneumonia Bacteriana durante a Epidemia da Influenza de 1918-1919". <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2600384/>

²⁹⁷ LOVE, Albert, *War Casualties*, Número 24, 1931 (consultado em 21 de setembro de 2018, <http://www.vlib.us/medical/stats/warcasTC.htm>).

²⁹⁸ Poague, *Diário*, 22 de outubro.

²⁹⁹ Patrick, Jeffery, L., "On Convoy Duty in World War 1: The Diary of Hoosier Guy Connor", *Indiana Magazine of History*, 89, n° 4 (dezembro de 1993), 335-352 (consultado em 21 de setembro de 2018. <https://www.jstor.org/stable/27791701>).

Todos eles anunciam seus vinhos, quartos privados e mulheres [...]”. Assim, não é com muita surpresa que, no relatório médico oficial da Marinha de 1919 consta:

“[...] Entre os lugares visitados, Ponta Delgada, Açores; o Haiti e a República do Panamá são de especial interesse. O navio não permaneceu em nenhum desses países por tempo suficiente para fazer uma pesquisa sanitária minuciosa. A doença venérea virulenta parece ser muito prevalente, no entanto, nos Açores e em Colón, no Panamá, especialmente no primeiro. Navios da Marinha, quando pararem nesses portos, devem impor regras rigorosas em relação à liberdade e à profilaxia médica. O oficial de saúde em Ponta Delgada afirmou que, desde que a nossa Marinha estabeleceu uma base, as condições de saúde melhoraram substancialmente [...]”³⁰⁰.

O problema da prostituição não era exclusivo de Ponta Delgada, sendo ainda hoje um problema mundial, em especial se próximo a aquartelamentos militares. Durante o período em estudo e num universo de 523 pacientes, surgiram 72 casos de doenças venéreas. Várias fontes classificam as taxas de infecção, em condições similares, entre 20 e 125 casos por cada 1.000 homens. Em Ponta Delgada, vários são os que apenas ficavam em tratamento um dia, mas muitos outros parecem ter sido tratados várias vezes.

Diagnóstico ³⁰¹	N.º de Casos	Dias do Paciente	Média de Dias
Cancróide	10	122	12
Gonorréia	41	437	11
Sífilis	21	394	19
Total-DST	72	953	15
Porcentagem por total de casos	13	12	-

A cura: antibióticos e profilaxia, uma combinação de aconselhamento moral, uso de preservativos e lavagem do órgão sexual logo após a possível infecção. Se hospitalizado, mais lavagens e aplicações de substâncias químicas potentes eram frequentes. Uma fonte contemporânea, o capelão da base, adverte para os...

³⁰⁰ Annual Report, 1919.

³⁰¹ O livro sobre nomenclatura de doenças indica essas três doenças como sendo doenças venéreas. No cálculo das médias, houve dois casos que não indicaram uma data de alta e não foram incluídos nas médias.

"[...]perigos - não que tenhamos inimigos só na água, mas também no nosso meio: inimigos em nossa própria casa, que não vemos, não vamos ver ou eles se revelar. Mais subtis e perigosos para o nosso sucesso nesta guerra do que a propaganda alemã, pacifista ou anarquista, são duas doenças que estão a trabalhar insidiosamente nos órgãos vitais dos nossos homens e mulheres jovens e que, por uma conspiração tradicional de silêncio, o povo se recusa a reconhecer [...]"³⁰².

O reverendo observa que se trata de um problema civil e militar mas que com informação e disciplina militar, há oportunidade para melhorar a situação. Dada a inspeção física bisemanal; o tratamento dos infetados; a educação e a disciplina militar, nem que por intermédio da punição, existe uma forte possibilidade de evitar este tipo de doença, lamentando não a poder erradicar por completo.

A análise histórica dos dados médicos

Albert G. Love, Tenente-Coronel do Corpo Médico advertiu no *Boletim Médico do Exército*³⁰³ que urge aprender com o passado para prever o futuro. Baseando a sua pesquisa numa profunda reflexão estatística, refere a necessidade de equilibrar recursos limitados, entre os militares na frente de combate e os de apoio à retaguarda. Neste, o corpo médico é essencial para reequilibrar os doentes e feridos, reenviando-os às suas unidades o mais rápido possível.

O Amor neste contexto é característico do que ele chama de zona de "não-batalha", como Ponta Delgada, podendo crescer muito além dos quase 200 homens estacionados de forma mais ou menos permanentemente na base, dada a passagem de tropas que cruzavam o Atlântico para chegar à Europa, deixando em alguns casos pacientes de acidentes ou falecidos, do decurso do seu serviço militar. Um dos cálculos que apresenta é a taxa de "fatalidade" que assume uma taxa de mortalidade de 3,7%, ou seja em 523 pacientes, 19 mortes. Na realidade foram 15.

Outro cálculo foi o número médio de dias de internamento, considerando que os internados por doença e lesões não combatentes foi de 27,29 dias na Europa e 20,36 dias nos Estados Unidos. Em Ponta Delgada, a média diária foi de apenas 15, um número muito menor e cuja explicação poderá ser atribuída ao facto de muitos homens terem sido devolvidos ao

³⁰² Lawrence, William, *Venereal Diseases in the Army, Navy, and Community*. New York City, American Social Hygiene Association, Inc., 1918 (consultado em 18 de setembro de 2018, <https://catalog.hathitrust.org/Record/012454681>).

³⁰³ Love, Albert, *War Casualties*.

seu navio, até mesmo porque muitos estavam equipados com instalações hospitalares adequadas. A necessidade de manutenção de registos provou não apenas a necessidade de rastrear soldados, mas, com a análise de Love, que os militares estariam muito mais preparados para a guerra de 1939-1945.

Os Mortos

As seguintes tabelas resumem as mortes de americanos desde o início da declaração de guerra na Europa até ao encerramento da Base Naval 13 na ilha. A lista inclui cidadãos americanos com uma ligação aos Açores, e normalmente sem ação de combate. São indivíduos descobertos a partir de fontes impressas como revistas, jornais ou *on-line*, em sites históricos e genealógicos, relatórios do consulado americano, bibliografia de referência da *US Navy* e o livro de mortos cemitério de São Joaquim, resultando em 38 mortes documentadas.

Mortes Civas

Com Ligação aos Açores	
Família Açoriana	5
Família Portuguesa	1
Morte no Mar; Corpo ao mar	1
Em trânsito; trazido por navio	6
Total	13
Diagnóstico	
Acidente	5
Doença	8
Total	13

Sabe-se que logo após o Armistício³⁰⁴, 26 féretros foram devolvidos às suas famílias nos Estados Unidos da América, perdendo-se o rasto a dois desaparecidos no mar e um, desconhecido. Às 38 mortes americanas novas pesquisas poderão trazer informações, incluindo sobre uma incógnita morte civil. A maioria dos falecimentos no Hospital de Base Naval 13 resultaram de fatalidades na travessia do Atlântico, cujas mortes a bordo eram registadas em Ponta Delgada, e os corpos por vezes, deixados.

Destes, destaca-se um acidente de reabastecimento, com incêndio a bordo (quatro das sete mortes acidentais) e outros três óbitos, dois por

³⁰⁴ *Annual Report*, 109.

afogamento e um por acidente em exercício. Dos 18 que morreram de doença, 12 devem-no à pneumonia (possivelmente relacionada com o *Influenza*) e os restantes por difteria, glioma, álcool, peritonite por apendicite, intoxicação alimentar e suicídio.

Mortes Militares

Local:	
Base 13, Hospital Naval	13
No mar	11
Morte nos Açores, antes do hospital	1
Total	25
Origem...	
Navio	15
Primeira Companhia Aeronáutica Marinha	4
Marinha, Base 13	2
Corpo não recuperado	2
Desconhecido	2
Total	25
Idade:	
20 e menos	8
21-25	3
26-30	8
30 e mais	4
Indeterminado	2
Total	25
Causa:	
Acidente	7
Doença	18
Total	25

Embora longe da ação do inimigo, as ilhas e o hospital americano constituíam um refúgio seguro para todos os que realizavam a difícil travessia ao sul do continente europeu e regresso, salvando vidas ou realizando exéquias aos mortos. A sua ação estendeu-se à população civil e apoio aos militares portugueses, por exemplo no combate ao surto epidémico *Influenza* ou ao deixar as instalações, próximas ao quartel-general do *Marine Corps*, às autoridades locais. Dos doze mortos civis, metade estava nos Açores por ligações familiares e a outra metade viajava entre a Europa e a América. Ponta Delgada constitui uma paragem para apoio logístico, médicos e administrativo, revelando um aspeto pouco conhecido da I Guerra Mundial, as baixas americanas fora de áreas de combate. Se os 38 óbitos constituem um pequeno universo, verifica-se que apenas um punhado não foi por doença,

tornando-se o caso açoriano um exemplo do funcionamento dos serviços de saúde norte americanos nas áreas de apoio às frentes de combate, já que representam os que destacados ou em trânsito asseguravam a ligação entre ambos os continentes.

	Data de morte	Nome	Relação dos Açores	Militares/ Civil	Causa da morte	Burial/Reinternment
<i>Primeira guerra mundial começa na europa</i>						
1	9/27/1915	Jão Beneditos de Sousa	Família Açoriana	Civil - naturalizado	Bronquite	Bretanha, SM, Azores
2	7/5/1915	Peter Quinn	Em trânsito: SS Canopic	Civilian-nativo	Câncer	PDL
3	8/11/1915	Egídio Soares	Família Açoriana	Civilian-nativo	Paralisia de "Glete"	Feteira, Faial
4	9/25/1915	Thomas Brown	Em trânsito: Mark Pendleton	Civil	Suspeito de assassinato	n/a
5	10/24/1916	Julio Ignacio La Silva	Família Açoriana	Civil - naturalizado	Diabetes	Horta
6	11/21/16	Minor Figner	Em trânsito: SS Grayson	Civil-tripulação	Fratura craniana	Horta
7	12/1/1916	J.J. Ellis	Em trânsito: Afundamento do Marcus Urann	Civil	Afogado	n/a
8	3/31/1917	Charles M. Dawson	n/a	Civil	Fratura craniana	English Cem@PDL
<i>Estados Unidos entram na Primeira Guerra Mundial</i>						
9	5/2/1917	Antonio Francisco Pinheiro	Açoriano	Civil - naturalizado	Úlceras da perna	Horta
10	7/3/1917	C. Wong	F & L Rupiere (? ilegivel)	Civil - nativo dos Filinas	Afogado	n/a
<i>Chegado dos Americanos</i>						
11	9/5/1917	David Gordon Allen	Chegou: USS Panther	Navy: LT CDR, past Asst. Surgeon	Intoxicacao alimentar ou pneumonia	Georgia
12	1/10/2018	Hector Napoleon Menard	Morte no mar.	Navy: 2nd Class Seaman	Afundamento	não aplicável
<i>Naval Base #13</i>						
13	9/25/2018	John Patrick McQuade	Morte no mar. Chegou: USS Chicago	Navy: 2nd Class Fireman	Pneumonia	USA
14	4/9/1918	Joseph Thomas Horine	Morte no mar. Chegou: USS Hancock	Navy: 3rd Class Fireman	Pneumonia	USA
15	4/25/1918	William James Kendsen	Morte no mar. Chegou: USS Arethusa	Navy: 2nd Class, USS Arethusa	Difteria	PDL/USA
16	9/30/1918	Clarence McCutcheon McGill	Morte no mar. Chegou: USS Galveston	Navy: Lieutenant Commander	Difteria	N.J.
17	10/1/1918 or 10/2/1918	Clarence Everett Benway	Chegou: USS Chicago	Navy: 2nd class seaman	Pneumonia	Connecticut
18	10/3/1918	Muri Clayton Baxter	Morte no mar. Chegou: USS Galveston	Navy: Water tender	Pneumonia	Iowa
19	10/9/1918	Harley Jerome Gilfillan	Fogo no navio: SC 219.	Navy: 2nd class engineer	Explosão de fogo	não aplicável
20	10/4/1918 or 10/5/1918	Joseph Mansfield Ash	Trabalha: USS Chicago. Chegou: USS Galveston	Navy: Seaman	Pneumonia/bronquite	Pennsylvania
21	10/9/1918	Rice Bassett	Fogo no navio: SC219. Chegou: USS Prairie	Navy ReS: 2nd Class QM	Explosão de fogo	PDL/D.C.
22	10/10/1918	Charles Daniel Shumaker	Chegou: USS Galveston	Navy: 2nd Class Fireman	Influenza/Bronco	USA
23	10/10/1918	Robert Samuel Wolford	Fogo no navio: SC219. Chegou: USS Prairie	Navy: 2nd Class QM	Explosão de fogo	PDL/USA
24	10/11/1918	William L. Bentz	Morte no mar: USS Nyanza	Civil	Bronco Pneumonia	PDL/Maryland
25	10/11/1918	Roy Holden Kerns	Fogo no navio: SC219. Chegou: USS Prairie	Navy Res.: 2nd Class Electrician	Explosão de fogo	PDL
26	10/11/18 or 10/12/1918	John Frederick Jeken	Chegou: USS Galveston	Navy: 2nd Class Machinist	Pneumonia	PDL/CA
27	10/22/1918	James McLaughlin	Chegou: USS Murray	Navy: First Class Fireman	Pneumonia	PDL/USA
28	10/25/1918	Edward Newton Evans	Trabalha em Ponta Delgada	Marine: Corporal, 13th Naval Base	Pneu/Bronco	PDL/ SD
29	10/27/1918	Robert W. Jay	Trabalha em Ponta Delgada	Marine: Quartermaster Clerk, Aeronautics Company	Suicida/Pneumonia	PDL/Missouri
30	10/31/1918	Clarence LeRoy Simmons	Trabalha em Ponta Delgada	Marine: Trumpeter, Aeronautics Company	Pneumonia	PDL/Kansas
31	11/2/1918	Frederick Louis Anderson	Trabalha em Ponta Delgada	Marine: Private, 13th Naval Base	Pneumonia	PDL/Ohio
32	11/5/1918	Walter S. Poague	Trabalha em Ponta Delgada	Marine: 1st Lieutenant, Aeronautics	Acidente de avião	Chicago, IL
33	11/7/1918	Joseph Pacheco	Família Açoriana	Civilian-nativo	Influenza	PDL
<i>Armistício</i>						
34	12/30/1918	David Crockett Quarrels	Borda fora: USS Pastores desconhecido	Navy: Seaman	Afundamento	não aplicável
35	1/4/1919	Charles D. Lower		Navy: Quartermaster	Giloma	Arlington Nat'l
36	1/11/1919	Charles Floyd Warnoc	Chegou: USS Whipple	Navy	Apendicite / Peritonite	?
37	2/19/1919	Anna C. V. de Figueiredo	Família Portuguesa	Civil - nativa de Portugal	Congestão cerebral	PDL
38	6/6/1919	Arthur Fussinger	Trabalha em Ponta Delgada	Marine: Private, 13th Naval Base	Envenenamento por álcool	Kentucky
<i>Fechado Base 13</i>						

BIBLIOGRAFIA

Annual Report of the Surgeon General, U.S. Navy, Chief of the Bureau of Medicine and Surgery to the Secretary of the Navy for the Fiscal Year 1919, Washington, D.C., Government Printing Office, Navy Department Bureau of Medicine and Surgery, 1919, 188-189.

From the collection of General Registers of Patients at Naval Hospitals, 1812-1934, vol. 16, 1918-1919.

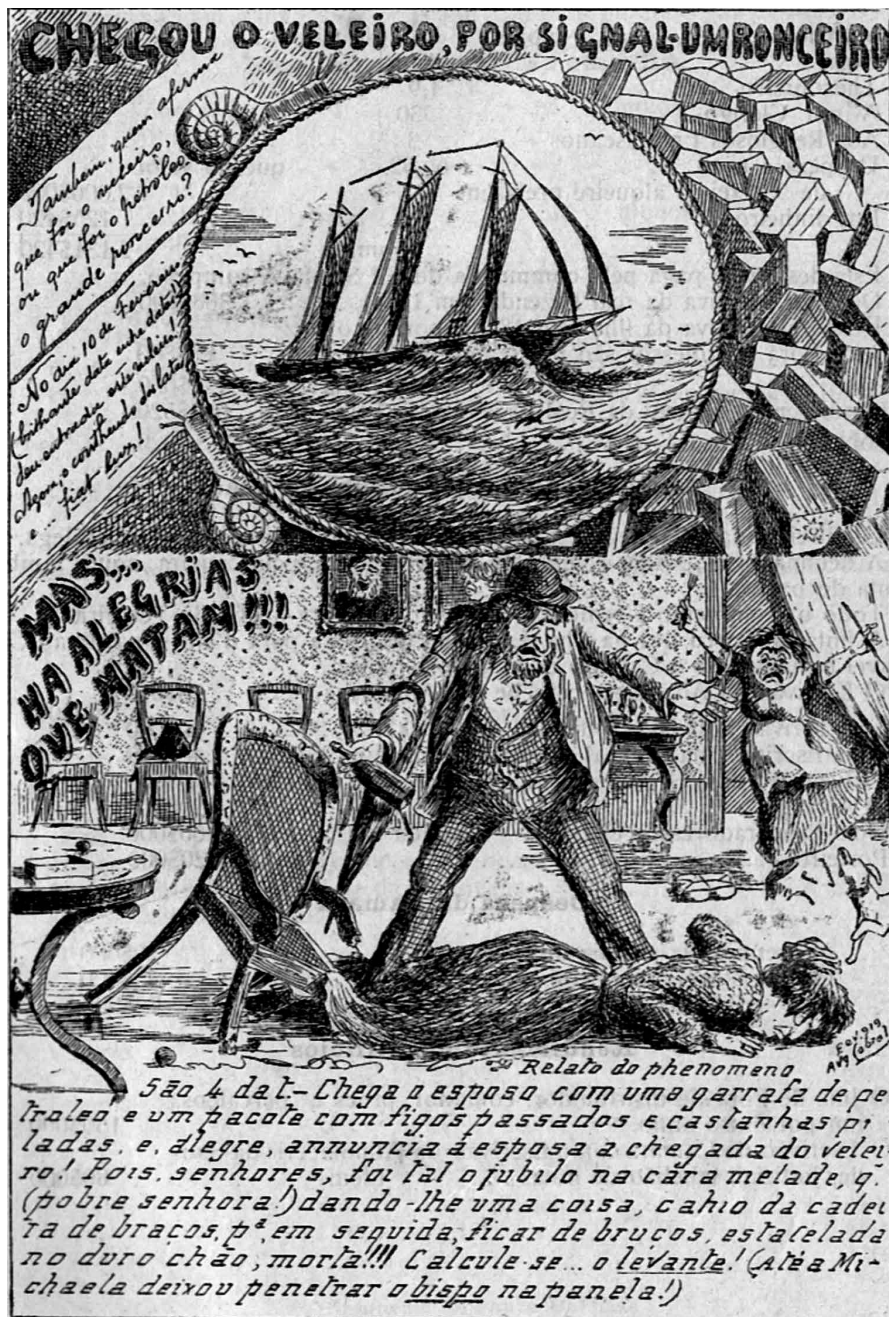
Medical Department of the Navy, *Nomenclature of Diseases and Injuries: List of Grades and Rates and General Instructions for Blank forms*, Washington, DC, Government Printing Office, 1919.

BRUNDAGE, John F. SHANKS, G. Dennis, *Deaths from Bacterial Pneumonia during 1918–19 Influenza Pandemic*, National Institutes of Health, 2008.

- DANIELS, Josephus. *Our Navy at War*, Washington, D. C, Pictorial Bureau, 1922, 276.
- LAWRENCE, William, *Venereal Diseases in the Army, Navy, and Community*, New York City, American Social Hygiene Association, Inc., 1918
- LOVE, Albert, *War Casualties*, N.º 24, 1931.
- PATRICK, Jeffery, L., *On Convoy Duty in World War 1: The Diary of Hoosier Guy Connor*, Indiana Magazine of History, 89, n.º 4, 1993, 335-352.
- POAGUE, Walter, *Diary and Letters of a Marine Aviator*, s/d.

WEBGRAFIA

<https://www.history.navy.mil>.
<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt>.
<https://www.ancestry.com>.
<https://catalog.hathitrust.org>.
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov>.
<http://www.vlib.us>.
<https://www.jstor.org>.
<https://catalog.hathitrust.org>.



"O regresso do desejado veleiro", Augusto Cabral, Revista Micaelense, 1919.

A importância do Desporto na Grande Guerra (1914-1919)

RITA NUNES³⁰⁵

Introdução

Para falarmos da importância do Desporto na Grande Guerra é necessário começar por contextualizar e dar alguns exemplos de como o desporto estava organizado em contexto nacional e internacional.

No final do século XIX, quando um pouco por todo o mundo o desporto se estava a “massificar”, a atividade desportiva em Portugal continuava bastante circunscrita a algumas camadas da população. De uma forma geral, mesmo com o incentivo dos membros da Família Real, verdadeiros entusiastas das lides desportivas, as elites nacionais permaneciam, com honrosas exceções, bastante alheadas dos desenvolvimentos alcançados pelo desporto em Inglaterra, França ou Estados Unidos da América.

Durante muito tempo a historiografia portuguesa considerou que o primeiro clube desportivo criado em Portugal foi a *Associação Naval de Lisboa*, em 1856 (Serpa, 2007, p.54), contudo, investigações mais recentes mostram a existência de um clube ligado aos desportos náuticos, o *Arrow Club* fundado em 1828 e de um outro, este com acesso restrito, o *Oporto Cricket & Lawn Tennis Club* fundado em 1855³⁰⁶ pelos cidadãos britânicos que vieram residir para o Porto e que eram proprietários de varias companhias de vinho do Porto.

Paulatinamente foram surgindo em Portugal mais associações e clubes como o *Gimnásio Clube Português* (1875), o *Clube Fluvial Portuense* (1876), o *Ateneu Comercial de Lisboa* (1880), o *Clube Naval de Lisboa* (1892), a *Associação Naval 1.º de Maio* e o *Foot-Ball Clube do Porto* (1893), *Ginásio Clube Figueirense* (1895), *Sport Club Vianense* (1898), entre tantos outros. As regatas, o futebol,

³⁰⁵ Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH/Comité Olímpico de Portugal.

³⁰⁶ Oporto Cricket and Lawn Tennis Club. Disponível em OpenEdition: <https://www.oportocricketclub.com/history.htm> (Consultado em 7 de fevereiro de 2019).

o ténis, o rugby ou mesmo o críquete chegavam muitas vezes a Portugal por influência dos cidadãos estrangeiros que viviam nas grandes cidades, ou pelos jovens das classes mais altas da sociedade portuguesa que iam estudar para outros países.

Por exemplo, o primeiro relato de uma espécie de encontro de futebol realizado em terras lusas data de 1875, na Camacha, na Região Autónoma da Madeira. O responsável foi Harry Hinton, um jovem inglês residente na ilha, filho de um industrial açucareiro, que estudava em Londres e que trouxe uma bola e jogou com os amigos. Treze anos depois, em 1888, há o primeiro registo de um jogo, em Cascais. O futebol tinha chegado, também, através da comunidade britânica residente no país, que trabalhava na Estação do Cabo Submarino, em Carcavelos, e pelos irmãos Pinto Basto, que estudavam em Inglaterra, e de lá tinham trazido uma bola de futebol.

Na Região Autónoma dos Açores, sabe-se que em 1898 um grupo de jovens a estudar em Inglaterra, vindos em férias, trouxeram uma bola de futebol e organizaram também os primeiros jogos de futebol de que há notícias. Por volta de 1900 chega à cidade da Horta a primeira bola de futebol e com ela os primeiros jogos de futebol, com jovens a estudar em Inglaterra e com britânicos das Companhias de Cabos Telegráficos Submarinos que trabalhavam nesta cidade.

Com o início do século XX, o surgimento de novas associações e clubes acentuou-se, dando origem a uma tênue generalização da prática desportiva. Muitos destes clubes são ainda hoje bem conhecidos, como o *Clube Internacional de Futebol* (1902), o *Boavista Foot-Ballers* (1903), o *Sport Lisboa e Benfica* (1904), o *Sporting Clube de Portugal* (1906), *Vitória Futebol Clube* (1910), *Club Sport Marítimo* (1910), entre muitos outros. Na Região Autónoma dos Açores, pode referir-se a título de exemplo a fundação, a 12 de junho de 1901, do *Clube Naval de Ponta Delgada* (São Miguel), a 2 de fevereiro de 1909, o *Fayal Sport Club* (Horta) e a 7 de maio de 1911, o *Clube União Micaelense*, de Ponta Delgada (São Miguel).

Decorrente da ação desenvolvida pela *Sociedade Promotora de Educação Física Nacional* (SPEFN) fundada em 1909 e da constituição do *Comité Olímpico Português*³⁰⁷ a 30 de abril de 1912, Portugal participa pela primeira vez nos Jogos Olímpicos. Foi na quinta edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, realizada em Estocolmo, na Suécia, de 5 de maio a 27 de julho de 1912 que os seis atletas portugueses: António Pereira, António Stromp, Armando Cortesão, Fernando Correia, Francisco Lázaro e Joaquim

³⁰⁷ Na Assembleia Plenária de 4 de junho de 1992 foi decidido alterar, por unanimidade, a designação para a atual: Comité Olímpico de Portugal.

Vital, competiram nas modalidades de Atletismo, Esgrima e Lutas (Pinheiro e Nunes, 2012).

A sociedade portuguesa vivia um momento em que a organização desportiva estava em pleno desenvolvimento. A fundação de novos clubes e associações desportivas e o acesso à prática de um lote mais diversificado de modalidades desportivas criou a necessidade de regular essas práticas, com um enquadramento a nível nacional, que permitiria não só a elaboração de calendários competitivos, mas também a internacionalização dos melhores atletas e equipas nacionais.

Todo este processo de organização e desenvolvimento desportivo que se verificava nos diversos países, e que em Portugal não era exceção, vai sofrer impactos, principalmente pela mobilização das camadas mais jovens e ativas da sociedade para a integração dos contingentes, mas também pelo facto da maioria dos campeonatos e competições internacionais ficarem suspensas. Exemplo máximo dessa situação é o cancelamento dos preparativos para a organização dos Jogos Olímpicos de 1916, que se deveriam realizar em Berlim.

O Desporto e a Guerra

À semelhança da mobilização da população mais apta e preparada, verifica-se uma mobilização dos desportistas que fisicamente se encontram mais fortes para ajudar os seus países que ao longo do período da Guerra vão entrando em cenário de Guerra. São vários os exemplos desta mobilização. A este respeito a Federação Internacional de Atletismo divulgou recentemente que às 11 horas do 11.º dia do 11.º mês de 1918, eram cerca de 40 os atletas olímpicos daquela modalidade que tinham participado nos Jogos Olímpicos de 1908 e 1912, oriundos de vários países, que estavam entre os milhões de mortos da grande guerra (Housman, 2018).

Em Portugal, tal como iria acontecer um pouco por toda a Europa em guerra, logo em 1914 o incentivo à prática desportiva surgiu associado aos debates, transversais à sociedade, relativamente ao papel e posição que Portugal deveria tomar em relação ao conflito europeu. A imprensa desportiva, com o argumento, de que a qualquer momento o País poderia ser chamado a intervir, saiu em defesa da introdução da educação física e de alguns desportos na preparação militar dos soldados, e na ocupação dos seus tempos de lazer.

De Lisboa partiriam a 11 de setembro de 1914 as primeiras expedições militares portuguesas, com destino a Angola e a Moçambique. Seria, contudo, com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal a 9 de março de 1916 que iria provocar a mobilização do desporto nacional. Em finais de março, o

Ministro da Guerra, Norton de Matos, por intermédio da *Federação Portuguesa de Sports*, solicitou que “[...] cada sociedade desportiva intensificasse a sua ação, chamando um maior número de adeptos à causa que defende, ministrando-lhes, ao mesmo tempo, a instrução dos conhecimentos que a guerra de hoje veio indicar serem imprescindíveis ao homem, para a sua defesa e para a consecução do seu fim [...]”.³⁰⁸

Interessante é também o facto de o único cartaz de propaganda de guerra de autoria nacional retratar o desporto. Apesar de não termos dados sobre a data da sua divulgação, presume-se que o mesmo tenha surgido depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal. De acordo com João David Zink é muito provável que o cartaz tenha sido produzido para assinalar o acolhimento da missão naval inglesa que veio a Portugal em maio de 1916 para tratar dos moldes da participação do Corpo Expedicionário Português no teatro de guerra, ou até por ocasião da estadia da missão militar anglo-francesa que chegou no final de agosto de 1916, para acertar pormenores e acompanhar a preparação das tropas na base de Tancos (Zink, 2007). Devido ao corte transversal que o cartaz apresenta, na parte superior, não é possível decifrar o seu título³⁰⁹. Analisando a imagem, podemos verificar que a figura central é um futebolista e num segundo plano dois regimentos de tropas em parada. O jogador apresenta a mão direita e o joelho esquerdo envolvido em ligaduras, o que nos faz extrapolar uma comparação entre a guerra e o desporto, ou seja, da mesma forma que este jogador de futebol, mesmo lesionado continua a jogar, um soldado ferido numa missão, não abandona o combate e continua a dar o seu melhor para defender a sua nação. Ao fundo da imagem, encontra-se um navio de guerra com alguns dos seus tripulantes a dirigirem-se para terra numa pequena embarcação. O círculo que envolve o jogador representa um campo de futebol, existindo outros dois jogadores a correr. O céu que na generalidade é representado em tons de azul, neste caso aparece em tons vermelhos. Este uso das cores poderá ter diferentes interpretações. Uma referência à guerra e ao sangue derramado no campo de batalha, ou numa perspetiva patriota, à bandeira de Portugal, com o verde, do terreno de jogo e o vermelho do céu. O verde do terreno de jogo poderá ainda representar a esperança.

O Desporto em cenário de Guerra

Apesar do clima quente e seco, as expedições militares portuguesas que chegavam a Angola e Moçambique, eram incentivadas à prática desportiva.

³⁰⁸ Jornal *O Sport de Lisboa*, 1 de abril de 1916.

³⁰⁹ Exemplar único existente na Biblioteca Nacional adquirido em 1975 a um alfarrabista, segundo João David Zink.

No entanto, fisicamente exaustos pela diferença de clima e pelos exercícios militares realizados, foram poucos os soldados a dedicar-se ao exercício físico. Sabe-se, no entanto, que os banhos de mar eram bastante apreciados, assim como os jogos de cartas, mas estes por serem considerados causadores de tensões e rivalidades acabaram por ser proibidos³¹⁰.

Apesar de não estarmos numa época em que o desporto estivesse generalizado a todas as classes da sociedade, nestes contingentes, é possível identificar a integração de diversos desportistas. Homens que praticavam várias modalidades e alguns, que anos mais tarde, irão ocupar posições de destaque em prol do desenvolvimento do desporto em Portugal, como são os casos de António Prestes Salgueiro³¹¹ e Júlio Ribeiro da Costa³¹².

Os militares que integraram os contingentes do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) rumo à Flandres, assim que pisavam solo francês eram de imediato submetidos a intensos exercícios físicos que: “[...] desembaraçassem os movimentos e treinassem os homens, para estarem em condições de dar o máximo de intensidade e de resistência, à longa e extenuante marcha a pé (de cerca de 30 Km, em cadência mais rápida que a utilizada em Portugal), de mochila cheia às costas, para preparar os soldados para as deslocações que porventura fossem necessárias e a marchas, mais curtas e com a máscara de gás colocada para desenvolver o controlo da respiração em caso de um ataque de gás [...]” (Marques, 2008, p. 79-80).

Para além da prática de várias atividades físicas essencialmente utilizadas para a preparação dos militares, é possível afirmar que a prática desportiva fez parte do quotidiano do C.E.P. durante a sua permanência em França. Estas atividades foram organizadas pelas tropas portuguesas ou pelos militares dos exércitos aliados e eram essencialmente momentos de descontração, considerados como indispensáveis ao êxito das operações, mas também à boa moral dos militares (Nunes, 2014, p. 42-43).

³¹⁰ Sobre o quotidiano e a vivência das tropas portuguesas nas colónias ver: Arrifes, Marco. 2005. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos.

³¹¹ António Luís de Gouveia Prestes Salgueiro (1891-1950). Presidente do Comité Olímpico Português de 1919 a 1923. Foi oficial de marinha tendo feito parte na campanha de Moçambique em 1916, na esquadilha de embarcações do cruzador Adamastor. Foi Governador Civil de Lisboa de 23 de fevereiro de 1919 a 25 de março de 1920 e Deputado por Moçambique (1921).

³¹² Júlio Ribeiro da Costa (1894 -1992). Futebolista do Liceu Pedro Nunes, transferiu-se para o Benfica, onde atuou em diversas equipas de futebol. Devido ao seu empenho e paixão pelo clube, ocupou vários cargos no clube, entre 1914 e 1962. Em 1938 foi eleito Presidente, deixando o cargo de Vice-presidente da AG (1935-38).

Na linha da frente, durante os momentos de descanso, os combatentes ocupavam o seu tempo, sobretudo, com o convívio de grupo, mas também com a prática de jogos de cartas: a bisca, o burro, a sueca, ou jogos de dados qua ajudavam a esquecer os horrores da Guerra. Nas trincheiras da 2.^a linha era muito habitual o bingo, jogado nos boletos da Linha de Aldeias (Marques, 2008, p. 219-234). Para além dos jogos de cartas e tabuleiro surgiram também a organização de competições desportivas entre os militares dos exércitos aliados ou só entre os elementos do C.E.P. Estes momentos de competição tinham como objetivo, não só exaltar as capacidades físicas e militares dos combatentes, mas essencialmente criar momentos de festa, celebração e entretenimento, quebrando as rotinas do quotidiano de Guerra.

Os jogos de futebol eram, em geral, organizados pela Associação de Futebol do V Exército Britânico. Neles era possível ver o nível exímio e a perícia dos ingleses e, do lado oposto, a inexperiência ou desconhecimento do jogo por muitos portugueses que usavam a criatividade e o engenho para correr com uma bola junto aos pés, o que, muitas vezes, deu origem a momentos de boa disposição, alegria e humor, deixando para segundo plano a importância dos golos da vitória ou derrota.

Para além dos jogos de futebol existiram competições de atletismo, provas equestres e os concursos militares e desportivos. Nos programas destes concursos constam atividades com uma clara componente militar e outra essencialmente desportiva, onde sargentos, cabos e soldados davam o seu melhor para ver o respetivo batalhão vencer. Relativamente à componente desportiva encontram-se nestas iniciativas as provas de velocidade de 100m, estafetas, corridas de sacos, corridas de três pernas (disputada por dois homens que correm lado a lado e em que a perna direita de um está amarrada à perna esquerda do outro), salto em altura e salto em comprimento, luta de tração ou jogo da corda, luta a cavalo, corridas de barcos e de bicicletas e o jogo do pau. Já a componente militar era constituída por: tiro de espingarda, emprego de baioneta e o lançamento de granadas, muito provavelmente uma alusão ao lançamento do peso (Nunes, 2016, p. 101-108).

Foram vários os desportistas que incorporaram os contingentes que partiram para França: o campeão de pesos e alteres Álvaro Costa, o motociclista Leopoldo Futscher, os futebolistas: Herculano dos Santos, António Santos, Augusto Cabeça Ramos, Manuel Gomes Cal, José António Dias Forra, do *Sport Lisboa e Benfica*; Joaquim Vidal Pinheiro, Floriano Pereira, Eurico Brites e Zulmiro Raimundo, do *Futebol Clube do Porto* e José das Neves Eugénio do *Académico Futebol Clube*, entre muitos outros. Destaca-se ainda a mobilização de homens que, anos mais tarde, fruto da sua capacidade desportiva, viriam a participar em edições dos Jogos Olímpicos: António Duarte

Montez³¹³, António Mascarenhas de Menezes³¹⁴, António Augusto Martins³¹⁵ e José Pontes³¹⁶.

A desmobilização e os Jogos Interaliados de 1919

Após a assinatura do Armistício a 11 de novembro de 1918 o principal objetivo dos soldados mobilizados era o regresso a casa. No entanto, a desmobilização das tropas não foi imediata. Foi a pensar nestes homens que ainda se encontravam na Europa que, dois meses após o final da Grande Guerra, se iniciou a organização dos Jogos Interaliados. Sob o comando do General John J. Pershing³¹⁷, comandante das forças norte-americanas na Europa, deu-se início à organização deste Jogos. Em janeiro de 1919 foram enviados convites para a participação às 29 nações que tinham estado no cenário de guerra. Dezoito nações: Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Cuba, Checo-Eslováquia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Guatemala, Haiti, Hejaz, Honduras, Itália, Japão, Libéria, Montenegro, Nicarágua, TerraNova, NovaZelândia, Panamá, Polónia, Portugal, Roménia, Rússia, Sérvia, Síão e África do Sul, representantes dos cinco continentes, aceitaram o convite para competirem neste evento desportivo dirigido exclusivamente aos militares que tinham participado na Guerra ou que tinham servido as forças militares dos países aliados.

O Estádio Pershing, construído especificamente para o efeito pelas forças militares dos Estados Unidos da América em cooperação com a *Young Men's Christian Association* (YMCA), e que seria no final dos Jogos oferecido ao povo francês, foi o palco escolhido para a realização da maioria das provas. Realizados entre 22 de junho e 6 de julho de 1919, em Joinville, nos subúrbios de Paris, estiveram em prova cerca de 1500 homens que competiram em diversas modalidades desportivas, durante 15 dias.

³¹³ António Duarte Montez (1885-1968). Participou nos Jogos Interaliados de 1919 e nos Jogos Olímpicos de 1924 na prova de pistola de velocidade a 25 metros, onde se classificou no 30.º lugar.

³¹⁴ António Mascarenhas de Menezes (1861-1961). Participou nos Jogos Interaliados de 1919 e nos Jogos Olímpicos de 1920, 1924 e 1936, nas provas de espada, esgrima.

³¹⁵ António Augusto Martins (1892-1930). Participou nos Jogos Interaliados de 1919, nos Jogos Olímpicos de 1920 na modalidade de tiro, e nos Jogos Olímpicos de 1924, nas provas de tiro e atletismo.

³¹⁶ José Pontes (1879-1961). Reconhecido desportista, jornalista, dirigente, médico e político. Era Secretário-geral do Comité Olímpico Português quando foi mobilizado para a Guerra. Foi Presidente do Comité Olímpico Português de 1924 a 1956 e membro do Comité Olímpico Internacional, de 1946 a 1956.

³¹⁷ John Joseph Pershing (1860-1948). Militar norte-americano do Exército dos Estados Unidos que conduziu as Forças Expedicionárias Americanas na Primeira Guerra Mundial entre 1917 e 1918 e que após a assinatura do Armistício ficou responsável pela organização dos Jogos Interaliados.

Na Cerimónia de Abertura, que recebeu mais de vinte mil pessoas no Estádio, as delegações desfilaram frente à tribuna onde os presidentes Woodrow Wilson, dos Estados Unidos da América e Raymond Poincaré de França se encontravam. De acordo com os documentos oficiais dos Jogos Interaliados compilados por George White³¹⁸, Portugal participou com 51 atletas em oito modalidades: Atletismo, Boxe, Esgrima, Equestre, Natação, Polo Aquático, Remo e Tiro. Tendo em conta a mesma fonte, Portugal desfilou entre a Nova Zelândia e a Roménia. No entanto, de acordo com a imprensa da época, a delegação Portuguesa e a Bandeira Nacional não estiveram presentes: “No dia da inauguração do stadium Pershing, no desfile, nem um só, um só dos sportsmen portugueses apareceu empunhando a nossa bandeira... Os únicos que não compareceram foram os portugueses.”³¹⁹

Ao nível dos resultados destacam-se os alcançados pela Esgrima. Os segundos lugares e respetivas medalhas de prata na competição de espada por equipas³²⁰, sabre por equipas³²¹ e individualmente na competição de espada, pelo tenente Jorge Paiva. Na modalidade de Tiro, na prova de pistola, a equipa portuguesa classificou-se em 4.º lugar e na prova de espingarda no 7.º Lugar. Na competição de Boxe o tenente Silva Ruivo, que combateu com o campeão belga, desistiu no decorrer do 3.º round³²². Relativamente ao Polo Aquático é referido que um atleta português teve um acidente, impedindo a entrada da equipa na competição. No remo a equipa portuguesa de Shell-4 com timoneiro não conseguiu terminar a prova e no Shell-8 com timoneiro não passou a eliminatória. Na Natação e no Atletismo, apesar dos registos de inscrições nas diversas provas, não há referência aos resultados alcançados por atletas portugueses.

Apesar de não encontrarmos referências na compilação de documentos oficiais dos Jogos, que note-se, apresenta várias falhas ao longo das diversas secções, com as listagens iniciais dos atletas inscritos por país a não coincidirem totalmente com os nomes dos atletas que conquistaram resultados de destaque, a imprensa portuguesa da época afirma que para além das três medalhas de prata alcançadas pelos esgrimistas portugueses, também o tenente António Martins conquistou uma medalha de prata na competição de tiro³²³.

³¹⁸ *The Inter-Allied Games 1919*, (s/d). (compilado por George White) s/l, Games Committee.

³¹⁹ “Nas provas sportivas inter-aliados não apareceu a bandeira portuguesa” in *A Capital* de 4/07/1919.

³²⁰ A equipa de espada foi constituída pelo tenente Carlos Gonçalves, major Veiga Ventura, tenente Frederico Paredes, tenente Jorge Paiva, capitão António Mascarenhas e tenente Fernando Farinha.

³²¹ A equipa de sabre foi constituída pelo tenente-coronel Horácio Ferreira, capitão José S. Dias, capitão António Sabbo, coronel Vieira Rocha, capitão Luiz Oliveira e capitão Óscar Motta.

³²² “Jogos Inter-Aliados” in *A Capital*, 10/07/1919, pp.1-2.

³²³ “Jogos Inter-Aliados” in *A Capital* de 10 de junho de 1919, pp.1-2.

Conclusão

Como a Primeira Guerra Mundial se encarregaria de demonstrar o desporto ajudou a promover a eficiência militar e a elevar a moral dos combatentes. Independentemente da sua perícia e capacidades atléticas todos os militares deveriam estar envolvidos.

São diversas as ligações que conseguimos encontrar entre o desporto e a guerra. Desde a fase de preparação, durante o conflito e no período de desmobilização. No conflito, que durou mais do que todos esperavam, o desporto foi também importante como elemento catalisador, transportando milhares de homens dos horrores vividos para momentos de descontração e confraternização entre militares. Foi durante este período de Guerra que milhões de homens tiveram oportunidade de praticar algum tipo de atividade desportiva, contribuindo, ainda que momentaneamente, para tornar o desporto no fenómeno de massas que agora conhecemos.

FONTES

Fontes Primárias:

Arquivo Histórico Militar (A.H.M.)

Publicações Periódicas:

Capital (A)

BIBLIOGRAFIA:

- BORGES, J. V.; Marques, I. P. e Dias, E. G, *Diário de Campanha. General Fernando Tamagnini. Comandante do CEP*, Comissão Portuguesa de História Militar, 2018.
- CARDOSO, Carlos, *Os Jogos Olímpicos. The Olympic Games*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 1996.
- CARDOSO, Carlos, *100 Anos de Olimpismo em Portugal*, Lisboa, Gradiva Publicações, 2009.
- COUBERTIN, Pierre, *Olympic Memoirs*, Lausanne, International Olympic Committee, 1979.
- FERREIRA, J. *Portugal na I Guerra Mundial*, Revista Militar n.º 2553 - outubro de 2014, Lisboa, Europress-Editores, 2014.
- GUTTMANN, Allen, *The Olympics. A history of the Modern Games*, 2nd edition, University of Illinois Press Urbana and Chicago, 2002.
- MARQUES, Isabel, *Das Trincheiras, com Saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008.
- MARTINS, Inês e Martins, António. *António Augusto da Silva Martins. O mais completo atleta português de todos os tempos*, Lisboa, Chiado Editora, 2016.

- NUNES, Rita. "A Batalha dos Estádios", Revista *Visão História, 1914-1918 Portugal Durante a Grande Guerra*, 2014, p.42-43.
- NUNES, Rita, "Desporto em Tempo de Guerra", *IDN - Nação e Defesa*, n.º 145, dezembro 2016, p. 101-108
- NUNES, Rita. (em preparação), "*Jogos Inter-aliados*", *Dicionário de História da I Guerra Mundial*, (coord.) Maria Fernanda Rollo, Aniceto Afonso, Ana Paula Pires e Luís Alves de Fraga, Temas e Debates.
- PINHEIRO, Francisco e Nunes, Rita, *Os 6 de Estocolmo. A primeira participação Portuguesa nos Jogos Olímpicos*, Coleção História e Desporto, Porto, Edições Afrontamento, 2012.
- QUINA, Mário (coord.), *Olímpicos de Portugal, 1912-2008*, Associação dos Atletas Olímpicos de Portugal, Instituto do Desporto de Portugal, Lisboa, 2008.
- SERPA, Homero, *História do Desporto em Portugal. Do Século XIX à Primeira Guerra Mundial*, Estudos e Documentos, Lisboa, Instituto Piaget, 2007.
- TERRET, Thierry, "The Military "Olympics" of 1919" in *Journal of Olympic History*, volume 14, número 2, International Society of Olympic Historians, 2006.
- VALARINHO, José. *Espadas e Floretes: Contribuição para a História do Desporto em Portugal*, Maia, Gráfica MaiaDouro, 1993.
- WHITE, George, *The Inter-Allied Games*, Published by the Games Committee, S/d.
- The Inter-Allied Games 1919*, (compilado por George White), s/l, Games Committee. s/d.

WEBGRAFIA

- HOUSMAN, A. 10.11.2018. *Armistice Day: Remembering the Athletes who Died in the First World War*. Disponível em IAAF website: <https://www.iaaf.org/news/feature/armistice-day-remembrance-track-field-olympia> (consultado em 12 de novembro de 2018)
- ZINK, João. 2007. *Cartaz português da I Guerra Mundial: o jogo simbólico num caso emblemático de marketing político-militar*. Disponível em OpenEdition: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-cartaz.html> (consultado em 31 de agosto de 2014).



Posição de artilharia portuguesa no Alto da Mãe de Deus.
 Filipa Braz Silva (2017), óleo sobre tela, 40 x 60 cm.



Submarinos americanos no porto de Ponta Delgada
 Célia Carreiro (2017), óleo sobre tela, 40 x 60 cm.

